

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

**O TRABALHO URBANO-INDUSTRIAL EM GOIÁS E A CLASSE  
TRABALHADORA (1970 A 2019)**

**AUTOR: LEONARDO CÉSAR PEREIRA  
ORIENTADOR: PROF. Dr. CLEITO PEREIRA DOS SANTOS**

**GOIÂNIA, 2020**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação       Tese

#### 2. Nome completo do autor

Leonardo César Pereira

#### 3. Título do trabalho

O TRABALHO URBANO-INDUSTRIAL EM GOIÁS E A CLASSE TRABALHADORA (1970 A 2019)

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM       NÃO<sup>1</sup>

**[1]** Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Cleito Pereira Dos Santos, Professor do Magistério Superior**, em 28/07/2020, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO CESAR PEREIRA, Discente**, em 28/07/2020, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1455770** e o código CRC **57BC825B**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

Leonardo César Pereira

#### 3. Título do trabalho

O TRABALHO URBANO-INDUSTRIAL EM GOIÁS E A CLASSE TRABALHADORA (1970 A 2019)

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Cesar Pereira**, Usuário Externo, em 09/06/2025, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cleito Pereira Dos Santos, Professor do Magistério Superior**, em 10/06/2025, às 21:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5426080** e o código CRC **FC259F12**.

---

**Referência:** Processo nº 23070.029895/2020-98

SEI nº 5426080

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**  
**DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

**O TRABALHO URBANO-INDUSTRIAL EM GOIÁS E A CLASSE TRABALHADORA**  
**(1970 A 2019)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de doutor em Sociologia, sob orientação do professor Dr. Cleito Pereira dos Santos.

GOIÂNIA  
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Pereira, Leonardo César

O Trabalho Urbano-Industrial em Goiás e a Classe Trabalhadora (1970 a 2019) [manuscrito] / Leonardo César Pereira. - 2020. ccxcv, 295 f.

Orientador: Prof. Dr. Cleito Pereira dos Santos.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2020.

Bibliografia.

Inclui siglas, fotografias, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Trabalho. 2. Urbano-Industrial. 3. Classe Trabalhadora. 4. Capitalismo. 5. Goiás. I. dos Santos, Cleito Pereira, orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**ATA DE DEFESA DE TESE**

Ata Nº **05** da sessão de Defesa de Tese de Leonardo César Pereira que confere o título de Doutor em Sociologia, na área de concentração em Sociedade, Política e Cultura.

Aos vinte de dois de julho de dois mil e vinte, a partir das quinze horas, via Webconferência (<https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/cleito>), realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada “O TRABALHO URBANO-INDUSTRIAL EM GOIÁS E A CLASSE TRABALHADORA (1970 A 2019)”. Os trabalhos foram instalados pela Orientador, Professor Doutor Cleito Pereira dos Santos (PPGS/ UFG) como presidente (UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Lucinéia Scremin Martins (UFG), membra titular interno; Professor Doutor Nildo Silva Viana (UFG), membro titular interno, Professor Doutor Edmilson Ferreira Marques (UEG) , membro titular externo e Professor Doutor Mateus Vieira Ório (UEG), membro titular externo. Durante a argüição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão reservada a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido o candidato aprovado pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Cleito Pereira dos Santos, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

## TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Cleito Pereira Dos Santos, Professor do Magistério Superior**, em 22/07/2020, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nildo Silva Viana, Professor do Magistério Superior**, em 23/07/2020, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edmilson Ferreira Marques, Usuário Externo**, em 27/07/2020, às 08:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucinéia Scremin Martins, Professora do Magistério Superior**, em 28/07/2020, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Vieira Orio, Usuário Externo**, em 28/07/2020, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1448730** e o código CRC **B3856C58**.

## **RESUMO:**

A tese é um estudo sobre o trabalho em Goiás. Analisa como o avanço do capitalismo engendra a sociedade urbano-industrial no estado, repercutindo na sociabilidade da classe trabalhadora, especialmente após a década de 1970, quando as políticas industriais tornam-se mais eficientes, transformando o contexto econômico e social, a partir da industrialização e urbanização da região centro-sul do estado. Ancorado no referencial teórico e metodológico da dialética marxista, desenvolve pesquisa descritiva e bibliográfica. Compreende a articulação histórica e conceitual do trabalho, do modo de produção capitalista e da vida cotidiana como produtores do modo de exploração social da classe trabalhadora. Investiga a expansão da acumulação capitalista no Brasil e em Goiás, por meio da análise da acumulação primitiva, que resultam na formação política e econômica do projeto de sociedade urbano-industrial, atualizando o subdesenvolvimento dependente da região. Em Goiás, esse processo atualiza a ideologia do progresso e da modernidade como argumento que busca legitimar transformações sociais promovidas para a exploração e dominação capitalista. Esse projeto de sociedade repercute na formação da classe trabalhadora, forjando um modo de exploração social, através da organização e disciplinarização do trabalho e da precarização das condições de reprodução dos meios de vida. Os trabalhadores vivenciam o cotidiano mediando as contradições entre suas aspirações sociais, vislumbradas nas possibilidades econômicas e sociais apresentadas pela sociedade urbano-industrial, e sofrimentos, lutas e resistências ao trabalho urbano-industrial.

**Palavras-Chave:** Trabalho, Urbano-Industrial, Classe Trabalhadora, Capitalismo, Goiás.

## ABSTRACT

The thesis is a study about labor in Goiás. It analyzes how the advance of capitalism engenders urban-industrial society in the state, have repercussions on the sociability of the working class, especially after the 1970s, when industrial policies became more efficient, transforming the economic and social context, from the industrialization and urbanization of the south-central region of the state. Anchored in the theoretical and methodological framework of Marxist dialectics, it develops descriptive and bibliographic research. It comprises the historical and conceptual articulation of work, the capitalist mode of production and quotidian life as producers of the social exploitation of the working class. It investigates the expansion of capitalist accumulation in Brazil and Goiás, through the analysis of primitive accumulation, which result in the political and economic formation of the urban-industrial society project, updating the region's dependent underdevelopment. In Goiás, this process brings up to date the ideology of progress and modernity as an argument that seeks to legitimize social transformations promoted for capitalist exploitation and domination. This project of society has an impact on the formation of the working class, forging a way of social exploitation, through the organization and disciplining of work and the precariousness of the conditions for the reproduction of livelihoods. Workers experience daily life mediating the contradictions between their social aspirations, glimpsed in the economic and social possibilities presented by urban-industrial society, and suffering, struggles and resistance to urban-industrial work.

**KEYWORD:** Work, Urban-Industrial, Working Class, Capitalism, Goiás.

## LISTA DE TABELA

<b>Tabela 1</b> – Valor da Produção Mineral – Goiás.....	104
<b>Tabela 2</b> – Goiás: População Recenseada e Estimada e Aumento Populacional.....	117
<b>Tabela 3</b> – Goiás: Percentual da População Residente por Situação de Moradia e por Região do Estado.....	119
<b>Tabela 4</b> – Taxa Média de Crescimento Populacional: Brasil, Centro-Oeste e Goiás.....	120
<b>Tabela 5</b> – Goiás: Percentual de Migração em Relação à População Residente no Estado, Média e Diferença entre Migrações.....	122
<b>Tabela 6</b> – Goiás: Percentual da População Residente por Situação de Domicílio e Naturalidade por Região do País.....	123
<b>Tabela 7</b> – Goiás, Centro-Oeste e Brasil: População por Situação de Domicílio (mil habitantes) (1950 – 2015).....	125
<b>Tabela 8</b> – Goiás: Vínculo Residencial da População (por mil).....	126
<b>Tabela 9</b> – Goiás: Déficit Habitacional (2013 – 2015).....	127
<b>Tabela 10</b> – Instrumentos de Ação Governamental do Plano MB.....	131
<b>Tabela 11</b> – Goiás: Distritos Industriais.....	136
<b>Tabela 12</b> – Goiás: Estrutura do PIB (1980 – 2015).....	141
<b>Tabela 13</b> – Goiás: Taxa de Participação do Valor de Transformação Industrial (VTI) de Goiás no Brasil.....	142
<b>Tabela 14</b> – Taxa de Crescimento da População Industrial: Brasil, São Paulo e Goiás (2004 – 2018).....	145
<b>Tabela 15</b> – Goiás: Número de Estabelecimentos Industriais (1986 – 2014).....	147
<b>Tabela 16</b> – Goiás: Número de Pessoal Ocupado, Tratores e Relação entre Pessoal Ocupado por Trator.....	151
<b>Tabela 17</b> – Goiás: Distribuição Percentual dos Ocupados por Formas de Inserção.....	213
<b>Tabela 18</b> – Goiás: Distribuição dos Ocupados por Faixa Etária (%).....	214
<b>Tabela 19</b> – Goiás: Distribuição dos Ocupados por Faixa Etária em 2016.....	214
<b>Tabela 20</b> – Goiás: Distribuição dos Ocupados com Carteira Assinada por Faixa Etária (%).....	215
<b>Tabela 21</b> – Goiás: Distribuição dos Ocupados por Anos de Estudo (%).....	216

<b>Tabela 22</b> – Goiás: Distribuição dos Ocupados com Carteira por Anos de Estudo (%)...	217
<b>Tabela 23</b> – Goiás: Número do Emprego por Atividade Econômica.....	219
<b>Tabela 24</b> – Goiás: Distribuição dos Ocupados por Agrupamentos de Ocupações (%)....	223
<b>Tabela 25</b> – Goiás: Quantidade de Acidente de Trabalho por Atividade Econômica – 2016 a 2017.....	245
<b>Tabela 26</b> – Goiás: Quantidade de Óbitos em Decorrência de Acidentes do Trabalho – 2006 a 2017.....	246

## LISTA DE GRÁFICO

<b>Gráfico 1</b> – Evolução do Valor da Produção Mineral de Goiás (1996 – 2009).....	105
<b>Gráfico 2</b> – Goiás: População Recenseada e Estimada e Aumento Populacional (1920 – 2017).....	117
<b>Gráfico 3</b> – Taxa Média de Crescimento Populacional: Brasil, Centro-Oeste e Goiás (1940 – 2017).....	120
<b>Gráfico 4</b> – Evolução da Taxa de Urbanização: Goiás, Centro-Oeste e Brasil (1950 – 2015).....	125
<b>Gráfico 5</b> – Goiás: Vínculo Residencial da População (2010 – 2017).....	127
<b>Gráfico 6</b> – Goiás: Deficit Habitacional.....	128
<b>Gráfico 7</b> – Goiás: Estrutura do PIB (1980 – 2015).....	140
<b>Gráfico 8</b> – Goiás: Taxa de Participação do VTI de Goiás no Brasil (1985 – 2014).....	143
<b>Gráfico 9</b> – Participação Relativa do VA da Indústria Goiana no Nacional (1947–2014)..	144
<b>Gráfico 10</b> – Crescimento da Produção Física Industrial: Brasil, São Paulo e Goiás.....	144
<b>Gráfico 11</b> – Taxa de Crescimento da Produção Industrial: Goiás e Brasil (2004 – 2018).	145
<b>Gráfico 12</b> – Taxa de Crescimento da Produção Industrial: Goiás e São Paulo (2004 – 2018).....	146
<b>Gráfico 13</b> – Participação Relativa do PIB Agropecuário Goiano no Nacional (1947 – 2014).....	155
<b>Gráfico 14</b> – Goiás: Distribuição Percentual dos Ocupados por Forma de Inserção (2003, 2006, 2009 e 2012).....	213
<b>Gráfico 15</b> – Goiás: Distribuição dos Ocupados com Carteira Assinada por Faixa Etária (%) (2003, 2006, 2009 e 2012).....	215
<b>Gráfico 16</b> – Goiás: Distribuição dos Ocupados em Anos de Estudo (2003, 2006, 2009 e 2012).....	216
<b>Gráfico 17</b> – Goiás: Distribuição dos Ocupados com Carteira Assinada por Anos de Estudo (2003, 2006, 2009 e 2012).....	218
<b>Gráfico 18</b> – Goiás: Número do Emprego por Setores Industriais (1999 a 2018).....	220
<b>Gráfico 19</b> – Goiás: Evolução do Emprego por Atividade Econômica (2002 a 2011).....	221
<b>Gráfico 20</b> – Goiás: Pessoal Ocupado por Atividade Econômica (2002 a 2010).....	222
<b>Gráfico 21</b> – Goiás: Distribuição dos Ocupados por Agrupamentos de Ocupação (%) (2003, 2006, 2009 e 2012).....	223

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

<b>Foto 1</b> – Casebres a Margens do Córrego Botafogo, 1936.....	196
<b>Foto 2</b> – Acampamento dos Operários, 1935.....	197

## SIGLAS

**ACIA:** Associação Comercial e Industrial de Anápolis  
**ANM:** Agência Nacional Mineral  
**BEN:** Balanço Energético Nacional  
**BNDES:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
**CAI:** Complexo Agroindustrial  
**CECUP:** Centro de Estudos da Cultura Popular  
**CELG:** Centrais Elétricas de Goiás  
**CEPA:** Centro de Educação Profissional de Anápolis  
**CEPAIGO:** Centro Penitenciário de Atividades Industriais de Goiás  
**CEREST:** Centro de Referência em Saúde do Trabalhador  
**CIDARC:** Centro de Informação, Documentação e Arquivo da UFG  
**CODEGO:** Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás  
**CONSUP:** Conselho Superior de Prioridades para o Desenvolvimento Industrial  
**CREA-GO:** Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás  
**DDS:** Diálogo Diário de Segurança  
**DIEESE:** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
**DIESAT:** Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho  
**DOPS:** Departamento de Ordem Política e Social  
**EPI:** Equipamento de Proteção Individual  
**FAMA:** Fundação de Amparo ao Menor Aprendiz  
**FCO:** Fundo Constitucional do Centro-Oeste  
**FEICOM:** Fundo de Expansão da Indústria e Comércio do Estado de Goiás  
**FIEG:** Federação das Indústria do Estado de Goiás  
**FOMENTAR:** Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás  
**IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**IBICT:** Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia  
**ICM:** Imposto sobre Circulação de Mercadorias  
**ICMS:** Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
**IMB:** Instituto Mauro Borges  
**INSS:** Instituto Nacional da Seguridade Social  
**IPEHBC:** Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central

**IPI:** Imposto sobre Produtos Industrializados

**IQUEGO:** Indústria Química do Estado de Goiás

**ISO:** International Organization for Standardization

**MMC:** Mitsubishi Motors Brasil

**NR:** Normas Reguladoras

**PAC:** Programa de Aceleração do Crescimento

**PCB:** Partido Comunista Brasileiro

**PEA:** População Economicamente Ativa

**PIB:** Produto Interno Bruto

**PLADESCO:** Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste

**PNAD:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

**PND:** Plano Nacional de Desenvolvimento

**PRODUZIR:** Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás

**PUC:** Pontifícia Universidade Católica

**SEBRAE:** Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SEGPLAN-GO:** Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás

**SENAI:** Serviço Nacional de Apoio à Indústria

**SEPIN:** Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação

**SESI:** Serviço Social da Indústria

**DAIA:** Distrito Agroindustrial de Anápolis

**SUDECO:** Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

**UEG:** Universidade Estadual de Goiás

**UFG:** Universidade Federal de Goiás

**UFSCAR:** Universidade Federal de São Carlos

**UNICAMP:** Universidade Estadual de Campinas

## SUMÁRIO

Pag

<b>Introdução</b> .....	14
<b>Capítulo 1 – Trabalho, Modo de Produção e Vida Cotidiana</b> .....	23
1.1 – Modo de Produção e Modo de Exploração Social.....	23
1.2 – O Trabalho e a (Re)Produção Social Capitalista.....	28
1.3 – A (Re)Produção Capitalista e a Organização do Processo de Trabalho.....	33
1.3.1 – O Taylorismo.....	44
1.3.2 – O Fordismo.....	49
1.3.3 – O Toyotismo/Ohnismo.....	56
1.4 – A (Re)Produção Social Capitalista e a Vida Cotidiana.....	61
<b>Capítulo 2 – Acumulação Primitiva e a Sociedade Urbano-Industrial</b> .....	74
2.1 – Expansão da Acumulação Primitiva Capitalista.....	74
2.2 – A (Re)Produção Social do Capital e a Sociedade Urbano-Industrial no Brasil.....	84
2.2.1 – Dependência e Subdesenvolvimento.....	90
2.3 – Condições Históricas da Acumulação Capitalista em Goiás.....	99
2.3.1 – Exploração Mineral.....	100
2.3.2 – Redes Ferroviária e Rodoviária de Transportes.....	107
2.3.3 – Eletrificação.....	110
2.4 – Expansão da Sociedade Urbano-Industrial em Goiás.....	114
<b>Capítulo 3 – Sociedade Urbano-Industrial e a Questão Regional</b> .....	129
3.1 – Especialização Produtiva e Industrialização do Campo.....	147
3.2 – O Debate Regional e suas Relações com a Acumulação Capitalista.....	158
<b>Capítulo 4 – Formação da Classe Trabalhadora, Lutas e Resistências a Sociedade Urbano-Industrial em Goiás</b> .....	174

4.1 – Gênese da Classe Trabalhadora em Goiás.....	175
4.1.1 – A Escravização da Força de Trabalho no Período Colonial.....	176
4.2 – Gênese da Classe Trabalhadora Urbano-Industrial em Goiás.....	181
4.2.1 – Os Ferroviários em Goiás.....	187
4.2.2 – Os Operários da Construção de Goiânia.....	191
4.3 – Organização e Disciplinarização da Classe Trabalhadora Urbano-Industrial em Goiás.....	207
4.3.1 – Qualificação Profissional.....	208
4.3.2 – Perfil do Mercado de Trabalho.....	212
4.3.3 – Processos de Trabalho Industriais e a Saúde do Trabalhador.....	226
4.4 – Sofrimentos, Lutas e Resistências ao Modo de Exploração Social da Sociedade Urbano-Industrial.....	249
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>278</b>
<b>Referências Bibliográfica.....</b>	<b>285</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propõe um estudo sobre o trabalho em Goiás, a partir da compreensão de que o avanço do capitalismo vem transformando o contexto econômico e social do estado, engendrando uma sociedade urbano-industrial. Em conexão com o histórico de investidas do capital anteriormente, vem se forjando no estado um novo arranjo societário, que tem como marcos estruturantes as construções da ferrovia Estrada de Ferro Goiás, a partir de 1909, e das capitais Goiânia, a partir dos anos 1930, e Brasília, nos anos 1950, desenvolvendo as bases de uma demografia urbana e investimentos industriais, especialmente a partir dos anos 1970.

Assim, o problema de pesquisa pode ser formulado a partir dos questionamentos de quais foram as formas assumidas pelas relações sociais de trabalho no desenvolvimento da sociedade urbano-industrial em Goiás? Quais as repercussões do desenvolvimento urbano-industrial em Goiás na sociabilidade da classe trabalhadora? Temos como marco temporal o período a partir da década de 1970, porque as políticas de industrialização do estado começam a produzir efeitos mais significativos, na economia e na organização social, a partir de políticas públicas de investimentos e incentivos produtivos nesse período. Uma série de investimentos na infraestrutura produtiva, arranjos institucionais e incentivos fiscais vem promovendo a diversificação produtiva e industrial do estado, com repercussões significativas nos processos de trabalho, no mercado de trabalho e na sociabilidade cotidiana da classe trabalhadora. Nesse sentido, torna-se fundamental, para a compreensão das realidades vivenciadas pelos trabalhadores, a análise do modo de exploração social, assentado na superexploração do trabalho, realizado no desenvolvimento da sociedade urbano-industrial.

Os estudos sobre a relação entre capital e trabalho, especialmente segundo o referencial teórico marxista, aqui adotado, apontam para a existência essencial, no modo de produção capitalista, da exploração do trabalho pelo capital. Historicamente, essa exploração se manifesta na necessidade impositiva do trabalhador vender sua força de trabalho – expressa na dependência salarial –, como condição para a reprodução dos seus meios de vida. Assim, partindo para o contexto histórico e social brasileiro, em geral, e de Goiás, em particular, onde as anteriores relações sociais de produção engendraram modos de vida precarizados, fortemente centrados na exploração e dominação violenta e segregacionista da classe trabalhadora, o trabalho urbano-industrial é representado como contendo possibilidades de

melhores condições de reprodução dos meios de vida, o que fortalece a atração de correntes migratórias e a dinamização do mercado de trabalho urbano-industrial. É assim que percebemos o crescimento desse fenômeno em Goiás a partir dos anos 1970, especialmente na região centro-sul do estado que, aproveitando seu histórico vínculo com os estados da região sudeste do Brasil, vem concentrando a atração de capitais industriais e apresenta maiores níveis de urbanização.

Desse modo, esta pesquisa tem como objetivo compreender as dinâmicas sociais do trabalho urbano-industrial em Goiás, a partir dos anos 1970. Especificamente, analisamos os processos de industrialização e urbanização da região, através do estudo das políticas industriais, que atraem novos capitais e dinamizam a economia do estado. Ainda, nos debruçamos sobre a formação do mercado de trabalho urbano-industrial, por meio da análise das correntes migratórias de atração da força de trabalho, das redes institucionais estruturantes da qualificação profissional e as dinâmicas de desenvolvimento do emprego e da renda no estado. E discutimos também a formação da classe trabalhadora, por meio da análise dos processos de trabalho e os correspondentes processos de sofrimento e resistência ao trabalho urbano-industrial. O que nos leva, por coerência teórico-metodológica, a buscar a compreensão das origens históricas e sociais desse processo, com o levantamento dos processos de trabalho e modos de vida anteriores, a fim de compreendermos, na perspectiva da totalidade, exigida pelo referencial teórico-metodológico, a formação da classe trabalhadora.

Destacamos que os estudos sobre a formação e desenvolvimento da sociedade em Goiás, a partir do conceito de projeto de sociedade urbano-industrial, são ainda incipientes. E os destinados a compreensão de processos de trabalho urbano-industriais estão restritos, em sua maioria, às categorias ocupacionais particulares. Uma vez que esse tipo de pesquisa particular vem se acumulando ao longo do desenvolvimento do campo de pesquisa sobre o trabalho (alguns com desempenhos investigativos dignos de nota), torna-se possível e importante um olhar mais abrangente sobre o assunto e sobre sua manifestação na região. Mesmo em termos de Brasil, o interesse sobre o que se entende por projeto de sociedade urbano-industrial é ainda pouco explorado, sendo um campo profundamente fértil de compreensão e análise das transformações sociais e dos discursos ideológicos produzidos para explicar e legitimar essas transformações sociais.

A sociedade urbano-industrial é concebida como um projeto político de realização do modo de produção do capital, baseado na superexploração do trabalho, e que tenta encobrir um modo de exploração social da classe trabalhadora. Tendo como condição prévia o processo histórico (e contínuo) da acumulação primitiva, que forjou as bases do desenvolvimento do subdesenvolvimento dependente no Brasil, articula processos de industrialização e urbanização da produção e das relações sociais. No início do século XX tem seus primeiros avanços em Goiás, com a intensificação da integração econômica ao polo de maior urbanização e industrialização do país (São Paulo), por meio da Estrada de Ferro Goiás e da construção da nova capital, Goiânia. Emerge, a partir dessas construções, um imaginário de transposição de uma sociedade “isolada” e “atrasada” para o uma “moderna” e em conexão com as intensas e inevitáveis transformações econômicas e sociais mundiais. Essa ideologia do progresso estimula tanto a sociedade, como um todo, quanto o Estado, em particular, a intensificar a urbanização e a buscar a diversificação produtiva da região. Redes de transportes rodoferroviárias e políticas industriais são impulsionadas a partir dos anos 1960, ainda no governo Mauro Borges, de modo a consolidar, em 1970, instrumentos institucionais mais efetivos de atração de processos produtivos e relações sociais de produção urbano-industriais, como a construção de distritos industriais, políticas de incentivos fiscais e consolidação de um conjunto de instituições voltadas para a qualificação profissional da força de trabalho.

Aproveitando a descentralização produtiva que ocorre no país, essas políticas públicas são ampliadas, a partir da década de 1990, culminando na intensificação da industrialização do estado, com a atração de novas indústrias e a privatização de empresas estatais para grandes conglomerados multinacionais. A ideologia do progresso é então atualizada na ideologia do industrialismo que, como produto da reestruturação produtiva do capital, exige o embricamento de padrões produtivos e novas formas de gestão da força de trabalho, assentados em valores sociais como: engajamento do trabalhador aos interesses produtivos das empresas, multifuncionalidade, flexibilização produtiva, qualificação contínua, autocontrole e responsabilização do trabalhador individual quanto à qualidade da produção. Resulta desses processos a precarização e intensificação do trabalho (com graves repercussões na saúde do trabalhador) e o aumento da terceirização e da vulnerabilidade empregatícia (que resultam em riscos, desprestígio profissional e vulnerabilidades sociais).

Para realizar tais análises, a metodologia de pesquisa está assentada no referencial da dialética marxista, elaborado a partir de Marx e Engels. Segundo esse referencial, existe uma distinção fundamental entre o método de pesquisa e o método de exposição dos resultados da pesquisa. De acordo com Marx (1968), na pesquisa deve-se compreender a matéria, a realidade concreta e externa ao pesquisador, analisando suas partes, seus desenvolvimentos, conexões e transformações; enquanto que na exposição deve-se coadunar esses elementos, dando forma inteligível e compreensível do movimento real:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia –, é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado (MARX, 1968, p. 16).

Ou seja, na dialética marxista as categorias do pensamento (as representações e formas assumidas pela consciência) são interpretações do real, mais ou menos fidedignos se corretamente compreendidas as determinações do concreto. A realidade, as relações sociais dos indivíduos em atividade, enquanto concreto dado, assume a forma de concreto pensado. Nesse sentido, na elaboração do concreto pensado, o pesquisador deve procurar as múltiplas determinações do concreto dado, sob a perspectiva da totalidade, podendo, se atento as tendências históricas presentes nos fenômenos sociais, expressar-se como teoria do concreto.

Expressando a importância da perspectiva da totalidade para a construção interpretativa da teoria do concreto (concreto pensado), afirma o autor:

[...] O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, a unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método [*de Hegel*], a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo [*de Marx*], as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso é que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo; enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto. A mais simples categoria econômica, suponhamos, por exemplo, o valor de troca, pressupõe população, uma população produzindo em determinadas condições e também certos tipos de famílias, de comunidades ou Estados. O valor de troca nunca poderia existir de outro modo senão como relação unilateral, abstrata de um todo vivo e concreto já dado. [...] O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo de

pensamentos, é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, modo que difere do modo artístico, religioso e prático-moral de se apropriar dele. O sujeito real permanece subsistindo, agora como antes, em sua autonomia fora do cérebro, isto é, na medida em que o cérebro não se comporta se não especulativamente, teoricamente. Por isso também, no método teórico [da economia política], o sujeito – a sociedade – deve figurar sempre na representação como pressuposição (MARX, 1978, p. 117).

Assim, na pesquisa ancorada na dialética marxista, a investigação deve ser conduzida a partir das tendências históricas do desenvolvimento da realidade social dada que, segundo suas análises, apresentam alguns pressupostos essenciais, quais sejam: tendências ontológicas essenciais inerentes a organização social humana, que historicamente desenvolvem-se e transformam-se. Essas tendências ontológicas essenciais da condição humana pressupõe a relações entre os indivíduos e destes com a natureza – natureza entendida como condições materiais de reprodução dos seus meios de vida –, que emergem na forma de consciência (individual e coletiva), o que celebra a máxima de Marx e Engels ao afirmarem que “*não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência*” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Desse modo, o primeiro ato histórico é a produção dos meios de vida, como condição fundamental, como necessidade, de toda a história humana. O segundo ato histórico resulta da satisfação dessas necessidades, que conduzem a novas necessidades, na produção e reprodução dos meios de trabalho. Com a complexificação das necessidades surge o terceiro ato histórico: o intercâmbio e cooperação social, engendrando um modo de cooperação social. Esse modo de cooperação social resulta, por sua vez, em determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. Estas são, portanto, as condições reais de vida, produtoras de contradições sociais, as quais a investigação social deve buscar compreender as manifestações concretas.

O método da pesquisa social implica, nesses pressupostos, a exigência de que não nos contentemos com os paradigmas e consensos teóricos, nem mesmo com as representações dos indivíduos de alguma forma envolvidos nos fenômenos sociais. Ao tecer avaliações sobre indivíduos e contextos sociais determinados é preciso, então, que as categorias pressuponham condições reais de existência concreta desses indivíduos, situação que só é possível de ser expressas como teoria do concreto com a análise dos processos históricos concretamente, a partir de suas múltiplas determinações.

Assim sintetiza Marx (2007):

Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. [...] Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. [...] Esse modo de considerar as coisas não é isento de pressupostos. Ele parte de pressupostos reais e não os abandona em nenhum instante. Seus pressupostos são os homens, não em quaisquer isolamento ou fixação fantásticos, mas em seu processo de desenvolvimento real, empiricamente observável, sob determinadas condições. Tão logo seja apresentado esse processo ativo de vida, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos, como para os empiristas ainda abstratos, ou uma ação imaginária de sujeitos imaginários, como para os idealistas (MARX, 2007, p. 94).

O que importa na metodologia dialética marxista é, portanto, a compreensão das tendências dos fenômenos, ou seja, o desenvolvimento e transformação de uma forma social dada para outra. Assim, a cada modo de organização das relações sociais para a produção da própria vida correspondem determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Os modos de organização da sociedade (modo de produção, modo de vida, modo de exploração social, etc.) manifestam-se nas tendências históricas de uma determinada realidade social dada, que devem ser empiricamente analisadas a partir da relação entre esses modos de organização da sociedade e os contextos históricos particulares.

Isto posto, durante a pesquisa encontramos dificuldades na investigação da transformação da sociedade goiana de base agrária para a sociedade urbano-industrial. As contenções epistemológicas, típicas da divisão do trabalho intelectual, presente na tradicional separação do conhecimento científico, resultam na segregação de campos de investigação que conflituam com a perspectiva das múltiplas determinações das realidades sociais, em suas totalidades, pressuposto basilar do referencial teórico-metodológico da dialética marxista. Assim, não seria possível atingir os objetivos da pesquisa, nem mesmo responder à problemática da investigação, sem enveredarmos para áreas além da sociologia do trabalho goiana. Foi necessário, portanto, nos debruçarmos em contribuições de pesquisas na área da Geografia, História, Antropologia, Urbanismo, Jornalismo, Administração, Economia, etc. Isto porque a abrangência do modo de produção capitalista sobre a sociedade em geral, e

sobre a classe trabalhadora, em particular, alcança situações e processos que podem ser investigados por todas essas ciências particulares e outras mais.

Nesse sentido, como técnicas de pesquisa, este trabalho pode também ser considerado a partir daquilo que autores como Cervo e Bervian (1983) classificam como pesquisa descritiva e bibliográfica. A partir do conceito apresentado pelos autores, a pesquisa descritiva estuda fenômenos humanos sem a interação direta do pesquisador no grupo social investigado. Assim, a pesquisa descritiva:

Procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mas complexas (CERVO; BERVIA, 1983, p. 55).

Para tanto, lançamos mão da pesquisa bibliográfica que, segundo os autores:

[...] Procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema (CERVO; BERVIA, 1983, p. 55).

Obtivemos acesso a dados empíricos e interpretações sobre o objeto da pesquisa em teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - IBICT, além de consulta *in loco* nas bibliotecas da Universidade Federal de Goiás. Foi possível também obter dados em revistas científicas de programas de pós-graduação das áreas, disponíveis virtualmente na internet.

No que diz respeito à memória operária, em particular, foram analisados estudos já produzidos por outros autores, bem como análise documental em acervos jornalísticos (jornal impresso, banco de imagens e outras documentações) disponíveis em instituições públicas como o Museu Antropológico da UFG (que abriga o acervo do Centro de Cultura Popular – CECUP), o Museu da Imagem e do Som de Goiás (MIS) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC).

A análise crítica da literatura contribuiu no levantamento de questões e direcionamento da investigação, nos dando condições de compreender os significados de

dados estatísticos e informações sobre demografia, trabalho, renda e atividades econômicas coletados nos bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas (DIEESE) em Goiás, do Departamento Intersindical de Estudos Sobre a Saúde do Trabalhador (DIESAT) e do Instituto Mauro Borges (IMB). Também foram coletados dados e informações correlatos junto aos órgãos representantes do setor industrial, como o sistema “S” (FIEG, SESI, etc.) e sindicatos de trabalhadores.

Em resposta à problemática de pesquisa e consubstanciados com os dados pesquisados, a presente tese está estruturada em 4 Capítulos, além das Considerações Finais. O Capítulo 1 – *Trabalho, Modo de Produção e Vida Cotidiana*, procura articular as determinações históricas do modo de produção capitalista com as repercussões do modo de exploração social, a ele correspondente, na vida cotidiana da classe trabalhadora. Discute-se as transformações do processo de trabalho no interior da produção capitalista, que resulta nas formas de reestruturação produtiva do capital, onde o toyotismo/Ohnoísmo é contemporaneamente a forma predominante. Avalia-se também o engendramento de um modo de vida urbano-industrial que emergem da produção industrial para a sociabilidade urbana.

No Capítulo 2 – *Acumulação Primitiva e Sociedade Urbano-Industrial* discute-se a expansão do processo de acumulação capitalista através da acumulação primitiva de capital, como um processo que está na origem do capitalismo, mas que se reproduz continuamente. Essas são as bases de fundação da sociedade urbano-industrial brasileira, alicerçada na exploração e dominação do trabalho e do território nacional, naquilo de estudos balizadores dessa pesquisa denominam de desenvolvimento do subdesenvolvimento dependente dos países da América Latina. Por fim, discutimos como esse processo dá-se em Goiás, desde sua origem, no período colonial, até culminar na consolidação da sociedade urbano-industrial.

No Capítulo 3 – *Sociedade Urbano-Industrial e a Questão Regional* exploramos alguns desdobramentos da discussão do capítulo anterior, com ênfase no debate em torno da questão regional e na reprodução do desenvolvimento do subdesenvolvimento dependente em nível nacional e regional. Discute-se os limites e possibilidades da urbanização e industrialização do estado e os significados políticos e ideológicos do desenvolvimento econômico-social na divisão regional do trabalho.

No Capítulo 4 – *Formação da Classe Trabalhadora, Lutas e Resistências a Sociedade Urbano-Industrial em Goiás* compreende-se a formação da classe trabalhadora em

Goiás. Analisando os processos de escravização no período colonial e das servidões por dívidas dos trabalhadores rurais pós-libertação, como antepasso para a gênese da classe trabalhadora urbano-industrial, no século XX. Discute-se a gênese com os ferroviários e os operários da construção de Goiânia, através das memórias operárias e outros registros sobre o processo de trabalho e a vida cotidiana. Dando seguimento, discute-se a organização e disciplinarização do trabalho, através do desenvolvimento histórico da qualificação profissional, do mercado de trabalho, dos processos de trabalho e repercussões na saúde do trabalhador. Por fim, compreende-se a consciência dos sofrimentos e lutas cotidianas da classe trabalhadora como formas de resistência e negação ao trabalho urbano-industrial.

Portanto, evidencia-se o desenvolvimento do trabalho urbano-industrial em Goiás, baseado na superexploração. Os processos de exploração e dominação da classe trabalhadora resultam num modo de exploração social que atua em duas frentes: no âmbito da produção, controla, precariza e intensificação o trabalho com diferentes ferramentas evidenciadas ao longo do último capítulo; e no âmbito da trajetória da vida pessoal e familiar exerce despóticos controles sociais que se manifestam na precarização das condições de reprodução dos meios de vida de um grupo social historicamente demarcado nas trajetórias familiares dos trabalhadores com acentuado traços regionais. Por perpetuar a divisão social de classes, construída desde o período colonial, o trabalho urbano-industrial atualiza as contradições presentes no modo de vida da classe trabalhadora em aspirar melhores condições de vida num contexto de constrangimentos e contingências sociais, impostos pelo modo de exploração social da sociedade urbano-industrial.

## **CAPÍTULO 1 – TRABALHO, MODO DE PRODUÇÃO E VIDA COTIDIANA**

Neste capítulo fundamentaremos teoricamente o escopo da pesquisa no que se refere à formação do trabalho urbano-industrial com o desenvolvimento da industrialização capitalista. Para tanto, analisaremos a importância fundamental do Trabalho na (re)produção das condições materiais de existência dos indivíduos, em termos gerais e ontológicos, para então abordarmos como o processo de trabalho ocorre na sociedade capitalista, analisando a organização do processo de trabalho numa interlocução com a vida cotidiana.

### **1.1 - Modo de Produção e Modo de Exploração Social**

Neste tópico discutiremos o modo como o sistema capitalista converte os elementos e os processos contidos na prática do trabalho em meios de produção de capital. Modo de produção este que tem como essência (conceitual e concretamente) a produção de mercadorias, mas não se restringe a esse momento, posto que desenvolve as forças produtivas da sociedade, sob a égide das exigências da valorização, circulação e acumulação de capitais, colocando em funcionamento todo um conjunto de relações sociais. Para tanto, subsume o trabalho vivo, e o conjunto dos trabalhadores individuais, em meios de produção, tanto na indústria quanto nos outros setores da sociedade e suas respectivas classes sociais. Desta forma, do modo de produção capitalista emerge também um modo de exploração capitalista (MARX, 2011).

Retomando ao caráter genérico da atividade produtiva, esta é determinada, num primeiro momento, pela forma assumida nas relações sociais de produção, da organização e da finalidade dessa produção e se materializa no produto do trabalho. A este processo, que depende da relação entre o desenvolvimento das relações sociais e os meios de produção, Marx denominou de modo ou regime de produção.

Para ele, qualquer modo de produção concreto pressupõe:

[...] como condição histórica, uma determinada fase das forças sociais produtivas e de suas formas de desenvolvimento, condição que é, por sua vez, resultado e produto histórico de um processo anterior, e do qual parte o novo tipo de produção como de sua base dada; que as relações de produção que correspondem a este regime de

produção específico, historicamente determinado – relações que os homens contraem em seu processo social de vida, na criação de sua vida social –, apresentam um caráter específico, histórico e transitório; e, finalmente, que as relações de distribuição são essencialmente idênticas a estas relações de produção, o seu reverso, pois ambas apresentam o mesmo caráter histórico transitório (MARX, 1992, p. 75).

É neste sentido que o processo de trabalho ganha centralidade na história da existência humana, pois é por meio dele que se busca reproduzir e transformar os meios de existência necessários a manutenção da vida orgânica e a reprodução social. E é por meio dele, também, que o homem se identifica enquanto um ser genérico ou social, como um indivíduo social que compartilha de uma experiência de vida coletiva, tanto como participante de um grupo em particular quanto de uma espécie em geral. Portanto, a centralidade do trabalho é antes uma necessidade histórica e social (ontologicamente concreta) do que apenas uma categoria analítica ou conceito teórico (ideal). Constituindo-se, assim, no fundamento da vida social antes mesmo de se tornar relevante para a intelectualidade, o que ocorreu apenas recentemente na tradição acadêmica.

Os homens têm de produzir suas vidas – enquanto necessidade – em condições herdadas que lhe são postas pelo desenvolvimento particular de sua comunidade ou sociedade. Esse modo definido ou particular de atividade produtiva – enquanto relação social – é também um modo definido de externarem sua atividade humano-genérica: a expressão de suas produções materiais e ideais. Para Marx, o processo de trabalho, sob a forma de um modo de produção específico, engendra um modo de vida, ou seja, como os indivíduos manifestam suas vidas:

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com *o que* produzem como também com *o modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. Essa produção aparece, primeiramente, com o *aumento da população*. Ela própria pressupõe, por sua vez, um *intercâmbio* [*Verkehr*] entre os indivíduos. A forma desse intercâmbio é, novamente, condicionada pela produção (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Existe uma unidade entre modo de produção e modo de vida, que formam a totalidade social e histórica. Para Marx, as condições materiais de existência, juntamente as relações sociais necessárias à produção e reprodução social, engendram um modo de vida típico de cada condição social. Essa condição social depende, fundamentalmente, do modo de produção historicamente estabelecido. Em termos conceituais, existe uma determinação fundamental do modo de produção que, por sua vez, engendra um modo de vida, ou seja, uma forma específica de intercâmbio entre indivíduos inseridos em processos de trabalho e cooperação social, que no real se apresentam como particularidades historicamente determinada.

Aprofundando quanto ao caráter geral e comum a toda forma particular da produção<sup>1</sup>, Marx e Engels (2007, p. 534) o compara a “*essência humana*”. Essa essência seria formada pelo conjunto das relações sociais, fundamentada no trabalho e mediada pelos meios de produção e representações sociais ou formas de tomada de consciência sobre o real. Emerge dessa compreensão o conceito de “*sociabilidade*”, ou seja, o conjunto de relações sociais constituídas a partir da relação entre modo de produção e modo de vida.

Portanto, o que dá forma a uma determinada sociabilidade é a forma como está organizada a cooperação social, o intercâmbio entre os indivíduos, o que, por sua vez, exige uma determinada divisão social do trabalho e relações de produção ou de propriedade. Essas relações se manifestam abstratamente nas regulações e legitimações sociais. Essas “*formas de tomada de consciência*”, por assim dizer, assumem, em cada contexto social, a configuração de representações na consciência da vivência cotidiana do modo de vida, influenciando decisivamente nas perspectivas existenciais dos indivíduos e no desenvolvimento das relações sociais (MARX, 1978).

A divisão do trabalho, fruto das mudanças nas forças sociais produtivas, engendra as divisões no processo de trabalho, na produção em si, mas também se propaga para além do núcleo da produção. Marx aponta para a divisão entre trabalho intelectual e manual, a divisão produtiva entre cidade e campo, entre interesses industriais e comerciais em oposição aos

---

<sup>1</sup> Para Marx (2011, p. 41), apesar de “produção” designar “*um determinado estágio de desenvolvimento social*”, uma época da “*produção de indivíduos sociais*”, é razoável procurarmos, na essência da produção em geral, aquilo que lhe é comum em todos os períodos históricos, ou seja, suas “*diferentes determinações*”, aquele “*algo multiplamente articulado*”. É na diferença entre esse “*Universal*” e as produções particulares que se constitui o desenvolvimento. Cf. Marx (2011, p. 41) “*se não há produção em geral, também não há igualmente produção universal. A produção é sempre um ramo particular da produção – por exemplo, agricultura, pecuária, manufatura, etc. – ou uma totalidade. [...] Finalmente, a produção também não é somente produção particular. Ao contrário, é sempre um certo corpo social, um sujeito social em atividade em uma totalidade maior ou menor de ramos de produção*”.

agrários, como o desenvolvimento da complexificação da produção social. A ideia aí é demonstrar como esses processos produtivos estão imbricados numa estrutura social e política que lhe dá forma e movimento (MARX, 1992; MARX; ENGELS, 2007). De um processo de produzir os meios necessários à manutenção e reprodução da própria vida, nascem novas necessidades em função da ação (da prática) e da necessidade de construção de instrumentos, a fim de obter condições para a reprodução social (que se estende desde a família, inicialmente, até as divisões mais complexas e extensas). A partir daí o trabalho passa de uma relação natural a uma relação social, com espaços, funções e práticas desiguais, como é organizada a divisão social do trabalho nas sociedades divididas em classes sociais.

Podemos sintetizar que é por meio do trabalho que os indivíduos engendram as condições necessárias para a produção de suas vidas, dentro de limites históricos particulares e transitoriamente determinados. Assim sendo, o trabalho é condição fundamental para que haja produção. Esta, por sua vez, é também fundamental para a interação e intercâmbio entre os indivíduos (vida social). E que sem essa cooperação não há relações sociais que produzam o modo de vida, ou seja, não há manifestação do *ser* (humano) *genérico*.

O desenvolvimento histórico da prática do trabalho repercutiu em todo o corpo físico e na organização social. O modo de vida engendrado *no* e *pelo* trabalho deu distintas funções aos órgãos do corpo. As mãos, que já não serviam apenas como suporte ao corpo na locomoção, mas também para subir em árvores e coletar frutos, fez com que o ancestral do homem desenvolvesse e as adaptasse pelo trabalho de coleta, hereditariamente. Para Engels, (2004) a distinção nos membros do corpo para funções diferenciadas para o trabalho e pelas necessidades do trabalho facultou ao cérebro, por exemplo, um funcionamento complexo, que culminou na racionalização sobre si e o meio existente:

[...] Em face de cada novo progresso, o domínio sobre a natureza, que tivera início com o desenvolvimento da mão, com o trabalho, ia ampliando os horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades até então desconhecidas. Por outro lado, o desenvolvimento do trabalho, ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta, e ao mostrar assim as vantagens dessa atividade conjunta para cada indivíduo, tinha de contribuir forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade (ENGELS, 2004, p. 18).

Associado ao desenvolvimento dos instrumentos de trabalho, da linguagem e da diversificação e aperfeiçoamento do trabalho, toda a capacidade criativa da sociedade, o desenvolvimento do modo de cooperação social e sua decorrente divisão em classes sociais,

teve contraditórias consequências sociais. O aumento da produção de riquezas converte-se no aumento da pobreza (material e espiritual) dos produtores diretos, afetando sua sociabilidade, uma vez que a produção, desde pelo menos a história escrita, está baseada na divisão do trabalho e nos antagonismos de classes. Conforme resumido n’*O Manifesto Comunista* (MARX; ENGELS, 2010), a produção econômica e a estrutura de relações sociais engendram de sua base a história política e intelectual do homem. E que, decorrente dessa estruturação, os intercâmbios antagonicos entre os indivíduos sociais fundamentam-se em **antagonismos de classes**, entre produtores diretos e apropriadores dos produtos da produção, entre exploradores e explorados. Possibilidades essas bem definidas por Engels (2004, p. 25), onde esse afirma que, a despeito de todo o complexo desenvolvimento das potencialidades criativas humanas e da divisão de classes entre concepção e execução do trabalho, “*a cabeça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela*”.

Nesse sentido, sem desconsiderar a necessidade ontológica do trabalho e seu papel na melhoria das condições de vida das sociedades, tanto em termos materiais quanto espirituais e morais, é imprescindível destacarmos que, ao longo do desenvolvimento histórico das sociedades, baseadas na divisão de classes, os modos de produção social converteram-se também em modos de exploração social, ou seja, um determinado modo de extração de trabalho excedente por meio do controle da produção, exigindo o controle tanto do interior do processo de trabalho quanto das mais diversas áreas do conjunto de relações sociais na sociedade como um todo. E que, na sociedade capitalista, o modo de produção social – que tem por objetivo o lucro e o aumento da produtividade – reduz e converte-se no modo de exploração social baseado na exploração das forças de trabalho e na dominação da classe trabalhadora pela burguesia e demais classes auxiliares. Como resultado desse movimento histórico, temos a obliteração das potencialidades emancipadoras do trabalho. Portanto, no estado contemporâneo de nossa sociabilidade, evidencia-se que é no uso capitalista das forças sociais produtivas que se desvia o trabalho de sua nobre e salutar função ontológica, quando este converte as forças sociais produtivas na lógica estreita e limitante do lucro, em escala cada vez mais globalmente generalizante, de modo violento e desumanamente contraditório às tendências ontológicas do trabalho e da produção social.

## 1.2 - O Trabalho e a (Re)Produção Social Capitalista

De acordo com Marx (2004b), no modo de produção capitalista, o modo de vida é constituído por alienação e estranhamento<sup>2</sup>. Isto porque, no processo de trabalho, em vez de encontrar condições para fruição da atividade vital, enquanto *ser genérico* livre e consciente, a configuração da concepção e da propriedade dos elementos aí contidos não resultam no reconhecimento do produtor direto com o ato de sua produção, com o produto de seu trabalho e com as relações sociais engendradas. Com a formação social baseada na divisão de classes sociais, em que os indivíduos ocupam posições definidas e desiguais na divisão social do trabalho, o produtor direto é expropriado tanto dos meios de produção quanto dos produtos de seu trabalho.

No modo de produção capitalista encontram-se engendradas as relações de produção burguesa, ou seja, a compra pelo capitalista da força de trabalho, que assume a forma de mercadoria. O trabalho fundado nesse tipo capitalista de produção transforma em mercadoria não apenas os objetos produzidos, mas o próprio trabalho e o trabalhador. Em consequência, temos o produto do trabalho como um ser estranho ao trabalhador. E o próprio trabalhador é estranho a sua própria atividade vital. Quanto mais ele produz e se desgasta no trabalho, e o que produz é apropriado por um terceiro (capitalista), *“tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (fremd) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si”* (MARX, 2004b, p. 81).

O estranhamento do produtor direto com relação ao produto produzido pela sua força de trabalho é a síntese da contradição entre o sujeito e sua produção, onde as maravilhas e riquezas criadas pelo trabalho humano são apropriadas pela classe dominante da produção em detrimento do produtor direto, que é subsumido pelo capital. Segundo Marx, estão presentes nesse processo dois aspectos:

---

2 A diferenciação conceitual entre as categorias “alienação” (*Entäusserung*) e “estranhamento” (*Entfremdung*), na obra de Marx, emerge de traduções mais recentes, realizadas diretamente dos manuscritos originais do autor em alemão. Não aprofundaremos em discussões etimológicas e disputas políticas em torno da hegemonia dentro do marxista. Mas partimos das contribuições trazidas por essas traduções, que distinguem a exteriorização da atividade vital do indivíduo (força de trabalho) e sua transferência para o produto do trabalho, na forma de valor-de-uso (alienação), da negação da realização humana enquanto ser genérico, contida na ontologia do trabalho, pela apropriação privada da riqueza produzida pelo trabalho (estranhamento). São, portanto, conceitos abstratos que expressam dois momentos e sentidos distintos do trabalho concreto que se complementam na compreensão da totalidade da exploração sobre o trabalhador, conforme evidenciaremos em seguida.

1) a relação do trabalhador com o *produto do trabalho* como um objeto estranho e poderoso sobre ele. Esta relação é ao mesmo tempo a relação com o mundo exterior sensível, com os objetos da natureza como um mundo alheio que se lhe defronta hostilmente. 2) A relação do trabalho com *ato da produção* no interior do *trabalho*. Esta relação é a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma [atividade] estranha não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração. A energia espiritual e física *própria* do trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é vida senão atividade – como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele. O *estranhamento-de-si* (*Selbstentfremdung*), tal qual acima o estranhamento da *coisa*. (MARX, 2004b, p. 83).

Como o trabalho na produção capitalista é configurado como mais um elemento no mercado do processo de valorização do capital, como capital na forma de mercadoria-trabalho, o trabalhador, como um ser autoconsciente, encontra sua atividade vital, o trabalho na produção do seu ser social, unicamente como meio para reproduzir as condições materiais de sua existência e de sua família, ou seja, enquanto meio para a reprodução privada de sua existência particular. Desta forma, em vez de realização do ser genérico, o trabalho se torna uma forma de estranhamento do homem com sua atividade vital e produtiva, com o produto dessa atividade e da relação com outros indivíduos envolvidos nessa produção. O trabalho estranhado faz da vida genérica meio de vida individual, engendrando uma sociabilidade individualista regida pela lógica da mercadoria.

N’A *Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007) apresentam o exemplo da “concorrência” como característica particular da individualista sociabilidade capitalista:

A concorrência isola os indivíduos uns dos outros, não apenas os burgueses, mas ainda mais os proletários, apesar de agregá-los. Por isso, transcorre sempre um longo período antes que os indivíduos possam se unir, sem contar que, para essa união - quando não for meramente local -, os meios necessários, as grandes cidades industriais e as comunicações acessíveis e rápidas, têm de primeiro ser produzidos pela grande indústria; e, por isso, todo poder organizado em face desses indivíduos que vivem isolados e em relações que diariamente reproduzem o isolamento só pode ser vencido após longas lutas. Exigir o contrário seria o mesmo que exigir que a concorrência não deva existir nessa época histórica determinada ou que os indivíduos devam apagar de suas mentes relações sobre as quais não têm nenhum controle como indivíduos isolados (MARX; ENGELS, 2007, p. 62).

A alienação e o estranhamento do produto do trabalho, da atividade vital e do ser, genérico significam o estranhamento do homem pelo próprio homem. Para Marx (2004b), equivale dizer às relações e conflitos de classes sociais. E que no capitalismo, representa a

dominação do processo de trabalho pela burguesia. O que vale dizer, também, que os meios de produção e a organização do trabalho assumem, como finalidade exclusiva, a valorização e reprodução do capital do burguês, via a expropriação de trabalho alheio ou produção de valor excedente (mais-valor).

Conforme Marx:

[...] Através do trabalho estranhado o homem engendra, portanto, não apenas sua relação com o objeto e o ato de produção enquanto homens que lhe são estranhos e inimigos; ele engendra também a relação na qual outros homens estarão para a sua produção e o seu produto, e a relação na qual ele está para com estes outros homens. Assim como ele [engendra] a sua própria produção para a sua desefetivação (*Entwirklichung*), para o seu castigo, assim como [engendra] o seu próprio produto para a perda, um produto não pertencente a ele, ele engendra também o domínio de quem não produz sobre a produção e sobre o produto. Tal como estranha de si a sua própria atividade, ele apropria para o estranho (*Fremden*) a atividade não própria deste (MARX, 2004b, p. 87).

As relações sociais de produção podem organizar e consolidar o trabalho, somando-se às forças produtivas existentes, como fonte de reconhecimento no ato de produção e na produção social; ou fonte de estranhamento no ato da produção e alienação na produção social sob a dominação e exploração burguesa. É de longo tempo que o controle acompanha a dominação do produtor direto no seu processo de trabalho. Os objetivos da produção sob a perspectiva do capital, segundo Marx (1968), é produzir valor de uso que tenha a possibilidade de se converter em valor de troca, ou seja, que seja destinada à venda como mercadoria. O capital exige a venda da mercadoria por um valor maior que o gasto em sua produção: mais-valor que se converterá em distintas identidades de rendas<sup>3</sup>.

3 Ao longo de todo *O Capital*, Marx se utiliza das formas de rendimento para analisar os diversos momentos da circulação e transformação do capital. No Capítulo LII do Livro 3, respondendo sobre o que constitui uma classe, afirma: “À primeira vista, a identidade das rendas e das fontes de renda. São três grandes grupos sociais, e seus componentes, os indivíduos que os constituem, vivem respectivamente de salário, de lucro e de renda fundiária, utilizando a força de trabalho, o capital e a propriedade fundiária” (MARX, 1991, p. 1013). E, ainda, na nota de rodapé nº 33, do Capítulo XXII do Volume 2 do Livro 1: “O leitor deve ter reparado que usamos a palavra renda em dois sentidos: para designar a mais valia como rendimento periódico do capital, e para designar uma parte desse rendimento que o capitalista consome periodicamente ou adiciona a seu fundo de consumo. Mantenho o emprego da palavra nesses dois sentidos, porque se harmoniza com a terminologia dos economistas ingleses (*revenue*) e dos franceses (*revenu*)” (MARX, 1968, p. 688). Isto dito, não nos parece incoerente a utilização do conceito de “renda” para compor (com outros elementos) a análise das classes sociais, nos sentidos utilizados por Marx, uma vez que são recursos heurísticos úteis para se compreender a identidade ou forma que o capital assume, a depender da posição que os indivíduos ocupam na divisão social do trabalho e aos seus correspondentes modos de vida, contribuindo para a análise da luta de classes, seja sobre aspectos da produção ou do consumo. Assim, as identidades e níveis de renda podem significar os limites para a reprodução dos meios de vida. Isto porque os conflitos de classes também se manifesta através da renda e da capacidade de consumo.

Desse modo, o processo de produção capitalista apresenta-se como processo de trabalho e processo de formação de valor, simultaneamente. E então, a transmutação de valores de uso na forma de matérias-primas e instrumento por meio de trabalho anterior (capital morto) a outros bens, em novos e consecutivos processos produtivos, é característica da complexificação do trabalho social por meio da ampliação da cooperação social. Um amplo processo de diversificação e especialização do processo de trabalho, não só local (processo de trabalho particular), mas geral (ramos industriais e sistemas nacionais e mundial de produção industrial).

Fruto dessa complexificação da cooperação é a divisão do trabalho que, na sociedade capitalista, ocorre por meio da radical divisão entre planejamento e execução do trabalho. No capitalismo, as atividades de planejamento contemplam também as funções de controle e de vigilância. Esse controle e vigilância apresentam-se, técnica e ideologicamente, como aperfeiçoamentos do processo produtivo quando reduz ou elimina desperdícios na valorização do capital, sob a perspectiva das classes que dominam a produção.

De acordo com Marx:

[...] Quando o processo de trabalho não é mais que um simples processo entre o Homem e a Natureza, seus elementos simples são comuns a todas as formas sociais de desenvolvimento do mesmo. Mas cada forma histórica concreta desse processo continua desenvolvendo suas bases materiais e suas formas históricas. Ao alcançar uma certa forma de amadurecimento, a forma histórica concreta é abandonada e deixa o posto para outra mais alta. A chegada do momento da crise se anuncia ao se apresentar e ganhar extensão e profundidade a contradição e o antagonismo entre as relações de produção correspondentes a elas, por um lado, e, por outro lado, as forças produtivas, a capacidade de produção e o desenvolvimento material da produção e sua forma social (MARX, 1992, p. 81).

A reprodução social do trabalho está estreitamente vinculada ao modo de vida do trabalhador, de maneira que, quando o trabalho é realizado na efetivação das potencialidades humanas, na busca da emancipação das necessidades humanas, o trabalho é fonte de realização e importância social; quando os objetivos da produção não se voltam às potencialidades humanas, mas sim à (re)produção da dominação e exploração de um grupo ou classe sobre outras (exploração do homem pelo homem), o trabalho se torna um peso na vida do trabalhador, afetando seu modo de vida, ou seja, sua sociabilidade e, conseqüentemente, suas aspirações e perspectivas. É dessa relação, por vezes contraditória, que se formam as perspectivas e consciências de classe, num processo de tomada de consciência das

necessidades de luta contra a “desefetivação” de suas potencialidades humano-genéricas, nos embates e conflitos com outras classes sociais, que resulta na sua afirmação enquanto classe.

Do trabalho exteriorizado (a forma dada pelo trabalhador à exteriorização de suas energias vitais) e a sua apropriação pelo capitalista, na forma de propriedade privada, resulta para Marx (2004b) que:

[...] a emancipação da sociedade da propriedade privada etc., da servidão, se manifeste na forma *política da emancipação dos trabalhadores*, não como se dissesse respeito somente à emancipação deles, mas porque na sua emancipação está encerrada a [emancipação] humana universal. Mas esta [última] está aí encerrada porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação (MARX, 2004b, p. 88).

Portanto, a reação da classe trabalhadora ao modo de exploração social, sob o qual a burguesia e suas classes auxiliares os impõe, encaminha para a negação ao modo de produção. E, em razão do papel fundamental que a classe trabalhadora desempenha na produção social, essa contestação e negação resulta na emancipação humana, pois traz como seu conteúdo não o reordenamento de posições no interior de relações de dominação, mas a eliminação da opressão humana que resulta da divisão de classes. Isto porque sua desumanização é fruto desta forma de estruturação da organização social.

A essa fonte de estranhamento social, representado pela forma capitalista de trabalho, acompanha sempre uma organização do processo de trabalho estranhado, precarizada e intensificado, tornando as práticas objetivas e subjetivas, além de objetivação de utilidade social (valor de uso), em um meio de enriquecimento e subordinação por parte da burguesia e suas classes sociais auxiliares (mais-valor). Essa condição negativa só é possível a partir do desenvolvimento da divisão social do trabalho, principalmente daquela divisão entre trabalho manual (produtores diretos) e trabalho intelectual (função de organização, direção, controle, disciplinarização e “espiritualização” social). Nota-se a importância das relações sociais de produção na definição das condições do trabalho e, conseqüentemente, no caráter social do trabalho, produtor de riquezas e misérias sociais.

Em resumo: há nessa concepção histórica um elemento fundamental que caracteriza o ser genérico do homem: a intencionalidade consciente. À medida que o homem se desenvolve por meio do trabalho, este adquire um caráter cada vez mais consciente e organizado socialmente. Com maior racionalidade e complexificação, no trabalho e pelo

trabalho, a organização social se reconfigura, tornando a produção cada vez mais coletiva. A cooperação, por sua vez, exige dos homens comunicação, interação e diversificação dos processos de trabalho. As necessidades refletem na consciência e, por meio do trabalho planejado e intencional, criam condições de se emancipar dos seus limites naturais.

A possibilidade do conhecimento do homem sobre a natureza não quer dizer que se efetive inevitavelmente todo esse potencial, posto que o homem, mesmo ao tentar superar os limites naturais de suas necessidades vitais, não se separa da natureza, estando, pois, submetido às suas leis e movimentos<sup>4</sup>. Portanto, o conhecimento e o desenvolvimento humano repercutem sobre a sociedade de diversas formas, podendo voltar-se contra ela. Essas mudanças exigem maior controle sobre as consequências físicas e sociais da produção. Essas compreensões, aparentemente óbvias, necessitam de ser evidenciadas para que possamos compreender as necessidades e constrangimentos que o capital encontra em seu desenvolvimento e expansão e que resultam no modo de exploração social, dentro e fora do processo produtivo em si. Até porque, em tempos de cinismo e obscurantismo, é preciso reafirmar o óbvio.

### **1.3 - A (Re)Produção Capitalista e a Organização do Processo de Trabalho**

Podemos definir “indústria” como processo de transformação de matéria-prima que fabrica mercadorias, de modo manual ou tecnologicamente. E nesse sentido podemos observar processos industriais anteriores ao próprio capitalismo. Entretanto, em sua fase manufatureira, a indústria se difere do artesanato, por exemplo, em função da escala de sua produção mas, fundamentalmente, pela forma como o processo de trabalho em si é organizado, ou seja, pela função desempenhada pelo trabalhador e os instrumentos de trabalho e a divisão das tarefas no interior da produção. A essa forma de organizar a produção também corresponde uma determinada organização da sociedade, resultando no que Marx (1968) denomina de produção social. O conceito de fábrica (base elementar da indústria) está alicerçado na divisão do trabalho a partir de funções especializadas com o auxílio de instrumentos de trabalho ou máquinas-ferramentas. Nesse sentido, poderemos ter a

---

<sup>4</sup> Basta nos debruçarmos um pouco sobre as limitações das construções humanas para tentar evitar os desastres naturais que sacodem o mundo há bilhões de anos e que colocam um sem número de pessoas à mercê das forças da natureza.

transformação de matérias-primas, em fábricas de processamento; e a combinação de peças pré-fabricadas, em fábricas de montagem (SANDRONI, 1987).

De acordo com Marx (1968; 2011), se a manufatura já representou uma significativa mudança na produção e na organização social em relação ao artesanato, a maquinaria ou “sistema de máquinas” acarretou mudanças ainda mais significativas. A diferença fundamental entre essas duas formas de produção fabril está na relação do trabalhador com o instrumento de trabalho. Para mais bem entender, façamos uma comparação. A essência das transformações introduzidas pela manufatura está na utilização da força de trabalho, alicerçada na divisão de tarefas, a partir do processo de especialização hierárquico, ou seja, configura-se uma cooperação simples. A manufatura retirou da produção artesanal a centralidade do trabalhador individual (a centralidade do mestre e seu ofício) e seu domínio sobre os instrumentos de trabalho, o modo de trabalho e sobre o grupo de trabalho. O processo de trabalho manufatureiro coloca em cena a figura do trabalhador coletivo, com a reunião de vários indivíduos distribuídos em torno de um mesmo processo de trabalho. Entretanto, o instrumento de trabalho ainda é subordinado à força de trabalho, uma vez que os movimentos e o ritmo da produção são ainda determinados muito mais pelo trabalhador do que pela máquina (esta ainda depende muito da força humana ou de seu controle sobre a força animal). Enquanto isso, a essência das transformações na produção introduzidas pela maquinaria está na utilização do instrumento de trabalho, que ganha centralidade na produção. Com a maquinaria, os trabalhadores obedecem aos movimentos e ritmos impressos pelo sistema de máquinas-ferramentas, que é composto por motor, a transmissão e a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho. A divisão do trabalho já não mais se baseia na tradição, mas é agora puramente técnica (com distinção para o pessoal de controle: engenheiros, mecânicos, supervisores, etc.). O maquinário se emancipa da força de trabalho, subordinando-a aos seus ritmos e movimentos.

É com o advento da última parte desse sistema, a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho, que se iniciam as profundas transformações na produção e na organização social a partir do século XVIII. De acordo com Marx:

[...] A máquina-ferramenta é portanto um mecanismo que, ao lhe ser transmitido o movimento apropriado, realiza com suas ferramentas as mesmas operações que eram antes realizadas pelo trabalhador com ferramentas semelhantes. Provenha a força motriz do homem ou de outra máquina, a coisa não muda em sua essência. Quando a ferramenta propriamente dita se transfere do homem para um mecanismo, a máquina

toma o lugar da simples ferramenta. A diferença salta aos olhos, mesmo quando o homem continua sendo o primeiro motor. O número de ferramentas com que o homem pode operar ao mesmo tempo é limitado pelo número de seus instrumentos naturais de produção, seus órgãos físicos. [...] O número de ferramentas com que opera simultaneamente a máquina-ferramenta emancipa-se, desde o início, da barreira orgânica que a ferramenta manual de um trabalhador não podia ultrapassar (MARX, 1968, p. 426).

Com a maquinaria desaparece o princípio subjetivo da divisão do trabalho, presente nos processos de trabalho anteriores em que o processo era adaptado ao trabalhador, ou seja, suas habilidades quase artísticas e seus limites orgânicos, que agora passa a ser elaborado objetivamente com a aplicação técnica e científica centrada no sistema de máquinas. Essas transformações representaram profundas e apavorantes mudanças na sociabilidade da época. A concentração populacional nas cidades em torno das grandes e esfumaçadas fábricas, com seus ritmos constantes, intensos e ininterruptos movimentos, colocavam homens, mulheres e crianças como vigias desse imenso “monstro mecânico” representado pelo sistema de máquinas.

Um ponto extremamente relevante a se ressaltar sobre essas transformações é como as mudanças científicas e tecnológicas foram criadas sobre bases técnicas e sociais anteriores para, a partir daí, remover os obstáculos que estas mesmas bases técnicas e sociais anteriores representavam às potencialidades da maquinaria. Os hábeis trabalhadores do período manufatureiro serviram como condição das invenções tecnológicas, que exigia um tipo novo de trabalhador de modo a substituir a natureza semi-artística de origem artesanal:

[...] As invenções de Vaucanson, Arkwright, Watt e outros só puderam concretizar-se, porque eles encontraram à mão um número apreciável de hábeis trabalhadores mecânicos, que vieram do período manufatureiro. Uma parte desses trabalhadores era constituída de artesãos independentes, de profissões diversas, e outra estava concentrada nas manufaturas onde reinava, conforma já vimos, rigorosa divisão do trabalho. Com a afluência das invenções e a procura crescente de novas máquinas inventadas, cada vez mais se diferenciava em ramos autônomos diversos a produção de máquinas e se desenvolvia a divisão do trabalho nas manufaturas que construíam máquinas. A manufatura se constitui assim em base técnica imediata da indústria moderna. A primeira produzia a maquinaria com que a segunda eliminava o artesanato e a manufatura nos ramos de produção de que se apoderava. A produção mecanizada se erguia naturalmente sobre uma base material que lhe era inadequada. Atingindo certo estágio de desenvolvimento, tinha ela de remover essa base que encontrou pronta e aperfeiçoou em sua forma antiga, para estabelecer nova base adequada a seu modo de produção (MARX, 1968, p. 435).

O trabalho na fábrica, sob o sistema de máquinas-ferramentas, se distancia cada vez mais do caráter semi-artístico para se configurar num processo mecânico torturante, como atividade desprovida de humanidade, de sentido, de vida. Esse caráter se aprofunda com a intensa separação entre atividades físicas e intelectuais. O que, em termos sociais, faz emergir, da fábrica para o conjunto da sociedade, a importância da disciplina e do respectivo controle por parte da supervisão do processo produtivo. A fábrica fornece os elementos para a formação de uma nova classe média<sup>5</sup>: a autocracia do capital.

Para compreendermos a situação do trabalho contemporâneo é necessário compreendermos as relações deste com as necessidades de reestruturação do capital. E para tanto, é necessário compreender que, no capital, enquanto relação social, há o que Marx (2011) caracterizou como “*função civilizadora*”, qual seja a ampliação da capacidade de transformação e apropriação da natureza; a intensificação do intercâmbio entre os indivíduos na produção e na sociedade em escala mundial, por meio da interdependência dos processos de produção e circulação (consumo produtivo e improdutivo); dos meios de intercâmbios e comunicação em escala global (especialmente entre os trabalhadores, que assumem, cada vez mais, o caráter de trabalhadores coletivos); a redução do tempo de trabalho ao mínimo necessário à produção de excedentes; multiplicação e barateamento dos bens necessários à subsistência, resultando na redução de custos para a reprodução da força de trabalho.

A maquinaria em si é um avanço da humanidade sobre a natureza, inclusive, graças as habilidades e engenhos da classe trabalhadora e seus saberes. As contradições e antagonismos inerentes ao seu uso decorrem, entretanto, da aplicação capitalista desses avanços. A passagem abaixo demonstra como as transformações na produção, implementadas

---

5 É comum em alguns intérpretes do marxismo a negação ao uso da categoria “classe média” ou “classes médias”, principalmente por leitores desatentos ou com intuítos dogmáticos e sectários que almejam a distinção política e epistemológica com correntes de pensamento que utilizam dessa categoria mais tradicionalmente (como os liberais, por exemplo). Podemos afirmar que são intelectuais que pretendem se colocar no debate político e acadêmico como mais marxistas que o próprio Marx. Evidência disso é que o próprio Marx, n’*O Capital* (1968), utiliza dessa categoria em, pelo menos, quatro momentos (páginas 747, 766, 874 e 882) para designar tanto frações da classe trabalhadora (artesão, camponês) e frações da burguesa ou “classes proprietárias” (pequenos industriais, pequenos comerciantes, etc.). Nessas passagens Marx se utiliza da categoria “classe média”, ou ainda “classes médias inferiores” para designar grupos que estão em condições econômicas e sociais de maior vulnerabilidade para a reprodução dos seus meios de vida (pauperismo), em virtude da exploração da burguesia e, por isso, podem se confrontar com ela, mesmo não representando um confronto revolucionário (especificidade do proletariado naquele momento histórico). Partindo dessa compreensão sociológica de Marx, o uso da categoria neste momento do nosso trabalho diz respeito a um conjunto de indivíduos que exercem a função de controle e vigilância sobre o processo de trabalho e aqueles profissionais (liberais ou assalariados) que auxiliam a burguesia no controle e disciplinarização do trabalho e da classe trabalhadora, como forma de distingui-los conceitualmente dos produtores de mais-valor.

de modo capitalista, promovem transformações nos modos de vida anteriores a ele, e carrega consigo as contradições inerentes a esse modo de produção social da vida:

Portanto, da mesma maneira que a produção baseada no capital cria, por um lado, a indústria universal - isto é, trabalho excedente, trabalho criador de valor -, cria também, por outro lado, um sistema da exploração universal das qualidades naturais e humanas, um sistema da utilidade universal, do qual a própria ciência aparece como portadora tão perfeita quanto todas as qualidades físicas e espirituais, ao passo que nada aparece elevado-em-si-mesmo, legítimo-em-si-mesmo fora desse círculo de produção e troca sociais. Dessa forma, é só o capital que cria a sociedade burguesa e a apropriação universal da natureza, bem como da própria conexão social pelos membros da sociedade. Daí a grande influência civilizadora do capital; sua produção de um nível de sociedade em comparação com o qual todos os anteriores aparecem somente como desenvolvimentos locais da humanidade e como idolatria da natureza. Só então a natureza torna-se puro objeto para o homem, pura coisa da utilidade; deixa de ser reconhecida como poder em si; e o próprio conhecimento teórico das suas leis autônomas aparece unicamente como ardil para submetê-la às necessidades humanas, seja como objeto do consumo, seja como meio da produção. O capital, de acordo com essa sua tendência, move-se para além tanto das fronteiras e dos preconceitos nacionais quanto da divinização da natureza, bem como da satisfação tradicional das necessidades correntes, complacentemente circunscrita a certos limites, e da reprodução do modo de vida anterior. O capital é destrutivo disso tudo e revoluciona constantemente, derruba todas as barreiras que impedem o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação das necessidades, a diversidade da produção e a exploração e a troca das forças naturais e espirituais (MARX, 2011, p. 333).

Em Marx e Engels (2010), temos a caracterização das forças sociais produtiva posto em movimento pela burguesia, na disseminação impositiva de seu modo de produção social. Os autores destacam a necessidade burguesa em revolucionar incessantemente os meios de produção e as relações sociais de produção, não só no ambiente de trabalho, mas em toda a sociedade. Em razão do aumento da demanda por mercadorias pelo adensamento populacional urbano e do fornecimento para as colônias é que se exigiu o aumento da produtividade por meio da maquinaria. Foi desse modo que a aglomeração de meios de produção usados em comum (fornos, vapor, motores, instalações, etc.) nas cidades e a concentração de trabalhadores em torno da produção subsidiou o aumento da produtividade, mas também aumentou a demanda por meios de subsistência. A relação do antigo modo de produção com o modo de produção burguês é marcada pela insegurança, pelo abalo entre conservação e subversão contínua:

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações

sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as reações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens. [...] Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. [...] No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações (MARX; ENGELS, 2010, p. 45).

O capital procura constantemente o aumento da produção (produção em massa) mediante a diminuição do tempo necessário para a produção de excedente. É, portanto, inerente a essa tendência a necessidade de se diminuir o custo da força de trabalho (valor antecipado ao trabalhador na forma de salário) como forma de aumentar o mais-valor produzido enquanto trabalho excedente. Em consequência do aperfeiçoamento dos meios de produção, a introdução das máquinas-ferramentas, longe de representar diminuição do esforço físico e espiritual dos trabalhadores, servem, no modo de produção capitalista, para baratear as mercadorias. Resulta daí a criação das condições para suplantarem outros modos de produção (como o artesanato e produção comunal), circulando com mais naturalidade sua excessiva produção (superprodução) (MARX, 1968).

Porém, com a introdução do sistema automático, se por um lado o capital diminui o *quantum* de valor presente no capital variável (*i.e.* força de trabalho) e, conseqüentemente alcança o barateamento da mercadoria, por outro, diminui também o *quantum* de valor presente no produto transferido pelo tempo de trabalho nele contido. O avanço da maquinaria exige, essencialmente, maior demanda por instrumentos e matéria-prima e menor emprego de força de trabalho simultaneamente. A possibilidade de deslocamento de força de trabalho de um setor ou ramo da produção a outro é estrangido pela ampliação do uso da maquinaria nesses mesmos setores. Cumpre-se então a tendência ao desemprego e do afastamento do trabalhador dos meios de vida necessário à sua reprodução (na forma de salário) sob a aplicação capitalista da maquinaria.

É a partir da maquinaria que o trabalhador se vê em combate contra o seu instrumento de trabalho, posto que este assume a configuração de material do capital. Primeiramente porque o ameaça ao desemprego quando o aumento da produtividade cria a

população supérflua. E depois quando o poder da maquinaria é usado para o ameaçar contra greves. É o emprego da ciência e da técnica no combate às resistências políticas. Muitos inventos foram criados nesse período, motivados a combater greves de trabalhadores, contra a centralidade do saber-fazer do trabalhador e contra a redução da jornada de trabalho (MARX, 1968).

A apropriação do tempo é outra conquista para o capital. O prolongamento da jornada de trabalho é exigido como forma de colocar em circulação o máximo possível o capital contido na máquina-ferramenta, sob o risco de depreciação do capital aí contido. E também, com a maquinaria, há o incremento da força de trabalho de mulheres e crianças, uma vez que não se exige tanto desenvolvimento muscular. Resulta daí a apropriação do tempo não só individual, mas familiar. E, com a falta de tempo para as atividades domésticas, ampliam-se as necessidades de mercadorias e serviços domésticos, resultando no aumento do custo de vida. Ou seja: o uso capitalista da maquinaria precarizou o modo de vida da classe trabalhadora desde o seu início, quando mercantilizou os hábitos alimentares, a saúde física e doméstica, reduziu o tempo livre e o tempo de não produção, etc. Enfim, colocou em ação a tendência de aumento do grau de exploração da força de trabalho e, além, a degradação moral dos indivíduos, seja pelo uso sistêmico do pauperismo, como forma de barateamento dos salários (concorrência no mercado de trabalho), seja pelo adoecimento de homens, mulheres e crianças, em razão da extensão e intensificação da jornada de trabalho, seja pela insalubridade das fábricas, seja pela obliteração intelectual de crianças:

[...] A obliteração intelectual dos adolescentes, artificialmente produzida com a transformação deles em simples máquinas de fabricar mais valia, é bem diversa daquela ignorância natural em que o espírito, embora sem cultura, não perde sua capacidade de desenvolvimento, sua fertilidade natural. Esta obliteração forçou finalmente o Parlamento inglês a fazer da instrução elementar condição compulsória para o emprego “produtivo” de menores de 14 anos em todas as indústrias sujeitas às leis fabris. O espírito da produção capitalista resplandecia vitorioso na redação confusa das chamadas cláusulas de educação das leis fabris, na falta de aparelhagem administrativa, que tornava frequentemente ilusória a obrigatoriedade do ensino, na oposição dos próprios fabricantes contra essas obrigatoriedades e nas suas manhas e trapaças para se furtarem a ela (MARX, 1968, p. 455).

E, ainda:

A aplicação capitalista da maquinaria cria motivos novos e poderosos para efetivar a tendência de prolongar sem medida o dia de trabalho e revolucionar os métodos de

trabalho e o caráter do organismo de trabalho coletivo de tal forma que quebra a oposição contra aquela tendência. Demais, ao recrutar para o capital camadas da classe trabalhadora que antes lhe eram inacessíveis e ao dispensar trabalhadores substituídos pelas máquinas, produz uma população trabalhadora excedente, compelida a submeter-se à lei do capital. Daí esse estranho fenômeno da história da indústria moderna: a máquina põe abaixo todos os limites morais e naturais da jornada de trabalho. Daí o paradoxo econômico que torna o mais poderoso meio de encurtar o tempo de trabalho no meio mais infalível de transformar todo o tempo da vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho de que pode lançar mão o capital para expandir seu valor. “Se as ferramentas”, sonhava Aristóteles, o maior pensador da antiguidade, “atendendo às nossas ordens e aos nossos desejos pudessem executar as tarefas para que foram feitas, como os engenhos de Dédalo que se movimentavam por si mesmo, ou as trípedes de Vulcano que se punham a executar espontaneamente seu trabalho sagrado, se as lançadeiras do tecelão tecessem sozinhas, o mestre de ofício não precisaria de auxiliares, nem os senhores de escravos” (MARX, 1968, p. 465).

Pressupondo que no modo de produção capitalista está presente a unidade<sup>6</sup> entre processo de trabalho e processo de valorização, Marx (1968) aponta a contradição interna dessa unidade:

[...] O capital faz o operário trabalhar agora não com a ferramenta manual, mas como a máquina que maneja os próprios instrumentos. Um primeiro exame põe em evidência que a indústria moderna deve aumentar extraordinariamente a produtividade do trabalho, ao incorporar as imensas forças naturais e a ciência ao processo de produção; o que não está claro, entretanto, é se essa elevada produtividade não se realiza a custo de maior dispêndio do trabalho. [...] Enquanto a máquina possui valor e consequentemente transfere valor ao produto, ela constitui um componente do valor do produto. Em vez de barateá-lo, encarece-o na proporção de seu próprio valor. [...] De início, é mister observar que as máquinas entram por inteiro no processo de trabalho e apenas por partes no processo de formação do valor. Nunca acrescentam mais valor do que o que perdem com seu desgaste médio. Há, portanto grande diferença entre o valor da máquina e a parte do valor que ela transfere periodicamente ao produto. Há uma grande diferença entre o papel que a máquina desempenha na formação do valor do produto e o que desempenha na formação do produto. E quanto mais dure a máquina repetindo o mesmo processo, tanto maior a diferença (MARX, 1968, p. 441).

Em contradição à tendência expansionista e concentradora, o capital enfrenta dificuldades e entraves, devido à competição entre os capitalistas, na busca por lucro e da luta da classe trabalhadora na resistência à exploração burguesa. Torna-se necessário ao capital adotar estratégias de ampliação do mais-valor e, ao mesmo tempo, tenta driblar a tendência de queda da taxa de lucro, decorrente de sua inerente superprodução e redução do trabalho vivo

<sup>6</sup> Cf. Marx (2004a, p. 67): “*Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade de processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias*”.

na produção, conforme citação acima. As condições e momentos das reestruturações produtivas do capital são determinadas pelos ciclos industriais que sucedem-se nas seguintes etapas, conforme análise histórica de Marx: atividade moderada; relativa prosperidade que, impulsionada pela concorrência, exige a redução de custos; avanço tecnológico e organizacional; superprodução, decorrente do aumento da produtividade; crise, decorrente da tendência a queda da taxa de lucro; e estagnação, reiniciando assim o ciclo industrial (MARX, 1968; 2011).

É nesse contexto que a produtividade do processo de trabalho torna-se foco principal da estratégia capitalista. No desenvolvimento histórico do processo de trabalho industrial dois elementos se combinam: o mais-valor absoluto, caracterizado pelo aumento da produção com aumento da jornada de trabalho; e o mais-valor relativo, caracterizado pelo aumento da produção com o aumento da produtividade do trabalho, acarretando, em ambos os casos, mas de formas diferenciadas, intensificação do trabalho.

De acordo com Marx:

Como vimos, a tendência necessária do capital é o aumento da força produtiva do trabalho e a máxima negação do trabalho necessário. A efetivação dessa tendência é a transformação do meio de trabalho em maquinaria. Na maquinaria, o trabalho objetivado se contrapõe materialmente ao trabalho vivo como o poder dominante e como subsunção ativa deste a si, não só por meio da apropriação do trabalho vivo, mas no próprio processo real de produção; a relação do capital como valor que se apropria da atividade valorizadora é posta no capital fixo, que existe como maquinaria, ao mesmo tempo como a relação do valor de uso do capital com o valor de uso da capacidade de trabalho; o valor objetivado na maquinaria aparece, ademais, como um pressuposto, diante do qual o poder valorizador da capacidade de trabalho individual desaparece como algo infinitamente pequeno; por meio da produção em massas enormes, que é posta pela maquinaria, desaparece igualmente do produto qualquer relação com a necessidade imediata do produtor e, em consequência, com o valor de uso imediato; na forma como o produto é produzido e nas condições em que é produzido já está posto que ele é produzido exclusivamente como portador de valor, e seu valor de uso é simples condição para isso. O próprio trabalho objetivado aparece imediatamente na máquina não só na forma do produto ou do produto empregado como meio de trabalho, mas na forma da própria força produtiva. [...] A maquinaria aparece, portanto, como a forma mais adequada do capital fixo, e o capital fixo, na medida em que o capital é considerado na relação consigo mesmo, como a forma mais adequada do capital de modo geral (MARX, 2011, p. 581-582).

A despeito das discussões que essa mudança na produção capitalista suscitou na intelectualidade contemporânea, é importante salientar, como faz o próprio Marx (1968; 2011), que o trabalho não deixa de ser o veículo de transferência de valor ao produto. A

estratégia capitalista de diminuir o *quantum* de capital variável – o qual a força de trabalho, no ato da produção, se insere –, em relação ao *quantum* de capital fixo – onde se insere os instrumentos de produção, como a maquinaria –, evidencia que a produção e a valorização estão agora baseadas no trabalho acumulado no capital fixo, ou seja, no tempo de trabalho socialmente necessário, presente na maquinaria enquanto mercadoria consumida no processo de produção. A transferência de valor presente na introdução da maquinaria se dá: 1) na media em que possui valor, como trabalho objetivado; e 2) aumente a proporção de trabalho excedente em relação ao trabalho necessário, com a diminuição do tempo de produção e, conseqüentemente, aumento da produtividade do trabalho.

Nesse sentido:

Trata-se, portanto, de um palavreado burguês extremamente absurdo dizer que o trabalhador reparte com o capitalista porque este último, devido ao capital fixo (que, aliás, também é produto do trabalho e nada mais que *trabalho alheio* apropriado pelo capital), lhe facilita ou abrevia o trabalho (por meio da máquina, ao contrário, ele despoja o trabalho de toda a sua autonomia e de todo seu caráter atraente). [...] Na verdade, por meio desse processo o *quantum* de trabalho necessário para a produção de certo objeto é reduzido a um mínimo, mas só para que, com isso, um máximo de trabalho seja valorizado em um máximo de tais objetos (MARX, 2011, p. 585).

Logo, a descentralização do trabalho no processo produtivo é mera questão de perspectiva político-ideológica, e não obedece a um rigor analítico fundada nas tendências materiais e, portanto sociais, do modo de produção capitalista. Essas distinções se fazem necessárias para compreendermos as tendências do capital quanto à organização do processo de trabalho (já presentes desde a época de Marx) e como estas se desenvolveram ao longo do século XX.

O efeito mais significativo da busca incessante pela eficiência produtiva sobre o trabalhador diz respeito ao tempo, tanto na produção quanto para além dela. Thompson (2010, p. 269) nos apresenta uma análise interessante sobre o controle do tempo como elemento fundamental no cotidiano das novas urbes, no período inicial do desenvolvimento industrial. Para ele, é importante saber até que ponto o desenvolvimento da produção industrial, associado à disciplina do trabalho, influi na noção de tempo, fundamentalmente na maneira como o senso de tempo influenciou na percepção íntima dos trabalhadores. Partindo do pressuposto que a transição para a sociedade industrial acarretou uma reestruturação rigorosa dos hábitos de trabalho (disciplina, estímulo e “*uma nova natureza humana*”), a partir do

momento que se contrata mão-de-obra, instaura e conflituam-se, então, o “tempo do empregador” e o “próprio tempo” do trabalhador. Nesse instante, torna-se necessária, para a produção, a preocupação com a eficiência produtiva na forma de controle do tempo de trabalho contra o desperdício. O predominante nesse processo não é a tarefa e, sim, o valor do tempo, o custo, o seu gasto, aquilo que é possível ser transferido para o produto final.

Um instrumento importante no controle do tempo (tanto no trabalho quanto na organização e estruturação da vida urbana) foi o relógio, que possibilitou a contagem e, por conseguinte, a sincronização do trabalho. Para o Thompson (2010, p. 268) “*à medida que o século XVII avança, a imagem do mecanismo do relógio se expande, até que, com Newton, toma conta do Universo. E pela metade do século XVIII (se confiarmos em Sterne) o relógio já alcançara níveis mais íntimos*”. Em referência àquela distinção apresentada por Marx e Engels (2007) entre indivíduo particular e indivíduo de classe ou social, Thompson afirma que é característica das sociedades industriais “maduras” a administração do tempo e a demarcação da separação entre “trabalho” e “vida”. E essa forma de disciplinar o tempo do “*homem industrial*” contou com o metodismo, o stalinismo e os nacionalismos para a sua expansão ao mundo “em desenvolvimento”.

Thompson (2010) destaca a importância de alguns indivíduos na construção e ampliação do controle do tempo, como forma de sobre-explorar a força de trabalho. Partindo da apologia puritana de Benjamim Franklin, que era amigo do inventor do relógio “automático” (John Whitedurst, de Derby), destaca:

[...] Em certo sentido, é apropriado que o ideólogo que deu a Weber o texto central para ilustrar a ética capitalista não viesse do Velho Mundo, mas do Novo - o mundo que devia inventar o relógio de ponto, preparar o caminho para o estudo de tempo-e-movimento, e atingir o seu apogeu com Henry Ford. [...] Por meio de tudo isso - pela divisão de trabalho, supervisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes - formaram-se novos hábitos de trabalho e impôs-se uma nova disciplina de tempo. A mudança levou às vezes várias gerações para se concretizar (como nos Potteries), sendo possível duvidar até que ponto foi plenamente realizada: ritmos de trabalho irregulares foram perpetuados (e até institucionalizados) no século atual, especialmente em Londres e nos grandes portos (THOMPSON, 2010, p. 297).

A partir do século XIX, a propaganda do uso econômico do tempo, dirigida aos trabalhadores, teve no casamento do puritanismo com o capitalismo industrial o agente de conversão das novas avaliações do tempo, passando pelo ensino das crianças, pela equação “*tempo é dinheiro*”. O seu contrário, a sua oposição no capitalismo industrial ocidental, é

apresentada pelo autor na figura da rebeldia boêmia, como uma forma de desqualificar a supremacia dos valores de tempo moral e economicamente respeitáveis. De modo exemplar, a festa torna-se a antítese e o protesto contra a regulamentação racionalizada e economicista do tempo moderno.

### 1.3.1 - O Taylorismo

Partiremos agora para a análise das formas predominantes de controle do processo de trabalho levado adiante pelo capitalismo. Foram com as pesquisas sistematizadas de Taylor que se aprofundou uma maior racionalização sobre o processo de trabalho. Para a organização “científica” da produção buscou-se um maior aproveitamento do tempo e dos movimentos no processo de trabalho, que só foi possível por meio de um maior controle sobre a força de trabalho. Portanto, a busca pela eficiência e controle do desperdício de capital (tanto da matéria-prima, quanto dos instrumentos e da força de trabalho) visava à maior produtividade.

Esses objetivos atendiam às necessidades do capital que Taylor - em resposta ao pronunciamento do presidente estadunidense Teodoro Roosevelt -, denominou como “*o problema da eficiência nacional*”.

Assim define o autor:

Observamos o devastamento de nossas florestas, o desperdício de nossas forças hidráulicas, a erosão de nosso solo, arrastado para o mar pelas enxurradas e o próximo esgotamento de nossas jazidas de carvão e ferro. Mas, por menos visíveis e menos tangíveis, estimamos superficialmente os maiores desgastes que ocorrem todos os dias, em função do esforço humano e decorrentes de nossos atos errôneos, mal dirigidos ou ineficientes, os quais Mr. Roosevelt considera como expressivos da falta de eficiência nacional (TAYLOR, 1970, p. 26).

Para tanto, o autor estabelece como meta formas mais eficientes de cooperação no trabalho por meio do treinamento e formação dos trabalhadores no processo produtivo imediato, de modo que o trabalhador possa executar suas tarefas num ritmo mais rápido e mais eficiente, de acordo com as aptidões naturais de cada indivíduo. O sistema de administração de pessoal torna-se o fundamento da produção sob direção racional. Taylor busca, com isso, institucionalizar a racionalização de tarefas em todas as atividades humanas

como, por exemplos citados pelo autor, nas igrejas, institutos filantrópicos, universidades, serviços públicos e até mesmo nos lares. E não só ao trabalho na indústria ou nas empresas, tornando assim o que definimos como um modo de vida, ou seja, o conjunto das relações sociais.

Em sua perspectiva liberal, Taylor (1970, p. 29) acreditava que o seu sistema de administração “científica” teria como objetivo “*assegurar o máximo de prosperidade ao patrão e, ao mesmo tempo, o máximo de prosperidade ao empregado*”, tornando assim a única forma de se conseguir a eficiência nacional. O máximo de prosperidade seria garantido com os frutos da eficiência produtiva na forma de grandes dividendos, desenvolvimento produtivo, prosperidade permanente, salários mais altos<sup>7</sup>, aproveitamento dos homens de modo mais eficiente e tipos de trabalho mais elevados quanto a sua complexidade, eficiência e rendimentos.

Taylor conceitua prosperidade atrelada à eficiência, e estes como resultados de redução de custos e energias na produção, conforme podemos ver na citação seguinte:

Ninguém ousará negar que o indivíduo atinge sua maior prosperidade, isoladamente<sup>8</sup>, quando alcança o mais alto grau de eficiência, isto é, quando diariamente consegue o máximo rendimento. Este fato é também evidente, ao trabalharem juntos dois homens. [...] No caso duma indústria mais complexa, estará perfeitamente esclarecido que poderá ser obtido a maior prosperidade permanente do operário, acompanhada da maior prosperidade permanente do patrão, quando o trabalho da empresa for realizado com o menor gasto de esforço humano, combinado com o menor gasto das matérias-primas, com a inversão de capital em instalação de máquinas, em edifícios, etc. Ou, por outras palavras, que a maior prosperidade decorre da maior produção possível dos homens e máquinas do estabelecimento, isto é, quando cada homem e cada máquina oferecem o melhor rendimento possível. [...] Em uma palavra, o máximo de prosperidade somente pode existir como resultado do máximo de produção (TAYLOR, 1970, p. 30-31).

O autor aponta como o maior entrave à implantação de seu novo sistema de administração a “*vadiagem*” ou a “*cera*” feita pelo trabalhador, que o impedem de atingir o máximo de sua eficiência, ocasionando maior desperdício das forças produtivas. Para ele são três as causas da “*vadiagem*” no trabalho: 1) a noção, por parte dos trabalhadores, de que o

7 Como forma de incentivo ao “*esforço excedente*” feito pelo trabalhador, por diversas vezes o autor apresenta as vantagens de retribuir-lhe com um aumento de até 60% referente ao salário comum. Porém, ele ressalta que, quando é repassado algo mais que esse percentual, aquele excedente não se mostra constante, e muitas vezes os trabalhadores tornam-se “*negligentes, extravagantes e dissipados*”. Taylor chega a afirmar que “*por outras palavras, nossas experiências demonstraram que, para a maioria dos homens, não convém enriquecer depressa*” (TAYLOR, 1970, p. 76).

8 Em outra passagem, o autor afirma que, quando reunidos em grupo, os trabalhadores se tornam menos eficientes, reduzindo a média de seus esforços ao nível mais baixo.

máximo rendimento do homem e da máquina resultará no desemprego em massa de sua classe; 2) o sistema antigo de administração (“*defeituoso*”, nas palavras de Taylor) que impulsionam o trabalhador a fazer *cera* na defesa de seus interesses; e 3) os ineficientes métodos empíricos que resultam no desperdício de força do trabalhador. O mais prejudicial deles é o segundo, que o autor classifica como “*indolência sistemática*” (*systematic soldering*), onde o trabalhador serve aos seus interesses e, logo, não alcançam a eficiência máxima possível. É reconhecido também que a ignorância do patrão, quanto ao tempo para realização dos trabalhos, ajuda o operário a diminuir suas possibilidades de produção.

A eliminação da *cera* traria como resultado a redução de custos da produção, que dariam aos países que adotassem as medidas preconizadas pela administração “científica”, maior competitividade com os países rivais. Para tanto, torna-se necessário uma melhor compreensão (sistemática) do dia de trabalho comum, por meio de registro do maior rendimento alcançado pelo trabalhador. Vejamos como Taylor caracteriza esse processo:

[...] A notável economia de tempo e o conseqüente acréscimo de rendimento, possíveis de obter pela eliminação de movimentos desnecessários e substituição de movimentos lentos e ineficientes por movimentos rápidos em todos os ofícios, só poderão ser apreciados de modo completo depois que forem completamente observadas as vantagens que decorrem dum perfeito estudo do tempo e movimento, feito por pessoa competente (TAYLOR, 1970, p. 40).

Dá-se, a partir daí, a legitimação da figura do chefe ou gerente de produção que, segundo o autor, está fundada na incapacidade do trabalhador em planejar o seu próprio trabalho sem o auxílio especializado, pela falta de instrução ou “*por capacidade mental insuficiente*”. As tarefas devem ser individualizadas e previamente elaboradas pela direção da empresa, de modo a resultar num trabalho mais rápido e eficiente. A “boa vontade” do autor não para por aí. Seus conselhos seguem apontando que a instrução deve ser diária e de modo “*cordial*” por parte dos “*superiores*”, em vez da coação do capataz ou relegada à iniciativa própria do trabalhador, conforme o antigo sistema de administração (TAYLOR, 1970, p. 41).

Criticando o antigo “*sistema de administração empírico*”, como uma forma ineficiente de se obter maior rendimento, quando este estimulava a iniciativa do trabalhador quanto ao seu *saber fazer*, Taylor (1970, p. 49) preconiza a “*Administração Científica*”, onde é atribuído à gerência o papel de sistematizar os “*conhecimentos tradicionais*”, ou seja, classificar, tabular e normatizar, a fim de reduzi-los leis ou fórmulas de se trabalhar. Nessa

nova “ciência”, à gerência é incumbida, em relação a cada trabalhador individualmente: 1) sistematizar cada tarefa; 2) selecionar e treinar os operários; 3) cooperar cordialmente com eles; e 4) estabelecer uma divisão “*equitativa*” de trabalho e “*responsabilidade*” entre operários e a direção.

De acordo com autor, a separação entre planejamento e execução, sob sua ótica de ciência, é necessária por que:

[...] O desenvolvimento duma ciência, por outro lado, envolve a fixação de muitas normas, leis e fórmulas, que substituem a orientação pessoal empírica do trabalhador e que somente podem ser realmente usadas depois de terem sido sistematicamente verificadas, registradas, etc. O uso prático dos dados científicos requer uma sala em que são guardados os livros, notações dos rendimentos máximos, etc., e uma mesa para o planejador das tarefas. Assim, todo o trabalho feito pelo operário no sistema antigo, como resultado de sua experiência pessoal, deve ser necessariamente aplicado pela direção no novo sistema, de acordo com as leis da ciência, porquanto o trabalhador, ainda que bem habilitado na organização e uso dos dados científicos, estaria materialmente impossibilitado de trabalhar, ao mesmo tempo, na máquina e na mesa de planejamento. Está claro, então, na maioria dos casos, que um tipo de homem é necessário para planejar e outro tipo diferente para executar o trabalho (TAYLOR, 1970, p. 50).

Para Moraes Neto (2003), o Taylorismo não pode ser considerado um processo de trabalho científico. A fixação de normas, leis e fórmulas não são suficientes para se considerar uma organização do trabalho científica. Os procedimentos desenvolvidos por Taylor são fundamentados no trabalho empírico, baseados na racionalização dos movimentos e do dispêndio de energias vitais dos trabalhadores, como resultado da observação e anotações puramente empíricas e práticas. Ou seja, o trabalho vivo continua determinante na relação com a ferramenta (trabalho morto), ao mesmo tempo que, na produção, a destreza do operário se encontra determinada pelos procedimentos elaborados previamente pela gerência.

Sobre o caráter de ciência atribuído ao Taylorismo, o autor chega a seguinte conclusão:

A conclusão é a seguinte: como já se esclareceu para o caso da manufatura, um processo de trabalho necessariamente empírico, ou seja, não pode ser reduzido a regras, leis e fórmulas, mas só pode ser conhecido no seu interior mesmo. E como fica a questão do conhecimento científico? Ora, no caso do taylorismo, não passa de um suporte para que o capital explore as particularidades do homem enquanto máquina e aperfeiçoe os mecanismos de controle dos passos do trabalhador coletivo (MORAES NETO, 2003, p. 22).

Na implantação desse novo sistema de administração, Taylor salienta algumas características essenciais para o *bom* resultado na produção. Em primeiro lugar, aparece o tratamento individualizado ao trabalhador, tanto na seleção “científica” deste profissional quanto no repasse diário das tarefas, com o intuito do controle do tempo numa escala pré-definida. Analisamos que essa seleção tem muito mais a ver com uma seleção “policialesca” do que propriamente científica<sup>9</sup>. Nesse sentido, é esclarecedor o exemplo dado por Taylor de uma experiência sua enquanto encarregado numa empresa onde ele gerenciava o carregamento de barras de ferro:

Nossa primeira providência foi a seleção científica do trabalhador. Neste novo sistema de administração é regra inflexível falar e tratar com um trabalhador de cada vez, desde que cada um possui aptidões próprias e contraindicações especiais, e que não estamos lidando com homens em grupo, mas procurando aumentar individualmente a eficiência e dar a cada um a maior prosperidade. Assim, nosso primeiro cuidado foi procurar o homem adequado para iniciar o trabalho. Cronometramos [*medida do tempo em cada fase da tarefa*] e estudamos cuidadosamente os 75 carregadores, durante 3 a 4 dias, ao fim dos quais separamos quatro homens que pareciam ser fisicamente capazes de carregar barras de ferro na proporção de 47 toneladas por dia. Foi feito, então, o estudo apurado de cada um destes homens; investigamos seu passado, tanto quanto possível, e fizemos um inquérito completo a respeito do caráter, dos hábitos e ambições de cada um (TAYLOR, 1970, p. 54).

Em seguida, Taylor ressalta a importância adquirida pela mudança de atitude mental e hábitos dos trabalhadores na adaptação à nova organização do trabalho. Não era necessário apenas o estudo da velocidade adequada em cada tarefa e a remodelação de métodos e instrumentos. O autor acredita - como homem de convicções fortes que era -, que a apresentação racional e concreta das “*grandes vantagens*” advindas com o novo sistema traria mais qualidade ao serviço e, por isso, era possível que todos os gerentes de qualquer empreendimento fossem capazes de trazer os operários a cooperarem de forma espontânea com a administração ou, como ele prefere, de modo “*cordial*”:

[...] As mudanças físicas que são necessárias, o estudo do tempo que tem de ser feito, a padronização das ferramentas usadas no trabalho, a necessidade de estudar separadamente cada máquina e colocá-la em funcionamento perfeito, tudo isso leva tempo; contudo, quanto mais rapidamente estes elementos do trabalho forem estudados e apreciados melhor será para a empresa. Por outro lado, o problema

9 Em uma dessas seleções, Taylor entrevista um operário (migrante holandês) de modo “*um pouco áspero*”, como ele mesmo afirma, e nessa entrevista define o que ele espera de um “*operário classificado*” na lógica da administração científica: “*um operário classificado faz justamente o que se lhe manda e não reclama*” (TAYLOR, 1970, p. 56).

maior, envolvido na substituição do sistema de *iniciativa e incentivo* pelo da administração científica, é a completa revolução na atitude mental e nos hábitos de todos os componentes da direção, como também dos operários. Esta mudança não pode ser alcançada, senão gradualmente e com a apresentação de muitos exemplos práticos ao trabalhador os quais, associados às instruções, acabam por convencê-lo da superioridade do novo sistema sobre o antigo. Esta mudança da atitude mental do trabalhador requer tempo. É impossível obtê-la muito rapidamente (TAYLOR, 1970, p. 119).

Conclui Taylor que, uma vez aplicado, o novo sistema traria benefícios duradouros para a produção. Como prova disso apresenta que, nos mais de 30 anos de sua experiência, nunca houve uma única greve ou perturbações. Isso devido à atitude cordial assumida pelos trabalhadores, que precisamente se refere à disciplinarização do trabalhador frente aos patrões, condições de trabalho e necessidade do emprego. Esse resultado é apontado, sabiamente, como “*o mais importante elemento na questão*” da produtividade ou eficiência na produção (TAYLOR, 1970, p. 128).

### 1.3.2 - O Fordismo

Como foi apresentado acima, Taylor alerta para a necessidade de uma mudança de consciência e hábitos por parte de trabalhadores e empresários, no que se refere ao alcance de maior rendimento e produtividade da indústria. Entendemos que Henry Ford assume essa postura em seus empreendimentos, principalmente na *Ford Motor Company*. Desde os primeiros automóveis construídos já procurava a mudança dos métodos usuais de fabricação. Ford (1964) estava preocupado em auferir altos lucros com o máximo de economia possível por meios industriais, ou seja, “*produzir economicamente*”. Enquanto Taylor dava ênfase aos aspectos individuais da produção, Ford preocupa-se com aspectos coletivos, daí sua ênfase no público-alvo de seus produtos. Para o capital, foi o casamento perfeito, no sentido de suas necessidades de expansão e acumulação nos Estados Unidos da América, no início do século XX.

As dificuldades que se apresentavam a Ford em popularizar e massificar<sup>10</sup> o consumo de carros é assim sintetizado por Moraes Neto:

Está posto com clareza o desafio assumido por Ford: transformar a produção do automóvel da sua natureza *craft production* para a forma de *mass production*. Tratava-se de desafio de magnitude ciclópica, pois, por um lado, a base produtiva da qual partia era amplamente inadequada à produção em massa, e, por outro, “a luta pelo mercado potencialmente fabuloso do novo produto, o automóvel, dentro dos marcos do capitalismo monopolista, não permitia a evolução lenta das escalas de produção” (MORAES NETO, 1989, p. 60). Em outras palavras, a transformação do automóvel num produto de massa, o que exigia um conjunto amplo de mudanças profundas no sistema produtivo, tinha de ser realizada rapidamente, por uma determinação conjunta do momento histórico e da concorrência intercapitalista (MORAES NETO, 2003, p. 68).

Nesse intuito, Ford busca assimilar a produção eficiente de um bem com consumo útil. Procurou então simplificar a produção por meio da eliminação das partes supérfluas, com a conseqüente redução de seu peso, e adaptações do maquinário. Em sua visão, a “*exploração verdadeiramente econômica*” da indústria resultava na eficiência produtiva. O que, por sua vez, necessitava de sucessivas e constantes mudanças nos métodos de produção e, conseqüentemente, na organização do processo de trabalho. Sua principal contribuição, nesse sentido, foi a redução do tempo e esforço no transporte das peças e ferramentas. Segundo Ford, “*são os vaivéns inúteis, os esforços desperdiçados que encarecem os produtos e reduzem os lucros*” (FORD, 1964, p. 21).

Em consonância com a preocupação taylorista sobre os malefícios do desperdício de material e energia para a lucratividade industrial, Ford sintetiza assim suas ideias:

[...] Se desejamos realmente trabalhar, por que não aumentarmos a eficiência do trabalho, executando-o do modo mais rápido possível? O fio no comércio está no ponto em que o artigo atinge o comprador. Um produto que não satisfaz tem o fio embotado, não corta. Para fazê-lo penetrar na clientela faz-se necessário um dispêndio inútil de esforços. Numa oficina, o fio é o operário munido de sua máquina; se o operário não for hábil, a máquina também não o será; se esta não prestar, nada valerá aquele. Todas as vezes que se emprega mais força do que o trabalho exige, há desperdício (FORD, 1964, p. 23).

---

<sup>10</sup>Moraes Neto (2003, p. 69) chama a atenção para a disseminação da ideia de que foi Henry Ford o inventor da produção em massa, principalmente pela *Escola da Regulação* que atribuiu ao conceito de “fordismo” força teórica sintetizadora da história econômica do capitalismo ocidental do início do século XX até os anos 1980. Para o autor, a produção em massa é intrínseca ao modo de produção capitalista, já teria sido empregada bem antes das invenções de Ford, como por exemplo, a indústria têxtil inglesa desde o século XIX e a indústria de fluxo contínuo (como a siderurgia) no século XX, que se desenvolveu de forma independente.

E continua:

O fundo da minha ideia é, pois, que o desperdício de energia e a avidez do dinheiro impedem a boa produção. O desperdício é devido em grande parte a não se compreender o que se faz, ou à falta de cuidado no que se faz. E a avidez não passa de miopia. Tenho-me esforçado por produzir com o mínimo de desperdício, tanto de material como de mão-de-obra, e por vender com o mínimo de lucro, fazendo depender o lucro total da massa das vendas; e na fabricação o meu fito é distribuir salários máximos. Como isto tende a abaixar o preço do custo, e como vendemos com lucro mínimo, é-nos possível oferecer os nossos produtos por um preço de acordo com a capacidade aquisitiva do público. Desse modo, todos quantos se relacionam com a nossa empresa, sejam como diretores, trabalhadores ou compradores, só têm que se felicitar da nossa sociedade (FORD, 1964, p. 23).

Munido desse ideal, Ford estabelece em suas indústrias ações que influenciaram consideravelmente o trabalho ao longo do século XX. Destacaremos quatro elementos que consideramos fundamentais para a construção de nosso argumento e que abordaremos a seguir: 1) a produção concentrada; 2) a mudança no maquinário; 3) o fracionamento das tarefas na produção e montagem; e 4) a moral do trabalho.

Diante das dificuldades concorrenciais de sua época, Ford vê na produção concentrada ou *estandardizada* a forma mais eficaz de produção econômica, com vistas a maiores lucros, quando associada à redução de custos. Vejamos suas razões:

[...] A princípio construímos todos os motores e a maioria das peças, porque isso nos sai mais em conta, além de que nos previne contra possíveis flutuações do mercado. Durante a guerra o preço do vidro subiu de um modo extraordinário e nós somos os maiores consumidores de vidro do país. Para evitar crise semelhante construímos uma fábrica própria. Onde estaríamos, se nos tivéssemos dispersado em fazer mudanças em nosso produto? Mas não tocando nele pudemos dedicar toda a nossa energia ao aperfeiçoamento da fabricação (FORD, 1964, p. 23).

A produção própria associada ao planejamento, redução de energias e mudanças no maquinário, facultou às indústrias Ford a padronização da produção. Essa padronização resultou na diminuição dos custos e a produção em grande escala em um tempo infinitamente menor do que a média das outras indústrias automobilísticas. A eficiência produtiva alcançada exigia baixa qualificação, porém, necessitava do envolvimento dos operários de forma significativa no cumprimento das tarefas exigidas pelos gerentes da produção. Para a formação desse trabalhador coletivo ou, nas palavras de Moraes Neto (2003, p. 97), do “*mass-collective worker*”, “*esse pequeno envolvimento exigido não está garantido*

*antecipadamente, dependendo do que se passa nas mentes dos instrumentos de produção histórico-social, ou seja, dos trabalhadores”.*

Inspirado no sistema de carretilhas aéreas utilizados em matadouros na cidade de Chicago, em 1913, Ford elabora a rede de montagem na produção de automóveis usando uma esteira rolante. Reduzindo o tempo gasto no transporte das peças e ferramentas, que antes ficavam dispostas em lugares distantes da fábrica, aproximou as peças e as ferramentas dos operários que agora ficavam parados à sua espera. Essa redução de tempo e de movimentos na montagem representa que “*um operário faz hoje quatro vezes mais do que antes*” e a operação que antes se fazia em 12 horas e 28 minutos caísse para 1 hora e 33 minutos e o carro pode ser feito de uma só vez. (FORD, 1964, p. 66).

Segundo Ford:

Nosso primeiro passo no aperfeiçoamento da montagem consistiu em trazer o trabalho ao operário ao invés de levar o operário ao trabalho. Hoje todas as operações se inspiram no princípio de que nenhum operário deve ter mais que um passo a dar; nenhum operário deve ter que se abaixar. Os princípios da montagem são: 1º) trabalhadores e ferramentas devem ser dispostos na ordem natural da operação de modo que cada componente tenha a menor distância possível a percorrer da primeira à última fase. 2º) empregar planos inclinados ou aparelhos concebidos de modo que o operário sempre põe no mesmo lugar a peça que terminou de trabalhar, inda ela ter à mão do operário imediato por força do seu próprio peso sempre que isto for possível. 3º) Usar uma rede de deslizadeiras por meio das quais as peças a montar se distribuam a distâncias convenientes. O resultado destas normas é a economia de pensamento e a redução ao mínimo dos movimentos do operário, que sendo possível, deve fazer sempre uma só coisa com um só movimento (FORD, 1964, p. 65).

É preciso não confundir essas mudanças com o processo de trabalho engendrado a partir da maquinaria, descrito por Marx (1968; 2011). Nesse sentido, Moraes Neto afirma que:

[...] enquanto, com a introdução da maquinaria, o trabalho vivo submete-se ao trabalho morto, e a qualidade e o ritmo do processo deslocam-se do trabalho humano para a máquina, o que ocorre com a introdução da linha de montagem é bastante diferente. Na aparência, as coisas são iguais e é também esta a manifestação ao nível da consciência do trabalhador individual colocado em um determinado posto de trabalho em uma indústria de grande porte, pois parece que o caminho da esteira, a intensidade do seu trabalho, é alguma coisa imanente à própria esteira, brota da materialidade da esteira; mas não é, pois o ritmo do processo de trabalho não é uma propriedade técnica da esteira, mas sim algo a ser posto em discussão a cada momento pelo trabalhador coletivo. O ritmo do processo de trabalho, nesse caso, e sempre quando o trabalho vivo permanece como a base do processo, é determinado empiricamente, por contratação coletiva, por “queda-de-braço” (MORAES NETO, 2003, p. 22).

Associado a essa mudança está à divisão do trabalho introduzida nas indústrias Ford, onde um operário executa apenas uma função, a fabricação ou manejo de uma única peça. A agilidade no transporte exigiu maior sincronia entre os operários de cada seção para que a redução dos custos fosse efetivada com a diminuição do tempo desnecessário. Nesse sentido, cada seção se torna uma pequena fábrica. Ford então agrupou as várias seções de modo a sincronizá-las, como podemos observar no seguinte exemplo apresentado pelo industrial:

O princípio é que um operário não deve ser constringido à precipitação: deve dispor do tempo exato, sem um segundo a mais nem um segundo a menos para executar a sua operação. Determinamos assim a rapidez de todas as montagens revisando a operação de acordo com os resultados obtidos na do chassis. Assim, por exemplo, o plano de montagem do chassis move-se a 1,8 m por minuto; os dois eixos dianteiros a 3,65 ms por minuto. Há 45 operações diversas na montagem do chassis. O primeiro grupo de trabalhadores fixam-lhe os quatro suportes dos paralamas. Na décima operação coloca-se o motor, e assim por diante. Alguns operários executam uma ou duas pequenas operações; outros fazem muitas. O que coloca uma peça não a fixa; só depois de muitas operações é que isso acontece. Quem coloca um parafuso, não coloca a porca, o que põe a porca não fixa. Na operação 34 o motor recebe a gasolina, depois de previamente lubrificado; na operação 44 enche-se de água o radiador; e na 45, a última, o carro, pronto, vai para a John R. Street (FORD, 1964, p. 66).

O resultado foi, além da redução do número de operários envolvidos na produção, a intensificação do trabalho. O que não deve ser entendido, como o quer Ford, que o trabalho vivo seja supérfluo, uma vez que o exige em grande quantidade nas tarefas manuais de caráter simplificado. Ou seja, no fordismo é atribuído ao trabalhador a figura de “*autômatos úteis*” (MORAES NETO, 2003, p. 33). O que, sem dúvida, gerou diversas crises, reclamações e resistências quanto ao ritmo e a monotonia do trabalho.

Foi por isso que Ford deu tanta atenção, em sua obra, à comunicação entre os operários. O planejamento da produção era de tal modo a dificultar a comunicação entre as diversas seções. Ford (1964, p. 72) chega a dizer que “*não é necessário que uma seção qualquer saiba o que se passa na outra*” e que o foco da atenção do operário deve ser a sua própria produção e não a do vizinho<sup>11</sup>.

---

11 Cf.: “A quem está seriamente ocupado no seu trabalho não sobre tempo para cuidar do vizinho. É tarefa dos que dirigem a empresa zelar para que cada seção adapte o seu esforço à finalidade comum. E mais ainda não é útil provocar reuniões que visem a estabelecer relações cordiais entre as personalidades e os serviços, como não é necessário que os homens se amem uns aos outros para trabalharem em comum. O excesso de camaradagem pode até redundar em inconvenientes, qual o de levar um homem a encobrir a falta de outro. O que é mau para ambos” (FORD, 1964, p. 72).

Portanto, a linha de montagem empregada no fordismo eleva ao máximo a produtividade por meio do trabalho parcelar. Moraes Neto (2003), analisando a obra de Ford (1964), no que diz respeito às características da linha de montagem de automóveis e seu processo de implantação, conclui que:

1. A elevação da produtividade social do trabalho, para Ford, ocorre sempre pela via do parcelamento das tarefas. [...] Portanto, Ford reinventou a correlação manufatureira entre divisão do trabalho e produtividade, correlação esta que já havia sido superada pela maquinaria, pois o princípio da maquinaria não é o parcelamento de tarefas, mas a unificação das atividades produtivas sob a égide da máquina. 2. O caráter empírico é imanente a qualquer processo de trabalho que se alicerce no trabalho manual. [...] 3. Marx já dizia que, na manufatura, a interdependência direta dos trabalhos permitia o estabelecimento de uma intensidade do trabalho sem precedente; Ford vai levar essa característica do trabalho manufatureiro ao paroxismo, procurando o limite da potencialidade produtiva do trabalho parcelar. Essa brutal intensificação do trabalho manual é feita através da solução para aquele problema já mencionado, típico do trabalho parcelar: o problema do abastecimento dos homens para o trabalho (MORAES NETO, 2013, p. 23).

Ford pressupunha que o operário não deveria se preocupar com nada que não fosse trabalho. E caberia aos chefes de cada seção a função de fiscalizar a execução e o rendimento dos operários e divulgar os resultados como forma de “*estímulo de aperfeiçoamento*”. Na verdade, essa rotinização e intensificação do trabalho eram vistas como a forma de resolver todos os problemas da indústria, uma vez que, com isso, reduziriam os custos e aumentariam os lucros e, portanto, “*para quase todos os fins e para o comum das pessoas, é necessário estabelecer-se uma rotina que transforme o trabalho numa repetição de movimentos; sem isso, tais criaturas não produziriam o necessário para viverem do seu esforço* (FORD, 1964, p. 80).

Nesse ponto torna-se relevante a moral que o trabalho adquire no fordismo. O fordismo representou uma massificação social desse controle “científico” sobre o processo de trabalho. Agora o controle e a eficiência não se restringiam ao caráter individual do trabalho, buscando um controle sobre toda a vida social, desde uma maior concentração da força de trabalho em grandes fábricas, crescente produção de bens duráveis que buscava uma ampliação do consumo - principalmente pelos aumentos dos níveis salariais -, até a regulação do modo de vida da classe trabalhadora (como a concentração de trabalhadores em vilas

operárias e o “americanismo”<sup>12</sup>), além do caráter mecanizado e fetichizado do processo de trabalho (MORAES NETO, 1989; NAVARRO; PADILHA, 2007).

No fordismo a eficiência produtiva tem o caráter de modo de vida. Para Ford, quando o trabalhador se desliga mentalmente do trabalho, ao término do tempo de produção, pode representar limitação da sua força motriz e baixos salários. O trabalho cotidiano é a fonte da honra do homem. Tanto era assim que o sistema de participação nos lucros era condicionado a certas “*regras de dignidade e civismo*”, visando estimular a “*vida bem-ordenada*” (FORD, 1964, p. 97). A premissa fordista era de que o homem que vivesse de acordo com as regras morais trabalharia bem e, com isso, evitar-se-ia baixo rendimento do trabalho e aumento dos lucros. Ford combatia fortemente a “vadiagem” e a ociosidade e mantinha orgulho pelo trabalho bem executado e sem sabotagem.

De acordo com sua doutrina:

[...] Não creio que seja possível a um bom trabalhador interromper o seu trabalho. É preciso pensar nele de dia, e de noite fazê-lo girar nos seus sonhos. Certamente que é mais cômodo só trabalhar durante as horas de oficina, tomar a tarefa pela manhã, largá-la à tarde e só pensar de novo nela no dia seguinte. Isso poderá fazer de nós um bom subalterno, mas nunca um diretor ou homem de indústria. O operário que desempenha um trabalho manual tem necessidade de limitar as suas horas de tarefa, porque do contrário se gastará. Se ele pretende viver sempre do trabalho manual, pode, ao ouvir o apito da oficina, não pensar mais no trabalho que executa; mas se tenciona progredir e conseguir alguma coisa, o apito será um sinal para que comece a repassar no espírito o trabalho feito a fim de descobrir meios de aperfeiçoá-lo (FORD, 1964, p. 41).

A moral atribuída ao trabalho está na base do fordismo e tem por consequência a constituição de uma sociabilidade competitiva. Há uma acentuação da perda de sentido do trabalho no cotidiano da classe trabalhadora nesse sentido, resultando num alto índice de absenteísmo, paralisações e sabotagens e, por parte do patronato “fordista”, um aumento nos salários como forma de aumentar o consumo da classe trabalhadora e atenuar suas frustrações. Se ele já estava incluído como elemento da produção desde a origem do capitalismo, com o fordismo o trabalhador torna-se também um elemento do processo de circulação da mercadoria. Ford afirma que com o aumento dos salários ele, paralelamente, aumentou a vigilância no trabalho e na vida particular de cada indivíduo para saber o destino que era dado

---

12 Gramsci (1989) desenvolveu um importante estudo sobre o modo de vida da classe trabalhadora no fordismo: o novo tipo de trabalho exigido pressupunha um novo homem, a fim de evitar-se o desperdício da força de trabalho.

ao adicional repassado ao trabalhador. É a integração da classe trabalhadora à sociedade capitalista, subordinada pelo consumo.

### 1.3.3 - O Toyotismo/Ohnismo

Com as sucessivas crises do capitalismo após a segunda guerra mundial e as contradições da concorrência capitalista, com a permanente tendência de queda da taxa de lucro e a resistência da classe trabalhadora em submeter-se a essas condições, o capital rearticulou mudanças no processo de trabalho, visando uma maior apropriação do mais-valor absoluta e relativo. A chamada *reestruturação produtiva* reúne diversas formas de organização do trabalho, onde o toyotismo foi predominante (CORIAT, 1994).

O contexto econômico e social da indústria automobilística japonesa, na segunda metade do século XX, é assim sintetizado por Moraes Neto:

Os obstáculos não foram poucos quando os fabricantes japoneses de automóveis resolveram, no imediato pós-guerra, dedicar-se mais ao mercado civil de caminhões e à ampliação da produção de automóveis. [...] Além da escassa experiência, as montadoras japonesas depararam-se, ainda, com as restrições colocadas por um mercado doméstico caracterizado por ser: a) modesto: a produção total da indústria automobilística japonesa só ultrapassou a cifra de 200 mil unidades por ano em 1959; b) fragmentado: as montadoras defrontavam-se com uma demanda por vários tipos de veículos – carros luxuosos para os empresários e os altos burocratas, caminhões grandes para o transporte de mercadorias, caminhões menores para os pequenos fazendeiros e automóveis pequenos e econômicos, adequados às restrições espaciais das cidades e aos preços elevados dos combustíveis no Japão; [...] c) disputado por vários competidores: Em meados dos anos 1960, por exemplo, seis montadoras – Toyota, Nissan, Isuzu, Mitsubishi, Price e Mazda – competiam no segmento de automóveis com motores entre mil e 2 mil centímetros cúbicos. Outras montadoras – Daihatsu, Fuji Heavy Industries, Suzuki e Honda -, além da Mazda e da Mitsubishi, disputavam o segmento de automóveis leves, abaixo de mil cm<sup>3</sup> (MORAES NETO, 2003, p. 77).

Tendo como necessidade o aumento da eficiência produtiva, por meio da ampla eliminação do desperdício, o *toyotismo* produz pequenas quantidades de produtos diversificados em condições de baixa demanda. No toyotismo busca-se a diversificação de mercadorias produzidas, atendendo a demanda consumidora, em uma economia de guerra. É

baseado no sistema *Just-in-time* e na automação, tendo no método *kanban* o elemento de ligação entre as diversas etapas do processo de montagem (OHNO, 1997).

O *just-in-time* significa que as peças componentes alcançam a linha de montagem na quantidade e no momento em que são necessárias nos processos posteriores. Essa é a concepção de fluxo de produção. *Kanban* são etiquetas que comunicam dados necessários à produção e circulação das peças, como a quantidade a ser retirada para montagem e quantas peças serão montadas. A junção desses elementos forma a essência do *toyotismo/ohnoísmo*, como afirma seu idealizador:

Na produção automotiva, o material é transformado em componente, o componente é então montado com outros numa unidade, e isto flui na direção da linha de montagem final. O material avança dos processos iniciais para os finais, formando o corpo do carro. Olhemos agora para este fluxo de produção na ordem inversa: um processo final vai para um processo inicial para pegar apenas o componente exigido na quantidade necessária no exato momento necessário. Neste caso, não seria lógico para o processo anterior fazer somente o número de componentes retirados [*Just-in-time*]? No que tange à comunicação entre os muitos processos, não seria suficiente indicar claramente o que e quanto é preciso? Chamaremos (quadro de sinalização) este meio de indicar as necessidades de *kanban* e o faremos circular entre cada um dos processos para controlar a quantidade produzida - ou seja, a quantidade necessária (OHNO, 1997, p. 26).

Segundo Taiichi Ohno (1997), engenheiro responsável pela elaboração desse sistema, além da eliminação de grandes volumes de estoque que acarretam custos à produção (operários responsáveis pelos inventários, instalações, perdas e depreciações de capital), outra diferença em relação ao fordismo foi levar os operários, que na indústria americana e europeia realizavam cada um uma tarefa, a desenvolver várias tarefas, como forma de transformar a movimentação dos operários no máximo de trabalho.

Com a automação o operário não precisa ficar na frente da máquina enquanto ela estiver funcionando bem, podendo ser deslocado para outras tarefas. E quando as máquinas apresentam algum defeito o processo é parado e ajustes são feitos a fim de eliminar o problema. Dessa forma, a eficiência produtiva é alcançada quando um trabalhador acompanha diversas máquinas e o número total desses trabalhadores é reduzido. A automação e a padronização do trabalho garantem vantagens em relação à manufatura. Por um lado elimina o desperdício da superprodução e diminuem os produtos defeituosos. Por outro exige do trabalho em equipe a superação das limitações dos indivíduos que não se adaptam às exigências.

Para Coriat (1994, p. 53), além de resultar em intensificação do trabalho, o estabelecimento da multifuncionalidade exigiu a “*desespecialização*” do operário como forma de “*ataque ao seu exercício profissional e ao poder de negociação que este mesmo exercício autorizava*”. O que levou a diversas formas de resistência, entre eles a greve. Ohno (1997) descreve a implementação desse processo da seguinte forma:

Em 1947 organizamos as máquinas em linhas paralelas ou em forma de L e tentamos fazer com que um trabalhador operasse três ou quatro máquinas ao longo da rota de processamento. Encontramos, porém, uma forte resistência por parte dos trabalhadores da produção, embora não tenha havido aumento de trabalho ou das horas trabalhadas. Nossos artífices não gostaram do novo arranjo que exigia que eles passassem a funcionar como operadores de múltiplas habilidades. Eles não gostaram de mudar de "um operador, uma máquina" para um sistema de "um operador, muitas máquinas em processos diferentes" (OHNO, 1997, p. 32).

Segundo Ohno, a implementação desse sistema de gestão da força de trabalho só foi possível, no Japão, devido à falta de sindicatos organizados por tipos de tarefa, ao contrário do que acontecia nos Estados Unidos e Europa. Mas essa mudança não foi estabelecida sem resistência dos operários. Segue-se que os operários da Toyota manifestaram sucessivas queixas e resistência no início da implantação do novo sistema. A estratégia Ohnoísta foi inculcar nas consciências dos trabalhadores a ideia de que eles formam um time, à espécie de jogadores de beisebol, onde cada um tem de exercer bem a sua função como pressuposto da eficiência e excelência da equipe. Em outras palavras, é a efetivação da ideologia do engajamento, promovendo o sentimento de pertencimento do indivíduo no grupo de trabalho e na empresa.

A relação existente na produção em massa - implementada pelo toyotismo/ohnoísmo - entre operações simultâneas em diversas máquinas, com baixo grau de automação, e realização dessas tarefas desprovidas de conteúdo e sentido cria a figura do “*trabalhador polivalente-desqualificado*”, realçando a dependência do trabalho vivo como fator de eficiência produtiva, enquanto extensão da máquina, conforme consta na visão de Moraes Neto (2003). Devido à incipiente automação presente na produção automobilística contemporânea, o processo de trabalho atual está assim configurado:

[...] A reflexão inicia-se com a transformação do processo de trabalho numa aplicação tecnológica da ciência, o que ocasiona um movimento profundo de desqualificação do trabalho direto (esvaziando-o de qualquer conteúdo) *vis-à-vis* o

trabalho direto desenvolvido na manufatura, cujos momentos parciais mais complexos guardavam resquícios fortes do ofício artesanal. O trabalho desqualificado ao lado de uma máquina é caracterizado não apenas como desprovido de conteúdo (coisa que já acontecia com vários momentos parciais do trabalho manufatureiro), mas como apendicizado à máquina; em outras palavras, a máquina toma para si as decisões sobre qualidade e ritmo, deixando ao trabalho as tarefas de “vigiar e intervir de vez em quando” (MORAES NETO, 2003, p. 59).

O trabalhador apendicizado à máquina resulta em maior intensificação do trabalho, pois exige tarefas diversificadas numa jornada de trabalho prolongada e precarizante. O próprio Ohno (1997) ressalta que, da forma como o novo sistema foi implantando, ficava a cargo de cada equipe a definição da quantidade necessária de horas extras para a produção das cotas diárias estabelecidas.

Sobre a apropriação da subjetividade do trabalhador, exigência necessária do toyotismo, Cimbalista (2006, p. 46) afirma que a polivalência e multifuncionalidade do trabalhador exige deste uma flexibilidade e proatividade, o que ampliam o estranhamento – *“próprio do ‘envolvimento cooptado’ que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho”* - e alienação - por meio da intensificação do trabalho. E complementa:

Deve-se pensar e agir para o capital, para a produtividade, sob a aparência da eliminação efetiva do fosso existente entre elaboração e execução no processo de trabalho. [...] O resultado do processo de trabalho corporificado no produto permanece alheio e estranho ao produtor, preservando, sob todos os aspectos, o fetichismo da mercadoria. A existência de uma atividade autodeterminada, em todas as fases do processo produtivo, é uma absoluta impossibilidade sob este sistema, porque seu comando permanece movido pela lógica do sistema produtor de mercadorias (CIMBALISTA, 2006, p. 46)

Mas, segundo Moraes Neto (2003), no toyotismo/ohnoismo encontra-se a tendência da aplicação tecnológica da ciência na produção, onde o desenvolvimento dessa força produtiva entra em contradição com o caráter subordinado do trabalho no capitalismo, enquanto sua tendência imanente, como foi observada por Marx. Quando Marx analisa, no século XIX, a introdução da indústria têxtil na fase da maquinaria, foi possível perceber o *“caráter revolucionário”* desse novo processo de produção. Fundamentado em sua natureza contraditória, o capital engendra o desenvolvimento das forças produtivas, no sentido de dar maior ênfase ao trabalho morto (elementos objetivos do processo de trabalho) e a perda de sentido histórico do trabalho sob a forma capitalista, uma vez que essa forma de trabalho

coloca o trabalhador como apêndice da máquina, representando a contradição entre as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas.

Nesse sentido, o toyotismo/ohnoísmo é entendido como a negação do fordismo e ao mesmo tempo em que dá continuidade às suas possibilidades imanentes. Existem no fordismo duas fases históricas: a primeira vai da produção exclusiva do Modelo T, em 1913, até a segunda metade dos anos 1940, caracterizando-se por uma produção padronizada ou rígida, com uma estrutura técnica “*potencialmente flexível*” – fase da “rigidificação”; e a segunda, iniciada no pós-guerra, caracterizada pelo princípio da rigidez no sistema de máquinas, como imperativo tecnológico, com o desenvolvimento das máquinas *transfer* nos processos mecânicos de fabricação – fase da rigidez.

A novidade apresentada por Ohno (como ele próprio afirma por diversas vezes em sua obra<sup>13</sup>) teria sido efetivar a flexibilidade que existia em potencial na primeira fase do fordismo (fase de “rigidificação”). Dessa forma, Moraes Neto compreende o Ohnoísmo articulado ao fordismo da seguinte maneira:

Podemos, portanto, caracterizar o fordismo como produção em massa rígida alicerçada no trabalho vivo, e o ohnoísmo como produção em massa flexível igualmente alicerçada no trabalho vivo. Este fato crucial fornece ao fordismo/ohnoísmo sua diferença específica relativamente à produção em massa lastreada na maquinaria, caso típico das indústrias têxtil e de processo contínuo. Ora, a automação de base microeletrônica terá como consequência permitir às indústrias de cunho fordista ou ohnoísta passar a alicerçar a produção em massa (necessariamente flexível) na maquinaria, e não mais no trabalho vivo. Isto significará, simplesmente, o fim histórico do fordismo, e de sua “reinvenção”, o ohnoísmo, e a emergência de um conceito unificado de produção industrial, que se constituirá, em todos os seus segmentos, numa “aplicação tecnológica da ciência” (MORAES NETO, 2003, p. 109).

Para parte importante da literatura o resultado do processo levado adiante pela “aplicação tecnológica da ciência” é o aumento do desemprego. Moraes Neto, de forma inteligente, alerta que, se por um lado, o desemprego demonstra a mediocridade do capitalismo enquanto forma de organização da sociedade; por outro, se corre o risco (por parte de alguns críticos do capital) de atribuir à geração de emprego, dentro dos marcos do capital e

---

13 Por diversas vezes, ao longo de sua obra, Ohno (1997) tece elogios à Henry Ford, ao seu sistema de produção e “*sua visão de futuro*”, chegando a afirmar que é um de seus seguidores e crítico dos demais seguidores que não o atualizam às novas necessidades produtivas e do mercado consumidor. Afirma ainda que “*assim como o Sistema de Ford, o Sistema Toyota de Produção está baseado no sistema de fluxo de trabalho*” (OHNO, 1997, p. 106).

da natureza predatória de sua atividade de trabalho, sua meta principal de ação política. Quanto a esse impasse, o autor alerta que:

A dimensão do sofrimento causado pelo desemprego, particularmente na ausência de proteção social, não deve levar ao saudosismo dos “bons tempos do fordismo”. Uma das razões é sua inutilidade: o revolucionamento das forças produtivas no atual momento histórico é fato consumado. Outra razão é que a crítica ao trabalho humano proposto por Taylor e Ford deve ser realizada de forma radical. Taylor e Ford não merecem saudades (MORAES NETO, 2003, p. 116).

Podemos concluir que a organização do processo de trabalho, desde quando se tornou objeto de interesse do capital, vem sendo, por meio da racionalização e do incremento tecnológico, um instrumento de controle e subordinação da força de trabalho aos interesses produtivos do capital, que busca, por meio deste instrumento, contrabalancear suas contradições internas. Essas estratégias, antes de resolverem os conflitos da acumulação do capital, têm influído numa série de contradições nas relações sociais de produção e para além delas, desde o processo de trabalho, intensificando sua exploração, até as relações sociais cotidianas, marcadamente mercantilizadas e burocratizadas (institucionalização das relações sociais).

#### **1.4 - A (Re)Produção Social Capitalista e a Vida Cotidiana**

Então, compreende-se que ao desenvolvimento das forças produtivas (formas de organização do trabalho, técnicas e tecnologias) corresponde, além da produção de trabalho excedente, a (re)produção de relações sociais de produção, ao modo assumido pela cooperação no trabalho e na sociedade em sua totalidade: da cidade ao campo, das relações entre classes e as frações de classes; na produção material e cultural/espiritual da vida social, enfim, na divisão social do trabalho.

Analisando o engendramento entre a divisão técnica do trabalho e a divisão social do trabalho, Lefebvre (1968) afirma que entre as forças produtivas e as relações de produção há uma unidade dialética (conflituosa), que não se manifestam de modo isolado na realidade concreta, mas que, analiticamente, podem servir enquanto recurso heurístico. E nesse

sentido, o autor compreende o desenvolvimento da sociedade capitalista e a correspondente unidade dialética, como um desdobramento nos estudos sociológicos, da seguinte forma:

A organização do trabalho não se separa dos instrumentos, utensílios e técnicas. Se é preciso discernir a divisão técnica do trabalho da divisão social, é com a finalidade de compreender como uma engendra a outra nas condições dadas, e compreender o que as distingue e o que as une em uma organização capaz de funcionar. Isto obriga a estudar as formas gerais de divisão do trabalho (por país, no mercado mundial, no interior de cada agrupamento de países; entre a agricultura e a indústria etc.), sem negligenciar as formas particulares e singulares, até na oficina. A distinção de classes na sociedade moderna (capitalista) não se baseia mais sobre o ofício; ao contrário, a divisão do trabalho no seio da mesma classe suscita diferentes modos de trabalho, como demonstrou Marx no *Capital*. A divisão social do trabalho modifica a divisão técnica, não apenas porque as funções de direção e de decisão são reservadas a determinados grupos humanos (que fazem parte atualmente ou virtualmente da burguesia), mas também porque o conjunto da produção está orientado segundo os interesses e finalidades da classe dirigente, segundo as necessidades induzidas ou provocadas por ela. Evidentemente com oposições, contradições, conflitos (LEFEBVRE, 1968, p. 75).

Dessa forma, na reprodução social da vida há uma relação dialética entre a reprodução ampliada do capital e as contradições sociais de classes. Como desdobramento da divisão social do trabalho, Marx e Engels (2007) apresentam a tendência do desenvolvimento das faculdades dos indivíduos, em todos os sentidos, ou seja, sua liberdade nas sociedades divididas em classes:

Os indivíduos partiram sempre de si mesmos, mas, naturalmente, de si mesmo no interior de condições e relações históricas dadas, e não do indivíduo “puro”, no sentido dos ideólogos. Mas nos decorrer do desenvolvimento histórico, e justamente devido à inevitável autonomização das relações sociais [históricas] no interior da divisão do trabalho, surge uma divisão na vida de cada indivíduo, na medida em que há uma diferença entre a sua vida pessoal e a sua vida enquanto subsumida a um ramo qualquer do trabalho e às condições a ele correspondentes. (Não se deve entender isso como se, por exemplo, o rentista, o capitalista etc. deixassem de ser pessoas, mas sim no sentido de que sua personalidade é condicionada e determinada por relações de classe bem definidas; e a diferença torna-se evidente apenas na oposição a uma outra classe e, para os próprios indivíduos, somente quando entram em bancarrota.). [...] A diferença entre o indivíduo pessoal e o indivíduo de classe, a contingência das condições de vida para o indivíduo aparecem apenas juntamente com a classe que é, ela mesma, um produto da burguesia. Somente a concorrência e a luta dos indivíduos entre si é que engendram e desenvolvem essa contingência enquanto tal. Por conseguinte, na representação, os indivíduos são mais livres sob a dominação da burguesia do que antes, porque suas condições de vida lhes são contingentes; na realidade eles são, naturalmente, menos livres, porque estão mais submetidos ao poder das coisas (MARX; ENGELS, 2007, p.64).

Lefebvre, debruçado sobre os estudos de Marx, compreende que o resultado “moderno” dessas contingências, advindas da divisão social do trabalho, é sua instauração na totalidade do modo de vida, carregado de uma racionalização planificadora e burocrática da vida cotidiana. Essa planificação se alastra por meio do trabalho, do consumo, na vida privada e familiar, dos lazeres, caracterizando a vida moderna – a vida urbana - como sendo o momento da produção social em que tudo “*se explora de maneira racional*” (LEFEBVRE, 1969, p. 82). A “*sociedade burocrática de consumo dirigido*”, como ele define a sociedade capitalista contemporânea, apoia-se no cotidiano das relações sociais de produção, ou seja, das relações de classe sob a égide do capital, constituindo-se em uma forma mental e social que aspira criar uma nova “*centralidade*” (LEFEBVRE, 1969, p. 252).

O autor conclui que, numa sociedade programada pelas relações de produção e de propriedade capitalista, a cotidianidade é programada pela expansão do processo de urbanização sobre as cidades tradicionais, onde os arranjos territoriais, dispositivos eficazes de regulação social, centros de decisão, circulação e informação ao serviço do poder das classes, dão forma e conteúdo à vida urbana. Na expansão da vida urbana como produto da industrialização, num primeiro momento, e como produtora, posteriormente, o cotidiano ganha um novo estatuto de caráter cada vez mais generalizante:

A partir talvez de 1960, a situação clarifica-se. O cotidiano não é já o desapossado, o lugar-comum das actividades especializadas, o lugar neutro. Os dirigentes do neocapitalismo, em França e noutros países, compreenderam bem que as colônias são incômodas e pouco rentáveis. A sua estratégia mudou. Entraram numa nova perspectiva: os investimentos no território nacional, a ordenação do mercado interno (isso que nada impede o recurso aos países "em vias de desenvolvimento" como fontes de mão-de-obra e de matérias-primas, como lugares de investimento, mas essa é a preocupação dominante). Que fazem eles? A exploração semicolonial de tudo o que rodeia os centros das decisões políticas e de concentração econômica dos capitais: regiões periféricas, campos e zonas de produção agrícola, subúrbios, populações compostas não apenas de trabalhadores manuais, mas de empregados e de técnicos. O estatuto do proletariado tende a generalizar-se, o que contribui para diluir os contornos da classe operária e a encobrir os seus "valores" e a ideologia. A exploração bem organizada de toda a sociedade incide também sobre o consumo e não já apenas sobre a classe produtora (LEFEBVRE, 1969, p. 81).

Se desde a introdução da maquinaria havia a potencialidade de o processo produtivo ser um processo cada vez mais social, ou seja, coletivizado e mundial, a partir do contexto das reestruturações produtivas a produção capitalista se expande globalmente de modo intenso, efetivando aquela potencialidade inicial do sistema. E, em resposta aos impactos desse

fenômeno, parte da sociologia buscou compreender a importância que a grande indústria tomou para a sociabilidade contemporânea. Buscou-se compreender o fenômeno da “sociedade industrial”, inspirando-se nas teorias de Marx e Weber, para compreender tanto as “estruturas” quanto as práticas sociais, o reposicionamento das classes na divisão trabalho (tanto na produção quanto no restante da sociedade), a explosão do chamado “fenômeno urbano” daí derivado, as novas configurações das relações de classe, as hierarquias de status, etc. Nesse sentido, o termo “sociedade industrial” serviu para designar tanto as economias europeia e norte-americana quanto as economias “socialistas” ou planificada da União Soviética, ao mesmo tempo em que serviam de modelo e representavam tendências para as suas áreas de influência, numa tentativa de totalidade. O conceito de sociedade industrial baseia-se na compreensão de que há uma produção e acumulação de capital nos centros urbanos e industriais, mas também nos setores de serviços, nas regiões agrárias, nas ditas economias de mercado e nas planificadas e que, no conjunto dessa diversidade de relações de trabalho, há uma totalidade que podemos denominar de sociedade industrial (DAHRENDORF, 1977; ARON, 1981; PARKER, 1971).

Para Aron (1981):

Todas as sociedades industriais, e, de modo geral, todas as sociedades complexas, comportam uma tripla heterogeneidade: a que resulta da divisão do trabalho, a que está ligada à hierarquia das riquezas, de poder e de prestígio entre os diferentes indivíduos e, por fim, aquela que é criada pela pluralidade dos grupos que se constituem e se opõem uns aos outros dentro da sociedade global. Esta última heterogeneidade se refere ao que comumente chamamos de problemas de classe (ARON, 1981, p. 259).

Dahrendorf (1977), por seu turno, define sociedade industrial como produto da ambição científica da sociologia em compreender os efeitos da expansão das relações econômicas, em escala mundial (globalização), e seus efeitos na sociabilidade a partir, fundamentalmente, dos anos 1960. Para ele, existem quatro elementos definidores desse fenômeno: o desaparecimento do domínio do homem pelo homem, agora subordinado à racionalidade técnico-científica e legal; a generalização da sociedade de consumo, sob o primado do rendimento e da posse de bens; a tendência de perda da individualidade, com a massificação da sociedade; e, principalmente, a tendência de redução das desigualdades, por meio de um certo nivelamento entre os estratos do “alto” e os de “baixo”. Este último elemento é explicado pela ampliação das possibilidades de mobilidade social e da

consequente generalização da classe média, sendo, assim, a característica mais marcante da sociedade industrial. Entretanto, afirma o autor que o mito ao qual resulta a sociedade industrial acaba por encobrir o caráter harmonizador de contradições e desigualdades do conceito, fazendo deste um eco ideológico da camada burocrática e da pequena burguesia, denominada de “classe média”:

Questionando o caráter profético encoberto por algumas “tendências” apresentadas pela sociologia, nas análises da sociedade industrial, o autor argumenta:

Por que razão, então, a tentativa constante em profetizar para um futuro próximo uma sociedade industrial justa e harmônica? De que fontes se alimenta tal ciência? A quem ela serve? Aqui se nota claramente que a Sociologia moderna da sociedade industrial não é, na realidade, mais do que ideologia da camada burocrática e da pequena burguesia que denomina a si própria de “classe média” e que domina muitas sociedades modernas. Tornou-se difícil nas sociedades americana, inglesa e também alemã recentes designar com clareza qualquer que seja o grupo, como a camada superior da sociedade. A divisão do trabalho no poder e no *status* social aumentou o volume dos grupos dominantes e, ao mesmo tempo, reduziu sua homogeneidade. Apesar disso, os burocratas, os *managers* e os técnicos formam uma camada superior, uma classe dominante, a quem deve servir a ideologia harmônica da sociedade industrial, para reforçar seu débil fundamento de legitimidade. Pelo menos num ponto a moderna meritocracia de títulos e certificados continuou fielmente os passos de seus antecessores: também necessita de uma ideologia que justifique a desigualdade. A Sociologia é a encarregada de oferecer essa ideologia com o mito da sociedade industrial. Essa ideologia segue também suas antecessoras por considerar as circunstâncias sociais contemporâneas, em particular suas características desigualdades, como “naturais”, isto é, fundadas em qualidades pessoais e rendimentos (DAHRENDORF, 1977, p. 124).

É nesse sentido que o autor fundamenta sua crítica sobre o conceito de sociedade industrial. Para ele, o conceito de sociedade industrial está baseado na indústria como a forma de produção mais característica de determinada sociedade, ou seja, onde há o predomínio da força de trabalho empregada em empresas industriais. E, a partir daí, emerge uma séria de divisões sociais a partir da divisão do trabalho dentro da empresa que, por sua vez, resulta da divisão tecnológica. Duas das principais divisões que emergem são a divisão do trabalho entre os setores da economia e a separação do local de trabalho em relação ao espaço da vida família. Além disso, caracteriza ainda a sociedade industrial a necessidade de acumulação de capital, que se renova continuamente, o cálculo racional para redução dos custos da produção e a concentração de trabalhadores e suas relações com a propriedade dos meios de produção.

Nas cidades industriais é projetada em seu “texto social” a ordenação do cotidiano, por meio das suas divisões sociais (trabalho, vida privada, lazeres) e a organização controlada

e minuciosa do emprego do tempo, conforme já apresentamos. Mas essa generalização não pode ser confundida com um processo de homogeneização do cotidiano. Essa é a preocupação de Martins (2010) quando, partindo de uma interpretação lefebvrea, expõe os limites e possibilidades que constitui a totalidade desse processo:

Esse anúncio revela ao homem comum, na vida cotidiana, que é na prática que se instalam as condições de transformação do impossível em possível. [...] é no instante dessas rupturas do cotidiano, nos instantes da inviabilidade da reprodução, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão. E aí a desordem é outra, como é outra a criação. Já não se trata de remendar as fraturas do mundo da vida, para recriá-lo. Mas de dar voz ao silêncio, de dar vida à História (MARTINS, 2010, p. 57).

Segundo o autor, na expansão do sistema (denominado por ele de “modernidade”) a racionalidade da (re)produção capitalista está incompleta no cotidiano latino-americano, em geral, e brasileira, em particular. Nessa transitoriedade entre mundos sociais distintos, o Homem comum defronta-se com a necessidade de descobrir e inventar caminhos de superação desses dilemas. Desse modo, o que instaura e caracteriza a modernidade é o conflito tornado cotidiano, disseminado sob a forma de conflitos e disputas (culturais, políticos, econômicos, valores sociais, etc.), a necessidade de optar entre o moderno e tradicional, numa relação marcadamente contraditória e, por isso, não é uma linearidade positiva ou messiânica (tendência profética). Há uma relação conflituosa entre os diferentes mundos e tempos sociais que se combinam e se confundem no dia a dia.

A modernidade não é só o moderno e, menos ainda, o modernismo. Na América Latina, é uma modernidade constituída ao mesmo tempo por temporalidades que não são suas. A diversidade dos tempos históricos que se combinam nessa modernidade difícil, como observam Canclini e Schelling; incorpora a cultura popular que pouco ou nada tem de moderno; mas, insisto, incorpora também efetivas relações sociais datadas, vestígios de outras estruturas e situações que são ainda, no entanto, realidades e relações vivas e vitais. E que anunciam a historicidade do homem nesses desencontros de tempos, de ritmos e de possibilidades, nessas colagens (MARTINS, 2010, p. 20).

Ainda sobre os países ditos “*em vias de desenvolvimento*” (LEFEBVRE, 2001, p. 80), a expulsão dos camponeses sem posses para as cidades, em decorrência da dissolução da estrutura agrária, é insuficientemente mediada pelas “favelas”. Ela fornece o que Lefebvre chama de “*sucedâneo à vida urbana*”, ao mesmo tempo miserável e intensa de conflitos e

rupturas institucionais. A segregação, como estratégia de dominação de classe, agrava a situação negativa do proletariado e sua prática de classe, e se manifesta, entre outros momentos do cotidiano, na miséria dos *habitats*, a submissão do habitante a uma cotidianidade organizada na e pela *sociedade burocrática de consumo dirigido*.

Neste contexto usos tradicionais, que se apresentam como irracionais frente a racionalidade do moderno capitalista, produzem uma duplicidade no cotidiano. Essa duplicidade se manifesta num duplo e contraditório modo de ser e de pensar. Martins (2010) propõe uma conceituação do conhecimento de “senso comum” fundamentado numa perspectiva crítica que contribui para a compreensão das representações das vivências cotidianas dos trabalhadores. O senso comum é comum não por ser um conhecimento banal e desqualificado frente ao real. Ele é comum por ser “*um conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social*” e, sem ele, não há interação:

A significação da ação é, de certo modo, negociada por eles. Em princípio, não há um significado prévio ou, melhor dizendo, não é necessário que haja significações preestabelecidas para que a interação se dê. Um aspecto essencial dessa formulação é o de que esse complicado jogo se desenrola, de fato, em minúsculas frações de tempo. Se nos fosse possível observar o processo interativo em “câmera lenta”, poderíamos perceber o complexo movimento, o complicado vai-e-vem de imaginação, interpretação, reformulação, reinterpretção e assim sucessivamente, que articula cada fragmentário momento da relação entre uma pessoa e outra. E, mesmo, entre cada pessoa e o conjunto dos anônimos que constituem a base de referência da sociabilidade moderna (MARTINS, 2010a, p. 54).

Segundo Lefebvre (1968), a tendência apontada pela crítica radical da filosofia política, do Estado e da burocracia, ou seja, a todos os “representantes e instituições representativas” que produzem a alienação (e estranhamento) do indivíduo social, conduz a uma *práxis* revolucionária, que vai ao encontro das primeiras definições de comunismo para Marx: a autogestão social por meio do processo de revolução permanente das contradições entre forças produtivas e relações sociais de produção. À “*autogestão democrática generalizada*” é fundamental e condição necessária que o interesse geral se torne efetivamente interesse particular, o que só é possível quando o interesse particular de uma classe (nas sociedades divididas em classes) se eleva ao nível de interesse geral e comum ao conjunto da sociedade civil (LEFEBVRE, 1968, p. 109). Aponta também para a “*mudança de vida*” dos homens, uma forma de legitimar a recriação de estilos, perdido na produção social capitalista

dirigida. A proposta do autor é “*reunir os fragmentos dispersos da cultura numa metamorfose do cotidiano*” (LEFEBVRE, 1969, p. 55).

É neste esforço heurístico que o estudo do cotidiano ganha maior relevância. O cotidiano enquanto forma de regulação dos tempos sociais, constitui-se de repetições e constrangimentos. Os estudos da atividade criadora da produção social (gestos no trabalho e fora dele, períodos e repetições lineares e cíclicas, tempo da natureza e tempo da racionalidade, etc.) conduzem ao estudo da re-produção e das condições dessa produção de objetos e obras. Analisar os re-começos e re-tomadas ou as modificações graduais ou em saltos, demonstram os conflitos entre o racional e o irracional na vida cotidiana de nossa sociedade. Para o autor:

[...] Determina ao mesmo tempo a posição em que se formulam os problemas concretos da *produção* em sentido amplo: a maneira como se produz a existência social dos seres humanos, com as transições da rareza à abundância e do precioso à depreciação. Esta análise crítica seria o estudo dos constrangimentos, dos determinismos parciais. Visa encarar esse mundo ao contrário, onde os determinismos e constrangimentos passem como racionais enquanto a razão teve sempre por sentido e por finalidade a dominação imposta sobre os determinismos (LEFEBVRE, 1969, p. 37).

Nesse sentido, o cotidiano e o mundo moderno são duas faces do “*espírito do tempo*” atual, e essa articulação explica como a sociedade se justifica e se significa, por meio de uma “*ética subjacente ao emprego do tempo, estética do cenário desse tempo utilizado*” (LEFEBVRE, 1969, p. 38). O processo de produção das cidades (produção de obras e relações sociais), que envolve globalmente relações econômicas, sociais, políticas, culturais, psíquicas, etc., modela o espaço urbano como um modo de vida dos seus habitantes e que se sustenta todo o tecido urbano, mais ou menos intenso ou degradado. Esse modo de vida urbano comporta sistemas de objetos e sistemas de valores, que constituem as redes de cidades. Nessas redes há certa divisão do trabalho (técnica, social e política) feita entre cidades, por meio das vias de transporte e comunicação comercial, bancária e de informações, tendo no Estado a centralização do poder subordinado ao capital.

Para o autor, as cidades:

[...] são centros de vida social e política onde se acumula não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte, monumentos). A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a

orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro) (LEFEBVRE, 2001, p. 12).

A seguir, demonstraremos alguns elementos que servem de meios para a regulação da vida urbana, apresentados por Lefebvre, e que tornam-se elementares para nossos objetivos. Iniciamos com a “empresa”, principalmente as grandes empresas “modernas”, que invade toda a vida moderna por meio da racionalidade tecnicista. Hoje em dia, ela não se contenta com o papel de outrora, quando se restringia a condição de concentração de unidades econômicas e fazia pressão sobre a política industrial e institucional. Agora ela invade toda a prática social (no trabalho e fora dele). Para o autor a grande empresa “moderna”:

Propõe à sociedade inteira a sua racionalidade como forma de organização e de gestão. Suplanta a cidade e deseja monopolizar essa função; a "sociedade", empresa ou companhia, apodera-se de funções que pertenciam à sociedade e deveriam amanhã pertencer à sociedade urbana: habitação, educação, promoção, lazeres, etc. Coloca-se as suas referências nas habitações hierarquizadas, constringendo (e alienando) mesmo a vida privada. O controle assume por vezes formas inacreditáveis: nada lhe escapa. À sua maneira, a empresa unifica a vida social, subordina-se às suas exigências totalitárias e tende para a “síntese” (LEFEBVRE, 1969, p. 94).

Não sem razão, algumas das principais empresas capitalistas no século XX foram as da indústria automobilística, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas (via automação, “cientifização” tecnológica, eficiência produtiva, amplitude de mercados, etc.) quanto na expansão de um modo de vida abrangente. Esse fato não passou despercebido por Lefebvre, que atribui ao automóvel o melhor exemplo da cotidianidade programada na sociedade contemporânea. O automóvel formou um “subsistema” que intervém na cotidianidade como o “*Objeto-Rei*” da *sociedade burocrática de consumo dirigido*. Enquanto objeto que determina diversos comportamentos em muitos domínios (da economia ao discurso), assume funções sociais múltiplas, devido ao desencadeamento de prioridades urbanas, como por exemplo os parques de estacionamento, acessos e meios de circulação, serviços de limpeza, etc.

De acordo com o autor, o espaço é concebido segundo os constrangimentos da circulação generalizada do automóvel, onde o circular predomina sobre o habitar,

especialmente segundo a pretensão da racionalidade tecnicista presente no urbanismo (ressonância filosófica e racional do automóvel). O automóvel chega a estruturar o cotidiano impondo sua lei planificadora, por meio de práticas econômicas, psíquicas, sociológicas e etc., o que, segundo Lefebvre (1969, p. 143), em grande medida faz da cotidianidade de hoje “*o ruído dos motores, o seu uso ‘racional’, as exigências da produção e da repartição das viaturas*”.

A sociabilidade urbana, como produto do automóvel, é um momento de estranhamento e alienação das práticas sociais com caráter individualista:

Na circulação do automóvel, as pessoas e as coisas acumulam-se, misturam-se sem se reencontrarem. É um caso impressionante de simultaneidade sem permuta, permanecendo cada elemento na sua caixa, cada um bem fechado na sua carapaça. Isso contribui também para degradar a vida urbana e criar a “psicologia”, ou antes, a Psicose do condutor. Por outro lado, o perigo real, mas fraco e antecipadamente previsto, não impede senão pouca gente de “assumir os riscos”. O Automóvel, com o número de feridos e de mortos e as estradas sangrentas é um resto de aventura no cotidiano, um pouco de gozo, uma forma de entrar no jogo (LEFEBVRE, 1969, p. 142).

O automóvel também entra naquilo que Lefebvre descreve como “estrutura de álibis” da sociedade. Por meio dele, se justifica, e busca-se legitimar, o erotismo, a aventura, o habitar e a sociabilidade urbana. E também é produtor de hierarquias perceptíveis e sensíveis (peso, força, altura, comprimento, preço, etc.) que se desdobram em *performances*. A mobilidade dentro dessas hierarquias é atualizada, por exemplo, pelas atitudes de força, audácia, habilidade, astúcia, ou simplesmente liberdade. Então, o automóvel pode passar de objeto de repressão a objeto de integração num grupo de amigos, por exemplo. Ademais, já em meados dos anos 1960 Lefebvre anunciava que, tanto nas cidades quanto no campo, não tardaria a chegar o ponto de saturação da circulação do automóvel, a “*imobilidade disfarçada do inextricável*” (LEFEBVRE, 1969, p. 145).

O automóvel foi ao longo do século XX e, de certa forma é ainda nos dias de hoje, a mercadoria por excelência tanto da produção industrial quanto da sociabilidade moderna. A indústria automobilística se reestruturou diversas vezes. E essas reestruturações repercutiram em outros ramos da economia, não apenas na produção material como também na produção abstrata. Não é raro depararmos com conceitos como taylorismo/fordismo, toyotismo, etc., em setores de serviços como telecomunicações, universidades e demais instituições civis e estatais.

A vida moderna também recebe as repercussões dos fluxos intensos, dos barulhos, poluições de resíduos, etc. dos automóveis e se reorganiza a cada momento de entraves e limites impostos pela sociedade do automóvel, tanto na cidade como no campo. Essa produção, bem como sua lógica social, se expande por toda parte onde as relações capitalistas se apropriam dos espaços sociais. Na verdade, é justificativa de várias transformações nos países ditos “subdesenvolvidos” ou de “industrialização tardia”. Não só a produção de automóveis, mas também a exploração dos recursos naturais para a fabricação de combustíveis, a construção de rodovias que cortam, delimitam e segregam regiões submetidas às determinações sociais de outras regiões, a regulação social advinda da interação com os veículos e demais bens industrializados, etc., são em grande medida resultados da expansão da produção e do consumo da sociedade do automóvel.

Em suma, a indústria é muitas vezes caracterizada como sendo a essência do capitalismo, entre outras razões, por nunca termos vista na história da humanidade a produção de mercadorias em tão grande escala e com tanta diversidade de produtos como vemos no capitalismo. Entretanto, a despeito da exuberância tecnológica encerrada nas fábricas, o capitalismo é, antes de mais nada e em termos de relações sociais, um modo de produção de capital. E, enquanto tal, demanda outros processos tão necessários quanto a produção e a valorização. A pré-condição histórica e econômica do processo de valorização é, por exemplo, o processo de acumulação prévia e contínua de capitais (acumulação primitiva ou originária, como veremos mais a frente). Processo de acumulação este muitas vezes oriundos de processos de trabalho “não-capitalista” (ou não assalariado, como é a predominância na experiência eurocêntrica). Ademais, soma-se a estes toda a extensão do processo de circulação da mercadoria, que se estende desde o transporte, passando pela fase dos negócios, comercialização e consumo, sem os quais a efetivação do processo de valorização não é realizada (MARINI, 2011).

Marx (1968) chega mesmo a definir alguns dos setores econômicos, contidos no processo de circulação, como “indústrias”, devido a ampliação e expansão dos meios de produção e de subsistência decorridos da mecanização. Outro fator que conduz a essa definição está nas características das relações sociais de produção, impulsionadas pela divisão social do trabalho que emerge a partir da maquinaria, conforme observamos abaixo:

[...] O refinamento e a diversificação dos produtos correspondem também a novas relações comerciais com o exterior, criadas pela indústria moderna. Não só se

trocam mais artigos de consumo estrangeiros por produtos nacionais, mas uma massa maior de matérias-primas, ingredientes, produtos semielaborados etc., importados do estrangeiro, são utilizados como meios de produção pela indústria nacional. Com essas relações comerciais externas aumenta a procura de trabalho na indústria de transportes e esta se divide em novas variedades. A ampliação dos meios de produção e dos meios de subsistência com decréscimo relativo do número de trabalhadores leva ao aumento do trabalho em ramos industriais cujos produtos, como canais, docas, túneis, pontes etc., só proporcionam frutos em futuro distante. Formam-se, baseados diretamente na maquinaria ou na transformação industrial geral ocasionada por ela, ramos de produção inteiramente novos e em consequência novos campos de trabalho. Mas, a participação deles na produção total não é importante mesmo nos países mais desenvolvidos. O número de trabalhadores por eles ocupados aumenta na medida em que surge a necessidade de trabalhos braçais<sup>14</sup>. Como indústrias principais dessa espécie podemos considerar atualmente usinas de gás, telegrafia, fotografia, navegação a vapor e estradas de ferro (MARX, 1968, p. 510).

Notamos, portanto, que o conceito de indústria, na tradição inaugurada por Marx, não se limita ao conceito de fábrica. Ao contrário, parte deste rumo a uma totalidade, carregando suas características essenciais, isto é, as relações sociais de produção baseada na divisão do trabalho em funções distintas, processo de trabalho produtivo e improdutivo baseado numa considerável concentração de capitais, que favorece a produção em grande escala, a mecanização e o crescente emprego tecnológico da ciência na produção, etc. O Modo de Produção de Capital é, portanto, uma totalidade, ou seja, para a completa e efetiva produção de capital (objetivo do sistema) é necessário, e imprescindível historicamente, um volume significativo de capital acumulado previamente; o processo de valorização em si (mais-valor) – que por si só exige uma série de condições físicas e sociais além de seu núcleo –; o processo de circulação, que culmine no consumo da mercadoria; e a retroalimentação desse circuito como condição de expansão do sistema. Essa cadeia de processos resume o modo de produção de capital e contém também suas contradições. Porque para a realização desse ciclo o capital encontra uma série de interesses político-econômicos e condições histórico-geográficas contrárias ou não harmonizadas à sua efetivação.

Desse modo, pelo que foi apresentado até aqui, podemos conceituar o trabalho urbano-industrial como o conjunto de atividades desenvolvidas pelos trabalhadores inseridos no processo de produção tipicamente capitalista, isto é, organizado de acordo com uma acentuada divisão do trabalho e que a sua força de trabalho assume o caráter de um entre vários fatores de produção, subsumidos aos meios de produção de capital. É o que Marx

---

<sup>14</sup> Esta é uma realidade relativa nos dias atuais, onde há uma clara inversão do número de empregos e do PIB dos setores industriais para os setores de serviços, além do quê, a aplicação científica na tecnologia cresce exponencialmente nos setores de serviço.

demonstrou como sendo a força de trabalho assumindo a forma de mercadoria, acarretando as mais desumanas e violentas formas de alienação e estranhamento, contrariando suas potencialidades ontológicas. Mas este conceito exige uma compreensão que vá além do processo de produção *stricto sensu*, pois sua manifestação empírica compreende um modo de exploração social do capital por meio do controle do tempo, que pretende aumentar a produtividade na produção, mas também realizar uma traumática divisão entre vida produtiva que se sobreponha à vida privada, estendendo, desse modo, o controle do tempo na produção para toda a sociabilidade cotidiana.

Esse conjunto de atividades, que se inicia na produção industrial, produz a cidade como espaço social do modo de vida criado pelo e/ou para o capital. A vida cotidiana, determinada pelo modo de exploração social do capital e que é vivida na cidade, é então fundamentada na racionalização e burocratização que deriva da empresa, como empreendimento industrial (racional, técnico, “científico”). A síntese é a precarização do modo de vida do trabalhador, tendo a dependência salarial (venda, formal ou informal, da força de trabalho como mercadoria) como condição para a reprodução dos meios de vida. São exemplos dessa condição a aquisição de alimentos, moradia, vestuário, lazer, ensino, cuidados domésticos e familiares, elementos que atribuem identidade social, enfim: é o reino da mercadoria, conforme teorizou Marx.

Portanto, a sociedade urbano-industrial é mais que um objeto empírico concreto e objetivamente observável (apesar de que seus elementos têm manifestações evidentes, as vezes). É, além disso, um projeto político de realização do modo de produção de capital travestido de estilo de vida (social), e que busca encobrir um modo de exploração social por meio do qual se realiza, como aprofundaremos no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 2 – ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E SOCIEDADE URBANO-INDUSTRIAL

Neste capítulo contextualizaremos as circunstâncias relativas à origem e ao desenvolvimento da acumulação capitalista em Goiás, a partir da compreensão das determinações da acumulação de capital e da industrialização brasileira. As análises das transformações sociais, decorrentes da expansão capitalista, nos possibilitarão compreender as contradições do que se entende por “modernização<sup>15</sup>” da sociedade brasileira, em geral, e de Goiás, em particular, em uma perspectiva sociologicamente mais ampla.

Analisaremos a expansão capitalista como tendência histórica do processo de acumulação e valorização do capital e suas manifestações no estado de Goiás, especialmente o desenvolvimento da produção industrial, seja a indústria de transformação, a metalmecânica ou mesmo a agroindústria (esta última potencializada intensivamente pela política industrial do Estado). Para isso discutiremos algumas interpretações teóricas quanto à origem e desenvolvimento histórico da acumulação primitiva e estudos que concebem a região goiana como uma reserva de acumulação, disponível ao capital, em sua lógica expansionista, especialmente sobre o papel desempenhado pelos projetos de infraestrutura na industrialização e urbanização da região, por meio de processos de espoliação.

### 2.1 - Expansão da Acumulação Primitiva Capitalista

Marx (1968), em “*A assim chamada acumulação primitiva*<sup>16</sup>” analisa como o capitalismo criou suas próprias condições sociais de reprodução em bases ainda não capitalis-

---

15 O termo “modernização” é comumente utilizado por autores como forma de distinção do período considerado como “atrasado”, ou seja, anterior a industrialização e urbanização, numa perspectiva dualista da história. Ao logo deste capítulo e, especialmente, do Capítulo 3, aprofundaremos na crítica a essa visão dualista da história. Por ora, manteremos o uso do termo na representação do ponto de vista dos autores.

16 Na bibliografia aqui utilizada este é o termo usado pelos tradutores. Mas, em outras referências, é usado o termo “*acumulação originária*”, com o intuito de expressar o caráter contínuo e permanente do processo descrito por Marx, enquanto tendência histórica da expansão capitalista por processos de valorização do capital não classicamente capitalista. Como esclarecimento, em Marx, o conceito de “acumulação primitiva” ou “acumulação originária” serve para designar o início de um período histórico e social, onde se dão as condições iniciais necessárias para a valorização e reprodução do capital, sob a forma tipicamente capitalística. Não é pretensão neste trabalho (e acreditamos que também em Marx) utilizá-lo como conceito evolucionista ou moral de sociedades não-capitalistas, à época, mas apenas a origem das condições de valorização e acumulação capitalista. Marx, por analisar o processo histórico em sua origem, não pôde analisar a acumulação primitiva ou originária como um processo contínuo e permanente, aspecto este que outros autores, partindo de suas análises sobre as tendências históricas do capital, puderam perceber e apontar o seu desenvolvimento histórico pelo mundo.

tas. O capitalismo tem, pois, uma origem histórica e um modo particular de engendrar os meios de produção e que, segundo Marx (1968, p. 880), só “*floresce*” e assume sua “*forma clássica*” quando o produtor direto foi expropriado, afastado (por vezes violentamente) dos meios de produção; quando a propriedade particular dos meios de produção da existência de grupos sociais e seus lugares (recursos naturais, meios de trabalho, objetos de trabalho) se transformou da “*propriedade minúscula de muitos na propriedade gigantesca de poucos*”. Ou seja, quando essas condições foram forjadas, o capital teve condições de desenvolvimento mais fluidas, posto que os entraves para a circulação do valor, a partir dele produzido, se deu de modo cada vez mais produtivo (sob sua perspectiva econômica), por meio da superexploração do trabalho.

Esse afastamento, conforme Marx analisa, foi o ponto de partida da produção de valor capitalista, pois dele partiu o movimento que criou as condições de acumulação expandida de capital e força de trabalho, que foram exigidos no processo de reprodução do capital, via mais-valor, na nascente indústria moderna. O capital produziu, pela expropriação do trabalho e dos meios de produção, as condições de apropriação privada de recursos naturais, força de trabalho e demais meios de produção, nas formas de acumulação prévia, com o afastamento de classes de produtores diretos dos meios de existências. Nesse sentido, os meios de produção se converteram em capitais na produção capitalista sob determinadas circunstâncias:

Como os meios de produção e os de subsistência, dinheiro e mercadoria em si mesmos não são capital, tem de haver antes uma transformação que só pode ocorrer em determinadas circunstâncias. [...] Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de confrontar-se e entrar em contato: de um lado, proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia, e, de outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho. [...] Estabelecidos esses dois polos do mercado, ficam dadas as condições básicas da produção capitalista. O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade privada dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista (MARX, 1968, p. 829).

Ou seja, foi o processo que criou ou deu origem a uma nova disposição das classes sociais entre si e em relação aos meios de subsistência. Estabeleceu um novo tipo de relação social entre as classes: proprietários de recursos e meios de produção e subsistência de um lado e proprietários de força de trabalho de outro. Ambas as formas de propriedades manifestas como mercadorias, dispostas para comercialização no mercado. Insistimos, ainda, que esta é a pré-história de um determinado modo de produzir a existência material, as condições iniciais desse determinado modo de produção, da qual parte e dá início às transformações históricas subsequentes sem, contudo, eliminar por completo as outras formas de produção e expropriação de capital a ele relacionadas.

A definição de acumulação primitiva, assim colocada, pressupõe o afastamento do produtor direto (trabalhador) dos meios de produção e do deslocamento social entre patrões e trabalhadores, tanto na cidade quanto no campo, assumindo caráter ampliado na medida em que o processo produtivo se torna mais complexo, fundamentalmente com o desenvolvimento da divisão (social) do trabalho entre cidades e nações. E uma vez criadas as condições de produção capitalísticas, estas se articulam com outras formas de produção (capitalistas ou não), como condição para a sua intrínseca necessidade de expansão. A acumulação de capital (essência do modo de produção capitalista) põe em jogo dois processos: a expropriação de capitais na forma de acumulação primitiva ou originária e a valorização desse capital por meio da produção de mais-valor. E, nesse sentido, outras formas de organização social não-capitalistas se integram a esse sistema como formações sociais, de onde se expropriam capitais na forma de recursos naturais ou matérias-primas necessárias a produção de valor e como espaços de circulação de mercadorias, ao mesmo tempo em que representam também possibilidades futuras de valorização de capital com grandes rentabilidades.

Vai nesse sentido a interpretação de Frank (1979), quando afirma que:

Se “pré”-capitalista significa antes de capitalista, então é em parte capitalista, em parte não capitalista. Mas, em ambos os casos, “não” capitalista não necessita de ser “pré”-capitalista, uma vez que pode ser simultânea ou mesmo pós-capitalista. Assim, na medida em que acumulação “primitiva” se refere à acumulação na base da produção com relações não capitalistas de produção, não precisa de ser anterior, mas pode também ser contemporânea à produção e acumulação capitalista. Tal produção não capitalista, e a acumulação baseada nela, pode ser chamada – para a distinguir da acumulação e produção “primitivas” pré-capitalistas – acumulação “primária”. (Roger Bartra chama-lhe acumulação primitiva permanente.) Tal acumulação primária, baseada em parte na produção através de relações não capitalistas de produção, tem sido uma frequente, se não constante, companheira do processo capitalista de acumulação de capital mesmo nas suas fases desenvolvidas de

predomínio do trabalho assalariado e mais tarde de mais-valia relativa. Na verdade, tal acumulação primária deu uma contribuição importante, se não essencial, para a acumulação capitalista de capital. Tal acumulação primária de capital pode ou não pode também implicar sobre-exploração do produtor de trabalho não assalariado além das suas necessidades de um mínimo de subsistência e reprodução. Implica sobre-exploração do trabalho assalariado, na medida em que o seu fundo de consumo e a reprodução da sua força de trabalho se aproximam directamente desta produção não capitalista (FRANK, 1979, p. 27).

O autor situa o debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, com relação aos fatores internos (produção de valor) e externos (circulação de valor), a partir da análise dos ciclos industriais, sendo que os fatores internos à produção de valor respondem a mudanças institucionais determinadas quando o mercado interno é próspero; e os fatores externos à produção de valor e suas contradições tornam-se relevantes, para determinadas perspectivas teóricas, quando o mercado interno está em depressão (em virtudes de guerras, clima, conflitos internos, etc.), evidenciando a importância da acumulação de capital mediante acumulação primitiva. É a partir daí que se verifica a relação dialética entre os fatores internos e externos no desenvolvimento desigual e combinado de ambos.

É a partir desse contexto que podemos compreender as análises de Marx (1968), segundo as quais o modo de produção capitalista pressupõe a relação dos meios de produção enquanto capital. Assim, o espaço, o trabalho e os demais meios de produção assumem a forma de mercadorias disponíveis para a troca comercializável no mercado, e que o consumo e a interação desses elementos estejam sob a propriedade privada dos capitalistas. Como essas condições não estão dadas *a priori* (a-historicamente, ou seja, têm de ser criadas a partir de bases não-capitalistas), nem mesmo a capacidade dos capitalistas industriais é naturalmente irrestrita (cf. condições de concorrência, custos, nível de desenvolvimento das forças produtivas e lucros), o modo de produção capitalista exige uma acumulação “primitiva” continua. Essa exigência é necessária tanto para a criação das condições sociais de valorização e consumo de capitais, em seu processo produtivo (via produção de mais-valor na produção de mercadorias), quanto para a acumulação de capitais (via espoliação), como estratégia para reduzir custos com matéria-prima, fornecimento de energia e outros meios de trabalho, força de trabalho, investimentos no aperfeiçoamento técnico e ampliação da produção.

A centralização de capitais põe em jogo a socialização da produção (produtos, produtores, etc.) na forma competitiva do mercado mundial monopolista. Sobre esse movimento histórico, Marx afirma que:

[...] Ao lado dessa centralização ou da expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se, cada vez mais, a forma cooperativa do processo de trabalho, a aplicação consciente da ciência ao progresso tecnológico, a exploração planejada do solo, a transformação dos meios de trabalho em meios que só podem ser utilizados em comum, o emprego econômico de todos os meios de produção manejados pelo trabalho combinado, social, o envolvimento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso o caráter internacional do regime capitalista (MARX, 1968, p. 881).

Compreende-se, assim, que a reprodução capitalista exige a expansão de capital, tendo na acumulação primitiva a estratégia adotada que se converte em tendência histórica generalizada. O avanço da propriedade privada de capitais, nesses termos colocados, é, segundo De Angelis (2001), fundamentada sobre a noção de *capital* como relações sociais de classes.

O caráter alienado do trabalho é, naturalmente, uma das principais fontes de conflito de classes, inerente e contínuo, dentro da teoria do capitalismo de Marx. Além disso, sua transcendência é, para Marx, o horizonte principal ao longo do qual ele pôde vislumbrar uma sociedade pós-capitalista. Dentro da estrutura teórica e crítica de Marx, portanto, a dissociação incorporada na definição de acumulação primitiva pode ser entendida não apenas como origem de capital frente às relações sociais pré-capitalistas, mas também como uma reafirmação das prioridades do capital frente às forças sociais que funcionam contra essa dissociação. Assim, espaços de autonomia pré-capitalistas (a terra comum dos pequenos proprietários rurais ingleses; as terras comunitárias da África dirigida pelos mercadores de escravos) não são os únicos objetos de estratégias de acumulação primitiva do capital. Os objetos da acumulação primitiva também transformam quaisquer equilíbrios de poder determinados entre as classes, o que constitui uma "rigidez" para promover o processo de acumulação capitalista, ou que corre na direção oposta. Uma vez que, para Marx, as lutas das classes trabalhadoras são um elemento constante da relação de produção capitalista, o capital deve continuamente empenhar-se em gerar estratégias de acumulação primitiva para recriar a "base" da própria acumulação (DE ANGELES, 2001, p. 14, tradução livre).

As relações sociais de produção na acumulação primitiva assumem, evidentemente, diferentes formas, de acordo com as particularidades de cada processo histórico com que o capital contata, podendo assumir a forma de separações em relação à propriedade dos meios de produção; cercamentos de terras; e os conflitos e resistência ao processo de acumulação, como foram os casos analisados por Marx n' *O Capital*.

Sobre esses aspectos, ainda segundo De Ângelis:

A ideia de dissociar aplica-se tanto à acumulação quanto à acumulação primitiva. Marx é extremamente preciso em relação a isso. No Volume 3 do *Capital* ele ressalta

que a acumulação propriamente dita é nada mais do que a acumulação primitiva - que Marx definiu no Volume 1 em termos de dissociação - "elevada a um poder superior". Nas teorias sobre mais-valia ele é ainda mais preciso, dizendo que a acumulação "reproduz a dissociação e a existência independente da riqueza material em contraste com o trabalho em uma escala cada vez maior", e, portanto, "apenas se apresenta como um *processo contínuo* o que, na *acumulação primitiva*, aparece como um processo histórico distinto". Mais uma vez, nos Grundrisse, ele afirma: "Uma vez que esta separação é dada, o processo de produção só pode produzi-lo mais uma vez reproduzindo isso, e reproduzindo em uma escala expandida" (DE ANGELIS, 2001, p. 6, tradução livre).

Portanto, a acumulação primitiva é um processo de expropriação e separação que também se dá por meios políticos e não apenas econômicos (como é predominante no modo de produção capitalista clássico). É também, portanto, uma estratégia política da acumulação capitalista que necessita expandir-se em escala mundial, articulando processos diferenciados de produção, sendo o assalariamento, na valorização do capital, uma entre outras estratégias de exploração. A análise histórica da expansão do capital, tanto em sua origem quanto contemporaneamente, evidencia o caráter permanente e contínuo dessa estratégia (FRANK, 1979). É nesse sentido que, conforme vimos no primeiro capítulo, o constrangimento legal e institucional às formas desumanas e precárias de sobre-exploração da força de trabalho é, antes, derivada de pressões sociais (fundamentalmente da classe trabalhadora) do que uma característica civilizatória desse modo de produção, fato que acarreta a concomitância de um modo de exploração do trabalho correspondente à força política dessas pressões (MARX, 1968).

Analisando concretamente o berço da revolução industrial, vemos como a acumulação primitiva realizada na Ásia, África e nas Américas produziu a acumulação de capital necessária para a criação e manutenção da industrialização, por meio dos saldos positivos da balança comercial, por intermédio daquilo que autores como Frank (1979) chama de "comércio triangular". Durante os séculos XVI e XVII, o comércio internacional inglês lhe garantiu vantagens competitivas, com a acumulação de capital, por meio das trocas de matérias-primas, ouro e prata das colônias por manufaturas, ao ponto de subsidiar as transformações técnicas da sua indústria nascente

Segundo Frank (1979):

[...] Esta expansão comercial nas últimas quatro décadas do século XVII foi marcada por significativos investimentos ingleses mais no comércio do que na manufatura, que resultaram numa multiplicação das reexportações entre 1660 e 1700

(D. B Davis em Minchinton, 78-79). [...] A procura crescente das regiões mineiras do Brasil e da América espanhola, das plantações das Caraíbas e do Sul e Nordeste americanos mantinham esta expansão da manufatura inglesa como fez a importação de certos produtos manufacturados ingleses pela África, pelas áreas mediterrânicas e do Mar Báltico (FRANK, 1979, p. 129).

E também nas compras de pessoas escravizadas em África:

Os escravos eram comprados na costa africana [...] pelos mercadores europeus e cada vez mais pelos norte-americanos que pagavam principalmente com armas de fogo e rum, instrumentos essenciais ao negócio de escravos intra-africano, mas também com tecidos de algodão (fornecidos pela Ásia) e joias de pouco valor. Nas Américas, os escravos eram vendidos a donos de plantações e de minas em troca dos seus produtos, em especial açúcar e seus derivados, mas também moedas de ouro e prata e ouro e prata em barra ou letras de crédito em Londres, Liverpool, Bordéus, Nantes, Boston, etc. Os produtos americanos eram vendidos na Europa, que exportava, por seu turno, os seus produtos manufacturados (e reexportações provenientes da Ásia) para as colônias nas Américas. Só as Índias Ocidentais e até certo ponto as colônias de plantações no Sul da América do Norte podiam pagar as suas importações de produtos manufacturados através da sua própria produção de mercadorias não monetárias exportáveis, mesmo que estas fossem produzidas pela mão-de-obra estrangeira e a importação desta mão-de-obra absorvesse a maior parte da sua capacidade de importação. As colônias mineiras na América Latina pertencentes à Espanha e Portugal, pagavam naturalmente a grande parte das suas importações com o dinheiro que tiravam da exploração de minas. Grande parte deste dinheiro chegava ao Nordeste da Europa através da Espanha e Portugal, que o enviavam para pagar o seu próprio défice do comércio das suas mercadorias [*com a Inglaterra*]. As regiões asiáticas e do Báltico, por outro lado, mantinham um excesso de comércio de mercadorias com o Nordeste da Europa, grande parte do qual era, por sua vez, pago com o transporte do dinheiro para eles (FRANK, 1979, p. 243).

O excedente produzido pelo capitalismo mercantil, durante esse período, produziu a acumulação primitiva de capital necessário ao desenvolvimento do capital industrial que, por sua vez, necessitou de novos mercados ou ampliação dos já existentes, tanto para a contínua acumulação quanto para a circulação do excedente industrial. De acordo com Harvey (2010), a reprodução ampliada da acumulação “originária” deriva da internacionalização da produção. O desenvolvimento das forças produtivas sociais produz um excedente de capitais que, contra as crises de sobreacumulação e desvalorização, encontra na expansão geográfica e na reorganização do espaço para o capital uma estratégia de longo prazo. Assim,

[...] a atividade capitalista produz o desenvolvimento geográfico desigual, mesmo na ausência de diferenciação geográfica em termos de dotação de recursos e de possibilidades, fatores que acrescentam seu peso à lógica das diferenciações e especializações espaciais e regionais. Impelidos pela concorrência, capitalistas individuais buscam obter vantagens competitivas no interior dessa estrutura espacial,

tendendo portanto a ser atraídos ou impelidos a mudar para os locais em que os custos sejam menores ou as taxas de lucro maiores. O capital excedente de um lugar pode encontrar emprego noutra lugar em que as oportunidades de lucro ainda não foram exauridas. Vantagens em termos de localização desempenham para capitalistas individuais um papel semelhante aos derivados das vantagens tecnológicas, e em certas situações essas vantagens podem substituir-se entre si (HARVEY, 2010, p. 82).

Para o autor, investimentos em infraestrutura física e social de longa duração criam enclaves protegidos, ou seja, ilhas, cidades e regiões de “*direitos burgueses de cidadania*”. É, antes de mais nada, a expansão da mentalidade capitalista de organizar os espaços e regular as relações sociais. Esses lugares onde ocorre a acumulação “originária” exercem atração de migrações e transformam o processo de trabalho local, tendo nas institucionalidades governamentais e financeiras os acordos sobre os benefícios na construção e expansão de empreendimentos capitalistas. Em formações sociais com históricos de superexploração econômica e política da população (como toda a América Latina e o Brasil, em particular), onde os níveis de vida são histórica e continuamente rebaixados e precarizados, as políticas de desenvolvimento capitalista encontram terreno fecundo para a sedução da população como a única estratégia para a melhoria das condições de vida das pessoas e com isso ganham legitimidade para a implantação de políticas de desenvolvimento de infraestruturas para o capital e os correspondentes arranjos institucionais necessários. Conforme Marx (1968), a expansão do capital produz relações de trocas econômicas, de atitudes, valores culturais e políticos. Suas dinâmicas internas e externas dependem da estrutura de classes e do gênero das alianças, especialmente nas esferas governamentais locais. Nessa mesma direção aponta Harvey (2010, p. 127) que “*toda formação social ou territorial que é inserida ou se insere na lógica do desenvolvimento capitalista tem de passar por amplas mudanças legais, institucionais e estruturais*”. É notável, para o autor, o papel desempenhado pelo desenvolvimento das vias de transporte, comunicações, educação e pesquisa, bem como a urbanização e regionalização na prática de expansão capitalista. Alterando as distâncias produtivas e sociais, as inovações tecnológicas nos transportes diminuíram as barreiras espaciais necessárias à maior e mais rápida circulação do capital.

As mudanças de localização do que o autor denomina como “*processos moleculares de acumulação do capital*” definem as transformações e movimentos espaciais (HARVEY, 2010, p. 82). Isso equivale dizer que a dinâmica de expansão de capitais engendra mudanças tanto nas técnicas e organização produtiva quanto nas relações sociais de produção e

reprodução do espaço social. Produz e intensifica as divisões e hierarquias na organização do espaço, por meio das interações de troca capitalista. Entretanto, a divisão territorial e espacial do trabalho, por meio do desenvolvimento desigual da atividade capitalista, exige a relação entre lógicas, espacialidades e regiões diferenciadas e subordinadas ao modo de produção capitalista (mercado capitalista) em sua totalidade.

No contexto territorial dos países, as regiões são subespaços do espaço total que exercem determinadas funções produtivas com relativa predominância em razão dos capitais fixos e do conjunto de relações sociais herdadas, ou seja, é impressa uma tendência histórica no lugar. A depender do jogo estabelecido a partir das relações sociais, cada região ocupa um lugar (relativamente constante) no processo de acumulação geral, que garante sua posição na hierarquia dos papéis dentro da sociedade geral. Isso demonstra que, no círculo de cooperação existente, as regiões são lugares funcionais ao todo que exercem sua autonomia relativa, social e produtiva, de acordo com as condições herdadas e desenvolvidas ao longo de sua história. Porém, existem restrições e limites que são determinados pela forma com que os vínculos com outras regiões são estabelecidos. As regiões não são autossuficientes; dependem de outros lugares, seja em relação ao consumo de mercadorias, seja em razão de relações políticas, administrativas ou culturais herdadas ou não (SANTOS, 1992).

Sobre a expansão e combinação das dinâmicas do capital imperialista, Harvey (2010, p. 122) afirma que a acumulação “originária” envolve a apropriação privada para o capital e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, confrontos e supressão, com implicações para a formação da classe trabalhadora. O resultado é um proletário heterogêneo em virtude dos “*vestígios*” de relações sociais pré-capitalista na sua formação, refletindo em suas resistências e perspectivas. São exemplos de conflitos a expulsão de populações camponesas e a constituição de trabalhadores sem terras da Índia, México e Brasil em aceleração; as privatizações de bens e serviços públicos como água, energia, por insistência dos organismos financeiros internacionais; supressão de formas alternativas de produção e consumo autóctones; privatização da indústria nacional; a substituição da agricultura familiar pelo agronegócio, via industrialização do campo; e as diferentes formas de escravidão moderna.

Mas uma última distinção nesse debate é fundamental. Trata-se da diferenciação entre acumulação “originária” – a criação de força de trabalho e meios de produção como capitais na produção de mercadorias – e acumulação por espoliação – a separação,

afastamento e espoliação<sup>17</sup> da propriedade dos meios de produção, como o solo, rios e demais recursos naturais, cercamento de “ilhas”, cidades e regiões para a formação e desenvolvimento capitalista num projeto de longo prazo. Em ambos os casos, mas sob determinações e “*fricções espaciais*” diferenciadas, emergem os conflitos de classes e a expressão do poder de dominação dos grandes centros industriais (capital financeiro-industrial), sob a forma do imperialismo (Inglês, entre os séculos XV e início do XX; norte-americano, a partir do pós-guerra; e rediscutido entre as potências industriais nos dias de hoje: países emergentes, blocos econômicos regionais, potências imperialistas tradicionais, etc.). Para o autor, a diferença entre as duas formas de acumulação está em que a acumulação “originária” dá início à reprodução expandida do capital, enquanto a acumulação por espoliação destrói um caminho já aberto para o capital, como forma de investimento de capital excedente na reconstrução.

Sobre os conflitos produzidos na acumulação por espoliação pelo imperialismo, fundamentalmente sobre a força de trabalho, afirma o autor que:

[...] Embora os níveis de exploração da força de trabalho em países em desenvolvimento sejam sem dúvidas altos, podendo-se identificar abundantes casos de práticas abusivas, os relatos etnográficos das transformações sociais promovidas pelos investimentos externos diretos, pelo desenvolvimento industrial e pelos sistemas de produção “exportados” em muitas partes do mundo formam um enredo bem mais complexo. Em alguns casos, a posição das mulheres, que proporcionam a maior parcela de força de trabalho, tem tido ponderáveis modificações, ou mesmo tem sido aprimoradas. Diante da opção entre mão-de-obra industrial e a volta ao empobrecimento rural, muitas pessoas no âmbito do novo proletariado parecem exprimir forte preferência por aquela. Noutros casos, obteve-se um poder de classe suficiente para obter ganhos reais em termos de padrões de vida e para alcançar um padrão de vida bem superior às circunstâncias degradadas de uma existência rural precedente (HARVEY, 2010, p. 135).

Espalhados por todo mundo na forma de lutas anticapitalista e anti-imperialista, diversos enfrentamentos agitam a resistência às formas assumidas empiricamente pela acumulação por espoliação. Disso originou o que Harvey (2010) denomina como “*um tipo de visão alternativa*”. Esse novo tipo de política de resistência engloba “*batalhas*” em todos os níveis (local, regional e global), onde o domínio do aparelho do Estado e a crítica a

---

17 Cf. Harvey (2010, p. 120): “*Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação ‘primitiva’ ou ‘original’ no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital é por conseguinte muito necessária, como observaram recentemente vários comentaristas. Como parece estranho qualificar de ‘primitivo’ ou ‘original’ um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de ‘acumulação por espoliação’.*”

reprodução expandida não são o foco de investidas. Harvey credita o pouco (ou nenhum) interesse nessa temática por esses “novos movimentos sociais” à desilusão com o desenvolvimento socialista, levado a cabo pela ortodoxia do marxismo/leninismo/maoísmo, o que acaba por enfraquecer suas possibilidades enquanto realmente “alternativas”. E, partindo da interpretação dialética de Rosa Luxemburgo, e sua ênfase no modo de vida dos trabalhadores sob exploração do capital, Harvey sintetiza as práticas capitalistas em duas perspectivas: a reprodução expandida ou ampliada e a espoliação. O vínculo entre as duas formas de acumulação deveria ser reconhecido pelos setores da luta antiglobalização ou pró-globalização alternativa, ou seja, a compreensão do processo dialético entre duas tendências do capitalismo que engendram explorações na produção industrial *stricto sensu* e ao redor dela. O fundamento de uma é a reprodução da outra.

Sobre a expansão da acumulação de capital, por meio de processos de acumulação primitiva originária e por espoliação, algumas interpretações teóricas apontam essas tendências no Brasil e em Goiás, principalmente nas observações do movimento físico e social das bandeiras, da “Marcha para o Oeste” e na descentralização econômica e industrial brasileira, que analisaremos a seguir.

## **2.2 - A (Re)Produção Social do Capital e a Sociedade Urbano-Industrial no Brasil**

Para compreendermos as tendências históricas da reprodução social do capital em Goiás é importante voltarmos no tempo, por meio do entendimento dos contextos de avanços da acumulação de capital, que demarcam o conjunto de relações sociais herdadas. Esse processo se inaugura ainda no período colonial, por meio do comércio internacional entre a colônia brasileira, a coroa portuguesa e as demais potências coloniais, fundamentalmente a Inglaterra. Autores como Frank (1976; 1979) sustentam que o desenvolvimento comercial e industrial inglês só foi possível em razão das vantagens comerciais da Inglaterra com as colônias americanas e suas respectivas coroas, ao longo dos séculos XVII e XVIII. A exploração das minas de prata pela Espanha e de ouro por Portugal (em Minas Gerais e Goiás, diga-se de passagem) sustentou as importações das nascentes manufaturas inglesas, com benefícios políticos e financeiros para as aristocracias daqui e das sedes coloniais,

fortalecendo o comércio triangular entre colônias Americanas, coroas Europeias e demais colônias em países no Oriente. Um outro elemento importante foi a rede de preferências comerciais, por meio de tratados comerciais, como o Tratado de Methuen, de 1703, e o Tratado de Utrecht, de 1713. O segundo transferia da França para a Inglaterra a preferência de *asiento* da venda de escravizados para as colônias nas Américas (FRANK, 1979). Sobre o assunto, o autor afirma:

O ouro do Brasil ia para Portugal e daí – para pagar pelo seu respectivo excesso de importações sobre as exportações - para a Inglaterra e da Inglaterra ia grande parte para o Oriente. Os tratados comerciais anglo-portugueses do século XVII tinham ficado notoriamente suspensos durante os tempos de recessão comercial anteriores à gloriosa Revolução de 1688 e a produção têxtil portuguesa tinha recebido um novo – embora curto – contrato. Mas as circunstâncias econômicas e políticas do princípio do século levaram Portugal a assinar o Tratado de Methuen, em 1703, e a começar um outro período de dependência política e econômica ainda maior em relação à Inglaterra, o qual durou pelo menos tanto como a corrida ao ouro no Brasil. O Tratado de Methuen estabelecia a troca de tecidos britânicos pelo vinho português, uma troca que foi consagrada um século mais tarde por Ricardo na sua “lei” de vantagem comparativa. A rivalidade política e comercial britânica com a França e com o acordo Tory-Whig levou a Inglaterra a transferir a importação de vinho da França para Portugal, negando assim à França esta troca externa (a maior parte do vinho tinha sido paga com prata). Isto significava vinho mais barato na Inglaterra, mas abria um mercado estável e seguro aos têxteis britânicos que eram mais bem pagos com ouro do que com vinho (FRANK, 1979, p. 139).

Nesse período, e em razão do acordo de Methuen, Portugal e Brasil tornaram-se a válvula de escape para as manufaturas inglesas, que enfrentavam fortes bloqueios no mercado europeu. Isso evidencia a participação e a desigual integração mundial do desenvolvimento capitalista, permitindo-nos refutar já a ideia de isolamento da região de Goiás e outros “sertões”, inclusive porque, adjunto a essas relações comerciais, outras relações sociais já estão imbricadas. É evidente que as relações internacionais não visavam “apenas” (como se fosse pouco!) as relações comerciais, financeiras e de fluxos das balanças de pagamentos mas, e angularmente, as relações políticas de domínio civilizatório, que se estabelecia entre as potências (já) mundiais no período. E, mais uma vez, a contribuição forçada do Brasil foi preponderante para o avanço inglês, tanto no estabelecimento do padrão ouro nas relações comerciais (e suas representações de status equivalentes), quanto no financiamento das importações de matérias-primas no oriente e nas Américas e a consequente reexportação de manufaturas têxteis na Europa e nas Américas, além do financiamento das onerosas inovações tecnológicas, sem as quais era impossível o avanço da maquinaria, como vimos no Capítulo 1.

A esse respeito o autor afirma que:

É pelo menos simbólico que, como Eric Williams recorda, “foi o capital acumulado no comércio das Índias Ocidentais que financiou James Watt e a máquina a vapor. Boulton e Watt receberam dinheiro adiantado de Lowe, Vere, Williams e Jennings... [e Bouton escreveu a Watt] ‘Lowe, Vere e companhia ainda podem ser salvos se a frota das Índias Ocidentais chegar a salvo da frota francesa... na medida em que muitas das seguranças deles dependem disso’ (E. Williams, 1966, 102-103)” (FRANK, 1979, p. 257).

O processo de expansão da lógica do capital, que se dá a partir de então em Goiás, impôs diferentes expressões e conflitivas dinâmicas sociais. A região se insere na divisão e cooperação do processo de trabalho capitalista no Brasil, nos momentos da expansão dos domínios territoriais desde o império (avanço da extração mineral, colonização e expulsão das comunidades autóctones, espoliação da força de trabalho escravizada, etc.) e os diversos momentos da ação estatal na industrialização e ampliação da rede produtiva para o capital, após 1930.

E, a partir do contexto acima referido, podemos compreender o papel das bandeiras no processo de interiorização da sociedade imperial, que vislumbrava, em terras mais adiante do litoral, as possibilidades de garantir a acumulação de riquezas e domínios socioespaciais para o capital, implicando em práticas predatórias. A produção de matérias-primas para o processo de industrialização e urbanização (tanto da Europa quanto do Brasil) apresenta, desde esse período, uma das determinações da região e que demarcam as relações sociais herdadas, qual seja a de contribuir para o abastecimento de outras localidades, representando interesses políticos externos, sempre com a adesão da burguesia e classes sociais auxiliares locais.

Uma síntese histórica da urbanização brasileira nos ajuda entender nossa realidade contemporânea, uma vez que esse projeto de acumulação demandou certos tipos de arranjos físicos e sociais que demarcaram o desenvolvimento da urbanização e das relações institucionais da sociedade brasileira. A política urbanizadora no período colonial caracterizou-se por um processo que vai dos esparsos arraiais aos primórdios de uma rede urbana concentradora demograficamente e excludente economicamente. De acordo com Filho (1968), uma característica marcante da urbanização brasileira, levado a cabo pela Coroa portuguesa, foi a destinação da construção de cidades a particulares que representavam o interesse da Coroa: os donatários. O objetivo era não afetar economicamente os programas de

colonização das Índias Orientais. O desinteresse da Coroa na urbanização brasileira resulta na criação de poucas cidades nos primeiros séculos, sendo que os poucos e exclusivos investimentos se deram onde havia ameaças de invasão estrangeira, inicialmente. Marca desse processo é o abandono da tradição e a aceitação da ideia da “cidade ideal”, com uma racionalidade baseada na centralidade do poder da burguesia e da administração central.

De certo modo, desse momento em diante, o Estado assume sua proeminência na fundação de cidades regionais, ou seja, na disseminação de manchas urbanas ao longo do vasto território nacional, com pequenos núcleos concentrando demograficamente e dominando economicamente as regiões que comporiam futuramente o território nacional. A própria escolha de se criar ou não um núcleo urbano se baseava exclusivamente nos rumos tomados pelos negócios da Coroa portuguesa. Isso explica a criação de núcleos urbanos no entorno da produção mineral (minas e rios) e pontos de apoio do transporte desses recursos e do gado, posteriormente. Ao contrário, por exemplo, da colonização espanhola no restante da América Latina que, ocupando uma área onde já havia civilizações relativamente desenvolvidas em termos de estrutura urbana, militar, política e econômica (Maias, Incas e Astecas), “herdaram” um espaço já urbanizado e semi-integrado. Isso fez com que a urbanização levada a cabo pelos espanhóis, em suas colônias na América Latina, se destacasse da realizada pelos portugueses no Brasil, no que diz respeito tanto a arquitetura quanto ao nível de desenvolvimento social (distribuição de água, possibilidades de sociabilidades para além das relações econômicas, etc.) (FILHO, 1968; SINGER, 1998).

Filho (1968) destaca três momentos da política urbanizadora do período colonial português. O primeiro consiste nesse descrito acima, que vai até meados do século XVII, com a formação de vilas de responsabilidade material e financeira dos donatários (e, por isso, restrita à função de exploração econômica e sem uma complexa interconexão regional), que tinham a importância de controle fiscal e militar da região. O segundo momento, durante a segunda metade do século XVII, consistiu em demandas dos governadores de províncias em fundar vilas e cidades que foram frustradas por falta de jurisdição, pois as regras de fundação de vilas se restringiam aos donatários para a descoberta e exploração mineral. Vários foram os pedidos feitos à Coroa por parte dos governadores de província.

Segundo Filho:

Já em 1656 o conde Atouguia demonstrava a desvantagem que havia em não poderem os governadores fundar vilas, nas capitanias da Coroa, como os donatários nas suas.

“A experiência mostra evidentemente quanto a falta desta jurisdição é causa de não estar mais povoado este Estado, pois na parte onde os Donatários a concedem a seus capitães-móres, se multiplicaram e vão multiplicando sempre as villas, como se viu na de Pernambuco e se vê com maior excesso na de São Vicente, e pelo contrário nas donde o poder toca ao governo se não acrescenta uma só” (FILHO, 1968, p. 73).

No terceiro momento, a partir do século XVIII, se intensificou as atividades urbanizadoras que tinham como finalidade a organização de populações que se espalhavam pelos sertões. Para tanto, houve um incremento significativo de recursos na contratação e formação do corpo técnico que construiriam as cidades, baseados na formação militar, o que demarcará ainda mais a concepção urbana brasileira como um espaço de controle administrativo e segurança das classes dominantes e administrativo-militar.

Singer (1998) caracteriza o papel das cidades brasileiras no período colonial, de um modo geral, como estéril e sem divisão do trabalho entre cidade e campo<sup>18</sup>, restringindo a cidade a duas funções principais: função ideológica e política, com coerções exercidas pela igreja e pela burocracia; e função militar, com controle da força de trabalho escrava (índios e negros) e controle fiscal e territorial (contra invasões estrangeiras, dispersão dos índios e formação de quilombos).

De acordo com o autor:

[...] a conquista e a colonização operam um rearranjo relativamente limitado nas atividades primárias, fazendo surgir em cada região no máximo uma atividade especializada, orientada ao mercado externo. [...] Neste sistema, o papel econômico das cidades era essencialmente estéril. Não se havia estabelecido uma verdadeira divisão do trabalho entre campo e cidade. Esta absorvia uma parte do excedente extraído do campo, mas nada lhe fornecia em troca que tivesse valor econômico. Nem por isso deixava a cidade colonial de desempenhar um papel essencial na constituição e, depois, na preservação do sistema colonial. Seu papel consistia fundamentalmente em concentrar e, assim potencializar a força de persuasão e a força de coerção da metrópole no corpo da sociedade colonial (SINGER, 1998, p. 101).

Mesmo incipiente, a rede urbana foi o sustentáculo da colonização. A complexificação da estrutura de classes urbana (administrativo, militar, comercial, religioso) exigiu, de modo concreto, as forças produtivas que demandaram excedentes do campo, desenvolvendo as fazendas e os engenhos. A importância da função comercial da cidade fez com que surgissem nesse período as classes sociais urbanas e transformassem a cidade no centro da vida política colonial (fortalecendo a subordinação do/no campo), onde a burocracia

---

18 Outra distinção com relação a urbanização espanhola na América Latina, que já apresentava relativa divisão do trabalho nas cidades e entre cidade e campo.

concentrava a autoridade. A cidade, nesse período, vai assumindo lentamente a configuração de lugar das possibilidades de inovação, de acumulação, de aspiração e mudança social em contraposição ao campo com pouca ou nenhuma mobilidade social.

Para o autor:

[...] De uma forma ou de outra, o que importa aqui é que a criação da cidade requeria uma acumulação prévia, entendida não como a formação de um estoque inicial (o que não teria sentido para a existência contínua de uma população urbana não produtora de alimentos), mas como um fluxo permanente de um excedente alimentar do campo à cidade. Este fluxo permanente, que põe e repõe as condições de sobrevivência da cidade, pressupõe a existência de uma estrutura de classes e, mais ainda, de uma classe dominante que resolveu isolar-se, com o seu séquito, espacialmente do restante da sociedade. É só a partir desta resolução, que pressupõe, repita-se, dominação, é que se pode especular sobre a “racionalidade” ou a “funcionalidade” da segregação urbana (SINGER, 1998, p. 11).

A importância dos ciclos de exploração econômica na urbanização brasileira é central. Ruy Moreira (2012) aponta dois movimentos econômicos que impulsionaram a urbanização brasileira. Os vetores fundacionais, tendo no bandeirantismo, na expansão do gado e nos assentamentos jesuítas ao norte do país, os principais momentos de urbanização desse movimento. E, no segundo movimento, os ciclos (não necessariamente sucessivos) de assentamentos: ciclo do pau-brasil no litoral, tendo como marco a depredação do meio ambiente como política colonial; ciclo da cana-de-açúcar no nordeste, que institui a sociedade agrária na região; ciclo da mineração na região das minas (sudeste e centro-oeste), com a formação minério-urbano, que leva a interiorização demográfica, fundamentalmente as margens dos rios; ciclo do gado no centro-oeste, sul e sudeste, tendo como função inicial o abastecimento da demanda por alimento da mineração e da industrialização paulista, posteriormente; o ciclo da borracha no norte, paralelo aos demais, baseado no aldeamento indígena, que instaura o extrativismo como modo de vida; e o ciclo do café no sudeste, que sustenta as transições “modernas”, ou seja, do império à república, da agricultura à industrialização, por meio do capital acumulado com sua exportação. Ao longo desses ciclos assentam-se as bases da sociedade brasileira como um modelo de sociedade seletiva (em termos de especialização dos lugares), concentradora (economicamente) e excludente (socialmente).

Característica da urbanização brasileira pré-industrial é a relação não-interdependente entre os espaços urbanos, formando o que Milton Santos (1994) denomina de arquipélagos urbanos:

Pode-se grosseiramente admitir que a base econômica da maioria das capitais de estado brasileiras era, até o fim da segunda guerra mundial, fundada na agricultura que se realizava em sua zona de influência e nas funções administrativas públicas e privadas, mas, sobretudo, públicas. [...] O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, polos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes (SANTOS, 1994, p. 25-26).

Essa fragilidade de relações entre os subespaços dão a dimensão política da acumulação de capital que vem forjando a sociedade brasileira. A falta de interdependência dos espaços sociais subnacionais se explica pela direção dada pela dominação política e econômica do território nacional, que fez com que as cidades (e seus espaços produtivos adjacentes) estabelecessem relações diretas com o abastecimento dos mercados internacionais. Essa dinâmica voltada para o exterior só começa alterar após a industrialização, por exigir um mercado interno fornecedor de matéria-prima e força de trabalho e de consumo, dependendo disto seu desenvolvimento.

Com o avanço do processo de industrialização brasileiro, da infraestrutura de transportes e comunicações as condições de produção capitalista na região vêm se transformando. A lógica do capital impera sobre a propriedade, a organização e os sentidos da produção e do trabalho, do território, da natureza e das formas assumidas pelos intercâmbios sociais dos indivíduos e classes sociais. O que expressa o caráter contínuo (e por isso histórico) e sistêmico (e por isso dinamicamente complexo) da acumulação enquanto tendência, apontado por Marx, de pôr em relações desiguais os povos e regiões na rede do mercado mundial e do caráter internacional da concentração de capitais e socialização na produção de mercadorias.

### 2.2.1 – Dependência e Subdesenvolvimento

Acreditamos que a compreensão desses processos pode avançar a partir da crítica à teoria da dependência, já esboçada anteriormente por André Gunder Frank, no sentido de que

as condições de desenvolvimento da sociedade brasileira em geral, e da região goiana em particular (mas também de toda a América Latina, África, e por onde a colonização deixou suas marcas na Ásia), foram determinadas historicamente para o subdesenvolvimento econômico e social dependente, fundado em intercâmbios econômicos desiguais, baseado na sobrexploração da força de trabalho e dominação violenta de outros modos de produção e de vida, como são exemplos a dizimação indígena e escravização de pessoas vindas de África, ou seja, baseado na violência, no tráfico e rapto de pessoas e na usurpação de recursos naturais comuns aos interesses privados. Esse foi e continua sendo o processo de acumulação primitiva e seu caráter contínuo e permanente.

Para Frank (1980), o desenvolvimento do subdesenvolvimento pode ser dividido em três estágios: o primeiro, com a descapitalização e desestruturação da capacidade para o desenvolvimento das colônias; o segundo, não sendo contemporâneo a todas as colônias, pode ser compreendido pelo desigual poder das forças sociais das colônias em antagonismo à burguesia industrial metropolitana e seus aliados nas próprias colônias; e o terceiro, o estágio monopolista ou imperialista, com a eliminação ou impedimento de uma base econômica forjada a partir de uma classe burguesa nacional e desenvolvimentista, que teve seu corolário com o ideário neoliberal, sendo absorvido por essa mesma classe burguesa nacional a partir da segunda metade do século XX.

Em síntese, segundo o autor:

Dos três continentes que se subdesenvolveram como parte do processo da acumulação mundial de capital e do desenvolvimento capitalista, durante o primeiro estágio deste processo, o “novo mundo” das Américas, sem dúvida alguma, deu a maior contribuição e sofreu o maior desenvolvimento de subdesenvolvimento. A América exportava ouro, prata, corantes, tabaco, açúcar e outros produtos – e através deles muito do valor – que foram absorvidos na simultânea transformação do modo de produção e do processo de acumulação na metrópole europeia. Em “troca” as regiões colonizadas da América importavam o trabalho, os bens de capital e os bens de consumo que eram necessários para alimentar ou direcionar seu processo de produção e consumo em relação às necessidades metropolitanas. Provou-se ser impossível organizar e desenvolver este processo de produção e intercâmbio através do modo de produção pré-existente nas regiões produtoras de prata do México e do Peru, extremamente civilizadas e densamente povoadas, ou então, criar enclaves metropolitanos nessas regiões, que as tornassem economias ou sociedades duais com partes onde persistiria o modo de produção pré-existente. Com exceção de algumas economias marginais (inclusive aquela onde a marginalidade foi substituída pelo *status* de metrópole: a Nova Inglaterra), um modo de produção relativamente independente centrado em pequenos fazendeiros independentes provou ser não-lucrativo e pouco atraente para o investimento de capital ou a migração do trabalho, cujo transporte era pago por outros na maioria das áreas remanescentes do Novo Mundo. Nessas áreas, o capital e o trabalho foram introduzidos, e o processo

produtivo foi organizado através da implantação e expansão de uma economia de *plantation*. Os modos de produção e a estrutura de classe tanto nas principais regiões de mineração como nas de *plantation* não encorajavam [...] a acumulação de capital e a diversificação da produção nas próprias regiões. Em lugar disto, deram origem ao desenvolvimento capitalista de subdesenvolvimento estrutural e geraram fortes interesses locais de classe em políticas que desenvolveriam ainda mais o subdesenvolvimento nos séculos XIX e XX. Contudo, com exceção talvez das *plantations* de açúcar do Caribe, que representavam a forma extrema deste modo de produzir subdesenvolvimento, esta estrutura de classe e colonial não excluía totalmente o crescimento das manufaturas e de outros processos e interesses produtivos, e estes procuraram defender seus interesses econômicos e promover um desenvolvimento capitalista relativamente autônomo no início do século XIX. Se suas ambições – e com elas, as possibilidades de desenvolvimento capitalista, particularmente na América Latina – foram frustradas, deve-se ao fato de serem econômica e politicamente muito fracas para resistirem à ofensiva dos interesses opostos, no *front* doméstico, ligados à importação e exportação comercial e à produção de matérias-primas, e porque tais interesses foram fortalecidos pelas novas forças políticas e econômicas que a revolução industrial gerou no fronte internacional do século XIX. Esta tendência também tornou-se cada vez mais visível na América Latina depois de 1770. Neste ínterim, três séculos de intercâmbio desigual baseado em valores desiguais drenaram enormes volumes de capital da maioria das colônias do “novo” mundo e dos povos colonizados, que a metrópole europeia investiu no desenvolvimento econômico, que no século XIX serviu, por sua vez, para consolidar o subdesenvolvimento da América Latina (FRANK, 1980, p. 43).

Marini (2011) resgata o histórico de dependência da América Latina em relação à expansão comercial na Europa, que forneceu as bases para o capital comercial e bancário, desaguando na revolução industrial e na grande indústria, conseqüentemente. O processo de dependência ao capital internacional enfraqueceu o intercâmbio entre os países latino-americanos e, dessa forma, estruturou a divisão internacional do trabalho de modo a manter o subdesenvolvimento da região:

A revolução industrial [...] corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm nesta seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e — quando a exportação supera as importações — de dívidas. É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do

que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (MARINI, 2011, p. 134).

Esse processo se mantém no período da industrialização brasileira pós-1930, com as substituições de importações e a construção do parque industrial, em torno da acumulação de capitais oriunda das exportações do café e se intensifica, em tempos neoliberais, no consórcio entre as burguesias nacionais dos países subdesenvolvidos e os monopólios multinacionais na nova divisão internacional do trabalho emergente. A configuração da dependência prevê que os países subdesenvolvidos substituam suas importações de bens de consumo por bens de produção e tecnologia (bens de capital). A ilusão de uma industrialização nas periferias do sistema camufla a atualização do subdesenvolvimento e a conseqüente dependência. A produção industrial é, antes de mais nada, para alimentar o mercado interno, seus mercados de abrangência geográfica e econômica e até mesmo as metrópoles internacionais, naquilo que já não é mais produtivo se produzir por lá sem, contudo, deixar de subsidiar a produção e o consumo internacional de bens primários. Entretanto, como é baseado na sobreexploração da força de trabalho no conjunto atualizado do modo de exploração da classe trabalhadora, o desenvolvimento do mercado interno é prejudicado e, portanto, inibe-se o desenvolvimento prolongado da economia local, com conseqüências sociais que beiram a barbárie, como evidencia-se as últimas décadas na América Latina (FRANK, 1980).

Para Marini (2011):

Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado, e determinavam seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana (MARINI, 2011, p. 157).

É nesse ínterim que se forjam as bases da sociedade urbano-industrial brasileira, que é aqui compreendida como um projeto político e econômico de organização de classes sociais para o desenvolvimento do capital industrial no Brasil, no contexto mundial da totalidade da acumulação de capital, sustentada na superexploração do trabalho. Dito de outro modo, é um momento particular do processo histórico geral de acumulação do capital, em nível mundial, que é realizado no Brasil, articulando de modo sistêmico suas regiões na divisão internacional

do trabalho. E, conforme pretendo demonstrar nas linhas que se seguem, o desenvolvimento industrial no Brasil, que teve sua origem a partir da industrialização paulista nos anos 1930, mas que não se limitou a esse espaço, expande, progressiva e regressivamente para o restante do país, um conjunto de obras de infraestrutura, redes de relações institucionais, empreendimentos econômicos capitalistas e, fundamentalmente, um conjunto de relações sociais tipicamente urbanas. O conceito de expansão progressiva e regressiva, utilizado aqui na compreensão da sociedade urbano-industrial brasileira, é usado por empréstimo da lógica dialética contida em Lefebvre (1991)<sup>19</sup>, que nos parece útil para compreender os movimentos não lineares, do tempo histórico, e perenes de contradições, no conjunto das relações sociais, que, a partir do conceito de totalidade, podemos perceber e interpretar suas perspectivas, movimentos e tendências. Com isso quero dizer que o projeto de sociedade urbano-industrial imbrica em si contradições, simultaneidades e descompassos econômicos, políticos e culturais, articulados e integrados, que escapam tanto à lógica formal do pensamento positivista conservador – que encaram essas contradições como anomias ou disfunções do sistema social – quanto a perspectivas críticas não dialéticas de parcela da intelectualidade brasileira – que se frustram com as desigualdades decorrentes do processo de expansão da sociedade urbano-industrial, por acreditar ser possível alguma simetria entre as classes sociais, a partir da lógica do capital, tendo como referência o desenvolvimento da sociedade de bem-estar social europeia a partir da segunda metade do século XX.

O conceito de sociedade urbano-industrial (MARINI, 2011; PEREIRA, 1978) compreende a formação da sociedade brasileira a partir da transformação da sociedade agrária que a caracterizou até 1930 sem, contudo, eliminar por completo suas estruturas econômicas, políticas e culturais. Compreende a expansão da industrialização<sup>20</sup>, a partir de São Paulo e Rio de Janeiro, inicialmente, que, com avanços e recuos de processos produtivos industriais, expandem-se pelo país (fundamentalmente a partir de 1970) e exige a urbanização, tanto da produção quanto do conjunto de relações sociais. Evidência desse fenômeno é a urbanização das cidades em torno da produção rural, que se torna progressivamente mais industrial, e

---

19 Na análise de Lefebvre (1991), baseada na lógica dialética marxista, o processo histórico da luta de classes apresenta movimentos de avanços e de recuos das forças políticas e produtivas, no tempo e no espaço, que a lógica formal e positivista não compreendem. As contradições inerentes a esses movimentos podem ser compreendidas na medida que se abdica da compreensão linear e evolucionista do tempo histórico. O que pressupõe a compreensão das relações sociais a partir da observação das contradições das tendências progressivas e regressivas inerentes as classes sociais, particularmente, e do conjunto das lutas entre as classes sociais.

20 Não é demais reforçar, mais uma vez, que o conceito de industrialização não se reduz aos processos de trabalhos fabris, naquilo que tentamos conceituar no 1º capítulo desse estudo.

também a centralidade que os setores de serviços vem tomando na vida econômica brasileira, especialmente os variados tipos de comércio e prestação de serviços às pessoas e empresas, sem esquecer a virada demográfica a partir de fenômenos migratórios do campo para a cidade.

Para Marini (2011), em função das peculiaridades e diferenças em relação ao desenvolvimento dos países ditos “avançados”, tem-se na América Latina um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se analisarmos na perspectiva do sistema em seu conjunto. As pressões para se desenvolver uma economia exportadora de bens de consumo barato, baseada na superexploração da força de trabalho e nos subsídios financeiros e legais para um baixo custo de reprodução das forças produtivas (em relação ao padrão europeu ou norte-americano, por exemplo), atende às necessidades dos países de industrialização avançada de reduzir o valor real da força de trabalho, em particular, e da população urbana em geral. Nesse sentido, a América Latina contribui significativamente para o aumento do mais-valor relativo nos países industriais.

Para o autor, a industrialização latino-americana atualiza a dependência da região numa reconfiguração na divisão internacional do trabalho:

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial (observe-se que a siderurgia, que correspondia a um sinal distintivo da economia industrial clássica, generalizou-se a tal ponto que países como Brasil já exportam aço), sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (como a produção de computadores e a indústria eletrônica pesada em geral, a exploração de novas fontes de energia, como a de origem nuclear etc.) e o monopólio da tecnologia correspondente. Indo ainda mais longe, pode-se distinguir na economia internacional escalões, nos quais vão sendo recolocados não só os novos países industriais, mas também os mais antigos. É assim como, na produção de aço e na de veículos automotores, a Europa Ocidental e o Japão competem vantajosamente com os mesmos Estados Unidos, mas não conseguem ainda fazê-lo no que se refere à indústria de máquinas e ferramentas, principalmente as automatizadas. O que temos aqui é uma nova hierarquização da economia capitalista mundial, cuja base é a redefinição da divisão internacional do trabalho ocorrida nos últimos 50 anos (MARINI, 2011, p. 167).

Em Pereira (1978), temos uma periodização da industrialização brasileira em duas etapas. A primeira, do fim do século XIX até por volta de 1930, denominada de industrialização “intersticial”, que emerge do vácuo deixado pelo declínio da produção primário-exportadora, baseada no café e na cana-de-açúcar, mas que, ao mesmo tempo, se subordina ao setor primário-exportador. Nesse sentido, é uma industrialização incipiente que floresce satelitizada a partir das demandas das exportações com pequenas manufaturas e

serviços. A segunda, a partir de 1930, com o processo de substituição de importações, é denominada pelo autor como a “nova” industrialização, que inicia a partir da industrialização “intersticial”, num contexto internacional de crise industrial e de acumulação nas três primeiras décadas do século XX.

Sobre os dois períodos da industrialização brasileira e as emergentes contradições sociais urbanas na transição entre ambos, o autor afirma que:

Embora internamente satelitizados, o setor industrial (“intersticial”) e o setor de serviços constituíram, no primeiro dos períodos históricos mencionados, a base econômica de relativa expansão de novas categorias sociais *urbanas*: em termos polares, de um lado proprietários de estabelecimentos manufatureiros e de serviços, sobretudo comerciais; de outro, assalariados neste dois setores de atividades econômicas privadas e nos serviços públicos. Ainda que débeis em face do setor primário-exportador (de que participa a comercialização externa), os setores econômicos urbanos suportaram a consolidação, pelas categorias populares cidadinas, de padrões de vida superiores aos dos trabalhadores rurais. O “colapso” do sistema capitalista inter-“nacional”, ao acarretar o enfraquecimento do setor primário-exportador, solapou a vigência ou continuidade da efetivação dos padrões de vida urbanos, além de fazer afluir, para as cidades, grandes contingentes populacionais desfavorecidos das zonas rurais. Assim se concentrou nas cidades, com o descontentamento popular, um clima de tensão social, em última instância devido à oferta insuficiente, pelo conjunto do aparelho produtivo interno, “nacional”, de oportunidades de ganhar a vida [...] compatíveis com a efetivação da demanda interna pré-existente, em boa parte atendida até então pela importação (PEREIRA, 1978, p. 101).

Para Ianni (1963), a industrialização em São Paulo se inicia a partir da acumulação originária da economia cafeeira, para a formação de capitais ainda no final do século XIX, e que, a partir daí, dispõe as classes sociais na sociedade urbano-industrial com a seguinte dinâmica:

[...] a partir do momento em que são lançadas as bases do sistema industrial, com a transformação dos segmentos artesanais e fabris, secundários na economia anterior, em empresas capitalistas, reintegra-se o sistema sociocultural, emergindo nitidamente uma estrutura societária de classes, isto é, uma civilização urbano-industrial. Em consequência, nas décadas que vão até 1960, aproximadamente, as relações entre as classes sociais são organizadas segundo dispositivos e alvos destinados a eliminar ou reduzir as áreas de tensão e os focos de agitação. Num período em que se expande grandemente o sistema industrial, a classe empresarial, cada vez mais poderosa, elabora instituições ou as redefine de conformidade com uma reintegração recorrente dos grupos humanos e dos setores da estrutura econômica-social. Há, por parte dessa burguesia, uma progressiva consciencialização e atuação congruente com os seus interesses de classe, ao passo que o proletariado “aquieta-se” temporariamente por causa das conquistas consubstanciadas na *Consolidação das Leis do Trabalho* e do seu crescimento acentuado, provocado pelos novos e contínuos contingentes de trabalhadores

provenientes do meio rural, a ingressar nas fábricas. A classe média, por seu lado, depois das atuações revolucionárias no seio do Tenentismo e da Aliança Liberal, ajusta-se às condições impostas por um sistema de classes em que cresce a importância da burguesia industrial e do proletário. Orientada pelos mecanismos reais e imaginários de mobilidade ascensional, disseminados pela sociedade como dispositivos de distensão das tensões sociais, e parcialmente satisfeita com a expansão do sistema democrático, ela é reduzida progressivamente a uma condição secundária no sistema de forças da sociedade capitalista cada vez mais vigorosa (IANNI, 1963, p. 24).

Como vimos em Pereira (1978), a incapacidade da “nova” industrialização em prover os anseios de estilo de vida prometidos pelo projeto público e privado, almejado pelas classes trabalhadoras e médias, agudiza o caráter subdesenvolvido da sociedade urbano-industrial. Isso porque, com a “nova” industrialização, o setor urbano ganha proeminência sobre o rural por atrair um número cada vez maior de pessoas que buscam o estilo de vida que emerge com a urbanização citadina, ou seja, a oportunidade de elevar os padrões de vida material e não-material em relação a tradicional precarização dos níveis de vida rural. Assim, sucessivas gerações emigram para as cidades com o desejo de experienciar cotidianamente melhores condições de vida, pois há, por parte da industrialização e da urbanização, a “*difusão de necessidades ‘materiais’ e ‘não-materiais’ não satisfeitas*” anteriormente (Pereira, 1965, p. 114).

O autor aponta as consequências não-econômicas promovidas pela incapacidade do subdesenvolvimento econômico da “nova” industrialização, como o descompasso entre o intenso adensamento demográfico dos anos 1950-1960 e a escassez de serviços públicos urbanos para suprir as necessidades de consumo material e não-material. Os efeitos sociais desse descompasso recaiu, sobre os indivíduos, na cobrança por aquilo que o autor chama de “*ganhar a vida*”, ou seja, a individualização das contradições sociais promovidas pelo Estado e pela acumulação de capital.

O autor traz uma reflexão importante sobre as contradições da sociedade urbano-industrial, com a observação de que, a partir da “nova” industrialização, a urbanização generalizada ganha proeminência sobre o desenvolvimento econômico. Isto quer dizer que a produção econômica (sem esquecer o fenômeno da concentração econômica produtora de desigualdades sociais) não acompanhou o ritmo da urbanização. Associada à desigualdade de desenvolvimento entre as cidades e entre as regiões dos países, produziu contradições próprias do subdesenvolvimento das sociedades urbano-industriais periféricas latino-americanas.

Sobre as consequências políticas dessas contradições no Brasil (e em complemento à disposição das novas classes urbanas, apontadas por Ianni), o autor afirma:

[...] As tensões sociais difusas, tendencialmente generalizadas por toda a sociedade brasileira, não têm, em última análise, outro fundamento: inadequação entre a procura crescente de “adequadas” oportunidades de ganhar a vida (em termos de emprego e de renda-salário) e o ritmo menos acelerado da oferta dessas oportunidades pelo aparelho produtivo global, sob a forma de maior demanda de força de trabalho e de mais elevada remuneração do trabalho. Tais tensões sociais difusas (que nada mais são que a reatualização, por expansão, do “grande despertar”) estão sempre “prontas” a se tornarem organizadas, onde quer que apareçam *spokesmen* e líderes, seja nas zonas rurais, seja nas zonas urbanas. Estas, em geral, têm concentrado grande parte das tensões sociais justamente porque para elas aflui a maioria dos mais fundamente atingidos pela disnomia inerente ao sistema “nacional” de produção-distribuição-consumo (efetivo mais potencial). De fato, ao lado da migração inter-regional do Nordeste para zonas rurais e urbanas do Centro-sul, dotadas de maior vitalidade econômica, e ao lado da migração (relativamente reduzida, por enquanto, ao que tudo indica) para a “franja pioneira” do Paraná, Mato Grosso, Goiás e Maranhão, a *migração rural-urbana* – que ocorre no interior de todas as regiões e que é responsável pelo enorme incremento populacional citadino [...] e também, em parte, pela apontada “deformação” da estrutura ocupacional citadina – consiste, essa volumosa migração, no *grande protesto* mudo dos grandes contingentes populacionais mais desfavorecidos da sociedade brasileira contemporânea (PEREIRA, 1978, p. 149).

É bom que se diga que a burguesia industrial não exerceu, em nenhum momento do desenvolvimento industrial brasileiro, hegemonia exclusiva na liderança, dependendo da ação Estatal, e de sua questionável racionalidade de planejar, para promover a formação econômico-social. O termo “questionável” refere-se, especialmente, na brutal desigualdade regional que promove, entre outros desequilíbrios, a concentração demográfica nos grandes centros urbanos, fundamentalmente nos industriais. Posto que estes representam o ideal do estilo de vida urbano-industrial, em conflito com o sufocamento da produção, devido as contradições do subdesenvolvimento dependente. Os efeitos desses desequilíbrios podem ser observados na transferência das pressões populares para as novas estruturas de necessidades nesses centros urbanos, gerando aquilo que o autor denomina de “urbanização sociopática”. Em suas palavras:

A *urbanização sociopática* caracteriza, pois, o estado disnômico do sistema nacional de produção-distribuição-consumo em sua etapa contemporânea, apresentando-se de uma parte como resultante desse estado disnômico: enquanto urbanização *tout court* e atuando convergentemente com o aumento demográfico, promove a aspiração de um padrão de vida “material” e “não-material” não atendido pelos setores sócio-geográficos capitalistas “sufocados” e, em conexão, estimula a concentração

populacional “desmesurada” nos setores sócio-geográficos capitalistas mais “dinâmicos”, sobretudo nas áreas citadinas industrializadas. Por isso mesmo, de outra parte opera a urbanização como intensificadora daquele estado disnômico: primeiramente, o crescimento populacional citadino acentua a dominância da cidade enquanto “centro de difusão” de componentes do estilo de vida urbano, ou seja, fortalece e amplia nas áreas não-citadinas a incorporação de “novas” necessidades “materiais” e “não-materiais” insuficientemente atendidas; em segundo lugar, a persistência do relativo “sufocamento” da produção em amplos setores sócio-geográficos, especialmente os agrícolas, não suporta o crescimento populacional citadino, dependente por seu consumo da produção agrícola; por fim, esse aumento populacional urbano pressiona os setores secundário e terciário, concentrados nas cidades, porque se realiza mais rapidamente que a expansão dos empregos oferecidos por esses setores. Em suma, o caráter sociopático da urbanização advém da inadequação dos meios fornecidos pelo estado do sistema de produção de bens e serviços à afirmação pelos agentes de trabalho de um *maior valor de sua força de trabalho* (PEREIRA, 1965, p. 126).

Em suma, é essa a caracterização da sociedade urbano-industrial brasileira: um projeto de acumulação que articula industrialização retardatária e economia exportadora de bens primários, que exige uma organização social centrada na urbanização e que, ao mesmo tempo, abastece de modo insuficiente e desigual as classes sociais que atrai ao estilo de vida propagado e prometido. E, como desfecho, essa sociedade se estrutura atualizando e acentuando suas relações sociais herdadas de poder e dominação, por meio da superexploração da força de trabalho, e mais, da precarização cotidiana da classe trabalhadora urbano-industrial, material e não-materialmente, como é característico do modo de exploração social realizado pela burguesia.

### **2.3 – Condições Históricas da Acumulação Capitalista em Goiás**

No que se refere a Goiás, listaremos, a seguir, alguns dos principais investimentos para o capital, e seus conflitos sociais subjacentes, que serviram como condição para a acumulação primitiva e a formação e reprodução da sociedade urbano-industrial neste Estado. Destacamos que os investimentos não foram necessariamente realizados *pelo* capital, mas *para* o capital, por meio do Estado desenvolvimentista brasileiro, em diversos momentos, e

criaram as condições prévias para a instalação e consolidação do capital nacional e transnacional.

### 2.3.1 – Exploração Mineral

Podemos pensar que o movimento de extração mineral na região, realizado ainda no período colonial, representou o primeiro processo de acumulação primitiva, via espoliação, realizada em Goiás, e que foi fundamental para a acumulação de capital necessária à revolução industrial, conforme apresentado anteriormente. Segundo Chaul (1997) e Campos (1998), apesar de ter sido curto, esse processo representou fortes conflitos na formação socioeconômica da região, além de consolidar os principais espaços urbanos, a construção de cidades em torno da mineração, com impactos das marcas da escravidão na região e da formação de uma elite patrimonialista.

Temos em Galli (2005) um exemplo:

Entre os anos 1596 e 1660, o sertanista Domingos Rodrigues teria incursionado por terras do planalto. Em seguida, por volta de 1607, distinguimos Pero Domingues e Belchior Dias Carneiro: o primeiro chegou às águas dos rios Tocantins e Araguaia, por onde circulou mais ou menos 19 meses, trazendo aprisionados milhares de índios, que se rebelaram no caminho e provocaram uma chacina entre seus opressores. O segundo combateu os caiapós, fazendo deles uma grande leva de escravos, posteriormente conduzidos e vendidos em São Paulo<sup>21</sup> (GALLI, 2005, p. 15).

Entre os anos de 1706 e 1777, nos reinados de D. João V e D. José I, estima-se um saque de 160 toneladas de ouro de Goiás pela coroa portuguesa, numa média de 2.222 kg por ano (CREA-GO, 2012). Chaul (1997) afirma que os significados do fim da exploração mineral, e suas rápidas transformações, do fim da Coroa ao início do Império no século XIX, manifestam-se em justificativas, como:

Dentre os mais variados argumentos alegados para justificar a decadência, temos a precariedade das estradas, a falta de incentivos da Coroa para colocar em funcionamento novos meios de comunicação e o constante ócio em que vivia o povo de Goiás. Assim, todo esse conjunto de negativas criou uma imagem de Goiás que

---

21 Segundo o autor, já na época de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (pai), “*um quinto dos índios aprisionados ou vendidos era passado à coroa portuguesa*” (GALLI, 2005, p. 22).

ficou gravada, por intermédio da cultura dos viajantes, como verdade incontestada por todo esse Goiás afora. Repetida pelos historiadores contemporâneos, Goiás passou a ter um perfil de terra da decadência, retrato de uma sociedade que parecia não possuir o mínimo básico para existir devido a sua inoperância, sua carência de tudo, sua solidão traduzida em isolamento, sua redoma de preguiça (CHAUL, 1997, p. 35).

Por outro lado, e de modo complementar, como analisa Gonçalves (2016), a mineração nesse período significou dois movimentos na sociedade: de um lado, a usurpação de terras e escravização (e morte, quando a escravização era impossível) de índios e africanos; e de outro, a urbanização dispersa, devido ao afluxo populacional de Minas Gerais, São Paulo e Portugal. A formação de cidades em Goiás se dava em torno dos garimpos e rios, além das rotas de transporte e comércio desses recursos naturais.

Para o autor:

Na medida em que novos leitos auríferos iam sendo descobertos, arraiais eram fundados, muitos transformados em cidades, que se tornaram patrimônios arquitetônicos, como Goiás [*Vila Boa*] e Pirenópolis. Portanto, a mineração desempenhava uma relação direta com a ocupação e povoamento do território, em torno da qual surgiram várias cidades em Goiás. Uma urbanização dispersa e de modelo puntiforme se estabeleceu no território goiano, de maneira que o tempo do espaço era o tempo do minério, e quando este se esgotava, maior parte da população local voltava para a vida nômade, a cata de novos veios de ouro (GONÇALVES, 2016, p. 294).

Apesar do declínio da extração do ouro após o século XIX, e da inversão dos esforços técnicos e políticos para outras produções econômicas (agropecuária) nos anos seguintes, o autor constata a persistência da garimpagem no estado após o período colonial. Além da ação dos faiscadores e garimpeiros houve também algumas iniciativas de exploração mineral, como a da Sociedade dos Seis Amigos e a da Companhia de Mineração da Província de Goiás, ambas na cidade de Goiás. O autor ainda traz uma cartografia das cidades surgidas dos garimpos em Goiás, no século XX, que marcou a formação do território de Goiás:

No decurso do século XX, cidades como Arapoema, Pium, Dois Irmãos do Tocantins, Xambioá, Cristalândia, Dueré, Formoso do Araguaia, Araguaçu (todas do atual Estado do Tocantins), somadas a Cristalina, em Goiás, surgiram do garimpo de cristal de rocha. Outras, como Aragarças, Baliza, Jaupaci, Israelândia, Iporá, Amornópolis e Ivolândia, localizadas no Oeste Goiano, junto a Paranaiguara, no Sul Goiano, surgiram influenciadas pelos garimpos de ouro e diamantes, especialmente os diamantes dos vales dos rios Claro, Pilões e, sobretudo, Araguaia. Por fim,

destaca-se também a cidade de Campos Verdes, no Norte Goiano, que surgiu do garimpo de esmeraldas (GONÇALVES, 2016, p. 305).

É importante salientar, conforme o autor nos lembra, que essas atividades dependeram mais da observação empírica e conhecimento prático de garimpeiros (com instrumental e técnicas de exploração precários) do que de uma ação estratégica por parte do Estado. Essa ação estratégica só começa a ser retomada pelo Estado a partir dos anos 1960, o que, para o autor, configura o estado de latência do subsolo goiano.

Para o autor:

Diante das descobertas de jazidas minerais cada vez mais proeminentes nos territórios do Planalto Central, as políticas do governo de Goiás voltadas para a atividade mineral ganharam força. O ambiente geológico promissor motivou, por exemplo, a apresentação, no governo de Irapuan Costa Júnior (1975-1979) da programação para o setor mineral goiano, intitulada *Levantamento do Setor Mineral – Diagnóstico e Programação*. Este documento, além de contextualizar a situação do setor mineral brasileira, apresentou um diagnóstico do setor mineral de Goiás na década de 1970 (contendo informações sobre as entidades atuantes no setor mineral; informações geológicas básicas; potencial mineral de Goiás; aspectos da produção mineral e, finalmente, problemas da indústria de mineração em Goiás, especialmente referentes à infraestrutura de energia, transporte e comunicação precárias) e mostra as perspectivas do desenvolvimento da mineração e seus reflexos socioeconômicos, via criação de polos minerais. Para a implantação de polos minerais no estado, foram considerados os municípios de Minaçu (Polo Mineiro de Canabrava), Niquelândia e Barro Alto (Polo Mínero-Metalúrgico de Niquelândia – Barro Alto) e Catalão (Polo Mínero-Químico de Catalão) (GONÇALVES, 2016, p. 324).

Tomemos como exemplo do interesse do capital internacional nos minérios em solo goiano o caso de Catalão, um dos principais polos de extração mineral do estado. Tendo sido fonte de exploração científica e comercial desde pelo menos o ano de 1967 (CHAUD, 2000), os minérios de Catalão se transformam em matéria-prima para exportação, na forma de capital. E se tornam mais explícito nas parcerias com o capital internacional, no final dos anos 1960, e com as privatizações de empresas mineradoras estatais, nos anos 1990. De acordo com Ferreira Neto (1998), as transformações sociais da mineração em Catalão foram dramáticas:

Com a exploração dos minérios de nióbio e fosfato, houve uma sensível transformação nas atividades produtivas e na vida social, política e cultural da cidade, basicamente em razão da maciça injeção de investimentos, maior circulação

de renda, criação de um número significativo de empregos diretos e indiretos. As pesquisas minerais tiveram início em 1968 e, em função delas, a cidade recebeu representantes de várias empresas de mineração, nacionais e estrangeiras, empresários, professores e pesquisadores universitários, geólogos e engenheiros. Num primeiro momento, apenas as proprietárias do Mara Hotel, que os recebeu, se deram conta de suas presenças. Porém, alguns meses depois, quando as equipes de pesquisa da Metago e de outras empresas se fixaram e passaram a contratar operários, a cidade passou a olhá-las com alguma hostilidade. Percebendo um clima de desconfiança gerado pelo receio de que os forasteiros tumultuariam o ritmo das atividades locais, os geólogos que vieram para as primeiras pesquisas procuraram apresentar-se à sociedade, explicitando os objetivos de seu trabalho, e divulgando a importância das jazidas minerais ali existentes (FERREIRA NETO, 1998, p. 76).

O autor continua a análise do projeto de exploração mineral no Sul goiano, que acredito apontar para elementos da tendência da acumulação primitiva, imbuído na justificativa da industrialização brasileira e especialização produtiva regional. E, conforme Sevá Filho; *et al* (2004, p. 10), a partir dos anos 1970, com a ampliação dos projetos das empresas mineradoras (culminando na privatização de empresas estatais nos anos 1990), a exploração mineral de níquel, no Centro, e de fosfato, no Sul do estado, aparece nos relatórios oficiais como a “*maior contribuição*” para o desenvolvimento de Goiás.

Mesmo com o declínio da exploração do ouro no século XIX, os recursos minerais em Goiás ainda representaram um capital com potencial de exploração significativo. Entretanto, a sua exploração econômica em larga escala só foi possível com o desenvolvimento das forças produtivas por parte do capital, em associação aos investimentos iniciais do Estado em pesquisa e planejamento de exploração, sem sombra de dúvidas a parte menos lucrativa desse processo de exploração e acumulação. A participação do Estado nessa fase representa a transferência de recursos públicos e sociais para os interesses privados estrangeiros, característico da acumulação primitiva do subdesenvolvimento brasileiro.

Para Gonçalves (2016):

Como o minério “dá apenas numa safra”, logo no início do século XIX, o ouro das áreas sedimentares conhecidas até então foi exaurido, o território passou a ser organizado predominantemente pela agropecuária. Consequentemente, por mais de um século e meio *o subsolo manteve-se em estado de dormência*, exceto pelas atividades garimpeiras de cristal de quartzo, diamantes e até mesmo ouro, mas, de maneira esporádica e não alvissareira no território goiano. Sem desenvolvimento das forças produtivas, as abundantes reservas de minerais de nióbio e o fosfato de Catalão e Ouvidor, por exemplo, permaneceram praticamente desconhecidas e intocadas até os anos 1960 do século XX. Portanto, noutra momento da formação espacial goiana, diante de novas condições materiais e tecnológicas de produção, do avanço cumulativo e desigual da modernização do território, e no qual foram criadas

as condições para a territorialização dos grandes empreendimentos de extrativismo mineral (GONÇALVES, 2016, p. 283).

A Tabela 1 apresenta as receitas obtidas com a produção mineral em Goiás entre os anos 1996 a 2009<sup>22</sup>. Na tabela estão contidos os valores de dois grupos de minerais e o total agrupado de ambos. Os minerais metálicos englobam: cobalto, estanho, ferro, manganês, ouro, prata, cobre, nióbio, níquel e titânio, com destaque para os quatro últimos, que concentram as maiores receitas do grupo. Os minerais não-metálicos englobam: ardósio, areias, barita, caulim, cianita, dolomita, filito, gnaiss, granito, mármore, mica, talco, turfa, água mineral, amianto, argila, calcário, pedras britadas, quartzo, rocha fosfática e vermiculita, com destaque para os sete últimos, que concentram as maiores receitas do grupo.

**Tabela 1 – Valor da Produção Mineral – Goiás**

Ano	Metálicos (por R\$ 1.000)	Não-metálicos (por R\$ 1.000)	Valor Total (por R\$ 1.000)
1996	203.730	227.753	431.483
1997	147.150	293.130	440.280
1998	198.569	319.997	518.566
1999	225.962	377.394	603.356
2000	357.957	403.347	761.304
2001	243.560	276.924	647.876
2002	336.635	578.079	914.942
2003	471.265	707.359	1.182.665
2004	1.374.877	866.421	2.244.149
2005	1.602.772	786.566	2.395.548
2006	946.488	738.775	1.686.438
2007	2.377.329	904.928	3.282.813
2008	2.286.807	1.164.617	3.451.968

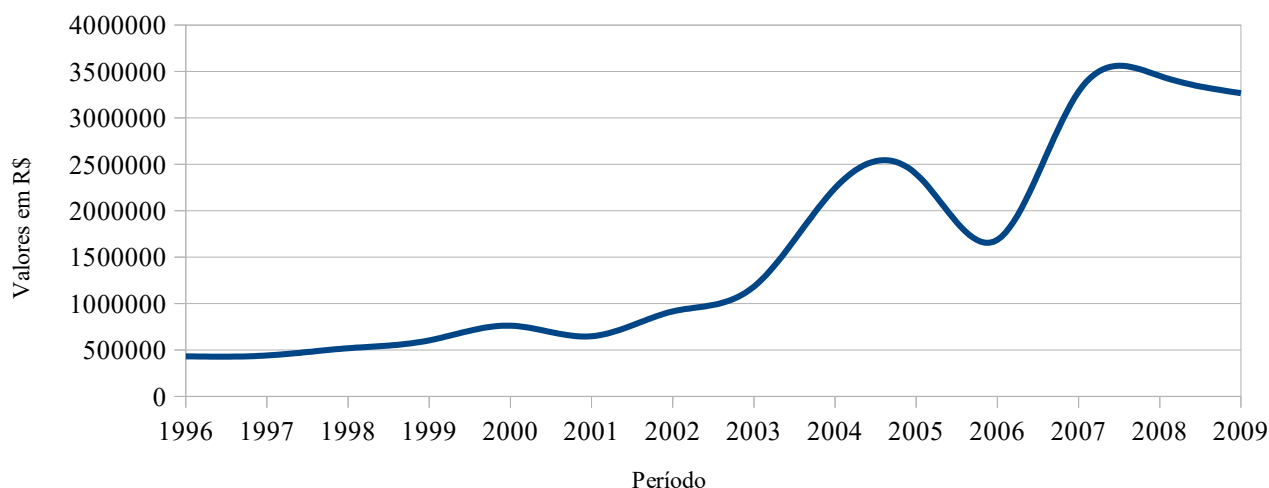
Fonte: Anuário Mineral Brasileiro (ANM). Elaboração do autor.

<sup>22</sup> Os dados foram obtidos a partir do Anuário Mineral Brasileiro da Agência Nacional de Mineração (ANM). É importante ressaltar que houve descontinuidade na divulgação a partir dos dados de 2010, pois foram omitidos os valores da produção de minérios não-metálicos a partir de então.

O Gráfico 1 apresenta a evolução do valor total das receitas oriundas da produção mineral em Goiás no mesmo período. Evidencia-se uma crescente evolução das receitas, principalmente a partir dos anos 2002, quando houve expressivos incentivos, por parte do Governo Lula, para o fortalecimento do papel do Brasil como fornecedor de *commodities* para as potências industriais e emergentes econômicas (China, Rússia e Índia, especialmente). Evidencia-se também o começo do declínio tanto no faturamento quanto no volume da produção a partir do ano de 2008 (conforme dados do Anuário Mineral Brasileiro), em razão da crise econômica internacional que acentuou a redução da produção industrial mundialmente e sua respectiva demanda por insumos. Vale lembrar que, já no final do Governo Lula e ambos os Governos Dilma, houve um grande esforço para fortalecer uma narrativa de que o Brasil não fora fortemente atingido pela crise, que chegaria por aqui com a força de uma “marolinha”, com vistas a ganhos eleitorais para o grupo político do governo<sup>23</sup>. O que pode explicar a descontinuidade dos dados exatamente a partir desse período.

**Gráfico 1 - Evolução do Valor da Produção Mineral de Goiás**

(1996 - 2009)



Fonte: Anuário Mineral Brasileiro (ANM). Elaboração do autor.

<sup>23</sup> Cf. matéria do Jornal O Globo do dia 04/10/2008 (GALHARDO, 2008).

Os resultados da produção mineral engendram, por sua vez, conflitos no modo de vida do trabalhador e na sociabilidade urbano-industrial. Este é o exemplo de Catalão que, conforme Ferreira Netto (1998), produz contradições, ilusões e conflitos entre os interesses do capital e as necessidades da população da cidade. Segundo o autor:

[...] racionalidade, produção de tecnologias e conhecimentos científicos (sobre aqueles minérios ali encontrados), grande produção de insumos (para a indústria de fertilizantes) visando a autossuficiência do Brasil-Potência e às potencialidades) decorrências econômicas, sociais e urbanas da instalação da mineração na cidade. Procuramos apreender as expectativas, realizações, conflitos e frustrações da população, em especial a remodelação física e humana da cidade. Neste percurso, afloraram muitos ganhos econômicos e sociais, mas, explicitou-se, também, a face perversa da técnica e do “progresso”: a impossibilidade de atender às requisições do capital privado e conciliar tecnologia de ponta com problemas sociais, uma vez que esta última gera empreendimentos que absorvem poucos trabalhadores. (FERREIRA NETTO, 1998, p. 186)

Vai nesse sentido também as interpretações presentes na pesquisa de Gonçalves (2016) sobre o que representa a exploração mineral no estado para as populações indígenas e quilombolas, seus territórios e modos de vida:

Os territórios do Cerrado localizados em Goiás, o solo e subsolo rico em jazidas minerais, a fauna e a flora, os rios, aquíferos, muitas vezes fundamentais para a reprodução material e imaterial da existência de populações como os *indígenas* Tapuia, Karajá e Avá Canoeiro, camponeses e quilombolas (a exemplo dos Kalunga) despertam interesses aglutinados pelas ações do capital, que se territorializa privatizando usos coletivos da natureza, desterritorializando comunidades e precarizando as relações de trabalho. *Modos de ser e viver*, que não estão fragmentados da relação dialética com a natureza e seus bens comuns, são despojados e qualificados enquanto atrasado, improdutivo, rude. Ou seja, são territórios e uma variação de culturas “indígenas, camponesas e de outras matrizes de racionalidade não-ocidentais, que a racionalidade econômica mercantil procurou desqualificar como improdutivas” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 109) (GONÇALVES, 2016, p. 196).

Percebe-se que desde as primeiras incursões no estado – com os representantes imperiais – até o incremento das técnicas do “progresso”, a região não é *impactada*, mas, sim, sofre um severo processo de exploração, dominação e expropriação de seus recursos naturais, sociais, culturais e políticos, de modo a atender as necessidades expansionistas e predatórias do capital, sejam eles nacionais, internacionais ou, o que há de mais claro no conceito de hibridismo: a congruência entre classes nacionais e internacionais na acumulação de riquezas em detrimento dos interesses e benefícios de seus produtores diretos.

### 2.3.2 – Redes Ferroviária e Rodoviária de Transportes

A rede de transporte rodoferroviário permitiu a interligação da região à industrialização iniciada por São Paulo e buscou eliminar o principal entrave do desenvolvimento econômico e social da região, segundo alguns analistas e relatórios públicos. A Estrada de Ferro de Goiás, cuja construção inconclusa se arrastou de 1909 a 1922 — com manutenção e sucessivos reparos até 1950 —, possibilitou o intercâmbio comercial e migratório do Triângulo Mineiro e São Paulo com a região Sul de Goiás, aumentando a produção e circulação de mercadorias alimentícias para os mercados consumidores de Minas, São Paulo e Rio e a vinda de mercadorias industriais e insumos para a produção goiana. À medida que a ferrovia avançava do Sul para o Centro do estado (mesmo que lentamente) representava, para muitas famílias de trabalhadores rurais deslocados pelo avanço da sociedade urbano-industrial, a possibilidade de estabelecer condições de comercialização de seus produtos, caso se instalassem aqui.

Para Borges (1990), a estrada de ferro encontra dois momentos no Brasil e América Latina. Serviu à economia agroexportadora, até o final do século XIX, e serviu também como via de expansão das relações capitalistas de produção, a partir do início do século XX. A Estrada de Ferro Goiás foi o primeiro meio de transporte moderno do Estado, usado como via de integração da economia regional à expansão econômica nacional. As repercussões de sua implantação vão desde de transformação das estruturas regionais oligárquicas e coronelísticas, até o desenvolvimento econômico e do imaginário social:

Em última análise, a Estrada de Ferro Goiás, além de ter constituído uma via de transporte estratégica na “conquista do Oeste”, foi um importante agente do capital na construção do espaço econômico regional. Parecia dispor do poder de transformação a partir da dialética de destruição/reconstrução da paisagem. Na visão da classe dirigente, os trilhos representavam o símbolo do progresso e do desenvolvimento econômico. Na verdade, a ferrovia goiana fez parte de um processo maior de “modernização conservadora” que se intensificou no Estado após 1930, onde o novo que chegava contrastava-se com a velha e tradicional sociedade agrária, a qual foi gradativamente inserida na economia de mercado, tendo, porém, suas bases de organização econômica e política resistido por muito tempo à ação dos agentes externos da modernização (BORGES, 2000, p. 51).

O desenvolvimento da infraestrutura de transportes modernos não se deu sem dificuldades. Provocou diversos e intensos conflitos da classe fundiária (na figura dos

coronéis) com a ferrovia e seus agentes. O avanço sobre o projeto conservador se deu efetivamente com a ampliação da rede até Anápolis, Goiânia e Brasília, pelo menos até os anos 1960.

De acordo com Haddad (2016):

O sistema ferroviário goiano era composto pelas ferrovias EF 045, EF 050 e EF 452. Todas originárias da antiga Estrada de Ferro Goiás, e ligavam a capital federal [*Brasília*] e Goiás aos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. A EF 045 partia de Brasília em direção ao porto de Angra dos Reis-RJ, percorrendo o centro do estado de Minas Gerais. A EF 050 ligava Brasília a Santos. Esta seguia o leito da antiga ferrovia, cortando o Triângulo Mineiro e adentrando o estado de São Paulo. A EF 452 ligava localidades internas, saindo de Goiânia para Anápolis e de lá para Leopoldo de Bulhões e Vianópolis. Mesmo tendo menor uso, estas ferrovias, principalmente a EF 045 e a EF 050, ainda representavam “importante corredor para a exportação da produção agropecuária de Goiás. Os produtos que geralmente são transportados por essas ferrovias são: combustíveis, ferro fundido, grãos de trigo e arroz.” (GOIÁS, 1978, p. 45) (HADDAD, 2016, p. 104).

A construção de Brasília representou um marco importante no projeto de interligação da região goiana à economia nacional, com a ampliação da rede ferroviária e, sobretudo, com a predominância da rede rodoviária sobre a ferroviária, a partir dos anos 1960, que viria a substituir a prioridade modal de escoamento da produção agrícola e industrial, em todo país. As razões para essa mudança remontam a Era Vargas (1930-1945), com a dificuldade de importações de equipamentos ferroviários, causada pelos empecilhos advindos com a II Guerra Mundial, e aumento dos custos de manutenção. Outro fator foi a política do “rodoviarismo” que, a partir dos anos 1960, privilegiou a construção de rodovias, pelo constrangimento político e financeiro das multinacionais automobilísticas que se expandiam por todo mundo, inclusive com algumas montadoras se instalando no país, com o compromisso do Estado em facilitar a circulação e consumo de suas mercadorias (HADDAD, 2016; PEREIRA, 2014).

Com isso, foram criadas ou ampliadas rodovias federais, estaduais e municipais que cruzavam o estado com o objetivo de escoar a produção local e nacional, tornando a região em um importante elo de conexão das diversas regiões do país. O sistema rodoviário federal em Goiás é o responsável pela interligação com as diversas regiões do país, servindo para que Goiás escoe sua produção e interligando as demais regiões do país. De acordo com Haddad (2016):

As áreas de maior produção do estado estão nas proximidades das principais rodovias federais. A BR153 corta o estado de uma extremidade a outra, no sentido norte-sul e promoveu, em suas imediações, o desenvolvimento de atividades produtivas, contribuindo com o desenvolvimento de regiões, principalmente no centro e norte do estado. A BR 060 sai do Distrito Federal e liga o sudoeste goiano com Mato Grosso. Em cidades como Jataí, Rio Verde e Chapadão do Céu estão as maiores produções de grãos de Goiás e, também, nesta região, existe grande concentração de usinas de etanol e importantes agroindústrias. Do DF também saem as BR 040 e BR 050. A primeira com destino a Belo Horizonte e a segunda a São Paulo. Ambas cortam o território de Minas Gerais e se ligam com os maiores centros consumidores do país. Entre Luziânia e Cristalina, estas rodovias são coincidentes. A BR 050 segue para São Paulo, cortando o Triângulo Mineiro, passando por Ipameri e Catalão. Nesta região do estado concentram-se agroindústrias, montadoras de veículos e produção mineral. Após passar por Minas Gerais, a rodovia conecta-se à Via Anhanguera, em São Paulo, onde está o maior eixo industrial do país (RM de Campinas e RM de São Paulo) (HADDAD, 2016, p. 105).

Já o sistema rodoviário estadual teve, a partir dos anos 1980, a função de conectar regiões do estado que não se beneficiavam diretamente pelo escoamento das rodovias federais. Entre os anos de 1980 e 1990, houve uma intensificação na ampliação e pavimentação dessas rodovias que passaram a interligar tanto a já consolidada produção agrícola quanto a recém-formada produção agroindustrial. Pode-se contar ainda as rodovias municipais que alimentam os dois sistemas rodoviários de modo auxiliar.

Devido aos custos e perdas do escoamento rodoviário representar um entrave importante para a acumulação do capital, grandes pátios produtivos que se instalaram nos distritos industriais do estado, a partir dos anos 1990, pressionaram o Estado para retomar o funcionamento e ampliação da rede ferroviária. Esse processo foi intensificado a partir dos Governos Lula e Dilma, com os Programas de Aceleração do Crescimento (PAC I e II).

De acordo com o autor:

Quanto ao modal ferroviário, na década de 1990, a antiga ferrovia (Estrada de Ferro Goiás) foi transformada em FCA (Ferrovia Centro Atlântica), integrada a uma maior malha ferroviária, e ampliou acesso a diversos lugares. A ferrovia integra uma malha ligando os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Sergipe, Goiás, Bahia e São Paulo, possibilitando a ligação com outras ferrovias e com portos do Sudeste e do Nordeste. Em Goiás, após atravessar o rio Paranaíba, vinda de Uberlândia e Araguari, a ferrovia passa por Anhanguera, Cumari e Goiandira, com ramal para Catalão e Ouvidor. Seguindo para o norte, passa por Ipameri, Urutaí e Pires do Rio, onde se bifurca com destino a Brasília e Leopoldo de Bulhões. A partir dali segue para Senador Canedo e Anápolis, no Porto Seco, onde chegam produtos para atender às indústrias locais e regionais. Automóveis, fertilizantes, produtos químicos, peças e equipamentos, remédios etc. são transportados pela ferrovia, atendendo a demandas de duas ordens: a demanda de municípios próximos à rede e com perfil minerador, como é o caso de Ouvidor e Catalão, e a demanda regional, drenada para o Porto Seco, que abrange a área mais povoada, assim como a indústria

de manufaturados da região (ARRAIS, 2013, p. 63-64 *apud* HADDAD, 2016, p. 141).

A retomada do sistema ferroviário nacional, tomando Goiás como centro dinâmico estratégico pela sua centralidade geográfica, pretendia interligar toda a produção nacional de Norte a Sul e de Leste a Oeste, inclusive com a interligação interoceânica, conectando os oceanos Atlântico e Pacífico e, com isso, diminuindo as distâncias entre o continente sul-americano com a China. Entretanto, tal projeto ainda não foi concluído, muito em função de sucessivas e robustas irregularidades políticas, financeiras e ambientais, paralisando a conclusão das obras, até mesmo com a prisão de várias autoridades gestoras responsáveis pelas obras.

### 2.3.3 - Eletrificação

A energia elétrica fez parte da estruturação da sociedade urbano-industrial, trazendo ares de “modernidade” às cidades por aproximar ideologicamente as metrópoles mundiais aos projetos de cidades brasileiras, além da necessidade exigida pela produção industrial nascente. No Brasil, a eletrificação tem início em 1889, a partir da iluminação pública e dos bondes elétricos do Rio de Janeiro e São Paulo, com caráter monopolista e dependente do capital estrangeiro (CASTRO, R, 2014). Em Goiás, podemos apontar dois movimentos: o fornecimento da energia elétrica apenas para a produção econômica e alguns domicílios vinculados; e outro em escala comunitária. Sobre o primeiro, temos na cidade de Ipameri, em 1904, a primeira iniciativa para a construção da Usina do Içá, para o benefício de arroz de uma pequena propriedade que aproveitaria a cachoeira Taboca, no Rio Braço, tendo contrato firmado em 1912 com a Câmara Municipal da cidade para o fornecimento da energia urbana. A usina entrou em funcionamento em 1921 (ROCHA, 2005).

Mas foi em 1915, em Rio Verde, que a primeira usina entra em funcionamento, onde um empresário, aproveitando o rego d’água de sua propriedade, fornece energia a poucas residências próximas. Uma outra, termoelétrica, entra em funcionamento na cidade de Goiás em 1920, que, usando carvão vegetal, põe em funcionamento um equipamento alemão vindo de trem de São Paulo até a estação Roncador, em Pires do Rio, e de lá até a antiga capital foi

levada de carro de boi. Mas o seu funcionamento foi interrompido devido a um acidente com vítimas fatais (ROCHA, 2005; CREA-GO, 2012). O conjunto de meios de transportes utilizado nessa empreitada exemplifica as imbricações e contradições de tempos sociais distintos que se cruzam no início da formação da sociedade urbano-industrial em Goiás.

Mas foi com a construção das novas capitais no estado (Goiânia, nos anos 1930; e Brasília, nos anos 1950), no bojo da integração urbano-industrial da região, que a eletrificação desenvolve e se consolida. A construção de Goiânia demandou, em 1922, a criação de usinas no ribeirão Cascavel, que iluminaria um seminário de padres redentoristas e fornecia energia para uma serraria, contribuindo com as obras da construção da nova capital do Estado. Mais tarde, em 1936, no Rio Meia Ponte, foi construída outra usina hidrelétrica, a Usina do Jaó (CASTRO, R, 2014).

Mas apenas em 1951, para suprir a demanda da nova capital federal, cria-se o planejamento de estruturação e desenvolvimento da eletrificação do país a partir da instituição do Fundo Nacional de Eletrificação, como consequência política e institucional da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, congregando convênios entre os Estados de Goiás, Mato Grosso, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul. É daí que surgem diversas empresas estaduais e federais de geração e distribuição de energia elétrica, com o intuito de sustentar o desenvolvimento urbano-industrial que avançava com a industrialização do país. Surge a partir desse contexto a CELG (Centrais Elétricas do Estado de Goiás), na criação da Usina de Cachoeira Dourada, no rio Paranaíba, na divisa com Minas Gerais.

Segundo Castro, R (2014):

A história da Celg confunde-se com a da construção da usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada e com a da construção de Brasília. A primeira etapa da usina, com a instalação de duas unidades geradoras de 18 MW cada uma, entrou em operação em setembro de 1958. Por megawatt (MW) entende-se um milhão de watts. A primeira linha de transmissão dessa usina dirigiu-se para a nova capital da República em novembro de 1958, através do sistema de transmissão de energia elétrica de 230 KV (quilovolts), interligando-se, mais tarde, à região central dos eixos urbanos Goiânia e Anápolis (CASTRO, R, 2014, p. 111).

Com esse movimento de ações estatais denota-se uma transição de paradigma na eletrificação no estado, com a substituição de capitais privados por capitais públicos. Movimento esse que avançou até os anos 1980, quando então adere à entrada de novos

capitais privados (agora multinacionais) com as privatizações. Como vimos anteriormente, o Estado é chamado a contribuir com a acumulação do capital, no investimento em infraestruturas físicas e sociais. Esse é o caso, por excelência, da eletrificação. O capital se utiliza da força, legitimação e segurança do Estado frente aos riscos que esses novos negócios acarretam, devido ao volume de investimentos novos necessários. A partir dos anos 1950, uma grande massa de energia elétrica foi gerada e distribuída para atender as demandas exigidas pelas forças produtivas do capital. E, a partir dos anos 1990, essa demanda aumenta significativamente com a industrialização do campo (ampliação de produção agrícola em grande escala), a conversão demográfica que transformou o Brasil num país predominantemente urbano muito rapidamente e com o desenvolvimento industrial que continuava a avançar pelo interior do Brasil, justificando discursos para implantação de novos projetos hidrelétricos sertão a dentro.

Segundo Alves (2005):

Baseando-se nos números do Balanço Energético Nacional – BEN de 2004, o consumo final de eletricidade entre 1989 e 2003 aumentou em Goiás cerca de 81%, chegando a um montante anual de 6,4 milhões de MWh por ano. A parcela industrial da eletricidade total consumida chegou a 28%, e aumentou 27% no período. Os setores mais ponderáveis são os de alimentos e bebidas que representaram, em 2003, quase 35% do total industrial, com 638 mil MWh e o de mineração, com metade deste valor. Enquanto isso, o consumo rural de eletricidade foi multiplicado por cinco vezes, chegando, em 2003, a uma fatia de 11% do consumo total estadual. Conforme os dados de despacho de carga obtidos no Centro de Operações da CELG, em Goiânia, por ARAÚJO, a demanda máxima chegou perto de 1.400 MW, em Junho de 2003 (ALVES, 2005, p. 61).

A construção de barragens e a privatização das hidrelétricas em Goiás apontam para uma acumulação primitiva por espoliação dos ativos das antigas estatais, dos anos 1970 aos 1990 (ALVES, 2005; SEVÁ FILHO; *et al.*, 2004). Atendendo a demanda consumidora do mercado do Sudeste, Sul e Centro-Oeste brasileiro, essas construções foram colocadas à venda, além das que já operavam sob o controle de grupos de capital estrangeiro (como é o exemplo da espanhol-chilena Endesa, que controla Cachoeira Dourada) (SEVA FILHO; *et al.* 2004, p. 5).

O resultado desse processo é a repercussão na baixa qualidade e eficiência do serviço público de energia elétrica, no deslocamento da população atingida pelas obras de produção e circulação da mercadoria-energia e no rearranjo dos conflitos sociais locais:

O processo de privatização dos rios e sítios hidráulicos em Goiás está em ritmo acelerado. Obras feitas em nome do *desenvolvimento e do progresso*, mas que criam problemas; a solução das questões sociais começa também a se complicar de forma proporcional. Os governos estaduais e o federal retiram-se dos seus compromissos sociais para com a população e passam toda a responsabilidade para as associações privadas de energia elétrica. São grupos gigantescos, alguns controlados pelos capitais financeiros internacionais, que passaram a assumir o controle das águas, eletricidade, telefone e rodovias no Brasil (ALVES, 2005, p. 272).

Como investimento de longo prazo, a realização desses empreendimentos, extremamente lucrativos, responde às necessidades da expansão da produção e acumulação capitalista, no fornecimento do potencial energético nacional/local, apesar dos discursos ideológicos que estes sevem a toda a população. Como regra, estes empreendimentos, bem como sua extensão em linhas de transmissão só são realizados quando há necessidade por parte do capital, especialmente na redução dos custos de produção. A desigualdade tarifária da energia entre os diferentes tipos de consumidores evidencia essa tendência, caracterizando mais uma vez uma acumulação por espoliação:

Em Goiás e no Distrito Federal, o consumo médio por residência, em 2004, ficou em 140 kWh por mês e o preço médio ultrapassou R\$ 400,00 por MWh (1 MWh equivale a 1000 kWh). As empresas eletrointensivas, que consomem a grande parte de energia em forma de minério para fazer os estoques de reserva nos países centrais, estão pagando, por exemplo, no caso da Níquel Tocantins, US\$ 15,00 por MWh. Isso equivale uma tarifa de preço 10 vezes menor que a paga pela população goiana. Por isso, para o aumento dos negócios elétricos não se pode menosprezar a importância do crescimento populacional e do fortalecimento da economia goiana como um todo. Mas, deve-se partir do pressuposto de que uma das lógicas fortes da expansão dessa indústria elétrica na intensificação da exploração dos recursos hídricos para fins elétricos e que um dos objetivos é fabricar e exportar mais *X* ou *Y* milhares de toneladas de alumínio, de celulose, de níquel, de amianto e outros produtos eletrointensivos (ALVES, 2005, p. 62).

Portanto, é importante salientar que, sobre o perfil econômico envolvido na eletrificação do estado ao longo do tempo, com baixa demanda por energia, o capital privado “aventurou-se” no início da eletrificação, até mesmo como forma de consolidar seu papel de protagonista no ideário do projeto da sociedade urbano-industrial. Entretanto, com o crescimento da demanda industrial, rural e urbana, maiores investimentos em mega-obras de hidrelétricas e redes de transmissão são exigidos. É aí que o principal fiador do capital é chamado a atuar: o Estado. Por meio de vultuosos empréstimos em agências de fomento internacionais (devido a baixa poupança interna) o Estado subsidia financeiramente esses projetos e põe em cooperação o conjunto de forças sociais produtivas na ampliação da rede

nacional de produção e distribuição de energia elétrica. E quando os principais investimentos do setor foram realizados em anos anteriores, no avanço do neoliberalismo estes ativos são “entregues” ao capital multinacional, que começa a investir no momento em que os riscos de perdas de capital são já reduzidos, inclusive porque boa parte destes investimentos privados ainda são subsidiados pelo Estado, por meio de bancos públicos e outras garantias de salvaguardas do setor (tabelamento de preços, monopólio privado, doação de terrenos, incentivos fiscais, compra garantida, etc.). Esses benefícios ao capital são legitimados em nome dos “riscos” de desabastecimento energético que justificou toda a mudança de perfil do capital no setor, a partir dos 1990. E com esse ciclo “capital privado – capital público estatal – capital privado multinacional” se completa a acumulação primitiva<sup>24</sup> por espoliação na eletrificação da sociedade urbano-industrial em Goiás.

## **2.4 – Expansão da Sociedade Urbano-Industrial em Goiás**

Como podemos ver no Capítulo 1, o desenvolvimento das forças produtivas postas em movimento pela dinâmica de acumulação e valorização do capital subsume o trabalhador ao capital, indo além, na conversão de toda a sociedade à sua lógica societal, em escala cada vez mais global. É nesse sentido que a análise do desenvolvimento da sociedade urbano-industrial em Goiás, enquanto particularidade histórica, se torna significativa e contribui para a compreensão da totalidade do capitalismo. Isso porque, a partir da maquinaria, o capital estende sua rede de influência para outros territórios e processos históricos, engendrando uma complexa e extensa divisão internacional do trabalho, articulando os diferentes modos históricos de organização social.

De acordo com Marx (1968):

[...] A maquinaria, de um lado, amplia diretamente a produção de matéria-prima como, por exemplo, a máquina descaroçadora que aumentou a produção de algodão. Por outro lado, o barateamento dos produtos feitos a máquina e a revolução nos meios de transporte e comunicação servem de armas para a conquista de mercados

---

24 Esta é mais uma evidência do seu caráter contínuo. A acumulação primitiva não se apresenta apenas como um momento, mas como um processo, estratégia permanente, do movimento do capital. No caso específico de Goiás, ao longo deste trabalho buscamos (e continuaremos) a apresentar como essa estratégia está imbricada ao desenvolvimento econômico do estado.

estrangeiros. Arruinando com seus produtos o artesanato de países estrangeiros, a produção mecanizada transforma necessariamente esses países em campos de produção de suas matérias-primas. [...] Cria-se nova divisão internacional do trabalho, adequada aos principais centros da indústria moderna, transformando uma parte do planeta em áreas de produção predominantemente agrícola, destinada à outra parte primordialmente industrial (MARX, 1968, p. 517).

Desse modo, a expansão capitalista arruína não só o artesanato, mas todo o modo de vida preexistente, forjando o modo capitalista de produção e consumo em uma realidade que se impõe por convencimento comparativo, mas muito também por violências física e simbólica e constrangimentos econômicos e políticos. Transforma os países estrangeiros em produtores de matéria-prima e também em consumidores de suas manufaturas. Essa era a realidade vislumbrada por Marx no século XIX, mas que em muito permanece atual. Alguns processos e contradições se atualizaram na medida que o modo de produção capitalista expande o processo de valorização para outras regiões. Como foi o caso da industrialização brasileira a partir de São Paulo, que atualiza essa relação de subordinação política e econômica para as suas franjas, como Goiás e o interior do país. E o modo de expandir essas contradições é a necessária expansão da sociedade urbano-industrial para essas regiões, como condição fundamental de reprodução do modo de produção e acumulação.

O que caracteriza esse movimento é o que muitos autores denominam de efeitos da frente pioneira: um movimento do capitalismo que busca integrar o campo ao seu modo de produção, garantindo a reserva de propriedade da terra, alterando o modo de vida sem, contudo, transformar completamente as relações de produção em relações tipicamente capitalistas, com a presença de relações sociais como colonato, parceria, “meação” e arrendamento em espécie (FERREIRA, 1987; MARTINS, 1994). É o que podemos entender como formas de relações sociais capitalistas não-clássicas. Com a expansão da industrialização sobre o campo no Sudeste do país, os trabalhadores rurais se viram forçados a se integrar na nascente e precária classe operária local ou migrar para outras regiões do interior do país em busca de novos postos de trabalho.

Sobre os efeitos migratórios da frente pioneira em Goiás, Ferreira (1987) afirma que:

Com a frente pioneira adensa-se a ocupação do campo e cidades surgem ou crescem, dada a importância dos centros urbanos para o escoamento das mercadorias, principalmente em se tratando da pequena produção. Nas levadas de migrantes vinham também comerciantes, atraídos pelo dinamismo da região. Instalavam-se nas cidades, transferindo parte dos lucros rurais para as atividades urbanas, constituindo-se eles próprios em clientela para os serviços urbanos: consumo coletivo, serviços

peçoais e profissionais em geral. Intensifica-se assim a urbanização (FERREIRA, 1987, p. 10).

A construção da nova capital do estado (Goiânia), a partir dos anos 1930, e da nova capital federal (Brasília), nos anos 1960, representaram marcos fundamentais para a expansão da sociedade urbano-industrial em Goiás. Impulsionada pela expansão capitalista, - que incorporou novas faixas territoriais no seu processo de acumulação nacional, no contexto ,ambicioso do Estado Novo, inicialmente, e desenvolvimentista, posteriormente -, a industrialização brasileira avançou rumo ao interior do país, trazendo consigo a expansão do modo de vida urbano, no que diz respeito a produção e a sociabilidade. Apesar de não representar ainda a consolidação da industrialização da região<sup>25</sup>, com a construção de Goiânia se implantam relações assalariadas de trabalho, bem como o início da industrialização da região Centro-sul do estado (ESTEVAM, 1997; SILVA, 2005; SILVA, 2002). Como a oferta de trabalhadores especializados era escassa, a solução encontrada foi a contratação de operários da construção civil em outros estados, intensificando a urbanização do Estado.

Segundo Silva (2005):

A expansão capitalista ocorrida em Goiás após 1930 atingiu também o setor industrial, e houve um significativo aumento do número de estabelecimentos industriais instalados na região, constituindo-se as indústrias alimentícias, de serviços e transformação de minérios não-metálicos, que eram as de maior número. Os estabelecimentos industriais passaram de 16, em 1920, para 370, em 1940, e 737, em 1950. Pelos dados, pode-se concluir que eram pequenas empresas de atendimento às necessidades mais imediatas da população (SILVA, 2005, p. 156).

O gradativo avanço da integração de Goiás na economia nacional, por meio do pacto rodoviário e das comunicações intra e inter-regional, possibilitou o aumento do adensamento demográfico, o desdobramento de municípios e significativa produção agropecuária. Como responsáveis por esse processo aparecem as cidades de Anápolis e Goiânia, como “*vigorosos centros urbano-comerciais*”, na forma de entrepostos mercantis e de atividades terciárias (comércio e transporte de mercadorias industriais). Esse processo se intensifica na construção de Brasília, o que contribui para a alteração do quadro sócio-econômico regional, a partir dos anos 1960 (ESTEVAM, 1997).

De acordo com Bueno (1999):

---

25 Estevam (1997) ressalva que foram demarcadas extensas áreas onde futuramente seriam instaladas indústrias na nova capital.

A princípio, a entrada de fortes correntes migratórias em Goiás, teve um primeiro impulso durante a construção de Goiânia e anos posteriores. Porém, tem-se este processo intensificado de forma significativa entre os anos 50 e 80, quando então, ocorre a modernização das atividades econômicas principais do estado. Isto, criou uma forte dependência de mão de obra não qualificada por um lado e especializada por outra (BUENO, 1999, P. 67)

Na Tabela 2 temos a evolução do número de moradores em Goiás e o percentual de crescimento, em relação à década anterior. A periodização segue a partir do Estado Novo e das políticas desenvolvimentistas que impulsionaram a urbanização e a industrialização da região:

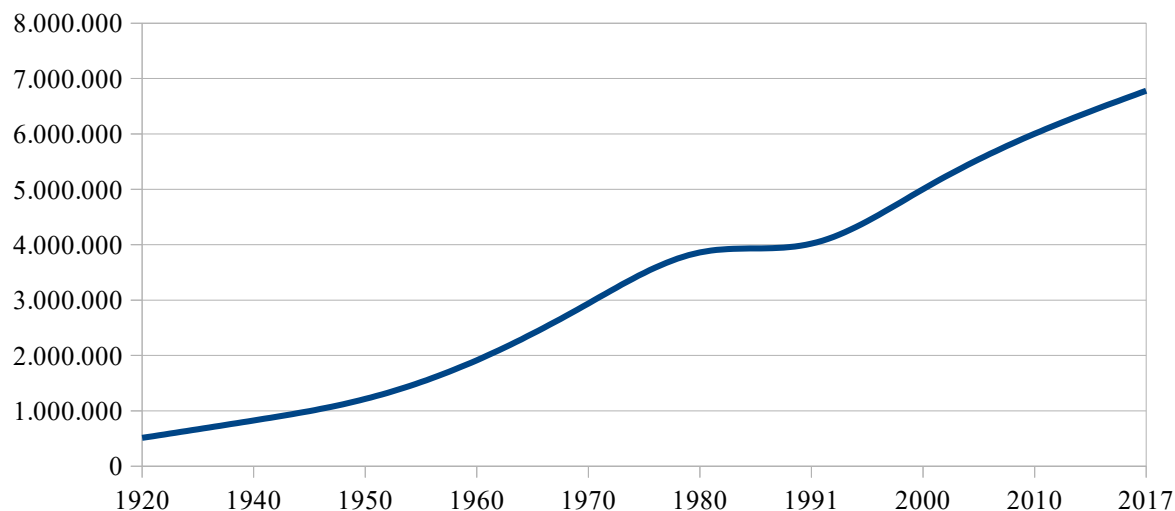
**Tabela 2 – Goiás: População Recenseada e Estimada e Aumento Populacional**

Período	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2017
Nº	511.919	826.414	1.214.921	1.913.289	2.938.677	3.860.174	4.018.903	5.003.228	6.003.788	6.778.772
Aumento	0,00%	61,43%	47,01%	57,48%	53,59%	31,36%	4,11%	24,50%	20,00%	12,91%

Fonte: IBGE (Dados compilados e adaptados pelo autor).

**Gráfico 2 - Goiás: População Recenseada e Estimada e Aumento Populacional**

(1920 - 2017)



Fonte: IBGE (Dados compilados e adaptados pelo autor).

Conforme nos apresenta a Tabela 2 e o Gráfico 2, os maiores índices de crescimento populacional, levantado pelo IBGE, correspondem aos períodos de maior investimento de capital: dos anos 1940 a 1970, com a chamada “marcha para o oeste”, e a partir do final dos anos 1990, com a intensificação da industrialização (que analisaremos posteriormente). O estado incorpora, desde 1920, um crescente número de habitantes, partindo de 314.495 habitantes incorporados entre 1920 a 1940, para um total de 6.778.772 habitantes, em 2017. Associadas à atração do complexo de empresas instaladas no estado, as migrações contribuem significativamente no aumento populacional. Essas são engendradas pelos investimentos públicos e privados, que levam essas pessoas a procurar melhores condições de vida anunciadas com a expansão da produção agrícola e industrial (BUENO, 1999).

Segundo Bueno (1999), devido a falta de centros locais de formação e qualificação profissional, foi recrutado o excedente de trabalhadores em outras regiões do Brasil. Esses trabalhadores tinham como perspectivas auferirem maiores ganhos proporcionais a um custo de vida mais barato em relação aos centros de origem. Os anos 1960 foi o período analisado pelo autor, quando se deu uma intensificação da população urbana do Estado e que, nos anos 1970, apresenta a tendência de concentração nos centros urbanos mais importantes do Estado, notadamente Goiânia, Anápolis e entorno de Brasília.

A tabela 3 nos mostra o desenvolvimento da urbanização pelo percentual da população distribuída por situação de moradia, nos anos 1991, 2000 e 2010:

<b>Tabela 3 – Goiás: percentual da população residente por situação de moradia e por região do Estado</b>				
Situação	Local de Moradia	1991	2000	2010
Urbano	Brasil	75,59	81,19	84,37
	Goiás	80,81	87,79	90,29
	Noroeste Goiano	66,77	73,73	75,51
	Norte Goiano	65,59	74,26	77,25
	Centro Goiano	87,96	93,05	95,15
	Leste Goiano	74,23	86,20	87,10
	Sul Goiano	76,99	83,09	87,11
Rural	Brasil	24,41	18,81	15,63
	Goiás	19,19	12,21	9,71
	Noroeste	33,23	26,27	24,49
	Norte	34,41	25,74	22,75
	Centro	12,04	6,95	4,85
	Leste	25,77	13,80	12,90
	Sul	23,01	16,91	12,89

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (Dados compilados e adaptados pelo autor).

Evidencia-se que a região do centro-sul goiano exerce maior força de concentração populacional urbana, enquanto as porções nortes do Estado apresentam maior concentração populacional rural. A explicação para esse fenômeno está relacionada ao fato de haver também uma distribuição espacial das atividades econômicas no Estado, ficando as regiões abaixo do Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia com os maiores investimentos industriais e as regiões acima deste Eixo com os maiores investimentos na pecuária.

Os impactos do desenvolvimento urbano-industrial em Goiás, associado ao que autores como Martins (1996) denominam de frente de expansão da economia nacional, a partir dos anos 1970 – um segundo movimento de integração nacional posterior a frente pioneira –, podem ser evidenciados quando se comparam as taxas médias de crescimento populacional entre o Estado de Goiás e a Região Centro-Oeste com as taxas do Brasil, conforme a Tabela 4 e o Gráfico 3 abaixo. A população de Goiás acompanha a tendência da região Centro-Oeste de apresentar crescimento populacional superior à taxa média nacional, consolidando a força de atração demográfica das novas áreas integradas à economia nacional, conforme análise precedente.

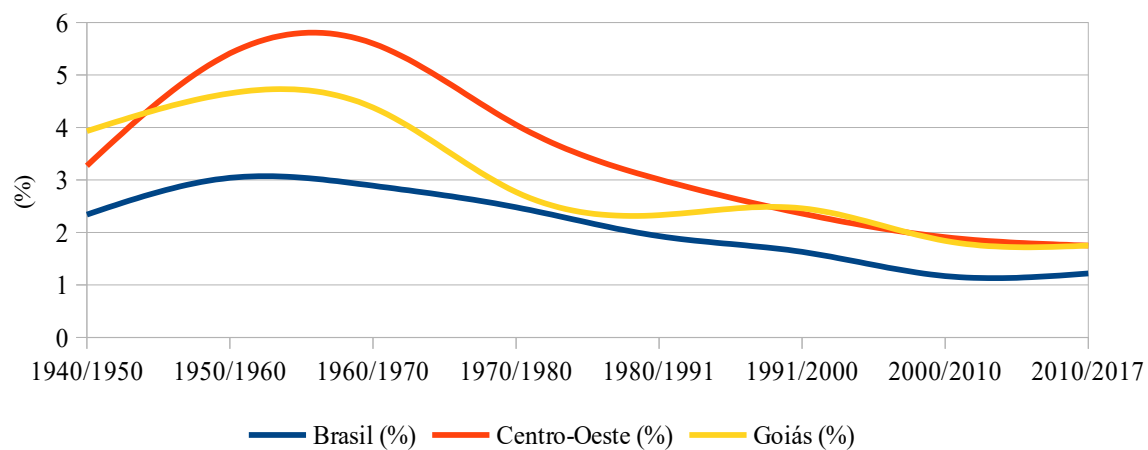
**Tabela 4 – Taxa Média de Crescimento Populacional:  
Brasil, Centro-Oeste e Goiás**

<b>Período</b>	<b>Brasil (%)</b>	<b>Centro-Oeste (%)</b>	<b>Goiás (%)</b>
1940/1950	2,34	3,27	3,93
1950/1960	3,04	5,41	4,65
1960/1970	2,89	5,6	4,38
1970/1980	2,48	4,05	2,77
1980/1991	1,93	3,01	2,33
1991/2000	1,63	2,36	2,46
2000/2010	1,17	1,91	1,84
2010/2017	1,22	1,75	1,75

Fonte: IBGE e Instituto Mauro Borges (IMB). Elaboração do autor.

**Gráfico 3- Taxa Média de Crescimento Populacional: Brasil, Centro-Oeste e Goiás**

(1940 - 2017)



Fonte: IBGE e Instituto Mauro Borges (IMB). Elaboração do autor.

Para nossas análises, tão significativas quanto o tamanho do espaço ocupado pela produção agrária ou industrial, são as dimensões da produção econômica e das condições de vida e moradia da população do Estado. A participação do setor industrial, como veremos abaixo, vem crescendo constantemente, enquanto há oscilações no setor de serviço (no montante total) e no agropecuário (alterando sua participação relativa). Com quase 90% da população residindo nas zonas urbanas em 2010, Goiás vem passando por um crescente processo de urbanização, refletindo na atração de empregos e capitais no setor industrial e de serviços, bem como na industrialização do campo (mecanização, monocultura de soja/cana-de-açúcar e agronegócio), que expulsam os produtores familiares do campo, especialmente a partir dos anos 1970. Por mais que parte dessa população urbana venha a se locomover de suas casas na cidade para trabalhar no campo (industrializado), é também significativo para nós como esses trabalhadores vivenciam o lar, a moradia, seus lazeres e tempos de não produção e acesso a bens e espaços sociais urbanos, e como essas vivências urbanas têm se intensificado nas últimas décadas.

Nos anos 1980, 30,4% da população residente em Goiás tinham nascidos em outro Estado. Fenômeno esse que perde intensidade nos anos 1990 (BUENO, 1999). Como as análises do autor compreendem o período até 1996, não pode perceber os significados e repercussões que a instalação de diversas multinacionais, principalmente na região Sul de Goiás, tiveram sobre a migração e o processo de urbanização e industrialização (principalmente no setor farmacêutico, automotivo e de representação comercial e construção civil). Mesmo assim ele constata que na maioria das microrregiões da mesorregião do Sul Goiano, no período entre 1980 e 1991, houve um movimento contrário à tendência apresentada no Estado, demonstrando as maiores taxas de crescimento. Isso contribuiu bastante para manter Goiás como um importante receptor de excedentes populacionais de outros estados.

Se analisarmos os dados sobre a naturalidade dessa população poderemos vislumbrar melhor o fluxo migratório. Segundo Bueno (1999), em sua maioria, os migrantes buscam melhores condições de vida e salário, fundamentalmente, tendo a ideologia do desenvolvimento e do progresso capitalista em Goiás representado seus interesses e vontades de melhorar a vida. Busca essa que muitas vezes não se concretizam ou, pelo menos, não sem muita dificuldade para a classe trabalhadora.

<b>Tabela 5 – Goiás: Percentual de Migração em Relação à População Residente no Estado, Média e Diferença entre Migrações</b>										
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Média
Interna	26,50	27,38	26,35	25,46	24,90	25,43	24,09	24,60	24,54	25,47
Externa	29,01	28,36	27,79	28,84	29,12	28,28	28,12	28,70	29,00	28,58
Diferença	2,51	0,98	1,44	3,38	4,22	2,85	4,03	4,10	4,46	3,11

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010. Dados compilados e adaptados pelo autor.

A Tabela 5 contempla o percentual de migrantes existentes em Goiás em relação ao total da população residente, entre os anos 2001 e 2009, período contemplado pelo último censo demográfico do IBGE. Contém valores sobre a migração interna, ou seja, pessoas naturais de Goiás que mudaram de cidades dentro do próprio estado, apresentando um percentual de pouco mais de  $\frac{1}{4}$  da população. Contém também os valores da migração externa, ou seja, pessoas naturais de outros estados da federação que mudaram para Goiás, apresentando pequena diferença entre os migrantes internos e mantendo-se relativamente constante. Essa tabela sugere que a maioria da população em Goiás, no início do século XXI, é composta de migrantes, sendo os de naturalidades de outras unidades da federação pouco mais de  $\frac{1}{4}$  da população desse estado.

Ainda sobre os dados da migração externa, temos, na Tabela 6, as regiões do Brasil que mais subsidiaram o estado de Goiás com força de trabalho migrante, entre os anos de 2001 a 2009:

<b>Tabela 6 – Goiás: percentual da população residente por situação de domicílio e naturalidade por região do país</b>										
Situação	Região	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Urbano	Total	87,64	88,24	87,73	87,83	87,54	88,57	89,52	89,76	89,23
	Norte	2,44	2,69	2,50	2,62	2,67	2,65	2,74	2,92	2,93
	Nordeste	10,96	9,95	10,89	10,83	11,55	11,22	11,18	11,48	8,74
	Sudeste	8,57	8,53	7,62	8,25	7,65	7,62	7,47	7,71	7,92
	Sul	0,67	0,67	0,76	0,69	0,78	0,84	0,82	0,85	0,75
	Centro-Oeste	3,70	3,95	3,40	3,86	3,70	3,66	3,44	3,60	3,60
	Países Estrangeiros	0,13	0,09	0,09	0,08	0,12	0,10	0,09	0,13	0,11
	Goiás	61,18	62,37	62,44	61,45	61,06	62,53	63,78	63,08	62,61
Rural	Total	12,36	11,76	12,27	12,17	12,46	11,43	10,48	10,24	10,77
	Norte	0,09	0,13	0,19	0,15	0,12	0,09	0,15	0,07	0,14
	Nordeste	0,95	0,76	0,91	0,96	0,96	0,91	0,88	0,61	0,88
	Sudeste	0,98	1,15	1,06	0,86	1,78	0,82	0,93	0,87	0,95
	Sul	0,20	0,10	0,13	0,17	0,12	0,10	0,18	0,15	0,09
	Centro-Oeste	0,34	0,34	0,24	0,30	0,29	0,33	0,24	0,28	0,30
	Países Estrangeiros	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02
	Goiás	9,81	9,81	9,77	9,71	9,82	9,18	8,09	8,22	8,39

Fonte: IBGE/PNAD 2009 (Dados compilados e adaptados pelo autor).

Percebe-se, a partir dos dados da Tabela 6, que na formação urbana, e para o crescimento das cidades de Goiás, a região Nordeste do país é a que mais contribui. Ainda de acordo com os dados do IBGE, os estados que mais contribuíram individualmente para a taxa de migração urbana nesse período foram: Minas Gerais (5,99%), Bahia (4,01%), Distrito Federal (2,86%), Maranhão (2,12%) e Tocantins (1,82%).

Corroborando a tendência apresentada no período de 1960 a 1996 (BUENO, 1999), no total das imigrações, a parcela da população que se destina para áreas rurais é mínima, ou seja, os migrantes de outros Estados procuram Goiás principalmente para a vida urbana, aproveitando os investimentos para o capital e em busca da melhoria das condições de vida, representado pelo avançado estágio de desenvolvimento da sociedade urbano-industrial em Goiás, em comparação a suas cidades de origem. Cerca de 11,55%, em média, vão para áreas

rurais, contra 88,45% que se destinam para áreas urbanas. Esse contingente está na base da formação da força de trabalho de Goiás, além de compor a cultura local, não sem conflitos e contradições. Essa tabela demonstra aquilo que é comum nas cidades goianas: a forte presença de mineiros, brasilienses, nordestinos e nortistas. Esses últimos formando predominantemente a classe trabalhadora em situação de precariedade.

Complementando a análise, um importante estudo do Instituto Mauro Borges (2017) sobre migração em Goiás, no período entre 2005 e 2015, a partir dos dados do Censo 2010 do IBGE e das estimativas da PNAD 2015, aponta na mesma direção da tese acima. Segundo esse estudo, entre 2005 e 2010, Goiás representou, conjuntamente ao Amapá, Santa Catarina, Rondônia e Espírito Santo, área com maior potencialidade de absorção migratória, especialmente com relação a imigrantes oriundos do Distrito Federal, Alagoas, Maranhão, Piauí, Bahia, Pernambuco e Acre. Somados, os imigrantes residentes no estado nesse período, 32,13% eram oriundos da região Nordeste e 29,63% da região Centro-Oeste do país. O Distrito Federal representou a naturalidade do maior número de imigrantes do estado, com 22,69%, num total de 88.564 pessoas, seguido do Maranhão (43.846), Bahia (37.144), Minas Gerais (36.017) e Tocantins (31.176).

Segundo os dados da PNAD (IMB, 2017), em 2015 estima-se que os imigrantes naturais de outros estados residentes em Goiás chegaram ao número de 1,9 milhão de pessoas, perfazendo um total de 28,7% da população total do Estado, número próximo aquele apresentado nos anos 1980. E ainda que Minas Gerais represente o estado com maior número de imigrantes residentes em Goiás. Um outro dado que atesta a eficácia migratória do estado de Goiás é o percentual de 60% dos imigrantes residirem no estado há mais de 10 anos.

Para dimensionarmos o processo de urbanização goiano, comparemos a evolução das taxas de moradores residentes em áreas urbanas e rurais entre Goiás, Centro-Oeste e Brasil, no período de 1950 a 2015, a partir dos dados dos Censos e PNAD do IBGE, conforme Tabela 7:

Tabela 7 – Goiás, Centro-Oeste e Brasil: População por Situação de Domicílio (mil habitantes)

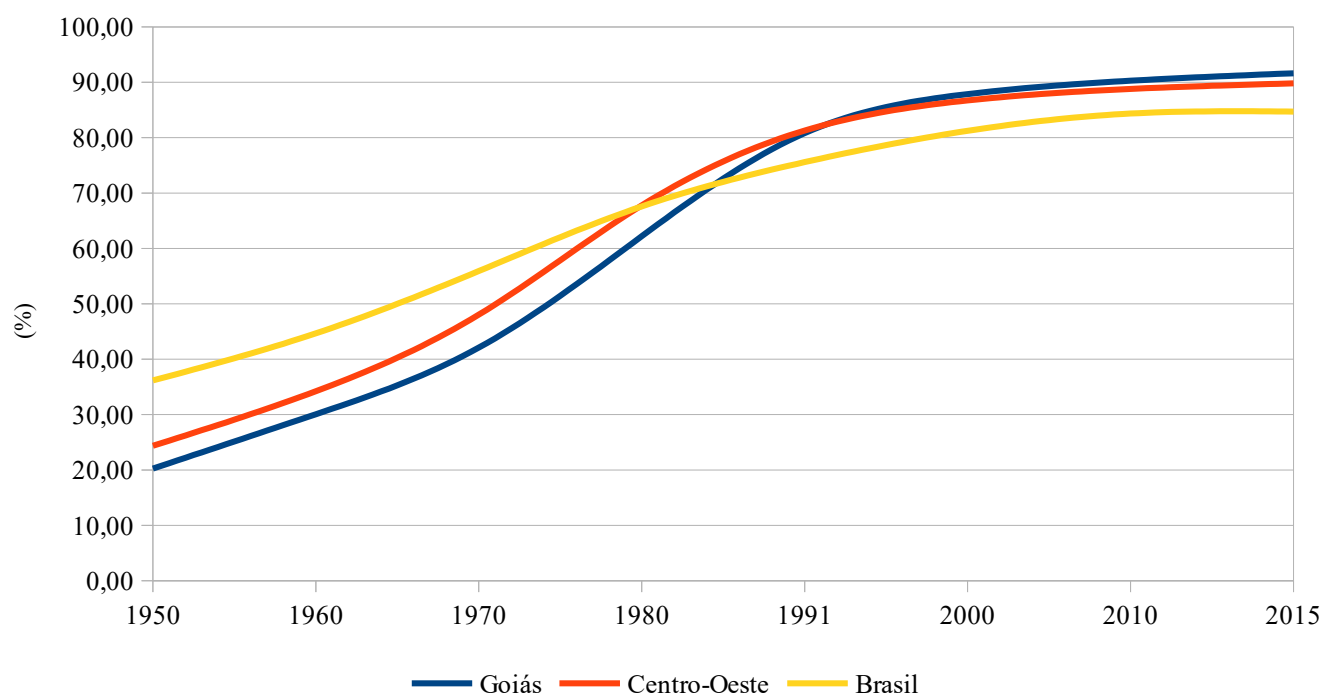
(1950 – 2015)

Período	Goiás			Centro-Oeste			Brasil			
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	
1950	Nº	246	969	1.215	423	1.313	1.736	18.783	33.162	51.945
	%	20,25	79,75	100	24,37	75,63	100	36,16	63,84	100
1960	Nº	575	1.338	1.913	1.007	1.936	2.943	31.303	38.767	70.070
	%	30,06	69,94	100	34,22	65,78	100	44,67	55,33	100
1970	Nº	1.237	1.702	2.939	2.437	2.636	5.073	52.085	41.054	93.139
	%	42,09	57,91	100	48,04	51,96	100	55,92	44,08	100
1980	Nº	2.401	1.459	3.860	5.114	2.431	7.545	80.437	38.574	119.011
	%	62,20	37,80	100,0	67,78	32,22	100	67,59	32,41	100
1991	Nº	3.248	771	4.019	7.663	1.764	9.427	110.991	35.834	146.825
	%	80,82	19,18	100	81,29	18,71	100	75,59	24,41	100
2000	Nº	4.397	607	5.004	10.093	1.544	11.637	137.954	31.845	169.799
	%	87,87	12,13	100	86,73	13,27	100	81,24	18,76	100
2010	Nº	5.421	583	6.004	12.483	1.575	14.058	160.926	29.830	190.756
	%	90,29	9,71	100	88,80	12,20	100	84,36	15,64	100
2015	Nº	6.076	555	6.631	13.911	1.578	15.489	173.566	31.294	204.860
	%	91,63	8,37	100	89,81	10,19	100	84,72	15,28	100

Fonte: IBGE/PNAD 2015; IMB (Dados compilados e adaptados pelo autor).

Gráfico 4 - Evolução da Taxa de Urbanização: Goiás, Centro-Oeste e Brasil

(1950 - 2015)



Fonte: IBGE/PNAD 2015; IMB (Dados compilados e adaptados pelo autor).

A partir dos anos 1980, a taxa de urbanização de Goiás ultrapassa a taxa nacional. E, em 1990, esse crescimento ultrapassa inclusive a taxa da região Centro-Oeste. Observa-se, pelo Gráfico 4, a tendência das taxas do Brasil e do Centro-Oeste se manterem estáveis, enquanto a tendência da taxa de Goiás ainda é de crescimento. E, ao contrário da representação coletiva nacional, de que Goiás é um Estado extensamente rural, os dados apresentam outra realidade, com a presença massiva da população goiana em áreas urbanas, convivendo com suas contradições, limitações e tempos históricos diversos. A taxa de concentração da população goiana em áreas urbanas para o ano de 2015 é estimada em 91,63% (acima da média nacional, que é de 84,72%).

De acordo com Bueno (1999) a evolução populacional de Goiás, entre 1960 e 1996, reforça o fluxo migratório para a região Centro-Oeste, que teria como contribuição a dar ao desenvolvimento nacional, no período de 1930 em diante, o aumento da produção de grãos voltada para exportação e suprir a demanda por matéria-prima do sudeste e países estrangeiros. Mesmo subsidiada pela infraestrutura urbana e a industrialização da agricultura, as regiões amplamente povoadas do estado não absorveram por completo o fluxo migratório decorrente, causando agudos problemas urbanos. Os diferentes grupos sociais, reconfiguram o espaço e as estruturas sociais, política e econômica regional articulada até então.

Um dado que pode indicar a precariedade do modo de vida da população goiana é o tipo de vínculo com relação ao domicílio, conforme a Tabela 8 e Gráfico 5 abaixo:

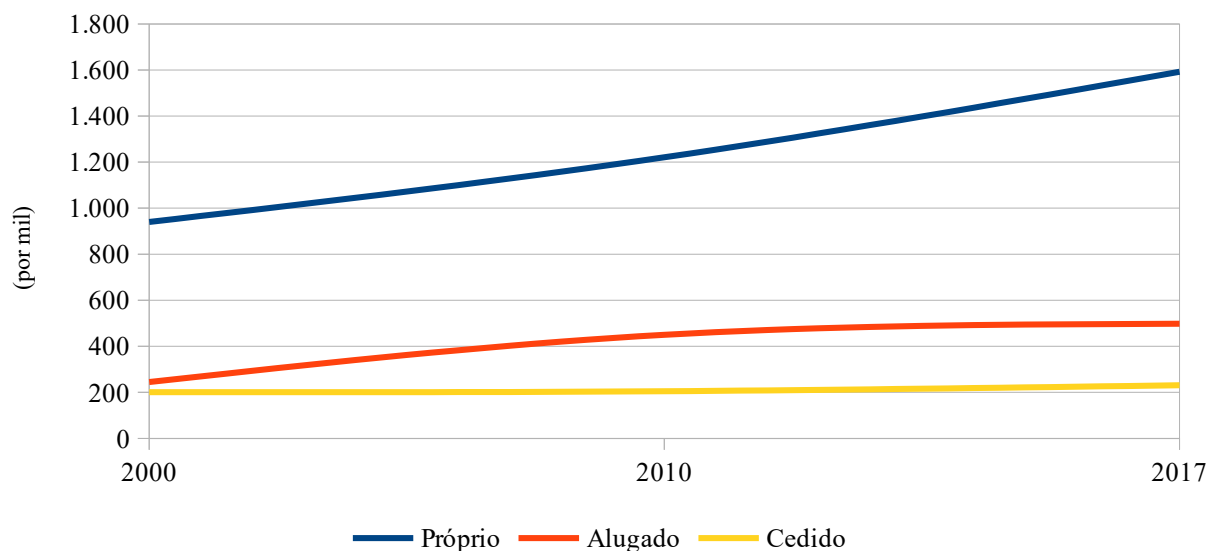
**Tabela 8 – Goiás: Vínculo Residencial da População (por mil)**

Tipo de Vínculo		Período		
		2000	2010	2017
Total	Nº	1.386	1.877	2.327
	Participação (%)	100	100	100
Próprio	Nº	940	1.221	1.592
	Participação (%)	67,81	65,06	68,41
Alugado	Nº	245	450	498
	Participação (%)	17,67	24,01	21,40
Cedido	Nº	201	205	231
	Participação (%)	14,52	10,93	9,93

Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração do autor.

### Gráfico 5 - Goiás: Vínculo Residencial da População

(2010 - 2017)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração do autor.

Percebemos um aumento significativo no número de moradores em residência própria, o que pode ser explicado pelas políticas de expansão do crédito e subsídios para a compra da casa própria, com destaque para o programa do governo federal Minha Casa Minha Vida, a partir de 2009. Entretanto, não foi suficiente para atender toda a demanda residente no estado, sendo as residências alugadas e cedidas próximo a 1/3 do total em todo o período de análise. Pode-se constatar essa afirmação com o aumento do deficit habitacional no estado que, apenas entre os anos 2013 a 2015, aumentou 17,19%, conforme Tabela 9 e Gráfico 6 abaixo:

### Tabela 9 - Goiás: Déficit Habitacional

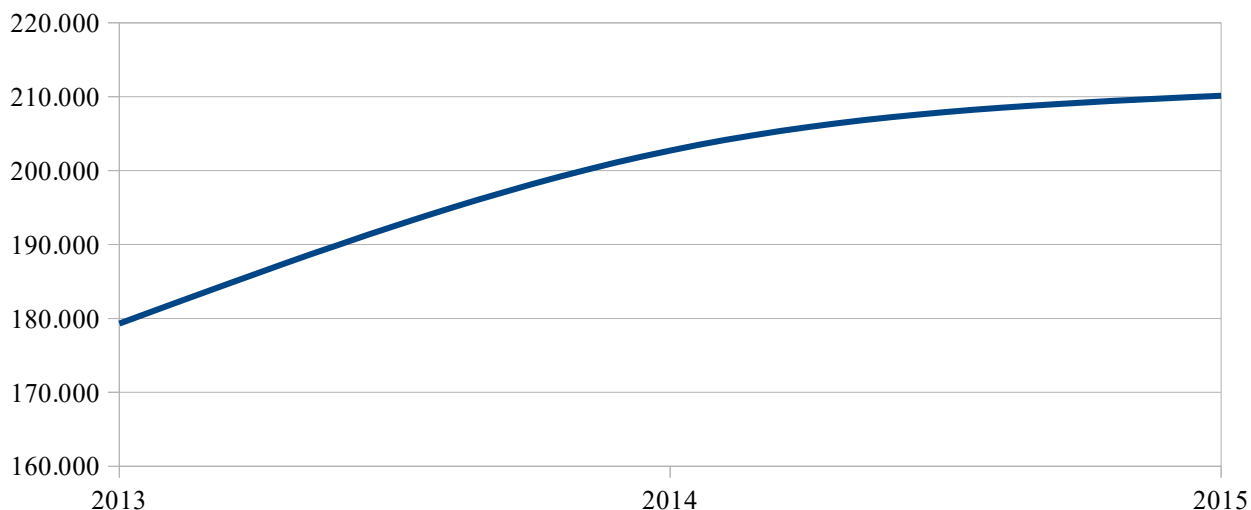
(2013 – 2015)

Ano	Déficit Habitacional
2013	179.301
2014	202.720
2015	210.125

Fonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informação, IMB. Elaborado pelo autor.

### Gráfico 6 - Goiás: Déficit Habitacional

(2013 - 2015)



Fonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informação, IMB. Elaborado pelo autor.

Concluimos este capítulo constatando o rápido crescimento urbano de Goiás, em razão das avançadas mudanças físicas e sociais no estado, como fruto da expansão da sociedade urbano-industrial. Nota-se que esse avanço carrega consigo as contradições inerentes a expansão capitalista, ou seja: toda a estruturação institucional, econômica e social encontra-se edificada sobre a superexploração da força de trabalho e precarização do modo de vida da classe trabalhadora. Essas contradições apontam na direção de que, para as demandas do capital, é realizado um planejamento (como veremos no próximo capítulo) e um conjunto de esforços são colocados em movimento, enquanto que para as demandas da classe trabalhadora, e da população em geral, tenta-se remediar ou conter situações de tensões, conflitos e precariedade. E, ainda assim, milhares de pessoas continuam a procurar em Goiás melhorarem suas condições de vida, por vislumbrarem melhores e promissoras condições de emprego, renda, educação e saúde, em relação as regiões de origem, conforme as taxas de urbanização e migração sugerem.

### CAPÍTULO 3: SOCIEDADE URBANO-INDUSTRIAL E A QUESTÃO REGIONAL

Conforme apontado anteriormente, a construção das novas capitais, Goiânia e Brasília, e o incremento populacional em virtude do avanço das facilidades de transporte e comunicação com o epicentro da industrialização brasileira, estimularam o aumento da produção industrial, principalmente para o atendimento da demanda gerada pela urbanização do estado de Goiás. Entretanto, somente a partir dos anos 1960 é que se planeja efetivamente uma política industrial para o estado, com diretrizes, metas, recursos e objetivos. Essa iniciativa foi capitaneada pelo estado de Goiás, sob a influência dos planos de desenvolvimento industrial do governo federal no período. Os Planos Nacionais de Desenvolvimentos (PND I e II) foram estratégias de desenvolvimento regional que miravam a desconcentração industrial do Sudeste do país, visando promover duas tendências de industrialização do centro do país: a primeira era estimulada pela reestruturação produtiva do capital (analisada no Capítulo 1), que exigia condições mais lucrativas de investimentos; a segunda vinha com as pressões por reduzir as desigualdades regionais, por parte da burguesia e classes auxiliares locais e da população em geral, como forma de conter e/ou evitar maiores tensões sociais, que já avançavam pelo país pressionando o *status quo*, como manifestações da luta de classes.

A partir dos anos 1970 é que, repercutindo a reestruturação produtiva do capital, que se desloca para áreas pouco industrializadas mas com condições infraestruturais para tal, diversas multinacionais com relativo desenvolvimento tecnológico e produtivo se instalam em Goiás, fundamentalmente na região Centro-Sul do estado, transportando nova reconfiguração territorial, tecnológica e organizacional da produção. De acordo com Estevam (1997, p. 117) até os anos 1970 “*não se poderia esperar uma industrialização grandiosa em Goiás*” mediante o “*caráter de sua integração nacional*”. A produção industrial existente até os anos 1960 concentrou-se em Goiânia e Anápolis, com predominância na produção de alimentos, agropecuária e pequenas indústrias voltadas para atividades que abasteceriam as demandas urbanas (fábricas de doce, panificadora, olarias, cerâmicas). Baseando-se em estatísticas sobre a distribuição da População Economicamente Ativa (PEA) em setores produtivos, o autor afirma que o ponto de demarcação entre um Goiás “velho” e um “moderno” se deu nos anos 1970, quando a indústria concentrou significativa parcela da renda interna e o setor de serviços manteve sua participação, devido à acelerada urbanização regional.

Autores como Castro, M. (2014) apontam para a existência de 3 fases da industrialização em Goiás, sendo a primeira de 1930 a 1960, onde houve a ampliação das empresas agroindustriais e de extração mineral; a segunda de 1960 a 1980, com o desenvolvimento da agroindústria, a extração mineral e a criação dos Planos de Desenvolvimento do Estado de Goiás, que culminaram na criação de incentivos fiscais, dos Distritos Agroindustriais, e receberam aportes financeiros e fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) do governo federal; e a terceira fase após os anos 1980, buscou diversificar o pátio industrial do estado por meio da ampliação dos incentivos fiscais, verticalizando-os para a atração de novas plantas industriais, com o subsídio de programas como o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), cabendo ao governo do estado gerenciava os recursos oriundos do BNDES, e o PRODUZIR, um programa estadual de renúncia fiscal.

Segundo o autor:

Em 1961, com inspiração no Plano de Metas do governo federal, foi implantado o Plano de Desenvolvimento de Goiás – PDEG, que realizou profunda reforma na administração do governo do estado, [...] fato necessário para dinamizar ações e foi imprescindível em prol do desenvolvimento do estado. O PDEG teve o mérito de implantar no governo do estado uma visão weberiana numa perspectiva desenvolvimentista, deixando como legado um corpo burocrático, com preocupações de longo prazo. Foi nesse ano que se tomou as primeiras medidas concretas para gerir a industrialização do estado, com a criação da Secretaria de Indústria e Comércio (SIC) e a Carteira de Crédito Industrial do Banco do Estado de Goiás, iniciando as tentativas de estabelecer núcleos industriais (CASTRO, M, 2014, p. 31).

Apesar do maior beneficiário desse plano ter sido o setor agrícola, começa-se a desenhar uma política de desenvolvimento industrial para o estado, pautado no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), do governo federal, e que tinha como perspectiva de desenvolvimento para o setor a racionalização administrativa (CASTRO, M, 2014; CUNHA, 2010; SILVA, 2002). De acordo com o próprio Mauro Borges (2002), já em 1962, a mudança de perspectiva quanto a administração pública, representada pela planificação da economia e que trazia a ideia de que o Estado deveria direcionar as iniciativas da economia rumo a um objetivo alicerçado em conceitos como austeridade e eficácia na aplicação dos recursos públicos, sofreu fortes pressões e resistência por parte da burguesia e seus representantes políticos tradicionais do estado, então acostumados com o clientelismo que mantinham seus privilégios e hegemonias.

Segundo ele:

Com o objetivo de racionalizar e agilizar ações públicas, foram criados e utilizados por meu Governo uma série de órgãos considerados indispensáveis à implementação e execução do 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico, conhecido também como Plano MB. Ao criarmos esse conjunto de órgãos destinados a planificar e agilizar a execução de diversos ramos de atividades, não nos moveu qualquer objetivo de caráter estatizante. A realidade impunha a necessidade de disciplinar, criar, reformular e proteger a economia do estado, pois esta vinha sendo explorada de maneira predatória com graves prejuízos para os cofres públicos. Antes da existência das novas estruturas, o Estado se considerava realizado com o que tinha e com o que faziam dele. O crescimento econômico autossustentado necessitava de uma revolução estrutural, realista, adequada a novos tempos, acima de velhos marasmos e de preconceitos políticos e ideológicos (BORGES, 2002, p. 184).

Como instrumentos de ação governamental o Plano MB criou diversos órgãos para dinamizar e direcionar o desenvolvimento econômico, tais como:

**Tabela 10 – Instrumentos de Ação Governamental do Plano MB**

<b>Órgão</b>	<b>Objetivo</b>
SUPLAN – Superintendência de Planejamento	Criada para coordenar a execução de obras do Estado.
IQUEGO – Indústria Química do Estado de Goiás	Sociedade de economia mista criada para fabricação de medicamentos.
INBAGO – Indústria de Babaçú de Goiás S.A.	Empresa criada para a industrialização do Babaçú com a compra de insumos de pequenos produtores.
CRISA – Consórcio Rodoviária Intermunicipal	Criado para articular rodovias municipais, estaduais e federais.
EFOMARGO – Escola de Mecânicos e Operadores em Máquinas Agrícolas e Rodoviárias	Escola de formação de mecânicos e operadores de máquinas voltada para atender o setor agropecuária e rodovias.
CIVAT – Comissão Interestadual dos Vales do Araguaia e Tocantins	Comissão criada para estudar, planejar e executar obras de transporte hidroviário nos rios Araguaia e Tocantins.

CELG – Centrais Elétricas de Goiás	Reestruturou a empresa já existente com vistas ao aumento da produção, transmissão e consumo de energia elétrica.
DETELGO – Departamento de Telecomunicações de Goiás	Reformulação do antigo departamento visando a ampliação dos serviços prestados.
IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás	Criado para implantar a reforma agrária inspirada na experiência israelense dos aglomerados agro-urbanos.
GEMGO – Granja Escola Modelo de Goiás	Criada para propor estudos e treinamentos no setor agropecuário.
CASEGO, CAESGO e CIAGO	Empresas criadas para o armazenamento, abastecimento e colonização de terras devolutas do Estado.
CEPAIGO – Centro Penitenciário de Atividades Industriais de Goiás	Criado para estimular, disciplinar e coordenar as atividades e habilitações profissionais dos presidiários, de forma a ensinar-lhes, pela terapêutica do trabalho, plena recuperação social.
IPASGO – Instituto de Previdência e Assistência Social de Goiás	Criado para gerir a previdência dos servidores públicos do Estado.
COSEGO – Companhia de Seguros do Estado de Goiás	Criada para gerir investimentos de seguros.
DISPETROLGO – Departamento de Distribuição de Derivados de Petróleo de Goiás	Criada para atuar no mercado de distribuição de derivados de petróleo no estado.
METAGO – Metais de Goiás S.A.	Criada para atuar no mercado de mineração.
DES – Departamento Estadual de Saneamento	Criada para planejar e executar o abastecimento de água no estado.
FEE – Fundação Estadual de Esportes	Criada para atuar na formação e aperfeiçoamento esportivo de jovens.
CERNE – Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado	Criado com o objetivo de divulgação e propaganda dos assuntos oficiais de interesse público.

No governo de Mauro Borges buscou-se aplicar o ideário apreendido em sua formação e atuação militar, quando serviu o Exército, na ideia de planejamento, ordem e disciplina, aliado ao projeto desenvolvimentista, que também adentrou nas forças armadas brasileiras, e que culminou no golpe militar de 1964. Com caráter disciplinador, buscou forçar mudanças econômicas e sociais justificadas nas práticas institucionais autoritárias e disciplinadoras que ganhavam terreno na sociedade civil e no estado brasileiro. Essa perspectiva representou, para a ala política desenvolvimentista da época, o formato necessário para se “*corrigir vícios e mediocridades*” dos “*sistemas arcaicos*” ainda remanescentes no estado e na sociedade.

De acordo com ele:

[...] A improvisação, a demagogia e o empirismo marginalizam-se quando predomina uma administração planejada. Adequar as estruturas político-administrativas às exigências de uma obra desenvolvimentista é tarefa que se impõe aos governantes atualizados, cuja ação deve ser tão agressiva e penetrante quanto o exijam as necessidades crescentes das massas em processo de politização. O desenvolvimento comunitário, modernamente defendido por sociólogos, economistas e técnicos, exige a adoção de um planejamento metódico e corajoso, implica em revolução de conduta em termos de avaliação precisa e critérios específicos, sem o que predominam a devastação política e consequente consolidação da desordem (BORGES, 2002, p. 189).

As políticas de desenvolvimento econômico, que pressupunha o fortalecimento do abastecimento agropecuário como carro chefe da participação do estado na economia nacional, buscou também diversificar a economia produtiva com o avanço da industrialização, seja na industrialização da produção agrícola e mineral (produções já legitimadas) ou na diversificação dos produtos industriais. A partir dos anos de 1970, os contextos nacional e internacional representavam oportunidades para tais projetos, uma vez que, ao mesmo tempo em que se avança a sociedade urbano-industrial para o interior do país, iniciava-se uma desconcentração industrial em níveis mundiais e regionais. E para se integrar nessa nova divisão do trabalho é que se fez urgente a consolidação dos planos de desenvolvimento que construíssem as condições de produção e circulação de insumos e mercadorias.

Foi nesse sentido que nos governos da década de 1970, notadamente os de Otávio Lage (1968-1970) e Leonino Caiado (1971-1974), buscou-se intensificar a industrialização do estado com vistas ao aumento da arrecadação e da renda interna (SILVA, 2002). Deram-se continuidade aos instrumentos já elaborados pelo governo Mauro Borges, ao mesmo tempo

que buscou articulá-los ao Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (PLADESCO), que vigorou entre 1973 e 1974, inserindo-se no I PND.

Segundo Silva (2002):

O PLADESCO procurava conciliar seus objetivos com o elenco nacional de prioridades referentes a migrações internas e às exportações, ou seja, incorporar novas áreas de produção, fixar população, desenvolver o meio urbano e a agroindústria. Neste sentido, urgia a necessidade de ações em pontos estratégicos que oferecessem melhores condições e potencial para o atendimento dos objetivos traçados. Elegeram-se 13 áreas-programa: uma no atual estado de Rondônia, duas no presente estado de Tocantins e dez na região que hoje representa o Centro-Oeste. Especificamente para Goiás (na atual conformação) foram escolhidas duas áreas-programa [...]. Nesse Quadro [*que continha as duas áreas-programa*] foi, ainda, acrescida a área-programa de Paranã (TO), pela influência que esta exerceu na região nordeste goiana (SILVA, 2002, p. 26).

Ainda no período da década de 1970, no bojo da criação da política industrial do estado de Goiás, destaca-se o governo de Irapuan Costa Júnior (1975-1978), que criou o Sistema de Incentivos à industrialização (SIN) objetivando a participação do estado em empresas industriais, fomento, promoção, treinamento e qualificação da força de trabalho (SILVA, 2002).

Segundo Dias e Sabota (2010), dois elementos foram decisivos para a intensificação do processo de industrialização urbana, a partir desse período. Trata-se de estímulos estatais em financiamentos e reduções fiscais (como o Produzir, Fomentar e Fundo Constitucional do Centro-Oeste) e a criação de Distritos Industriais em regiões estratégicas com potencial de desenvolvimento, ou seja, áreas com infraestrutura para a produção industrial e prestação de serviços, com capacidade de ampliação da produção, condições de escoamento da produção e oferta de força de trabalho em processo de qualificação:

O estado de Goiás iniciou sua industrialização na década de 1970<sup>26</sup>, intensificando-a na década de 1990 graças aos inúmeros esforços estatais para atrair indústrias e fazer com que estas aqui permanecessem, considerando seu papel na geração de renda, postos de trabalho e no desenvolvimento social e econômico. Para tanto, foram criados inúmeros programas de concessão de crédito no intuito de financiar a implantação e a expansão de empreendimentos industriais no estado. Além destes, o governo estadual, em parceria com os municípios, estimularam a criação de distritos

26 Não é correto afirmar que a industrialização no estado se inicia na década de 1970, uma vez que anteriormente já haviam processos de industrialização, especialmente na região centro-sul. O que ocorre é que a partir dos anos 1970 incia-se a consolidação da industrialização, tanto com políticas públicas específicas quanto com o aumento da quantidade de estabelecimentos e a complexificação das redes industriais.

industriais, espaços dotados de infraestrutura básica para o funcionamento da atividade industrial, realizando a doação de terrenos para a instalação das fábricas e criando as condições necessárias para a sua permanência e crescimento naquela localidade (DIAS; SABOTA, 2010, p. 3).

Criada em 1973, a Companhia dos Distritos Industriais de Goiás (atualmente Goiásindustrial) foi responsável por expandir as atividades agroindustriais no estado, através do mapeamento das “potencialidades regionais” das sub-regiões do estado. Um dos mais importantes desses Distritos Agroindustriais foi (e ainda é) o de Anápolis, em razão do papel comercial desempenhado pelo município, principalmente após a construção de Goiânia e Brasília e as correspondentes vias de acesso que o interligam ao restante do país (rodovia, ferrovia e aeroporto).

Segundo Cunha (2010):

[...] O projeto de industrialização de Goiás foi audacioso. Inicialmente foram projetados 42 distritos agroindustriais a serem implantados em diversas regiões do estado [...]. A seleção das cidades que sediarão os distritos foi estratégica, já que o objetivo principal da escolha era estimular o desenvolvimento das potencialidades de cada região goiana e espalhar focos de industrialização e de infraestrutura por todo o estado. As cidades escolhidas para sediar os primeiros distritos foram: Catalão – por causa de sua potencialidade em termos de recursos minerais e facilidade de escoamento da produção; Itumbiara – pela sua estratégica localização de saída do estado; Gurupi – em razão da grande produção agrícola e por estar localizada próximo da rodovia BR-153; e Anápolis – por reunir as melhores condições históricas, econômicas, urbanas e sociais, assim sintetizadas por Castro (2004, p. 28): “A cidade escolhida para iniciar o processo de industrialização do estado foi Anápolis por apresentar os melhores coeficientes econômicos tais como: apresentar uma população de 150 mil habitantes, possuir 1.263 km<sup>2</sup> de área e contar com 3 rodovias federais e diversas estaduais, [...] o primeiro centro comercial do estado depois da capital. A cidade era considerada a ‘Manchester Goiana’ por ser o município mais próspero do estado e apresentar uma tradição comercial-industrial, possuir capital social básico adequado e ter proximidade de duas capitais: Brasília e Goiânia.” (CUNHA, 2010, p. 77).

Sendo o primeiro distrito agroindustrial construído, o Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) exerce papel fundamental no escoamento da produção nacional, sendo elo entre a produção industrial do Centro-sul com as demais regiões do país e interligação com os portos do litoral. Além do mais, é fundamental também no abastecimento do Distrito Federal, recebendo, por isso, substancial soma de recursos do governo federal a fundo perdido (CUNHA, 2010). Cabe destacar ainda a articulação entre poder público e privado no desenvolvimento comercial do DAIA, onde se dividiu as funções entre a Secretaria de

Indústria e Comércio do Estado de Goiás (SIC), responsável pelos contatos institucionais, e a Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA), que realiza os contatos informais para a cooptação de empresas ao polo.

De acordo com o último levantamento apresentado pela Goiásindustrial (atualmente subordinada à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás – CODEGO) de 2014, existem 23 Distritos Industriais em funcionamento no estado, que sediam 396 empresas. Desses Distritos Industriais destaca-se o DAIA com 140 empresas. Do total de empresas, há maior incidência para as que exercem atividades industriais vinculadas à construção civil, embalagens, alimentos e bebidas, máquinas e equipamentos, têxteis e vestuário e combustíveis. Não podemos menosprezar, entretanto, as de menor incidência em atividades voltadas ao setor farmacêutico, automóveis, mineração e combustíveis, devido ao volume de suas produções. Pelo volume de obras em andamento, apresentado no levantamento disponibilizado pela Goiásindustrial, fica evidente as diferenças em relação a estrutura dos distritos industriais, sendo os do eixo Centro-Sul do estado os de melhores condições. A Tabela 11 abaixo demonstra a distribuição das empresas e atividades exercidas por elas nos Distritos Industriais do estado:

**Tabela 11 – Goiás: Distritos Industriais**

<b>Distrito</b>	<b>Nº Empresas</b>	<b>Atividades</b>
Distrito Agroindustrial de Abadiânia – DAIAB	5	Cerâmica, usinagem, máquinas e equipamentos, embalagens de plástico/madeira e artefatos de cimento/tanoaria/cerâmica/madeira/ metal.
Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA	140	Alimentício, farmacêutico, artefatos de madeira/plásticos/cimento/metall, máquinas e equipamentos, cosméticos, higiene, automotivo, condutores elétricos, agrícola, vidro, embalagens plástica/papel, químicos, extração de minérios, confecção, combustível, estruturas metálicas, ferramentas, petroquímicos, cerâmica, metalúrgica, tintas e revestimentos, azulejos e pisos, reciclagem, marmoraria, brinquedos, luminárias, pré-moldados, fraldas, papel, serralheria, agrícola e têxtil.
Anápolis Norte	1	Alimentícios.
Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia – DAIAG	45	Artefatos de cimento/plástico, agrícola, metalúrgica, máquinas, equipamentos,

		alimentícios, pré-moldados, usinagem, tintas e revestimentos, marmoraria, móveis de metal, higiene, cosméticos, vidros, produtos químicos, confecção, serralheria, produtos e petroquímicos.
Distrito Agroindustrial de Bela Vista de Goiás – DAIBV	3	Confecção, bebidas e máquinas e equipamentos.
Distrito Agroindustrial de Caldas Novas	4	Alimentícios, combustíveis e artefatos de concreto.
Distrito Mineiro-Industrial de Catalão – DIMIC	36	Artefatos de plástico/cimento/concreto, agrícola, estruturas metálicas, usinagem, automóveis, têxtil, serralheria, reciclagem, alimentícios, cosméticos, higiene, pré-moldados, farmacêutico, tintas e revestimentos, máquinas e equipamentos automotivos, metalúrgica, bebidas, madeira, cerâmica, biocombustível, laticínios e couro.
Distrito Agroindustrial de Goianésia – DAIAGO	5	Cerâmica, laticínios, higiene, alimentício e móveis de madeira.
Distrito Agroindustrial de Goianira – DAG	32	Metalúrgica, calçados, curtimentos, artefatos de couro, pré-moldados, alimentício, petroquímicos, químicos, confecção, laticínios, usinagem, reciclagem, escartelados, artefatos de plástico, marmoraria e ferramentas.
Distrito Agroindustrial de Inhumas – DAI	2	Alimentícios e cerâmica.
Distrito Agroindustrial de Itumbiara – DIAGRI	16	Alimentício, máquinas e equipamentos, laticínios, pré-moldados, fertilizantes, embalagens metálicas, metalúrgica, artefatos de cimento/concreto, gases industriais, higiene, automotivo, capacitores, pré-moldados metálicos, bebidas, confecção, têxtil e agrícola.
Distrito Agroindustrial de Luziânia – DIAL	6	Pré-moldados, alimentos e vestuário.
Distrito Agroindustrial de Mineiros – I - DAIM.	6	Agrícola, artefatos de madeira/cerâmica, pré-moldados de concreto e usinagem.
Distrito Agroindustrial de Mineiros – II – DAIM.	3	Artefatos de cimento/cerâmica, alimentícios e biocombustível.
Distrito Agroindustrial de Morrinhos – DIAM	6	Alimentício, artefatos de cimento/concreto/plástico/borracha, máquinas e equipamentos, laticínios, tintas e revestimentos e pré-moldados de concreto.
Distrito Agroindustrial de Orizona – DAIO	12	Têxtil, estruturas metálicas, artefatos de cimentos, pré-moldados de concreto, equipamentos elétricos, alimentícios, agropecuária, cerâmica e agrícola.

Distrito Agroindustrial de Pontalina – DAP	5	Artefatos de cerâmica/plástico/cimento, alimentícios e laticínios.
Distrito Agroindustrial de Porangatu – DIAP	3	Alimentícios, laticínio e metalúrgica.
Distrito Agroindustrial de Rio Verde – DARV I	5	Artefatos de cimento/metálico/plásticos/tanoaria, estruturas metálicas, alimentício, embalagens de madeira, fibras artificiais e sintéticas e agricultura.
Distrito Agroindustrial de Rio Verde – DARV II	11	Combustível, automóveis, máquinas e equipamentos, automotivos, serralheria, estruturas de metálicas, artefatos de madeira e embalagens de papelão.
Distrito Agroindustrial de Senador Canedo (Polo Coureiro)	29	Fabricação de papel, máquinas e equipamentos, reciclagem, químicos, artefatos de cimento/madeira/metálico/tanoaria, embalagens de plástico, móveis de madeira/metal/outros, agrícolas, embalagens de papelão/madeira, estruturas metálicas, tintas e revestimentos e alimentícios.
Distrito Agroindustrial de Senador Canedo (Polo Confeccionista)	8	Estruturas metálicas, máquinas e equipamentos, cosméticos, farmacêutico, alimentícios, móveis de madeira, higiene, artefatos de cimento/concreto, confecção e embalagens de plástico.
Distrito Agroindustrial de Uruaçu – DAUR	13	Confecção, alimentício, artefatos de borracha/plástico/concreto/gesso, embalagens de plástico, automotivo, bicicletas, móveis de madeira, pré-moldados de concreto, marmoraria, estruturas metálicas, couro, vidro, laticínios e gelo.

Fonte: GOIASINDUSTRIAL – Companhia de Distritos Industriais de Goiás. Elaboração: SEGPLAN-GO / IMB / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas – 2018. Adaptado pelo autor.

Quanto aos incentivos fiscais lançados pelo estado é importante notar que eles integram um movimento dos entes federativos para atrair investimentos novos, mas busca também atrair investimentos que, por ventura, se deslocam de um estado ao outro. Daí o termo conhecido como “guerra fiscal”, ou seja, uma disputa por melhores condições produtivas, através de renúncia fiscal e financiamento empresarial, subsidiado pelo estado. Em Goiás esse processo teve início em 1971 com a criação do Fundo de Expansão da Indústria e Comércio do Estado de Goiás (FEICOM), que visava atrair e manter indústrias no estado. A partir desse fundo foram viabilizados 90 projetos, sendo 66 em Anápolis, 12 em

Goiânia e o restante distribuído na região Centro-Sul do estado, evidenciando desde já a concentração industrial local. Posteriormente, em 1973, foi criado o Conselho Superior de Prioridades para o Desenvolvimento Industrial (CONSUP), órgão responsável por elaborar e acompanhar a política de desenvolvimento industrial para o estado, junto com a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás, o que pressupunha o acompanhamento e gestão da política fiscal do estado (IMB, 2014).

A partir da Constituição de 1988, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) passou a destinar 0,6% do Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) arrecadado na região, contribuindo para o financiamento da industrialização e aumento da produtividade dos estados da região, alcançando também outros setores da economia. Os recursos destinados aos projetos de construção e ampliação da produção industrial passaram a ser gerenciados pelo Banco do Brasil, em articulação com os governos estaduais.

Até os anos 1980 as políticas de desenvolvimento econômicos foram capitaneadas a partir do governo federal. Entretanto, a partir de então, os governos estaduais assumiram esse papel, uma vez que o governo federal aprofunda sua incapacidade de investimentos, em especial a partir da agenda neoliberal, que retira o poder de decisão econômica do estado. Nesse contexto o governo de Goiás cria, em 1984, o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR), que teve como objetivo a implantação e expansão da indústria, principalmente a agroindústria, por meio de benefícios de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) de até 70%. O perfil desse programa voltava-se para as grandes empresas e trouxe pouca diversificação industrial (IMB, 2014; CASTRO, M, 2014).

Buscando reverter esse cenário, no ano 2000, fora criado o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR), que objetiva a implantação e expansão industrial com geração de emprego, aumento da renda e redução das desigualdades sociais e regionais. Diferentemente do FOMENTAR, o PRODUZIR destina-se também às micro e pequenas empresas. A partir do ano de 2008, empresas inclusas no FOMENTAR tiveram a opção de migrar para o PRODUZIR, atraídas pelo aumento do benefício de crédito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para 73%.

De acordo com os objetivos do programa:

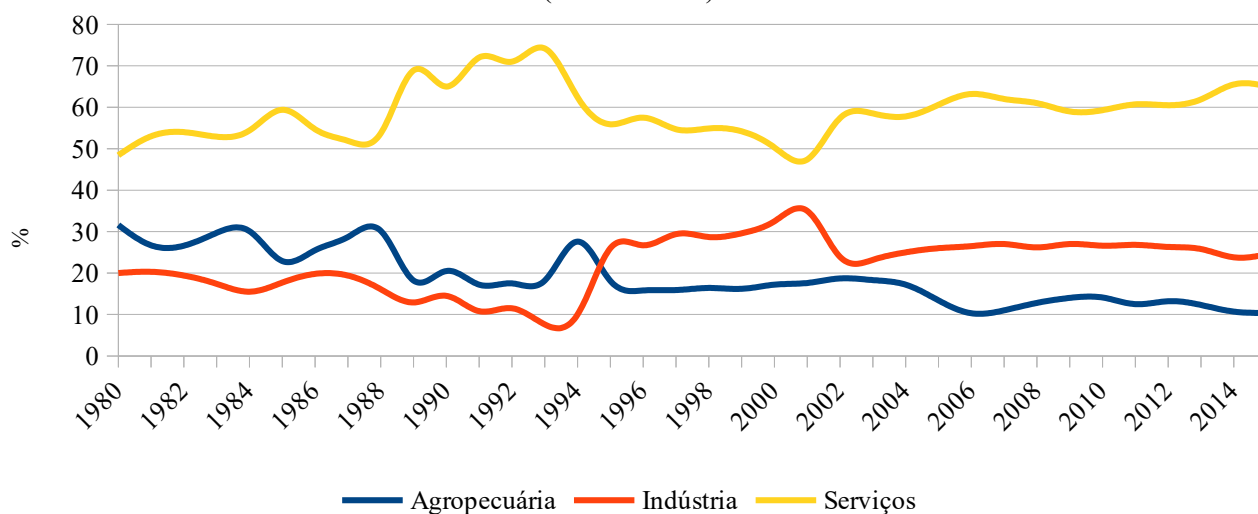
O Produzir é o programa governamental mais importante na atração de investimentos. Contribui para a implantação de novas indústrias, a expansão, modernização e diversificação das indústrias goianas e é amparado pela Lei nº 13.591/00 e Decreto nº 5.265/00. Consiste no financiamento de parte do ICMS mensal devido pela empresa. Esse financiamento pode chegar a 73%. Como é um financiamento, a empresa deve pagar juros de 0,2% a.m. e, ainda, uma antecipação de 10% sobre o valor financiado como forma de contrapartida/garantia. Essa antecipação será utilizada para a implementação de diversos programas de Governo (IMB, 2014, p. 13).

Se, como afirma Estevam (1997), até a década de 1970 não se podia falar de um processo de industrialização já consolidado em Goiás, a partir da década de 1980, e impulsionado ainda mais na década de 1990, começa-se a reverter essa tendência, a partir da desconcentração industrial brasileira e dos incentivos fiscais e econômicos promovidos pelo estado. A dinamização da economia goiana vem aumentando a participação da indústria e dos serviços, em detrimento do menor crescimento da agropecuária, no que concerne ao número de pessoal ocupado e da participação na estrutura do PIB goiano, de acordo com Arriel (2010).

No período de 1980 a 2015, a estrutura do PIB goiano, por setores de atividade, acompanhou a tendência de variação de pessoal ocupado, apresentada por Arriel (2010), no que diz respeito a participação do setor industrial, conforme Gráfico 7 e Tabela 12:

### Gráfico 7 - Goiás: Estrutura do PIB

(1980 - 2015)



Fonte: IMB/SEGPLAN-GO. Elaborado pelo autor.

**Tabela 12 – Goiás: Estrutura do PIB  
(1980 – 2015)**

<b>Ano</b>	<b>Agropecuária</b>	<b>Indústria</b>	<b>Serviços</b>
1980	31,6	20,0	48,4
1981	26,7	20,3	53,0
1982	26,6	19,4	54,0
1983	29,7	17,4	52,9
1984	30,1	15,5	54,4
1985	22,9	17,7	59,4
1986	25,5	19,8	54,7
1987	28,7	19,4	51,9
1988	30,2	16,1	53,7
1989	18,2	12,9	68,9
1990	20,5	14,5	65,0
1991	17,2	10,8	72,0
1992	17,5	11,5	71,0
1993	18,2	7,6	74,2
1994	27,6	10,0	62,4
1995	18,1	26,0	55,9
1996	15,8	26,7	57,5
1997	15,9	29,4	54,7
1998	16,4	28,7	54,9
1999	16,2	29,6	54,2
2000	17,2	32,5	50,3
2001	17,6	35,0	47,4
2002	18,7	23,9	57,4
2003	18,3	23,2	58,5
2004	17,2	25,0	57,8
2005	13,4	26,0	60,6
2006	10,3	26,5	63,2
2007	11,0	27,0	62,0
2008	12,8	26,2	61,0
2009	14,0	27,0	59,0
2010	14,1	26,6	59,3
2011	12,5	26,8	60,7
2012	13,2	26,3	60,5
2013	12,3	25,8	61,9
2014	10,7	23,8	65,5
2015	10,4	24,5	65,1

Fonte: IMB/SEGPLAN-GO. Elaborado pelo Autor.

Segundo os dados levantados sobre a estrutura do PIB goiano, após queda iniciada a partir de 1980, o setor agropecuário inicia uma retomada em 1996, que é interrompida a partir de 2003. Com oscilações declinantes entre 1980 e 1994, a indústria inicia uma alta constante de 1995 a 2001, se mantendo relativamente estável de 2002 em diante. O setor de serviços apresentou-se relativamente estável entre 1980 a 1988 e iniciou um crescimento expressivo de 1989 a 1993, iniciando em 1994 um movimento de queda que só foi interrompido pelo lento crescimento de 2002 a 2015. A partir dos dados acima, percebe-se uma evolução gradativa da participação do setor industrial no PIB goiano, ultrapassando o setor agropecuário em 1995. E a evolução do setor de serviços acompanha a tendência mundial que, conforme abordaremos posteriormente, sobrepõe-se aos demais setores, especialmente quando se observa um movimento de desindustrialização nacional, a partir dos anos 1980 (MORAES, 2017; CANO, 2017).

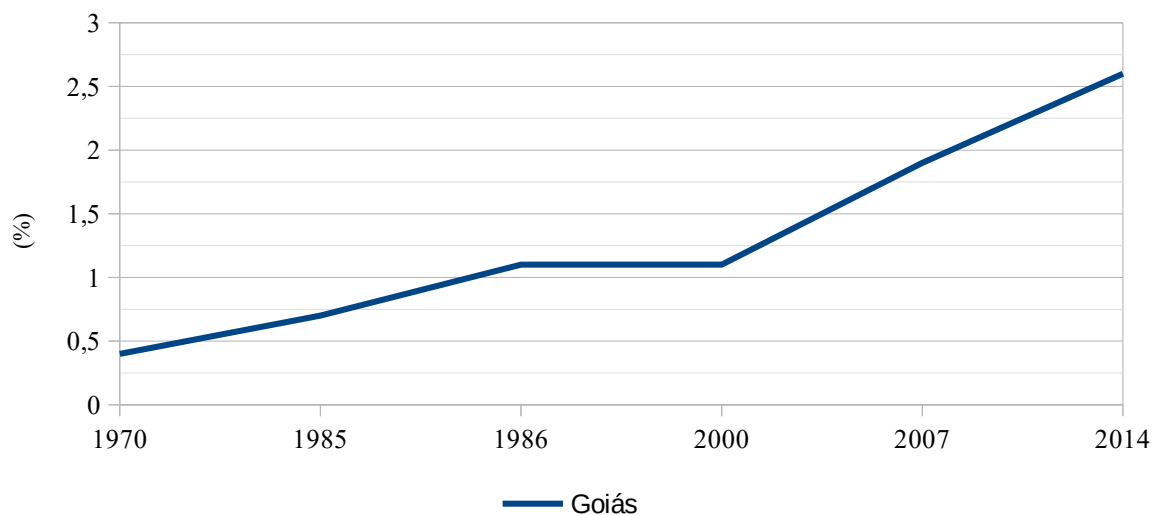
O desenvolvimento industrial goiano vem sendo significativo, embora alguns limites permaneçam intransponíveis, como veremos mais à frente. Evidência desse desenvolvimento pode ser visto na participação do setor em relação ao PIB. Mas também podemos observar esse desenvolvimento ao compararmos as taxas de crescimento da produção em relação à média nacional e com o carro-chefe da indústria nacional, que é São Paulo, bem como no aumento da participação da produção industrial de Goiás na produção nacional:

**Tabela 13 – Goiás: Taxa de Participação do Valor de Transformação Industrial (VTI) de Goiás no Brasil**

<b>Período</b>	<b>Goiás</b>
1970	0,4
1985	0,7
1986	1,1
2000	1,1
2007	1,9
2014	2,6

Fonte: IBGE/SEPLAN/SEPIN. Elaboração do Autor.

**Gráfico 8 - Goiás: Taxa de Participação do VTI de Goiás no Brasil**  
(1985 - 2014)

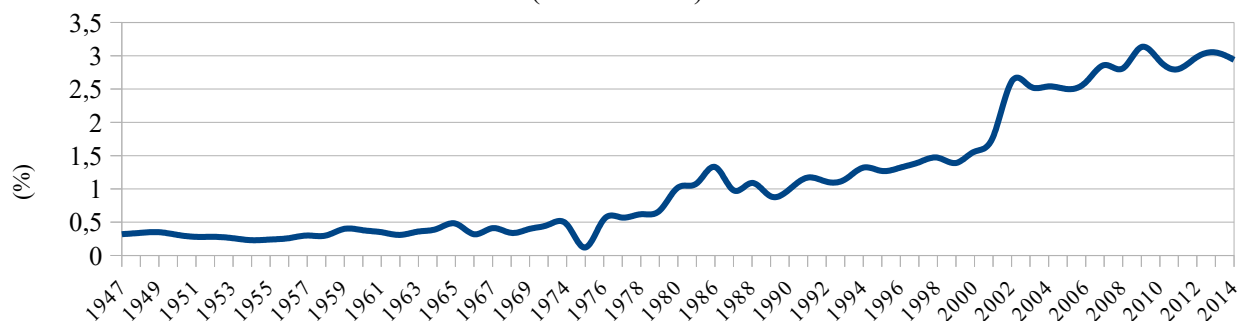


Fonte: IBGE/SEPLAN/SEPIN. Elaborado pelo autor.

A evolução da participação da indústria goiana na produção nacional é significativa, atestando que o estado vem se industrializando progressivamente e aumentando sua importância no cenário nacional, em especial a partir dos anos 2000, conforme Tabela 13 e Gráfico 8. Outro indicador desse processo é a evolução do valor adicionado, que avalia a geração de renda e o aumento da produção, averiguando o aumento da participação do estado na indústria nacional, conforme o Gráfico 9. Em ambos os índices, percebemos o crescimento da produção industrial goiana a partir da implantação da política industrial pelo estado, ainda na década de 1970, e o salto no período de maior investimento na industrialização, na virada da década de 1990 para a década de 2000, período de maior acirramento da guerra fiscal, com a implantação do PRODUZIR.

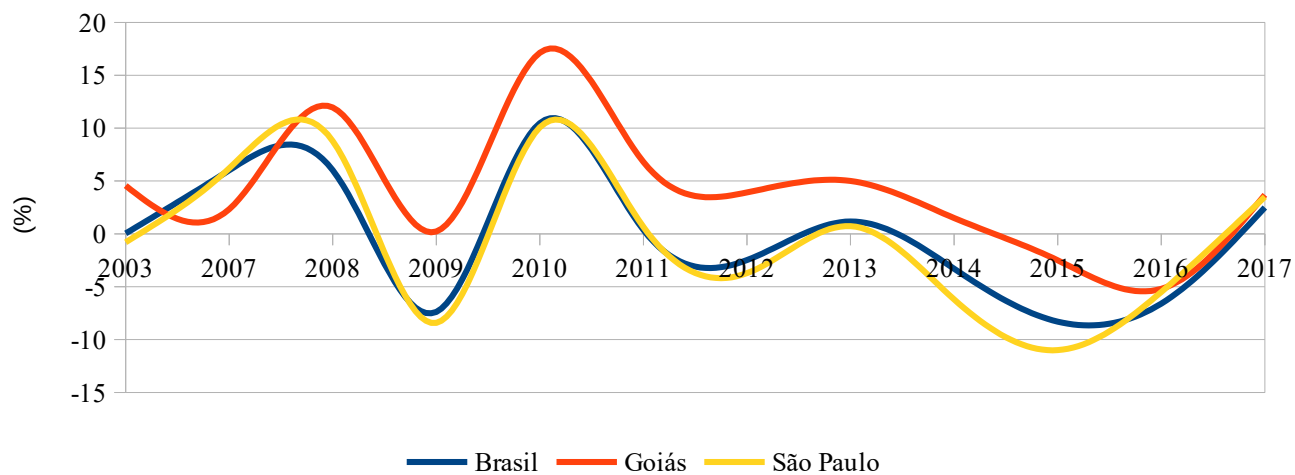
### Gráfico 9 - Participação Relativa do VA da Indústria Goiana no Nacional

(1947 - 2014)



Fonte: FGV/IBGE/IMB. Elaborado pelo autor.

### Gráfico 10 - Crescimento da Produção Física Industrial: Brasil, São Paulo e Goiás



Fonte: IBGE/SEPLAN/SEPIN/IMB. Elaborado pelo autor.

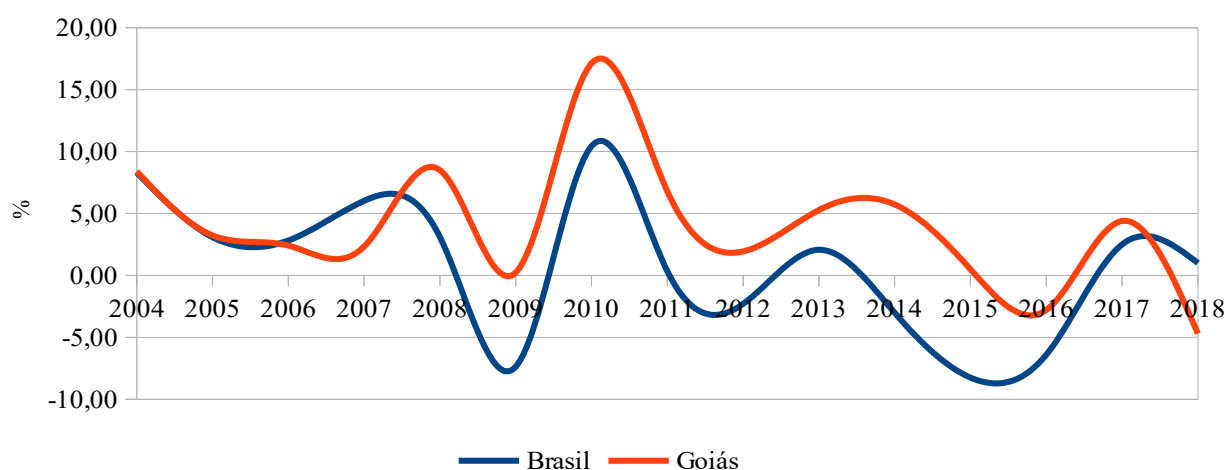
**Tabela 14 - Taxa de Crescimento da Produção Industrial:  
Brasil, São Paulo e Goiás**  
(2004 – 2018)

Ano	Brasil	São Paulo	Goiás
2004	8,30	11,78	8,40
2005	3,09	3,70	3,23
2006	2,82	3,17	2,41
2007	6,02	6,20	2,33
2008	3,10	5,24	8,51
2009	-7,38	-8,42	0,22
2010	10,44	10,04	17,13
2011	0,35	0,63	6,80
2012	-2,30	-2,91	1,94
2013	2,07	3,23	5,28
2014	-3,02	-6,18	5,73
2015	-8,25	-10,99	0,50
2016	-6,41	-5,04	-2,79
2017	2,50	3,50	4,40
2018	1,00	0,70	-4,70

Fonte: IBGE/IMB. Elaborado pelo autor.

**Gráfico 11 - Taxa de Crescimento da Produção Industrial: Goiás e Brasil**

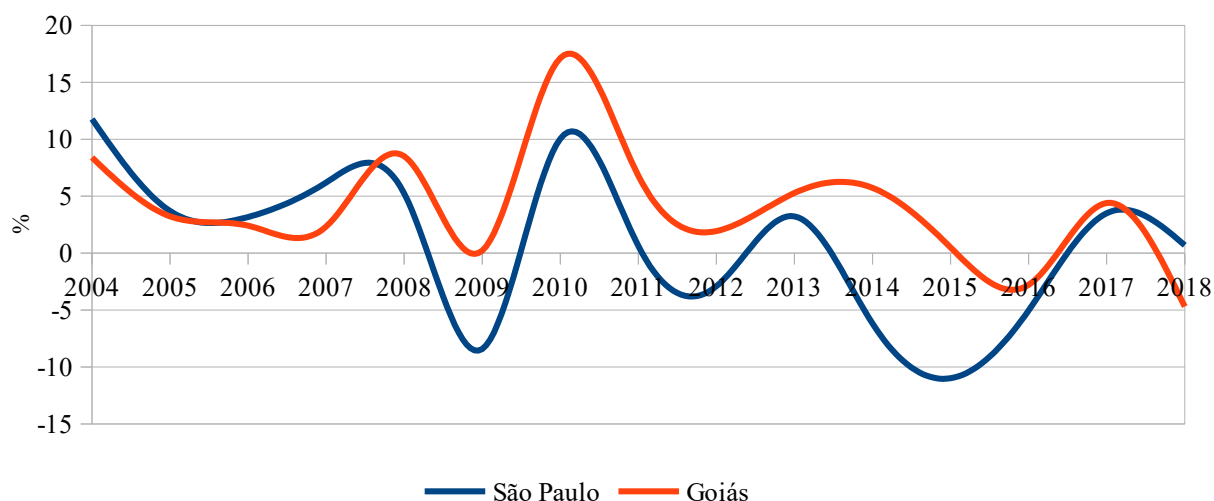
(2004 - 2018)



Fonte: IBGE/IMB. Elaborado pelo autor.

## Gráfico 12 - Taxa de Crescimento da Produção Industrial: Goiás e São Paulo

(2004 - 2018)



Fonte: IBGE/IMB. Elaborado pelo autor.

No período avaliado entre 2003 a 2018 (Gráficos 10, 11 e 12 e Tabela 14), o crescimento da produção física da indústria goiana foi maior do que o crescimento nacional; e de São Paulo, entre os anos de 2008 a 2016. E a qualidade desse crescimento comparativo pode ser observado também na evolução da taxa de crescimento. Nota-se que esse período foi marcado por uma crise econômica mundial que, a partir de 2008 (período da “marolinha” mencionado anteriormente), se espalha pelo mundo, reduzindo as exportações e os níveis da indústria em escala mundial. Percebemos que, enquanto a taxa de crescimento industrial, tanto de São Paulo quanto a nacional, registraram índices negativos, Goiás conseguiu manter seus níveis positivos, com exceção dos anos de 2016 e 2018 e, mesmo assim, seus índices negativos foram menores que ambos no ano de 2016. Entretanto, acompanhando os efeitos da crise, Goiás não passou imune aos abalos e restrições econômicas do período. Podemos perceber isso nas curvas declinantes dos gráficos e também na redução dos números de estabelecimentos industriais no estado, conforme Tabela 15 abaixo. Podemos observar que os números de 2014 (último período divulgado pela pesquisa) equivalem aos do início dos anos 1990.

**Tabela 15 – Goiás: Número de Estabelecimentos Industriais**  
(1986 – 2014)

<b>Período</b>	<b>Nº Estabelecimentos</b>
1986	9.364
1987	10.796
1988	7.138
1989	7.121
1991	9.261
1993	10.711
1996	11.954
1999	9.420
2001	10.405
2002	11.845
2003	11.809
2004	12.668
2007	12.271
2009	13.912
2010	12.535
2011	11.346
2012	10.514
2013	9.686
2014	9.113

Fonte: FIEG/SEPLAN-GO. Elaborado pelo autor.

### **3.1 – Especialização Produtiva e Industrialização do Campo**

A ocupação de terras que se deu em Goiás, com a expansão da fronteira agrícola a partir de 1940 fundamentalmente, industrializou o campo sem alterar significativamente as bases jurídicas e políticas que assentavam a grande propriedade. Pelo contrário, reforçou o

latifúndio, uma estrutura fundiária tida por muitos como “arcaica” por ter sido (em parte) revertida nos países centrais ao mesmo tempo em que modernizou os processos produtivos, com especialização tecnológica, aumento de produtividade e escala da produção. Para muitos autores, foi como se a expansão capitalista, no campo goiano (e brasileiro, de um modo geral), avançasse em termos técnicos e econômicos, por um lado, e permanecesse estagnada e atrasada, em termos políticos e jurídicos, por outro lado (BORGES, 2005; SILVA, 2005; CAMPOS, 1998).

Para Campos (1998), a ocupação do território goiano seguiu a configuração de conflitos sociais da seguinte forma:

Há uma moldura institucional que forja um tipo de ocupação da grande propriedade. A proibição do apossamento, prevista na legislação da terra, se impede, de um lado, a ocupação do posseiro – migrante e ocupante pobre -, não impede a ação do pecuarista, que expande o seu domínio na caminhada do gado por novos pastos... Aquele posseiro que teima em ocupar um trato de terra e fazê-lo produzir, tirando dele seu sustento, tem contra si o grileiro - pessoa influente na política, seja municipal, seja estadual, e por isso é protegido pelas instituições (Estado, polícia e justiça). Os conflitos de terra que ocorreram nos anos 50 e 60 [*do século XX*] foram decorrentes deste confronto: posseiro *versus* grileiros, numa disputa por terras públicas ocupadas a partir dos anos 30, quando as terras “eram distantes” e “sem valor de mercado”. Quando, porém, as estradas e o mercado as alcançam, passam a ter valor, são objeto de disputa, daí os conflitos de terra (CAMPOS, 1998, p. 78)

O domínio ideológico sobre o processo de ocupação de terras e do desenvolvimento econômico e social do estado como um todo, forjou um processo histórico, com pretensões naturalizantes, sobre o tipo de desenvolvimento que se estabeleceria na região: é a chamada “especialização produtiva”. O papel reservado à Goiás (e toda a região Centro-Oeste) na divisão regional do trabalho, pelas classes representantes do capital, foi o de produtor de alimentos e fornecedor de insumos industriais, com vistas ao barateamento do preço de reprodução da força de trabalho industrial e aumento da taxa de lucro, respectivamente. Num primeiro momento, de 1930 a 1970, a escala de fornecimento foi em nível nacional e, num segundo momento, de 1970 em diante, em nível internacional. As dimensões do campo goiano, especialmente a região norte do estado, favoreciam a pecuária extensiva, enquanto a produção agrícola necessitava de níveis de produtividades elevadas, sendo destinada à região Centro-Sul do estado, o que era favorecido também pela proximidade com o desenvolvimento industrial do Sudeste brasileiro. Desse modo, estava garantida a permanência do processo de

acumulação primitiva, via espoliação inclusive, mas também a contensão, em certa medida, da industrialização e das formas clássicas de relações sociais de produção capitalistas.

De acordo com Borges (2005):

Assim, as relações econômicas entre Goiás e o Sudeste – espaços sociais com diferentes níveis de integração capitalista e formas distintas de domínio do capital – influenciaram não só o caráter da especialização da produção agrária regional como também no ritmo das mudanças nas relações sociais de produção no campo. Dessa forma, o crescimento e a mercantilização da produção agropecuária tenderam a reforçar, num primeiro momento, regimes de trabalho coercitivos a serviço da produção de mercadorias (BORGES, 2005, p. 137).

Ainda segundo Borges (1990; 2000), para a expansão e manutenção de oportunidades lucrativas, é necessário ao capital o acesso à terra e insumos mais baratos (minérios, energia, força de trabalho, etc.) e seus usos de baixo custo. Essa redução dos custos de produção configura-se em “*fundos de ativos*” que a produção capitalista tem “*fora de si*”<sup>27</sup>, e que serve para enfrentar e contornar as crises de sobreacumulação. Essa necessidade de acumulação, engendrada pelo modo de produção capitalista, exige a reprodução contínua e persistente de “*práticas predatórias de acumulação ‘primitiva’*”, ou seja, a espoliação contínua por meio de investimentos produtivos de longo prazo.

Essa forma de regulação social está presente na história das relações sociais no campo em Goiás, quando analisamos o modo de exploração social a que corresponde essas relações de produção:

A espoliação imposta à economia agrária pelas relações comerciais e financeiras, bem como pela política oficial de preços agrícolas, recaía sobretudo na maior exploração do trabalhador rural. Assim, as relações de trabalho coercitivas e o aviltamento dos preços dos bens primários rebaixavam a remuneração da mão-de-obra e superexploravam o lavrador, permitindo ao capital e ao proprietário da terra extorquirem o máximo do sobretrabalho do produtor direto. Isto configurava um processo de acumulação primitiva, em que o capital era produzido mediante relações não-capitalistas de produção (BORGES, 2000, p. 155).

Percebe-se, então, que a expansão capitalista no Estado de Goiás esteve, desde o seu início, ligada ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro, de modo a subsidiar a

---

27 Nota-se que o autor parte da perspectiva de que a acumulação primitiva é um processo externo ao tipo puro capitalista, como algo acessório, um apêndice vantajoso, útil, porém externo e alheio. Assim como outros autores, não compreende esse tipo *sui generis* da produção capitalista como integrante da totalidade do processo de acumulação do capital enquanto sistema mundial. Voltaremos a essa discussão posteriormente.

redução dos custos da produção da indústria paulista, que, por sua vez, procurou nesse período fortalecer sua inserção no mercado capitalista mundial, por meio da intensificação da reprodução das relações sociais capitalistas na produção de alimentos e recursos primários. Em Goiás, a perspectiva que se abriu, após essas políticas portadoras do “*progresso*”, foi a industrialização da agricultura e pecuária, com a ocupação racional da produção. Essa ocupação racional se intensificou, a partir dos anos 1970, com o avanço do progresso técnico e da reorganização espacial da produção, implicando relações sociais de produção que integram, segundo Mendonça (2004), redes com o capital industrial e financeiro.

Caracterizando a situação territorial da região Sudeste de Goiás, Mendonça (2004) afirma que, mais que a ocupação racional do Cerrado, a expansão do capital na região implica também na segmentação social que é imposta territorialmente. A subordinação de classe, com superexploração e precarização dos trabalhadores, é o fundamento do progresso, que aproveita tanto as relações “modernas” quanto as “conservadoras” para se reproduzir (BORGES, 2000; MENDONÇA, 2004; FREDERICO, 2008).

O processo de acumulação e expansão da propriedade privada da terra criou as condições futuras para o arrendamento e a introdução da mecanização do campo, com vias à exportação de mercadorias e reprodução das relações sociais de produção capitalistas, com repercussões sobre o trabalhador. O capital privado, nacional e transnacional, chega às áreas do Cerrado, por meio da “modernização conservadora” brasileira, da disponibilidade de capitais (linhas de créditos e benefícios fiscais), investimentos técnicos (máquinas), tecnologia, pesquisas científicas e a construção da infraestrutura pelo estado (MENDONÇA, 2004).

Segundo Silva (2005), até 1940, a tendência observada no crescimento agrícola acompanhou o crescimento populacional, ou seja, a produção agrícola tendia ao abastecimento interno da população goiana. Essa tendência começa a alterar-se com o início da agricultura comercial, onde ocorre um salto na produção, com destaque para a produção de arroz, feijão e café, que auferiram um aumento de 317%, 217% e 140%, respectivamente, em uma década. A autora aponta o início da mecanização do campo a partir desse período:

Outro fator que atesta a expansão capitalista no campo é a introdução de máquinas, instrumentos e veículos nos estabelecimentos rurais. Em 1920, 83% do patrimônio rural imobilizado era representado pelo valor da terra, 16% pelo valor das benfeitorias e prédios, enquanto o valor das máquinas e veículos mal atingia 1%. Em 1940, o valor da terra cai para 73%, subindo o valor dos prédios e benfeitorias para

21%, enquanto o valor das máquinas, instrumentos e veículos subia para 10% (SILVA, 2005, p. 156).

Para se ter uma compreensão do nível de mecanização do campo a partir desse período, apresentamos a Tabela 16, onde se percebe os períodos de maior investimentos em equipamentos a partir de 1970, com intensificação a partir da década de 1990, períodos que demarcam as mudanças institucionais da política industrial em Goiás, que abarca a agroindústria.

**Tabela 16 – Goiás: Número de Pessoal Ocupado, Tratores e Relação entre Pessoal Ocupado por Trator**

<b>Ano</b>	<b>Pessoal Ocupado</b>	<b>Tratores</b>	<b>Pessoal Ocupado por Trator</b>
1920	117.484	1	117.484
1940	290.137	13	22.318
1950	299.334	89	3.363
1960	499.207	1.349	370,1
1970	394.949	5.635	70,1
1975	498.230	13.084	38,1
1980	543.937	24.572	22,1
1985	616.336	33.548	18,4
1995/96	471.657	43.313	10,9
2006	993.947	44.832	22,2

Fonte: De 1920 a 1960 (SEPIN, 1991). De 1970 a 2006 (Censo agropecuário, IBGE). Disponível em IMB. Elaborado pelo autor.

Como afirmado anteriormente, a “modernização” do campo diz respeito concretamente a industrialização do processo produtivo e a urbanização da sociabilidade das classes sociais envolvidas, e se insere nas políticas de desenvolvimento do governo federal brasileiro a partir dos anos 1970, especialmente com o II PND (1975 – 1979), criando-se as bases para a industrialização da produção agropecuária. Essa política se baseava na produção

em larga escala pela importação de insumos modernos e bens de capital, com o financiamento público, por meio do Crédito Rural, apoiada na ideologia da Revolução Verde (SILVA, 2002; LACERDA; SANTOS, 2016; SANTOS, 1992).

De acordo com Lacerda e Santos (2016):

[...] Revolução Verde é uma ideologia assentada numa base tecnológica que prometia a capacidade de se plantar em quase qualquer lugar (desde que com os fertilizantes certos, sementes certas, equipamentos certos) em escala inimaginável. O contexto acima se casaria perfeitamente com a política de modernização forçada engendrada pelo Governo Civil-Militar brasileiro. Se desde Getúlio Vargas, passando por Juscelino Kubitschek, chegando até a Ditadura, o processo se restringiu somente às cidades, via industrialização, a partir dos anos 1970, o campo entra, ou melhor, o Cerrado entra no processo. Isso seria possível somente sob uma marcha forçada feita pela atuação do Estado, que expande as condições gerais da produção (i.e. infraestrutura, financiamento, comunicação e etc.) por todo o interior do Brasil (LACERDA; SANTOS, 2016, p. 5).

Da conjunção entre capital financeiro, subordinando o capital industrial e agrícola, com a intermediação do estado como indutor de infraestrutura e mediador de relações sociais de produção, forjou-se o que se denomina por Complexos Agroindustriais (CAI). O CAI integra indústria e agricultura; cidade e campo, onde o dualismo entre essas esferas de produção e sociabilidade cede lugar para o processo de cooperação complementar na perspectiva da totalidade da produção, circulação e consumo de capital. Onde processos produtivos locais se articulam de forma imediata com processos globais (MOREIRA, 2012; SANTOS, 1992; LACERDA; SANTOS, 2016; SILVA, 2002; MÜLLER, 1989).

Neste ponto cabe algumas distinções fundamentais para a compreensão do processo histórico e analítico. Müller (1989) defende existir uma diferenciação conceitual não excludente entre modernização do campo (ou modernização tecnoeconômica) e agroindustrialização. Agroindustrialização é o movimento de expansão dos complexos agroindustriais que, por sua vez, definem-se pela articulação de atividades de produção e transformação de produtos agropecuários e florestais: geração, beneficiamento, produção de bens de capital e de insumos industriais das atividades agrícolas; coleta, armazenamento, transporte, distribuição de produtos agrícolas; financiamento e uso produtivo da ciência e tecnologia. Por sua vez, modernização do campo é um processo mais amplo, que engloba a agroindustrialização, além de mudanças nas relações sociais na produção (subsunção do trabalho ao capital) e na sociabilidade, desembocando na urbanização do campo.

Segundo o autor:

Admitindo-se que a política de crédito rural – sem dúvida a principal alavanca do que se convencionou designar por industrialização do campo no período 1965-80 – claramente visava a alterar o modo de produzir (e, portanto, fortalecer a expansão do predomínio, *mediado* ou *mediato*, da forma capitalista da exploração do trabalho); admitindo-se que alterar o modo de produzir consiste em alterar a parte *fixa* do capital constante ou dos “meios fixos de produção” (tratores, arados etc.) da composição orgânica do capital, e a parte *circulante* do capital constante ou de “elementos e custeio da produção” (adubos, defensivos etc.) - alterações essas que certamente acarretam impactos na parte variável da composição orgânica de capital ou das “formas de trabalho” (extinção do colonato, emergência e expansão dos boias-frias e empregados permanentes etc.) - admitindo-se isso tudo, podemos dizer que entende-se por *modernização tecnoeconômica* a alteração da composição orgânica do capital (técnica e/ou de valor) em função nas terras. Juntamente com a alteração na sociabilidade rural. Em outras palavras, a modernização é o resultado da interação entre industrialização do campo, agroindustrialização das atividades agrárias e mudanças sociais e políticas entre os grupos sociais. Nesse sentido, a constituição do CAI é produto da modernização; e, atualmente (década de 80), a manutenção e expansão do CAI constituem-se no principal vetor da modernização (MÜLLER, 1989, p. 63).

No CAI há dupla relação entre agricultura e indústria: a produção e comercialização de máquinas, equipamentos e insumos industriais para a agricultura; e o beneficiamento e processamento industrial de produtos agrícolas, sendo essa segunda relação denominada de agroindústria. Modernização do campo é o conjunto formado por essas duas relações. E percebemos em Goiás esse processo. Frederico (2008) identifica a região de Goiás como um *front* agrícola, o que pressupõe a modernização da agricultura como o agente que, a partir dos anos 1970, introduz, na produção agrícola, insumos modernos (maquinário e matérias primas tecnologicamente produzidas), a monocultura para exportação, a presença de diversas empresas multinacionais do ramo e pelo discurso da necessidade de se reduzir custos da produção, por meio de melhorias nas redes de transporte e distribuição de mercadorias.

Nesse sentido, é significativo, para as redes locais, a instalação da empresa John Deere (Cameco do Brasil), de capital estadunidense, no município de Catalão (DMIC.). A empresa foi instalada nos anos 1990 e produz colheitadeiras. A localização facilita o acesso aos principais centros de consumidores das colheitadeiras, que são a região Norte de São Paulo e as grandes produtoras de grãos e cana-de-açúcar, na região Centro-Oeste do país.

Segundo o Pires (2009):

A fábrica de Catalão tem 22 mil m<sup>2</sup> de área construída e nela trabalham cerca de 400 pessoas. A localização estratégica do município goiano permite também, o atendimento aos produtores de cana-de-açúcar de São Paulo e da área de cerrados do Brasil Central, onde há grande concentração de usinas. O Setor produtor de açúcar e álcool é um dos mais importantes do agronegócio do Brasil e vem registrando expansão nos últimos anos, conquistando um destaque cada vez maior como

exportador. Juntamente com a fábrica de colhedoras de cana, instalou-se também a Central de Peças de reposição da John Deere. Situada no centro do país, a central realiza uma distribuição mais eficiente e rápida das peças para os estados do Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste (PIRES, 2009, p. 100).

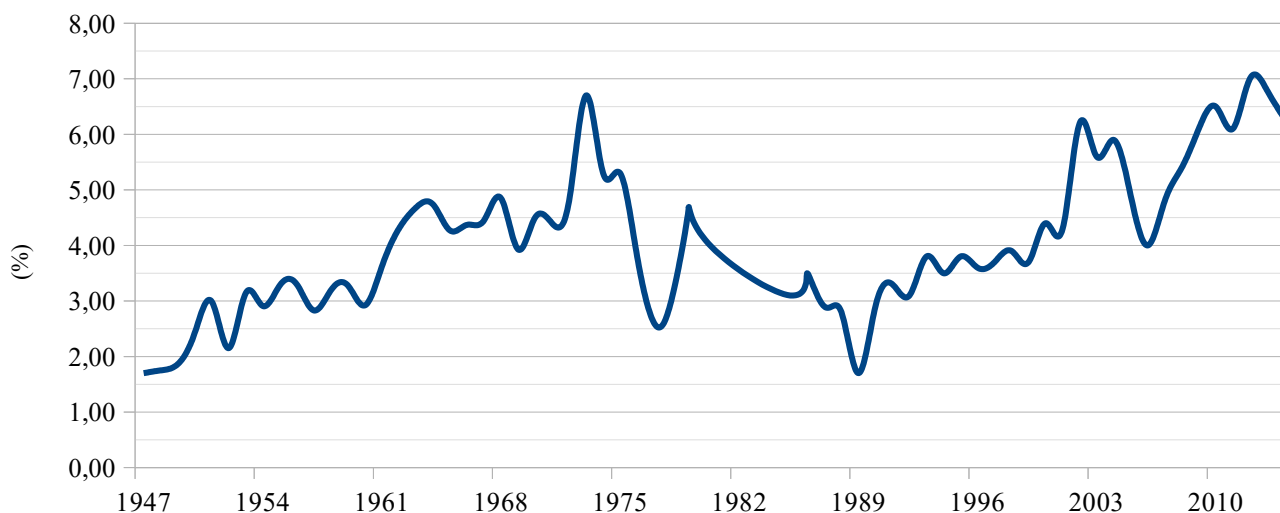
O CAI compõe o escopo dessa pesquisa por representar a forma mais extensa de industrialização do estado e, principalmente, por ser a ponta-de-lança do avanço da sociedade urbano-industrial em Goiás, uma vez definido o papel a ser desempenhado na divisão regional e internacional do trabalho, além dos argumentos defendidos anteriormente sobre a perspectiva da totalidade entre produção, circulação e consumo na acumulação do capital, no Capítulo 1. Nesse sentido, contrapondo aquelas perspectivas analíticas que restringem o modo de produção capitalista a compreensão da transformação da matéria-prima em mercadoria no espaço fabril – não compreendendo, assim, a abrangência e complexidade do caráter sistêmico do capital –, Müller (1989) afirma que:

A distinção entre transformar e beneficiar – certamente indispensável no nível de análise, por exemplo, de cadeias agroalimentares – não se apresenta tão crucial no âmbito da agroindústria, uma vez que tão relevante quanto a mudança radical na forma do valor de uso é seu beneficiamento e conservação. Neste sentido, tão relevante quanto a transformação do leite em produtos lácteos, do arroz em farelo para ração, de carnes em seus derivados, é a pasteurização do leite, o descascamento do arroz, a refrigeração e congelamento das carnes. Na verdade, o que conta sobretudo são o porte e a concentração tecnoeconômica dos capitais empatados nos subsetores agroindustriais; e mais: conta a separação entre as formas artesanal-manufatureira e claramente industriais (MÜLLER, 1989, p. 64).

Goiás vem apresentando um forte desenvolvimento econômico a partir dos CAIs, principalmente com os ganhos de produtividades dos complexos alimentícios, de grão (com destaque para a soja e milho) e minerais. É revelador desse fenômeno o aumento da participação no PIB nacional do setor agropecuário goiano, onde percebe-se uma retomada do crescimento a partir dos anos 1990, período de maior verticalização nas políticas de desenvolvimento industrial, conforme o Gráfico 13:

**Gráfico 13: Participação Relativa do PIB Agropecuário Goiano no Nacional**

(1947 - 2014)



Fonte: Produto Interno Líquido a custo de fatores (FGV). Disponível em: Instituto Mauro Borges / Segplan / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas. Elaborado pelo autor.

A produção agrária, nessa fase em que se funde a agricultara com a indústria (agroindústria), demanda a expansão das cidades médias em torno da grande produção. O papel desempenhado por essas cidades torna-se central para a produção agrícola, por demandar serviços tecnológicos, moradia para a força de trabalho cada vez mais especializada (o campo, como espaço de produção e economicamente enxuto, não pode despender custos com domicílios nos espaços de produção, para a força de trabalho), e abrigar uma divisão do trabalho complexa, por meio da extensão da especialização no processo de trabalho. É o processo que Santos (1992) compreende como necessária a ressignificação dos conceitos de região urbana e zona rural, uma vez que estes se articulam num movimento de complementariedade. O capital, que se inicia construindo e desenvolvendo espaços urbanos e especializando de modo a segregar os espaços sociais (especialização produtiva), expande de tal forma seu modo de produção que extrapola essa especialização, inclusive porque os espaços urbanos e as indústrias citadinas exigem cada vez mais alimentos e insumos, devido ao aumento da produção, que demandam um correspondente aumento da produtividade agrária. A expansão e crescimento só se tornam possíveis mediante a industrialização do campo. Evidencia-se, com isso, a tendência apontada por Marx, n'O Capital (apresentada no

Capítulo 1 desta tese), de um dos aspectos do papel civilizatório do capital, qual seja, a expansão da cooperação do trabalho social, em escala local, regional, nacional e internacional.

O resultado desse processo em Goiás é o aumento da taxa de urbanização, agora não mais tão concentrado na capital quanto antes da industrialização, mas também nas cidades médias em torno de grandes fazendas produtoras de grãos, cana-de-açúcar, pecuária e derivados: são cidades do agronegócio (FREDERICO, 2011; MOREIRA, 2012).

Para Bessa (2005), essas cidades médias:

[...] ampliaram, adensaram e diversificaram seus espaços de relação econômica, marcados por uma rede de interações. O grau de integração espacial de tais cidades foi bastante incrementado, tanto com seu espaço contíguo, assegurando hierarquizações como centros regionais, quanto com cidades de hierarquia superior, em decorrência das especializações produtivas, que impuseram complementariedades regionais e nacionais, resultando no surgimento de uma rede de relações marcada tanto pela contiguidade como pela descontinuidade territorial (BESSA, 2005, p. 275).

Ocorre nas cidades médias em torno do agronegócio um contexto diferente ao do movimento de metropolização das grandes cidades do início do século XX que aglutinaram, em torno da produção e circunscritas ao perímetro metropolitano, toda uma gama de relações e serviços exigidos a partir da vida urbano-industrial (serviços financeiros, administrações centralizadas, mercado consumidor, usos diversificados dos espaços, como residência, lazer, comércio, produção, serviços pessoais, médicos, educacionais e etc.). A partir das cidades médias, o agronegócio produz uma rede de espaços especializados: espaços produtivos distintos municipalmente de espaços de residência, serviços públicos e financeiros, serviços pessoais, lazeres e etc. Produz-se também um vínculo direto com os mercados consumidores estrangeiro, sem a obrigatoriedade de mediação das metrópoles e/ou capitais. Isso porque, assim como no período colonial, o principal destino de sua produção é a exportação. A produção agroindustrial funde o campo (espaço de produção *stricto sensu*) e as cidades, tendo a última certa centralidade produtiva, uma vez que é nela onde se dispõe dos principais insumos, ferramentas, serviços e sujeitos (trabalhadores agrícolas, produtores, assistência técnica, investidores, consultores, empresas, bancos, mediadores públicos) (FREDERICO, 2011).

Analisando os efeitos do desenvolvimento da agroindústria na estrutura de classes urbana brasileira, Moreira (2012) afirma que:

[...] É na cidade, enquanto equivalente urbano do complexo agroindustrial, o complexo empresarial que junta a produtora, a revendedora e a financiadora num só domínio de empresa, é a estrutura nova, generalizando o modelo de produção-realização do valor do ramo das montadoras de automóveis para o todo do sistema industrial, produção, venda e financiamento se fundindo numa só unidade corporativa espacialmente. O capital rentista, representado na agência de financiamento do grupo, assumindo o comando geral por trás das fusões. Daí dizer-se que o espaço tornou-se uma rede de redes. Um nome apropriado para o espaço de rede de complexos. O de complexos em rede (MOREIRA, 2012, p. 23).

As relações sociais engendradas a partir da nova estrutura de classes forjada pelo agronegócio, assentado nos complexos agroindustriais, acarretam um conjunto de contradições na sociabilidade urbana que reproduz o modo de exploração social capitalista. De acordo com Ferreira (1987):

Observa-se, então, neste momento da fronteira o esvaziamento do campo acompanhado do crescimento urbano intenso. Os migrantes que vêm para a lavoura dirigem-se diretamente para as cidades e povoados. Residir no campo já não é mais a questão. A cidade é o ponto de apoio e de reprodução da força de trabalho rural. Não só as mudanças nas relações de trabalho contribuem para a urbanização. Deve-se destacar, além desse aspecto, o papel urbanizador da grande lavoura pelas atividades que estimula a nível local, a saber: de transporte, de armazenamento, de serviços bancários, de comércio de produção agrícola, implementos e máquinas de serviços de reposição de máquinas e veículos. O fato do novo produtor rural ser de uma classe social diferente dos antigos pequenos produtores, leva a que ele resida na cidade mais equipada, próximo às suas terras. Essa nova classe possivelmente média e média alta é mercado para comércio mais diversificado e serviços urbanos, além da demanda por moradia que dinamiza a construção civil. Os trabalhadores rurais se ocupam também na construção civil ou no setor informal, na cidade. A seletividade espacial dessas atividades, ligadas ao setor moderno da produção, leva a que se localizam nas cidades mais equipadas e de mais fácil acesso aos grandes centros, isto ocasiona a concentração urbana a nível regional (FERREIRA, 1987, p. 21).

Por esses motivos, ocorre a urbanização do trabalhador rural (operários e demais trabalhadores vinculados a supervisão e gestão da produção) e a precarização dessa população que, migrando para as cidades adjacentes em busca de trabalho assalariado e temporal (sazonalizado pelas épocas de plantio e colheita), não encontram oferta suficiente de condições de vida que lhes garantam condições suficientes e satisfatórias de reprodução da sua força de trabalho. Müller (1989, p. 19) aponta que, em 1980, mais de 25% da força de trabalho ocupada na agropecuária brasileira residia fora dos estabelecimentos rurais; e que, quanto maior o tamanho dos estabelecimentos, maior também era o número de trabalhadores rurais que residiam nos núcleos urbanos. O agronegócio é poupador de mão-de-obra no campo, mas amplia a demanda por serviços no urbano com os custos incompatíveis às rendas

dos trabalhadores, acarretando o aumento das desigualdades econômicas e a precarização da força de trabalho. O significado desse processo é a intensificação e ampliação do modo de exploração social sobre a classe trabalhadora, o que equivale dizer que uma grande massa de pessoas que buscam melhores condições de vida nessas cidades, têm seus sonhos frustrados. Não é raro observarmos níveis altos de sofrimento também nessa população, não sendo restritos apenas às grandes metrópoles. Reproduz-se nessas cidades dilemas, conflitos e problemas típicos da vida nas metrópoles. Quando o capital se estende para essas regiões traz consigo suas contradições econômicas, políticas e sociais, ou seja, seus limites ontológicos.

### **3.2 – O Debate Regional e suas Relações com a Acumulação Capitalista**

A sociedade urbano-industrial em Goiás, realizada por meio do desenvolvimento econômico e social articulado na integração à economia nacional e intensificado a partir dos anos 1970, resulta no reconhecimento do avanço da urbanização e da industrialização da região. Esse caminho fora percorrido aprofundando-se a especialização produtiva, na extensão da agroindústria, e no esforço de diversificação produtiva nos anos recentes (a partir dos anos 1990 especialmente). Centralizado nas políticas de industrialização do estado, nos governos federal e estadual, o desenvolvimento econômico esteve condicionado aos limites e possibilidades da mediação dos conflitos de classes sociais por esses agentes, como indutores do desenvolvimento. Entretanto, aos limites do desenvolvimento industrial goiano, seja quanto ao restrito nível de diversificação produtiva, da baixa intensidade tecnológica empregada ou na baixa participação na industrialização nacional, são atribuídos ora a falta de ousadia da burguesia, ora na falência das políticas e instrumentos públicos, dependendo da perspectiva teórica adotada pelo pesquisador ou analista. A partir daí, derivam consequências críticas nas análises sobre a representação do estado na questão regional.

Autores como Estavam (1997), largamente citado e referendado por grande parte dos estudos sobre o desenvolvimento goiano, em pesquisas que perpassam a Geografia, Economia, Sociologia e Política, apontam as significativas transformações nas últimas décadas a partir da expansão capitalista em Goiás, reconhecendo as desigualdades internas desse desenvolvimento, centrado na região Centro-Sul do estado, e na incompletude das

formas clássicas das relações sociais capitalistas (eurocênicas). Ou seja, por aqui nem sempre se identifica os níveis tecnológicos, os processos de trabalho e as relações de produção assalariadas encontradas em regiões originárias do desenvolvimento capitalista, sendo, portanto, considerado um nível de capitalismo incipiente ou deficitário de características típicas. Entretanto, reconhece também a transição da mentalidade e da sociabilidade tradicional para a moderna:

No processo de expansão capitalista, também os valores e a mentalidade foram se alterando profundamente no mundo rural. O tradicional convívio deu lugar a relações impessoais, contratuais e monetárias; as tradições culturais foram sendo abandonadas transformando-se em manifestações folclóricas urbanas; o “trabalhador rural vai ‘morrendo’ conforme o depoimento poético de um deles, ‘é como uma planta que se ranca do chão’” (Vaz, 1992, p. 161). As pessoas descaracterizam-se como pessoas do campo e o lugar rural descaracteriza-se como antigo e tradicional espaço sertanejo (ESTEVAM, 1997, p. 254).

Avaliando a evolução industrial de Goiás, em especial os saltos no PIB a partir dos anos 1990, Silva (2002) aponta alguns limites das políticas públicas alteradas e implantadas pelo estado. Em primeiro lugar, o autor considera que a interrupção das políticas federais, com a extinção da SUDECO, frearam o avanço da industrialização. A única ferramenta federal, o FCO, apresenta subutilização dos créditos em seus balanços. Outro fator apontado para um baixo desenvolvimento industrial no estado foi a restrição do FOMENTAR aos grandes empresários, sendo alterado esse quadro apenas em 1990, com a implantação do PRODUZIR. Mesmo assim, o padrão da indústria goiana foi de crescimento do valor adicionado bruto maior que o nacional e inicia uma diversificação produtiva em função dos investimentos públicos (FCO e PRODUZIR, predominantemente). As razões defendidas por essas perspectivas para a ainda incipiente diversificação produtiva, centrada na especialização de produtos alimentícios e vestuário (apesar da expansão dos setores farmacêuticos, metalmeccânico e mineral), é atribuída ao foco e escopo desses programas que privilegiam as agroindústrias. Outro efeito colateral é a baixa geração de emprego no setor industrial.

Outro autor a apontar a fragilidade institucional dos benefícios fiscais no desenvolvimento industrial é Castro, M. (2014). Para ele o desenvolvimento industrial, não só de Goiás, mas do Centro-Oeste como um todo, entre 1960 a 2010, foi significativo sem, contudo, ser destaque nacional e ser pouco receptor do deslocamento industrial do Sudeste e Sul do país. As razões apontadas são as históricas desigualdades de condições competitivas

entre os entes subnacionais, que reproduzem a dependência do restante do país em relação a regiões que apresentam melhores condições de estrutura produtiva, nível técnico acumulado, treinamento e produtividade elevada já consolidado historicamente. As políticas de incentivos fiscais e demais instrumentos não foram suficientes para reverter essa tendência, devido a falta de controle eficaz, por parte do Estado, na aplicação desses recursos pelas empresas e na baixa produtividade do trabalho, devido à pouca inovação na produção e escasso treinamento da força de trabalho. Nesse sentido, perpetua-se a dependência e a reprodução do subdesenvolvimento em nível nacional: Goiás continua a ser fornecedor de produtos básicos para a industrialização e urbanização nacional (São Paulo, predominantemente), apesar de alguns indicadores apresentarem tendencialmente possibilidade de reversão nos últimos anos.

Segundo o autor:

Contudo, há que se considerar que os constrangimentos a que os entes subnacionais estão submetidos em utilizar os instrumentos disponíveis, limitam as ações, e, como é o caso do incentivo fiscal, colocam o ente subnacional à margem da lei. O que se torna em um paradoxo para os estados periféricos, que na tentativa de se desenvolverem, além de serem impedidos de utilizarem um dos seus principais instrumentos, a política fiscal, os mesmos têm pela frente o fato de: a) os Estados mais dinâmicos contarem com a natural força centrípeta da aglomeração industrial; b) a localização destes Estados, no território brasileiro, tornarem menores os custos das empresas neles instalados, tanto para a exportação como para distribuição interna no país; e, c) as condições da infraestrutura e desenvolvimento da pesquisa lhes serem favoráveis historicamente. Portanto, o ente subnacional periférico na busca de seu desenvolvimento tem que competir com tais forças, com as limitações e com a visão federativa que trata diferentes como iguais. Fato que leva a se questionar o cumprimento das funções do governo pela autoridade central, quando se vislumbra as desigualdades dos entes subnacionais (CASTRO, M, 2014, p. 150).

Entretanto, um olhar mais amplo sobre a (incipiente ou promissora) industrialização goiana nos leva, obrigatoriamente, a incluí-la no contexto da desindustrialização nacional e mundial. Seria insuficiente a comparação dos níveis, extensão e intensidade da industrialização goiana com a nacional ou de São Paulo, em particular, sem levar em consideração que, tanto São Paulo quanto o Brasil, passam por um avançado processo de desindustrialização (para não falar de toda a economia capitalista). Essa contextualização já seria suficiente para considerarmos significativo o aumento dos níveis industriais goianos (diversificação produtiva, aumento da participação no PIB estadual e participação no nacional, centralidade nas exportações de gêneros alimentícios e minerais, que ajudam

significativamente a conter os desequilíbrios da balança comercial brasileira, a atração de importantes capitais multinacionais, o avanço da agroindústria, entre outros).

Segundo Moraes (2017):

Para alguns outros autores, entretanto, em especial na literatura latina americana, a desindustrialização estaria diretamente associada às políticas macroeconômicas e ao comércio e inserção internacional. Nos países desenvolvidos, além da introdução tecnológica, ela estaria associada a maior competitividade dos produtos provenientes dos países em desenvolvimentos, em especial dos produtos relacionados ao trabalho intensivo e aos produtos associados às bases de recursos naturais. Isso porque estes seriam produzidos a custos e mão de obra mais barata nos países periféricos, reduzindo seu preço relativo e aumentando sua competitividade. Nos países em desenvolvimento, por sua vez, a liberalização comercial e financeira, a volatilidade dos fluxos de capitais internacionais, a maior inserção internacional, a adoção de políticas neoliberais do Consenso de Washington, dentre outros fatores estariam intensificando a reprimarização econômica e produtiva, ou seja, incorrendo em uma especialização regressiva na produção de produtos associados a recursos naturais (MORAES, 2017, p. 90).

O autor afirma que a reduzida diversificação industrial e o baixo grau tecnológico empregado, especialmente a partir de 1996 (período de intensificação da agenda neoliberal), não é um fenômeno restrito aos entes subnacionais de industrialização recente, se estendendo a todas as regiões do país e muito fortemente em São Paulo. É importante perceber que o neoliberalismo nos países sul-americanos abriu as portas para o mercado importador e reduziu o papel do Estado de induzir o desenvolvimento e, associado ao “efeito China”, que demanda imenso volume de produtos primários, impulsiona a especialização produtiva do Brasil no mercado mundial, reforçando seu papel de subdesenvolvimento na divisão internacional do trabalho. Especificamente sobre Goiás, o autor afirma que a desconcentração industrial se deu também em nível local, deslocando de Goiânia-Brasília para o interior Sul do estado, principalmente entre os anos 2000 e 2013 (conforme dados avaliados pelo autor), além de reforçar as estruturas históricas da especialização dos municípios, corroboradas pelas regulações do Estado na economia.

Sobre as contradições do desenvolvimento industrial no país e nas regiões, Cano (2017) defende que constrangimentos externos induzem a desindustrialização, intensificando os desequilíbrios regionais:

É preciso entender que o insucesso de várias políticas específicas – a regional, p. ex.- não se deve apenas porque as instituições públicas que a regem tenham se

debilitado, ou que tal política contenha algumas inconseqüências, mas porque os interesses que antes a envolvia estão agora esgarçados. Ainda que tal política figure na Agenda Pública, é mais retórica do que proposta decisória. Mais grave, é que as estruturas de poder mudaram, com o que a dominância sobre o padrão de acumulação, com essas reformas, passasse para o sistema financeiro. E esse domínio também se dá na valorização do capital: hoje, os balanços das grandes empresas internacionais (e também de várias nacionais) mostram uma perigosa proporção de cerca de 2:1 dos lucros financeiros sobre os operacionais, o que explica a menor disposição do empresário privado, em investir no setor produtivo ou na infraestrutura, e cada vez mais aplicar o capital no financeiro (CANO, 2017, p. 285).

Esses argumentos acabam reforçando a tese de que a especialização produtiva – uma ideologia de dominação social e exploração econômica que reproduz internamente a polarização entre um centro dinâmico industrial “moderno” e outros centros regionais satelitizados “atrasados” - produz o subdesenvolvimento regional e a concentração industrial em São Paulo (CANO, 1981). O autor (que influenciou a maior parte dos pesquisadores do desenvolvimento econômico goiano nos últimos anos, dentre os quais muitos citados neste trabalho) argumenta sobre essa tese rotulando-a não como um fato histórico, mas como mito. Segundo ele, a industrialização paulista se deu por fatores próprios, a partir de 1930, decorrente da poupança interna realizada pela economia do café (como se essa própria poupança interna não estivesse já sendo realizada com a participação subordinada de outras regiões, numa espécie de acumulação primitiva interna<sup>28</sup>), e por conseqüências “naturais” de seu poder de atração, não podendo ser responsabilizada pelo atraso das demais regiões, muito menos pela exploração das demais regiões periféricas. Entretanto, ignora o autor que as definições das políticas de desenvolvimento para todas as regiões ficaram centralizadas nos governos federais (pelo menos até 1990) e que estas mantinham (e reforçavam) as estruturas desiguais históricas entre as regiões, por representarem os interesses da burguesia industrial e financeira (posteriormente) paulista, hegemonzando conjuntamente a dominação política nacional, em alinhamento e obediência às burguesias estrangeiras de manter a dependência e o subdesenvolvimento nacional. E quando os estados tomaram a iniciativa de inverter as rotas do desenvolvimento e dinamizar o setor industrial, as políticas federais recuaram.

O debate em torno da questão regional sempre representou embates sobre as contradições e disputas das burguesias e burocracias regionais, que se associam para exercer o

---

28 Diversos autores demonstram como grandes quantias de capital foram drenados das demais regiões do país para o sudeste, seja na taxaço da compra de pessoas escravizadas para as minas e lavouras, seja na própria taxaço dos lucros desses produtos, e como isso dificultava os proprietários locais de maior dinamismo produtivo, ao mesmo tempo em que subsidiava a lavoura, o beneficiamento industrial e o comércio de café (PALACIN, 1979; CALDEIRA, 2017; FRANK, 1976; OLIVEIRA, 1993).

comando de um projeto nacional, privilegiando suas posições locais e excluindo a classe trabalhadora desse processo. Ou melhor, incluindo-a por meio de sua superexploração e dominação. É o que se vê, por exemplo, nas discussões sobre o “sertão” e sua vinculação com ideias e processos históricos que simbolizam “decadência” e “atraso”. Autores como Chaul (1995) chegam a afirmar que parte da “elite política e oligárquica” de Goiás eram progressistas por buscarem a “modernização” para o estado. Uma classe de vanguarda, tendo na construção da nova capital, Goiânia, o símbolo de sua luta e dinamizador político e econômico de seu projeto de transformação social (perpetuando a estrutura de dominação e exploração de classes – é claro! – substituindo apenas a vinculação econômica e geográfica da burguesia e a forma de dominação).

Sobre as disputas entre as oligarquias locais no final do século XIX e início do século XX, quanto a atração de infraestruturas físicas e sociais que mirassem na integração da região à expansiva economia capitalista, o autor afirma que:

[...] os grupos dominantes não tinham pelo progresso a aversão propalada. Em nada seriam prejudicados. Se parte considerável desses grupos políticos tinham suas bases econômicas na pecuária, o número de charqueadas que advieram com os trilhos demonstra o que os mesmos tiveram a ganhar. Politicamente, é preciso entender que a formação cultural dessas chamadas “oligarquias”, em comparado à sociedade goiana como um todo, era formada por uma elite cultural, com conhecimentos cosmopolitas da vida cultural do tempo em que se inseriam. Bulhões, por exemplo, que não era nem pecuarista e nem estava ligado ao setor agrário em termos de propriedade, ocupava por duas vezes o Ministério da Fazenda de Governos da Primeira República. O que demonstra também que não havia descaso total para com a vida política em Goiás. O surto desenvolvimentista ocorrido nas regiões sul e sudoeste de Goiás, ao longo dos anos vinte, fruto da expansão dos trilhos, atestava o vigor da produção goiana e afastava, em nível econômico, qualquer perspectiva de “atraso” (CHAUL, 1995, p. 22).

Essa nova burguesia construiu seu domínio político reforçando a ideia de que Goiás vivia em estado de isolamento, atraso e decadência e que o seu projeto de poder daria conta de superá-lo e romper os limites de sua economia de subsistência. Forjou-se então uma pretensa identidade goiana, a “goianidade”, capitaneada na figura de Pedro Ludovico, moldada na imagem de “um novo tempo” para um “novo Goiás” sobre as bases do Estado Novo Vargasista, na “Marcha para o Oeste” e na ideia do avanço da fronteira da “nação” sobre o “sertão”. O próprio autor integra um grupo político que arroga-se como herdeiros políticos dessa burguesia vanguardista, quando tomam o poder político, a partir do governo de Marconi Perillo, em 1998, e sua campanha de “o” governo do “tempo novo”. Nota-se que foi a partir

do governo Perillo que houve maiores esforços na industrialização e diversificação produtiva do estado. O próprio Chaul integra o governo, na Secretaria Estadual de Cultural e outros cargos.

Neste ponto da discussão cabe uma reflexão trazida por Caldeira (2017), para quem os governos exerceram um decisivo papel, não só em dinamizar a expansão da economia comercial e industrial a partir de São Paulo, mas também de impô-la, contendo o desenvolvimento de uma outra rede de relações produtivas e comerciais realizadas nos “sertões”, rotulada de subsistência, como estratégia de depreciação simbólica, uma vez que era baseada em dinâmicas iniciativas individuais, vigorosas e extensas sertão a dentro. Essa construção ideológica remonta aos tempos da colonização, em que o poder imperial, a partir do governo central, se impunha como cabeça pensante para o restante da sociedade, que assumiria forçosamente uma postura de obediência. Derivada das relações entre senhor e escravos, a relação entre o sistema governamental e as instituições civis estruturou-se no Brasil, desde o século XVII, mantendo o analfabetismo generalizado – e, portanto, dotando a população de uma incapacidade de pensar o seu lugar no mundo – como estratégia de dominação da elite letrada e detentora do privilégio de pensar os rumos do país.

Para ele:

O emprego da noção de economia de subsistência permitiu que essa grande imagem corporativa/dualista fosse aplicada também ao período republicano. A falta de dados numéricos no campo da economia, nesse momento, ajudou a manter a essencial impressão de uma falta de dinamismo no sertão. Havia base real: a regressão no sistema eleitoral reforçava a continuidade do papel apenas ritual das eleições comandadas pelo governo central – e a soma gerava o foco interpretativo da continuidade do atraso. Mas a realidade numérica agora visível é de ruptura do padrão de desenvolvimento, o que leva a buscar fatores de ruptura também no lugar do governo como promotor de desenvolvimento (CALDEIRA, 2017, p. 516).

A manutenção desse dualismo impediu a observação e o reconhecimento de uma pujante economia as margens daquela induzida pelo governo central. Afinal, conforme indaga o autor, quem eram os consumidores internos da produção comercial-industrial? Com que recursos essa gente alimentava a economia local? Eram pequenos e médios produtores independentes, vindos dos sertões, comercializar seus produtos industriais e artesanais e assumiam também (mas não somente) a posição de consumidores da grande produção industrial.

Sobre os momentos da expansão capitalista pelos “sertões”, Martins (1994) apresenta uma reflexão interessante (porém insuficiente), sobre as distinções entre “frente pioneira” e “frente de expansão”, sendo a primeira a extensão territorial da reprodução ampliada do capital, por meio da acumulação primitiva por espoliação, onde se produz a acumulação de capital sem um processo produtivo tipicamente capitalista e garante as condições futuras de reprodução da valorização do capital, com a ocupação do território. É uma ampliação da dominação capitalista, em termos territoriais, induzida pelo Estado brasileiro. E a segunda, posterior à primeira, é o uso capitalista desse novo território integrado, em bases produtivas não tipicamente capitalista, ou seja, há um embricamento de relações sociais distintas (modernas e atrasadas), no sentido da complementariedade contraditória de tempos históricos.

Segundo o autor:

No meu modo de ver, as relações sociais (e de produção) na frente de expansão são predominantemente relações não-capitalistas de produção mediadoras da reprodução capitalista do capital. Isso não faz delas outro modo de produção. Apenas indica uma insuficiente constituição dos mecanismos de reprodução capitalista na frente de expansão. Insuficiência que decorre de situações em que a distância dos mercados e a precariedade das vias e meios de comunicação comprometem a taxa de lucro de eventuais empreendedores. Portanto, aí tendem a se desenvolver atividades econômicas em que não assumem forma nem realidade própria os diferentes componentes da produção propriamente capitalista, como o salário, o capital e a renda da terra. Os meios de produção ainda não aparecem na realidade da produção como capital nem a força de trabalho chega a se configurar na categoria salário. Portanto, o produtor não tem como organizar sua produção de modo capitalista, segundo a racionalidade do capital. O capital só entra, só se configura, onde sua racionalidade é possível (MARTINS, 1994, p. 47).

Acima afirmamos que essas reflexões de Martins são interessantes, porém insuficientes. Isto porque elas apresentam uma distinção entre os movimentos do Estado Nacional em direção à expansão da acumulação capitalista – frente pioneira (garantia de domínio territorial) e frente de expansão (industrialização e integração comercial) – que concordamos em parte. Mas sua análise preserva o dualismo típico da “visão paulista” de nação: uma visão hierárquica sobre as diferentes formas assumidas pelas relações sociais de produção, que sobrepõe seu *locus* analítico (São Paulo) como superior às demais regiões do país, diante um objetivo que, mesmo criticado, é valorizado por encontrar-se em vantagem numa relação de poder, que não pode ser negligenciada. Ancoro essa crítica em análises de autores como Frank (1976), Marini (2011) e Pereira (1978), por exemplo.

Segundo Pereira (1978):

Pelo exposto, não temos em coexistência, na sociedade brasileira, dois sistemas estratificatórios de tipos diferentes: um feudal ou semifeudal e outro capitalista. Temos, sim, *um único sistema de classes sociais*, que assume diferentes *modalidades*, radicadas em diferentes modalidades de realização das relações sociais de produção capitalista, das quais umas são mais “avançadas” e outras mais “atrasadas” - em correspondência com os diferentes *estágios de desenvolvimento* da formação socioeconômica capitalista que é a sociedade brasileira. Assim, são as áreas ou regiões, onde a etapa urbano-industrial se encontra mais adiantada, que apresentam as modalidades mais “avançadas” do sistema de classes sociais. Dadas as grandes desigualdades inter-regionais e a pronunciada concentração ecológica do desenvolvimento econômico na sociedade brasileira, isso significa que as modalidades mais “atrasadas” do sistema de classes sociais são ainda extensivamente vigentes. Por outro lado, porém, os amplos contingentes populacionais que participam dessas modalidades “atrasadas” das relações de classes, correspondentes ao relativo atraso e/ou estagnação do desenvolvimento econômico nas demais regiões que não o Centro-sul, têm estado submetidos intensivamente, e em escala crescente, ao efeito-demonstração do estilo de vida urbano, cujo componente nuclear é um padrão de vida mais elevado do que o “tradicionalmente” efetivado e possível no estado atual das regiões menos desenvolvidas. Este processo consiste numa das consequências espontâneas da própria consolidação da efetivação desse superior padrão de vida “mínimo” por contingentes populacionais relativamente reduzidos, constitutivos de certas categorias socio-ocupacionais concentradas nas áreas citadinas sobretudo da região Centro-sul (PEREIRA, 1978, p. 147).

Nessa mesma direção, Frank (1976) observa que a origem de concepções dualistas parte geralmente da constatação da evidente desigualdade de renda e diferenças culturais nos países subdesenvolvidos. O que explicaria o avanço de uma parte da sociedade, seu caráter mais “moderno” ou “mais capitalista”, seria a manutenção de relações econômicas mais intensas com o mundo capitalista “exterior”, enquanto a outra parte da sociedade formou-se isolada desse mundo “externo” e, conseqüentemente, baseou-se na economia de subsistência e, por isso, mais atrasada.

De acordo com o autor:

Um corpo crescente de evidência sugere, e tenho certeza de que a futura pesquisa histórica confirmará, que a expansão do sistema capitalista nos séculos passados penetrou efetiva e inteiramente mesmo nos setores aparentemente mais isolados do mundo subdesenvolvido. Desse modo, as instituições econômicas, políticas, sociais e culturais e as relações que atualmente observamos nas regiões mais atrasadas dos países subdesenvolvidos são produtos do desenvolvimento histórico do sistema capitalista tanto quanto os traços aparentemente mais modernos ou capitalistas de suas metrópoles nacionais (FRANK, 1976, p. 27).

É essa relação capitalista, desde sua origem, o que buscamos demonstrar ao longo deste capítulo. Buscamos evidenciar também, em sintonia com a perspectiva dos autores, que fora exatamente o contato com esse mundo “externo”, no período colonial pela acumulação

primitiva dos minérios, o que provocou os contingenciamentos do desenvolvimento econômico e social da região, fato também evidenciado no caso da desindustrialização de São Paulo e do Brasil (de modo geral), após a abertura do mercado importador, pós neoliberalismo. Nesses casos, evidencia-se que as razões do subdesenvolvimento dessas regiões não são o seu isolamento e suas instituições pré-capitalistas. Pelo contrário, fora a forma dependente de interagir com o desenvolvimento industrial “externo” a condicionante do seu subdesenvolvimento. No processo histórico da acumulação capitalista, o desenvolvimento não se apresenta como uma escada, em que o subdesenvolvido de hoje tornar-se-á o desenvolvido de amanhã, de modo natural e espontâneo. Frank (1976) alude que os países desenvolvidos nunca foram subdesenvolvidos, apesar de terem sido não-desenvolvidos. Ao longo de sua teoria, o autor busca demonstrar que as relações externas foram fundamentais para o necessário processo de acumulação. Entretanto, fora a criação de um mercado interno dinâmico, autônomo e suficientemente capaz de absorver a produção interna, o complemento de seu ciclo de expansão, com o excedente desse mercado destinado à exportação (e não sendo a exportação o seu fundamento, como nos países e regiões dependentes). Prova disso é a diferença dos níveis de vida da classe trabalhadora e classes médias dos países desenvolvidos em comparação com os dos países subdesenvolvidos.

Oliveira (1993) vai na mesma direção de blindagem a São Paulo, apresentada anteriormente por Martins. Para ele o debate em torno da questão regional, “*enquanto durou*”, serviu para a ditadura pós-1964 manter as aparências de legitimidade e racionalidade de sua política de expansão capitalista, através de um novo clientelismo com as oligarquias regionais, enquanto nutria um discurso de desconcentração econômica e combate às desigualdades regionais. O papel desempenhado por São Paulo, segundo sua perspectiva, foi a de dominação econômica sem hegemonia política, posto que as posições de comando da burocracia estatal, bem como um pensamento social da unidade nacional, fora desprezada pelos paulistas. Para ele, o Rio de Janeiro é quem apresenta melhores condições culturais e pretensões de construir uma hegemonia nacional. O imaginário construído pelo encantamento da promessa de melhores condições de vida pela industrialização de São Paulo – mais do que pela sua burguesia industrial – foi o que se chegou mais perto da unidade nacional. Teria sido a ambição do povo que construiu esse imaginário, esse mito, em decorrência das desigualdades regionais e das precárias condições de vida nessas regiões. Entretanto, esse

projeto se exaure a partir dos anos 1970, com esgotamento das possibilidades de construção de uma hegemonia paulista liderado pela burguesia.

Segundo o autor:

É possível listar algumas das condições não cumpridas, que explicam parcialmente o fracasso da hegemonia inacabada, ou o inacabamento do mito. Um dos pontos mais visíveis desse fracasso diz respeito ao Estado, e particularmente à formação de sua burocracia. Embora a burguesia paulista — sujeito principal da economia capitalista brasileira — tenha sido, sempre, assaz frequentadora dos gabinetes estatais, e beneficiada por uma longa série de subsídios estatais, que começou desde o Império — ao contrário da lenda de uma burguesia autossuficiente, de costas para o Estado, construída, com perdão do trocadilho, pelo Estadão —, a burguesia paulista jamais se preocupou com o próprio Estado nacional ou com a formação de sua burocracia. Ao contrário de sua atitude dentro do estado de São Paulo, onde modelares instituições como a própria USP e todos os grandes institutos, Adolfo Lutz, Butantan, Biológico, marcaram verdadeira revolução, a burguesia paulista virou as costas para o Estado brasileiro do ponto de vista dos interesses mais gerais que cabia ao Estado atender (OLIVEIRA, 1993, p. 54).

E conclui afirmando o esgotamento da possibilidade de hegemonia paulista e suas consequências:

Essa hegemonia inacabada, essa dominação apenas pelo mercado, tem enormes consequências, e não fosse por elas, não valeria a pena este debate. Não se trata, pois, de reivindicação regionalista, no sentido de que se a hegemonia tivesse sido de outra região, a obra teria sido melhor acabada. Nem se trata, tampouco, agora, de bradar pelo acabamento dessa hegemonia. Seu tempo passou, e desde há muito, os problemas e as fraturas da sociedade que a ausência de hegemonia deixou são tarefas das novas forças sociais e políticas, contra-hegemônicas, antiliberais, para além do mercado. E, finalmente, não se trata de pôr São Paulo no pelourinho: aqui a equivalência entre São Paulo e a burguesia deve ser entendida como a expressão máxima da potência burguesa no Brasil, à época da hegemonia possível. De fato, a territorialidade, o arcabouço jurídico-político do Estado, sem nenhum reducionismo vulgar, constituíam forças produtivas burguesas, assim como o Estado-nação da época do imperialismo constituiu, à sua época, igual força produtiva imperialista. A Royal Navy que o diga. As outras burguesias regionais no Brasil também utilizaram o poder de seus Estados circunscritos (OLIVEIRA, 1993, p. 58).

Voltando a questão dualista entre capitalismo e pré-capitalismo ocuparem espaços sociais e territoriais distintos no país, indagamos como pode um processo de dominação e exploração social, engendrado pelo capitalismo, não ser capitalista? O conjunto de relações sociais (de produção e além), a sociabilidade engendrada nos “sertões”, a própria construção da região enquanto “sertão”, as estruturas de produção e de poder e as mentalidades conflitantes existentes na região, são produtos do capital desde o século XVII. O que se tinha

antes, a sociabilidade indígena, é que pode ser mais corretamente considerada como pré-capitalista. Tudo o que se estabeleceu a partir do século XVII é construção capitalista. As formas não-clássicas assumidas pelas relações de troca (diga-se, não europeia) são também capitalistas, compõe a mesma mentalidade e a mesma estrutura de relações sociais em sua totalidade. Existe, nesses autores, a ideia de incompletude, derivada na noção de má formação social, daquilo que não se parece com o início da formação social capitalista europeia (com alguma exceção feita ao caso estadunidense, quando não se considera suas particularidades históricas e regionais) e que resente (mesmo os críticos) da diferença com relação aos países que deram origem ao capitalismo. Estariam esses autores, que bebem na fonte marxista, atrás do tipo ideal weberiano? Esse ressentimento os impede de compreender que essas diferenças nos padrões das relações de produção, no padrão de acumulação e valorização do capital são inerentes à essência do capitalismo, tanto quanto a forma de reprodução da mais-valia assumida nos processos de produção industriais europeus e as formas de regulação das relações sociais de produção (que responde a aptidão histórica dessas sociedades) que, por sua vez, vem se alterando e se reconfigurando constantemente, sem, contudo, saírem do escopo da sociabilidade e da (re)produção do capital. Não compreendem o sentido da integralidade adjacente à noção de totalidade sistêmica do capital, que articula essas “descontinuidades” e “incompletudes” em seu modo de (re)produção e acumulação. De certo modo, trazem em suas análises um certo paradigma funcionalista, ao não compreenderem que o capital origina-se a partir de contradições históricas, mas que não tem a necessidade concreta de as equalizá-las. Pelo contrário: fortalece-se e se reproduz em escala ampliada, induzindo novas contradições sem resolvê-las, sem superá-las. Esses são, exatamente, seus limites civilizatórios.

O que estou aqui a afirmar é que persiste nesses analistas e críticos do desenvolvimento capitalista um sistema classificatório de padrões produtivos, de mentalidades e sociabilidades que apartam e separam regiões, tempos históricos e grupos populacionais de modo hierárquico, que desprezam a unidade formada pelos contrários, pelos conflitos, pelos que não apresentam o mesmo padrão estabelecido, não por processos históricos, mas por consensos forjados a partir de interesses de dominação e exploração. Se assim não fosse, perderiam a pretensa “autoridade” de interpretar o Brasil a partir de suas soberbas posições acadêmicas privilegiadas.

O que podemos concluir, a partir das análises dos autores, é que São Paulo constrói o seu desenvolvimento urbano-industrial voltado para si, apartado da ideia de nação. Por isso

sua relação com outras regiões sempre foi de subordiná-las aos seus interesses. Favorece, para esse projeto, o poder de constrangimento econômico e concorrencial, o poder da influência paulista sobre o aparato institucional estatal (incluindo aí também as universidades), as alianças com os interesses egocêntricos de inércia ou de recomposição das classes oligárquicas regionais e, sobretudo, a contenção violenta das tentativas de questionamento popular e da classe trabalhadora, em particular, nas ações do Estado. Resulta desse processo a interrupção e obliteração da industrialização nas demais regiões e estados. É como uma grande árvore, como a mangueira, onde nada abaixo de si se desenvolve, por obstruir o crescimento das demais espécies.

De acordo com Frank (1976; 1980), a estrutura monopolista do capitalismo mundial se reproduz, por onde ele se expande, em níveis nacional e regional, como forma de enriquecimento de suas classes dominantes. Em outras palavras, é isso o que se quer dizer por divisão internacional do trabalho, que articula-se com divisões regionais do trabalho. No Brasil, a conversão das regiões Nordeste (cana-de-açúcar), interior de Minas Gerais e Goiás (mineração), Norte (madeiras e borracha) e Centro-Sul (café e economia do gado), posteriormente, em economias de exportação incorporadas ao desenvolvimento capitalista mundial, não forjou um desenvolvimento autônomo, mas um subdesenvolvimento satelitizado, em especial nos períodos de auge produtivos. Quando o interesse dos países desenvolvidos diminui, seja por questões de produtividade, esgotamento dos recursos ou o surgimento de outros mercados mais rentáveis, o que resta a essas regiões é dar continuidade ao desenvolvimento do seu subdesenvolvimento.

Nesse sentido, e pelas razões já demonstradas anteriormente, São Paulo desenvolveu, ou melhor, reproduziu, uma relação colonial com as demais regiões do país:

[...] O desenvolvimento da indústria em São Paulo não trouxe uma riqueza maior para as outras regiões do Brasil. Pelo contrário, converteu-as em satélites coloniais internos, descapitalizou-as ainda mais, e consolidou ou até aumentou o seu subdesenvolvimento. E há pouca evidência para sustentar que esse processo possa ser revertido num futuro próximo, exceto quanto à possibilidade de o pobre das províncias emigrar para tornar-se o pobre das cidades metropolitanas. Externamente, a evidência é que, embora o desenvolvimento inicial da indústria paulista tenha sido relativamente autônomo, ele está sendo crescentemente satelitizado pela metrópole capitalista mundial, e suas possibilidades futuras de desenvolvimento estão sendo cada vez mais restringidas. Esse desenvolvimento, meus estudos levaram-me a crer, parece também destinado a ser um desenvolvimento limitado ou subdesenvolvimento enquanto se desenrolar no presente quadro econômico, político e social (FRANK, 1976, p. 30).

A desindustrialização paulista e o fato de a balança comercial brasileira ser sustentada pelas exportações de *commodities* agrícolas e minerais de outras regiões parecem confirmar a hipótese do autor. Uma segunda hipótese do autor à época (final dos anos 1970), que também foi confirmada é a de que o desenvolvimento industrial das economias satélites é maior e mais “classicamente capitalista” (se assim se preferir classificar) quanto mais enfraquecidos estão seus laços com as metrópoles mundiais, exatamente por se voltar e se sustentar na formação do mercado interno. É nesse sentido que a expansão da sociedade urbano-industrial se demonstra mais claramente como um projeto de sociedade baseada no modo de exploração social, seja na superexploração da força de trabalho – que dá vantagens produtivas em relação às economias desenvolvidas – seja no rebaixamento do valor de reprodução da força de trabalho – com a precarização das condições e meios de vida da classe trabalhadora e classes médias. E é por isso também que emerge a importância de um Estado autoritário e centralizador o suficiente para mediar os conflitos sociais decorrentes dessas contradições.

Complementado, o autor afirma que:

Um corolário da segunda hipótese: quando a metrópole se recupera de sua crise e restabelece os laços de comércio e investimento que reincorporam completamente os satélites ao sistema, ou quando a metrópole se expande e incorpora ao sistema mundial regiões até então isoladas, o desenvolvimento e a industrialização anteriores dessas regiões são bloqueados ou desviados para direções que não são autossustentáveis nem promissoras (FRANK, 1976, p. 33).

O autor parece antever, em 1976, o desenrolar da agenda neoliberal nos países subdesenvolvidos (em especial na América Latina) no final dos anos 1980 (Chile, Argentina e México, por exemplo) e início dos anos 1990 (no Brasil). O neoliberalismo teve exatamente esse efeito: reinserir essas regiões numa nova forma de dependência e exploração pelos países desenvolvidos, no bojo da reestruturação produtiva do capital, que expôs a abertura de seus mercados a uma defasagem tecnológica e de escala produtiva, entregando parte central de seus capitais (privatização de empresas e recursos estatais e naturais) em troca de recursos do capital financeiro (empréstimos), em razão da escassez de poupança interna, derivada de mercados internos debilitados e que não foram construídos de modo a ser autossustentáveis. E mais: estimula a industrialização de regiões, exemplo de Goiás, de modo frágil (pouca diversificação produtiva, limites de financiamento interno, aparato legal e institucional

restritivo, mercado consumidor interno de suas mercadorias incipientes, superexploração e precarização da força de trabalho, dependência econômica da exportação de bens primários), ao mesmo tempo que os articula diretamente com o mercado consumidor estrangeiro, conforme observamos nas avaliações da política industrial de Goiás. A política industrial goiana, desde o seu início, nos finais da década de 1960, e de modo mais intenso no final dos anos 1990 (com os governos Perillo), além de ser insuficiente, por essas questões “externas”, é também uma política de privilégio, ao atrair capitais privados (em sua maioria oriundos de uma burguesia já consolidada) com renúncia de recursos públicos, que afetam o atendimento dos serviços básicos da população. Isso contribui para a precarização do modo de vida da classe trabalhadora, em troca de poucos empregos e salários abaixo da média nacional. Ademais, o projeto burguês de sociedade urbano-industrial, subjacente a esse subdesenvolvimento dependente, constrói o espaço urbano (mas também o rural) exclusivamente para o capital, desprezando e precarizando as condições de vida da população. Resulta daí a frustração dos anseios da classe trabalhadora, sobre a qual extrai sua mais-valia e a explora.

Então, a ideia de uma sociedade inacabada, mal formada ou atrasada, que formulam alguns intelectuais bem-intencionados pela legítima crítica às burguesias e classes auxiliares nacionais e regionais ou à insuficiência estatal, acaba por não evidenciar um projeto de sociedade exógeno muito bem-sucedido e eficazmente planejado e executado; e ainda, que este projeto é reproduzido na construção e transformação da sociedade brasileira também de modo monopolista e subordinado e, conseqüentemente, permanentemente subdesenvolvido. É uma sociedade funcional e plenamente (sub)desenvolvida para aquilo que as classes dominantes (burguesia e classes auxiliares), que a engendram, projetam e realizam. A frustração de certa parcela considerável da intelectualidade – que aparentemente pretendia ver o país e a região equiparados às potências econômicas mundiais imperialistas e desenvolvidas – impede de compreender ou de denunciar radicalmente a sociedade urbano-industrial como um projeto político-econômico, em razão de sua perspectiva decepcionada com a hegemonia local inacabada.

Partem daí algumas formulações sobre o processo de desenvolvimento nacional e seus desequilíbrios regionais, apresentadas acima. Existe também uma contradição entre o desejo frustrado de uma elite intelectual, pretensamente comprometida com o desenvolvimento industrial e social, em termos de nação, com relação ao descompasso

político vanguardista de sua burguesia e classes políticas auxiliares, que os decepciona (inclusive com relação às direções sindicais e de partidos de esquerda, mais recentemente). Desse modo, é natural que se veja como não realizado um projeto de sociedade que “deveria” (desejo) ter sido concretizado, caso a burguesia do país tomassem os caminhos que essa elite intelectual denuncia. Para essa parcela da intelectualidade, a crítica à ideologia do fim da história, representada na crítica ao neoliberalismo, parece mais zanga infantil ou surto desesperado do que um projeto concreto de sociedade alternativa possível, quando não uma máscara para a subserviência de governos de partidos ditos de esquerda que ela apoiou, estimulou e ajudou a forjar nos últimos 25 anos. Podemos vislumbrar essa postura naquilo que aqui denominamos como “perspectiva uspiana”, em alusão a intelectuais que, a partir da Universidade de São Paulo (e suas derivadas universidades e faculdades irmãs, como PUC-SP, Unicamp, UFSCar, etc.) tecem formulações, a partir de sua perspectiva local com pretensões generalizantes, sobre as demais regiões do país, e do cenário nacional como um todo, e que influenciam fortemente nós próprios no cerrado<sup>29</sup>.

A maior fragilidade do debate regional, por parte da academia, é restringi-lo ao seu efeito mais evidente: as desigualdades regionais. E, conseqüentemente, não compreender as regiões como já integradas a um processo maior e anterior, qual seja, o processo de acumulação de capital, que produz mundialmente e reproduz-se nacionalmente de modo subdesenvolvido. A escala mundial da acumulação de capital, desde o seu início, faz com que todas as partes desse processo, inclusive as regiões subnacionais, estejam articuladas de modo desigual, porém combinado, a uma totalidade sistêmica. Essa observação segue no mesmo sentido da crítica aos limites eurocêntrico das análises da luta de classes e da formação da classe trabalhadora. O olhar eurocêntrico, ou melhor dizendo, o olhar centrado e direcionado a partir de uma particular situação local das relações sociais de classes, tem a fragilidade teórica de não perceber as complexas e contraditórias dinâmicas políticas, sociais e potencialmente significativas das demais parcelas da classe trabalhadora e da luta de classes. E, o que é ainda mais problemático, não perceber as reais conexões entre as partes do todo.

---

29 Uma pequena evidência da pretensão hegemônica dessa “perspectiva uspiana”, e os efeitos dos seus poderes de influência para além de suas fronteiras geográficas, está na dificuldade que encontramos no incentivo institucional e legitimação intelectual de realizarmos pesquisas sobre o Brasil (enquanto escopo de pesquisa), a partir de programas de pós-graduação locais, definidos, restringidos e estigmatizados como “regionais”.

## **CAPÍTULO 4 – FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA, LUTAS E RESISTÊNCIAS A SOCIEDADE URBANO-INDUSTRIAL EM GOIÁS**

Neste capítulo discutiremos a formação da classe trabalhadora em Goiás, partindo de sua gênese ainda, no período colonial, até o início da classe trabalhadora urbano-industrial propriamente, com os ferroviários e pioneiros da construção de Goiânia, até chegarmos na composição do mercado de trabalho urbano-industrial no que diz respeito à ocupação e renda, qualificação profissional e processos de trabalho mais recentes. Por fim, discutiremos os processos de sofrimento, lutas e resistências à sociedade urbano-industrial, o que nos levará a pensar as práticas e representações dos diversos sujeitos envolvidos, tanto os trabalhadores urbano-industriais *stricto sensu* quanto os demais sujeitos atingidos por esse projeto de sociedade que, de certo modo, apresentam algum tipo de resistência ao modo de acumulação e modelo de sociedade.

Para se compreender as dinâmicas do trabalho urbano-industrial em Goiás, levantou-se um conjunto de dados de fontes primárias e secundárias por meio de pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa documental em fontes primárias fora realizada em bancos de dados estatísticos e documentais, como os do Instituto Mauro Borges – IMB, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS. A pesquisa bibliográfica em fontes secundárias se deu em acervos com documentos sobre a história do trabalho em Goiás, como o Museu Antropológico da UFG e o Centro de Informação, Documentação e Arquivo da UFG – CIDARQ, além do levantamento de dissertações e teses na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e de publicações nos acervos dos sindicatos das categorias disponíveis. A argumentação e análise contidas neste capítulo baseiam-se na articulação entre os objetivos propostos no projeto de pesquisa que buscam responder a problematização da pesquisa e a disponibilidade dos dados. Desse modo, nos guiamos tanto pelos interesses iniciais do projeto quanto pela descoberta de dados (quantitativos e qualitativos) que nos parecem heurísticamente relevantes para a compreensão da formação da classe trabalhadora urbano-industrial e sua dinâmica histórica, conforme classificamos, analisamos e apresentamos a seguir.

#### 4.1 – Gênese da Classe Trabalhadora em Goiás

*“Proletários de todos os países: uni-vos!”*: brado provocativo proferido por Marx e Engels no Manifesto Comunista, ainda em 1848, que expressa objetivamente mais realismo que desejo; manifesta a interconexão e interdependência dos homens e mulheres mundialmente postos em movimento pelo poder social ora representado pelo capital. Ou seja, pelo movimento de expansão, acumulação e exploração do capital no mercado mundial, nenhuma região do mundo pode ser compreendida senão como parte de uma totalidade engendrada pelo capital (MARX; ENGELS, 2010).

Segundo os autores:

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do mundo. Ao invés das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas demandas, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e de climas os mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações (MARX; ENGELS, 2010, p. 43).

Não dá para se produzir um conhecimento da luta anticapitalista em Goiás aos moldes do que Marx e Engels fizeram sobre a classe trabalhadora na Europa porque o processo de construção do modo de produção e modo de vida no capitalismo apresentam singularidades empíricas que os tornam desiguais. Entretanto, o conjunto de relações sociais que os tornam diferentes não significa que ambos sejam desconectados. Pelo contrário, e cada vez mais, expressam complementaridade e interconexão, fruto da extensão da cooperação na divisão internacional do trabalho. Portanto, pela mesma razão que nos capítulos anteriores buscamos evidenciar as diferenças e conexões do modo de produção capitalista, torna-se coerentemente necessário também fazermos o mesmo esforço quanto à origem e desenvolvimento da classe trabalhadora em Goiás. Contextualização essa que nos ajudará a compreender as transformações sociais impostas pelo, para e contra o capital em Goiás.

#### 4.1.1 – A Escravização da Força de Trabalho no Período Colonial

Por tanto, a formação histórica da força de trabalho em Goiás para uso capitalista se deu, ainda no período colonial, com o uso sistemático da escravização dos indígenas e africanos, na participação forçada da procura e exploração de minérios que seriam exportados para as metrópoles europeias. Encontra-se registros de indícios do uso dessa força de trabalho em Goiás já em 1592, conforme aponta Salles (1973) a partir das Atas da Comarca de São Paulo, dirigidas ao Capitão Jerônimo Leitão:

Em terras dos goiáses, alguns anos depois, a bandeira de Sebastião Marinho, em 1592, no período Filipino, penetra pelo interior. Não há certeza se foi à procura de mão-de-obra. Como a época demandava, com imposição, a espoliação da força escravizada do gentio, é possível que o destino do bandeirante tenha sido o seu apresamento. No período da procura do ouro, o depoimento do Alferes Braga esclarece que o Capitão General Rodrigo César, tendo franqueado a bandeira do Capitão Bartolomeu Bueno, nela inseriram-se 20 índios, doados pelo chefe da Capitania "para a condução das cargas e necessários". Registram-se, também, a presença de outros índios e negros, possessões de um baiano, cinco ou seis paulistas e de outros portugueses. No mesmo documento, vemos a seguinte referência: "Da Meia Ponte, distância de dois dias de viagem, se deixou ficar Fr. Antônio com ânimo de lançar roça com dez negros ...". Nestas primeiras entradas, o branco comandava e tomava posse, o escravo desbastava a mata nos locais de acampamento e plantava o milho e a batata "que se pudesse recolher a Povoador" (SALLES, 1973, p. 612).

Outros registros de períodos seguintes se sucedem, como o do General Couto de Magalhães que relata ter notícias da expedição do missionário capuchinho Fr. Segismundo de Taggia, que em 1854 guiava uma tropa composta de 10 praças de linha e seis índios Xavantes que, entre o Rio Araguaia e o Rio das Mortes, buscavam minérios (Magalhães, 1946, p. 173). Presume-se que a utilização da força de trabalho indígena tenha sido uma constante em Goiás no período, principalmente pelas suas habilidades na navegação e na mediação com outros índios não integrados às expedições. Essas circunstâncias se modificaram relativamente quando, em 1609, os índios foram declarados livres e proibido a sua escravização por força de uma lei. Entretanto, tal legislação não foi suficiente para a efetiva proibição da escravização, sendo ela camuflada por outras nomenclaturas ou mesmo feito à revelia da lei.

Em virtude das revoltas e contra-ataques dos indígenas (que analisaremos mais adiante) e das pressões de parte do clero e ideias iluministas de além-mar, buscaram-se outros caminhos para a utilização da força de trabalho indígena, uma vez que, naquele momento, ela se tornava essencial ao capital. Buscou-se então a “adesão” (um tanto forçada, como veremos)

por meio da catequese: uma espécie de “qualificação profissional” e de conversão ao modo de vida capitalista, tido como “civilizado”. A catequese representou de fato uma possibilidade de utilizar a força de trabalho indígena nos empreendimentos capitalistas numa região que sofria com a escassez de trabalhadores. Ainda em 2 de dezembro de 1927, o senador por Goiás Olegário Pinto, numa sessão do senado, proferiu o seguinte discurso:

Confirmando o que venho de dizer, ocorre-me acrescentar que, Couto de Magalhães, com 40 índios Carajás e Xerens, conseguiu fazer funcionar as machinas dos vapores que adquiriu para a navegação do Araguaya, cujas tripulações, exceptuando o machinista chefe, era toda indígena. Couto Magalhães, Sr. Presidente, organizou um collegio em Leopoldina, mandando laçar por soldados de cavalaria, pequenos índios para interna-los nesse collegio. E desse collegio, Sr. Presidente, sahiram habeis machinistas, valentes soldados e dous grandes fazendeiros, que estão no Araguaya. Mais ainda. Couto Magalhães, Sr. Presidente, tornou a cathechese uma realidade, agindo de accordo com as missões religiosas que até hoje alli têm prestado os mais relevantes serviços (A Informação Goiana, 2001).

Agora vejamos o que Couto Magalhães, esse general do capital em Goiás, concebia como doutrina de seus colégios e objetivo de seus “relevantes serviços”:

Quanto à catequese, parece-me também que, em vez de despender somas consideráveis em brindes, que em nada aproveitam aos selvagens, e que não os chamam à civilização, como a experiência o tem demonstrado, melhor fora obrigá-los a servirem de remadores, para o que são excelentes, mediante um pequeno estipêndio. Não se diga que é bárbara esta ideia. Porventura, não obrigamos nossos concidadãos a serem soldados e marinheiros, não os sujeitamos a castigos corpóreos e a um regulamento verdadeiramente sanguinário? Terão os índios mais direitos do que tem o cidadão brasileiro? Não, por certo. Esta medida empregada com discrição chamá-los-ia bem depressa à verdadeira civilização, isto é, ao amor pelo trabalho, pela família e pela ordem. Nossa humanidade para com esses pobres homens é, direi de passagem, como a afeição dessas mães fracas que, por um mal entendido amor, deixam de educar seus filhos, resultando se tornarem eles péssimos cidadãos e receberem, em duras e ásperas lições da experiência, aquele ensino que teriam adquirido nessa quadra da vida onde se imprimem com tanta facilidade em nosso espírito as coisas que nos querem fazer aprender (MAGALHÃES, 1946, p. 186).

Essa é a forma que “*a verdadeira civilização*” do capital empenhou em Goiás para estabelecer as relações de trocas com os indígenas: a obrigação de internalizar uma cultura despoticamente avessa ao seu modo de vida e trabalhar para os brancos em troca de “*um pequeno estipêndio*”. Ademais, percebamos que Couto Magalhães proferia sinceramente sua perspectiva no final do século XIX, ou seja, vislumbrava a proletarização dos indígenas aos moldes do proletário europeu de sua época. Como a expressa escravização indígena configuraria uma violação à lei (a partir do século XVII) a alternativa para a necessária

utilização da força de trabalho indígena seria então a oficialização de seu vínculo como “administrado”: uma espécie de formalização do uso forçado da força de trabalho por meio da catequese. Esse status oficial era a única diferença da situação dos indígenas em relação aos africanos escravizados.

Conforme Salles (1973):

Quanto ao trabalho escravo indígena, notamos sua atuação como "administrado", sendo sua situação oficial protegida por força de lei, desde o comêço do século XVII. Embora muitas vêzes escravizado, o seu trabalho foi notado, sobretudo, nos aldeamentos [...]. Nas regiões onde a fiscalização oficial não penetrava ou fazia "vistas grossas", o tratamento do indígena escravizado não diferia do recebido pelo africano. Conforme já nos referimos, os indígenas foram protegidos, desde o início de nossa colonização, pelas missões religiosas, e mais tarde concentrados em aldeias do govêrno. Nem sempre os aldeamentos primavam pelo tratamento cristão, razão de as tribos ali aglomeradas, terem se dispersado, reingressando nas florestas (SALLES, 1973, p. 636).

Os africanos escravizados somaram-se aos indígenas e foram utilizados principalmente na extração e processamento mineral. Em 1736, contavam aproximadamente 6.000 pessoas; em 1742, eram 8.082 nos principais focos da mineração (Vila Boa, Meia Ponte e Crixás). Número considerado relevante, configurando um aumento significativo para os padrões da população escravizada na colônia. Esses números podem ser atribuídos à curta duração de suas vidas. A média da vida produtiva por pessoa era entre 7 a 10 anos apenas, uma vez que eram lhes dados pouca alimentação, quase nenhum medicamento e uma carga de trabalho exaustiva (SALLES, 1973).

Esse modo de vida (e de morte) configurava-se a partir do seguinte processo de trabalho:

O escravo executava todo o serviço de mineração. No Pilar, chegaram a concentrar-se 9.000, conforme expressa Cunha Mattos. Vêmo-lo nos taboleiros, onde as escavações se processavam em linha sinuosa a fim de facilitar a manobra de excavação. Havia um ritmo equilibrado na faina organizada. Uns escavavam o solo, outros carregavam os "carumbés" com as rochas auríferas, outros recebiam o vasilhame carregado na cabeça para o transporte ao local apropriado para a lavagem. Desfilavam, acelerados, uns após outros, arremessando sua carga em montes e continuando, apressados, para novo depósito. Eschwege comparou-os a um bando ordenado de formigas, equilibradas e laboriosas (SALLES, 1973, p. 619).

A baixa duração média *per capita* da força de trabalho do africano escravizado, submetido a um processo de trabalho exaustivo, associado aos avanços técnicos e industriais

introduzidos nas minas, fez com que decrescesse sua utilização por tornar-se demasiado oneroso, principalmente em minas já não tão atrativas para os negócios coloniais. Decorre daí também a escassez de força de trabalho nas lavouras para as quais se voltam o foco produtivo a partir de então. Os alforriados, os que refugiaram-se em quilombos e outros remanescentes (em torno de 10 a 12 por propriedade) ficaram com suas subsistências arruinadas por falta de trabalho, de terra, insumos, enfim, por terem sido tolhidos dos meios de subsistência. Destaca-se que, até o fim da colonização, as atividades contrárias à mineração – como lavouras (mesmo as destinadas a produção de bens alimentícios para consumo local) e indústrias (engenhos e outras fábricas) – eram altamente taxadas para que se contivesse o avanço dessas atividades e, com isso, não desvirtuasse o emprego de força de trabalho em outras atividades que não eram de interesse imperial (CHAIM, 1978; SALLES, 1973).

Muito da falta de diversificação econômica e a consequente falta de emprego pós-colonização se explica por essas medidas. Os que foram absorvidos nas lavouras – juntamente aos brancos remanescentes das minas, convertidos em “sertanejos” - enfrentaram a carência de uma parca produção para consumo em troca de trabalhos nas fazendas que exportava alguns poucos excedentes. Desse modo, o mercado profissional no século XIX em Goiás foi assim registrado:

De modo geral, as profissões registradas nos livros de matrículas em toda Província, pelos meados do século XIX, assim os apresentavam: lavrador, cozinheiro, carpinteiros, pedreiros, sapateiros, alfaiates, trabalhador em mineração, fiandeiros, tecelões, vaqueiros, ferreiros, costureiros (as). Predominam o trabalho na lavoura, na cozinha e outros serviços domésticos. As profissões manuais vão sendo aos poucos absorvidas pelo trabalhador livre, a medida em que o domínio do escravo vai se esvaindo da mão dos proprietários, com as propagandas liberais e as alforrias numerosas que vão surgindo, em decorrência das circunstâncias políticas e sociais do fim do século XIX (SALLES, 1973, p. 626).

O mercado de trabalho baseado nas fazendas de lavoura e pecuária e numa economia urbana incipiente formada em torno das minas (Meia Ponte, Santa Cruz, Bonfim, Cavalcante e Vila Boa), compunha-se cada vez mais de trabalhadores oficialmente livres que, na prática, converteram-se em servos domésticos, uma vez que a abolição da escravatura representou a extinção apenas formal dos vínculos de trabalho escravo. A legislação que sucedeu a abolição da escravatura e que regulou as relações de trabalho no campo entre patrões, agregados e camaradas fazia desses trabalhadores servos domésticos por estabelecer sua dependência jurídica e política ao patrão e à servidão por dívida. Elaborada pelo desembargador Luís

Gonzaga Jaime e decretada pelo 1º vice-presidente do Estado de Goiás Antônio José Caiado, a lei nº 11 de 20 de julho de 1892 estabelecia oficialmente a obrigatoriedade cartorial do contrato de prestação de serviço entre dois contratantes formalmente equivalentes: o locador e o locatário das áreas para produção. Na prática, o trabalhador camarada que alugava as áreas para lavoura tinha a obrigação de cumprir uma carga horária diária e semanal de trabalho em troca de um salário que, as vezes, era adiantado no estabelecimento do contrato, contraindo-se assim uma dívida que muitas vezes era impagável, principalmente pela falta de transparência com que eram registrados os créditos e débitos desses trabalhadores, uma vez que o livro de anotações ficava na posse do patrão. Como os patrões representavam verdadeiras autoridades locais (os “coronéis”) dificilmente perdiam ações na justiça quando eram contestados. A hierarquia social entre as partes pendiam sempre para o seu favorecimento. Ausências do trabalho, alimentação, aluguel e reformas de moradias eram descontados dos salários dos empregados e sua prisão era garantida por lei (nos casos de ausência do trabalho e absenteísmo, pelo menos). Contraindo dívidas, o empregado só poderia rescindir o contrato mediante perdão do patrão, ou caso algum outro fazendeiro quitasse sua dívida, relação essa que o tornaria dependente ao novo patrão (MOREYRA, 2015; SILVA, 2005).

Autores como Moreyra (2015) e Chaim (1978) afirmam que a justificativa psicológica para esse tipo de relação forçada de trabalho por parte da classe proprietária rural em Goiás baseia-se na sua aversão ao trabalho físico, considerado como indigno ao ponto de causar perplexidade, entre seus componentes, devido à desonra representada pelo trabalho físico. Talvez isso explica porquê causou tanta revolta a expedição do Decreto nº 411 de 1930, pelo então interventor Pedro Ludovico Teixeira, que obrigava que a caderneta de anotações ficasse na posse do trabalhador, estipulava uma tabela de salário-mínimo, proibia a contratação de menor de idade sem tutor, limitava o adiantamento salarial em até 85%, estabelecia a Secretaria de Segurança Pública como responsável pela fiscalização dos contratos e o arbítrio das rescisões, permitia o desligamento do trabalhador em casos de não fornecimento de alimentação e “excessiva” violência. Entretanto, mantinha a prisão em casos de abandono de trabalho sem justa causa.

Uma petição do advogado Urbano Berquó, dirigida ao interventor federal em março de 1934, expressa as repercussões de tal decreto e, ao mesmo tempo, revela a estrutura de classes em Goiás no período:

Neste Estado havia, até outubro de 1930, uma casta privilegiada, era a família de seus dominadores. Uma [*casta*] média, dos funcionários públicos subalternos; finalmente os párias, chamados “camaradas”. Esta última classe não tinha personalidade, considerava-se coisa, propriedade dos grandes senhores. Os párias eram traficados em público, sob as vistas da polícia, trazendo sempre estampado no rosto o ricto da tristeza e, no corpo, as equimoses das pancadas [...]. Não se aplicavam nem o Código Penal, nem o Código Civil. O Estado legislava direito substantivo, relegando para um plano inferior a lei federal. O juiz distrital era competente para aplicação da lei nº 11 de 20 de julho de 1892, sancionada pelo então vice-presidente Antônio José Caiado [...]. Nomeado o sr. Domingos Netto de Vellasco secretário da Segurança Pública, numa ânsia de reforma, conseguiu do Exmo. Sr. Dr. Interventor a expedição do decreto 411 de 23 de dezembro de 1930 [...]. Os patrões, escandalizados, taxaram o secretário de comunista, formando desde aí uma esquerda revolucionária que vem pregando o credo soviético na República Brasileira de Goiás. O decreto “vermelho” ampliou o Código Penal quanto à prisão e alterou, quanto aos seus efeitos, o art. 1129 do Código Civil. (Apud Souza, 1979, p. 141). (MOREYRA, 2015, p. 33).<sup>30</sup>

Portanto, esse é o contexto que antecede às mudanças na sociedade goiana rumo à sociedade urbano-industrial: relações de trabalho que herdaram regulações e tradições escravistas, escassez de força de trabalho e especialização produtiva condicionada pelas restrições políticas e econômicas da colonização. Uma estrutura de classes baseada na superexploração e dominação violenta da força de trabalho e no distanciamento social entre as classes com quase nenhuma mobilidade. A partir desse contexto, buscou-se forjar um outro tipo de organização social que engendrou uma série de processos de trabalho e movimentos no modo de vida da classe trabalhadora urbano-industrial em Goiás, como veremos a seguir.

#### 4.2 – Gênese da Classe Trabalhadora Urbano-Industrial em Goiás

Em paralelo à complementariedade da produção e circulação de mercadorias na totalidade da formação e efetivação do capital, dá-se o mesmo em relação ao trabalho, naquilo que autores como Marx (1968) e Marini (2011) denominam como o operário (ou trabalhador) coletivo. Essa categoria evidencia o engendramento de trabalhadores organizados em diferentes categorias profissionais e espaços de trabalho mais ou menos próximos da

30 Além das modificações legais apresentadas acima, o Decreto nº 411/1930 estipulou também que o pagamento das custas judiciais de um eventual processo de revisão processual fosse pago por quem entrasse na justiça ou perdesse a ação, tal qual a reforma trabalhista aprovada pelo Governo Temer em 2017, dificultando o acesso dos trabalhadores à justiça. Associado a fantasia do perigo comunista, advindas de medidas que visam proteger ou melhorar as condições de vida da classe trabalhadora (muito mais um argumento eleitoral do que uma realidade eminente), as semelhanças entre os dois contextos não são meras coincidências.

produção do valor. A unidade entre esses trabalhadores encontra-se na inserção aos processos produtivos engendrados na produção e na circulação de capital, na perspectiva da totalidade representada pelo processo de acumulação do capital. A efetivação do capital, por meio de processos de produção e circulação de mercadorias, exige a participação e exploração de trabalhadores tanto da produção quanto da circulação, evidentemente, conforme discussão exposta no Capítulo 1.

De acordo com o Marini:

É possível sustentar, a partir do que foi exposto, que restringir a classe operária aos trabalhadores assalariados que produzem a riqueza material, ou seja, o valor de uso sobre o qual repousa o conceito de valor, corresponde a perder de vista o processo global de reprodução capitalista. Como destacado de forma repetida por Marx, o desenvolvimento da produção mercantil capitalista não faz senão acrescentar o número de trabalhadores assalariados e, portanto, dos operários envolvidos no processo de reprodução, sem que isso implique dizer, como pretendem alguns, que Marx concebera uma sociedade exclusivamente formada por capitalista e operários. Do ponto de vista estritamente econômico, a tendência do sistema é a de aumentar, nunca de diminuir, a *classe operária, ou seja, aquela categoria social formada por trabalhadores pagos por meio da inversão de capital variável e cuja remuneração é sempre inferior ao valor do produto de seu trabalho*. Se, por um lado, devido ao aumento da produtividade do trabalho, tende a se reduzir a quantidade de trabalhadores ligados diretamente à produção, por outro lado, incrementa-se o número de trabalhadores empregados na esfera da circulação e da distribuição (MARINI, 2011, p. 193).

Coloca-se assim a questão da definição de classe social que, segundo o referencial teórico aqui adotado, se estabelece por dois critérios: na relação com outras classes sociais, onde se defrontam as distinções das posições na estrutura de produção e renda e, conseqüentemente, de interesses políticos e econômicos; e nas condições determinantes de vida, ou seja, na tendência histórica que o indivíduo recebe pela trajetória do grupo social a que pertence e que é fortemente demarcada pela perspectiva de vida individual e familiar (não o indivíduo particular “liberal”, mas o indivíduo social e de classe).

Sobre os critérios que definem as classes sociais na sociedade capitalista, Marx e Engels (2007) discorrem:

[...] Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra uma outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal, são subsumidos a ela. É o mesmo fenômeno que o da subsunção dos indivíduos singulares à divisão do trabalho e ele

só pode ser suprimido pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho (MARX; ENGELS, 2007, p. 64).

Especificamente sobre a perspectiva de classe do proletário afirmam:

Entre os proletários [...] suas próprias condições de vida, o trabalho e, desse modo, todo o conjunto das condições de existência da sociedade atual tornaram-se para eles algo acidental, sobre o qual os proletários isolados não possuem nenhum controle e sobre o qual nenhuma organização social pode lhes dar algum controle, e a contradição entre [...] a personalidade do proletário singular e sua condição de vida que lhe foi imposta, o trabalho, é revelada para ele mesmo, sobretudo porque ele é sacrificado desde a juventude e porque, no interior de sua classe, é desprovido da chance de alcançar as condições que o coloquem na outra classe (MARX; ENGELS, 2007, p. 65).

O conceito de perspectiva é central para a compreensão do trabalhador enquanto classe. A teoria marxista busca expressar o que representa o movimento histórico do operário em particular e da classe trabalhadora em geral: seu desenvolvimento histórico é marcado pela desigualdade de condições de existência em relação a outras classes – fruto da exploração de sua força de trabalho, que resulta da sua posição na divisão social do trabalho – e da restritiva mobilidade social que perpetua essa condição – fruto da dominação política e econômica da burguesia e classes auxiliares, tendo na burocracia função essencial nas regulações sociais impostas pelo Estado e demais instituições. A partir dessas condições, formam-se as bases das quais partem a perspectiva de classe e que resulta na consciência que o indivíduo formulará a partir das suas representações. Isto porque agregam-se aos econômicos outros elementos da vida social, como valores, sentimentos, trajetória familiar, conhecimentos para além da sua trajetória familiar, capacidade de compreensão das complexidades inerentes a vida social, etc.

Para Marini (2011) a particularidade da classe operária como categoria social e sua relação com a classe trabalhadora em geral pode ser compreendida da seguinte forma:

Um primeiro passo para explicar o problema colocado sobre o que é a classe operária consiste em recorrer à origem do papel que desempenha o trabalhador assalariado; ou seja, em saber se esse papel corresponde a um desdobramento do processo de trabalho, ou se corresponde a um desdobramento da função do capitalista, que Marx resumiu como: direção, vigilância e vínculo. É óbvio que, no caso do desdobramento da função do capitalista, o trabalhador assalariado fica excluído da classe operária, ainda se seu salário, sua educação, seus costumes e seu ambiente social o levam a se confundir com tal classe. Basta observar seu comportamento em um momento qualquer de intensificação da luta de classes – uma greve, por exemplo – para comprovar isso. O passo seguinte tem de se dar necessariamente fora da economia. A procedência social, os mecanismos de mobilidade a que estão sujeitos, a educação, o ambiente familiar e de trabalho dos

indivíduos modificam seu comportamento e, mais do que isso, modelam sua visão de mundo e a percepção que eles têm de si mesmo. Para definir uma classe social em um momento histórico dado não basta, portanto, considerar a posição que os homens ocupam objetivamente na reprodução material da sociedade. Além disso, é necessário considerar os fatores sociais e ideológicos que determinam sua consciência em relação ao papel que nela creem desempenhar. Levando em conta as críticas que essa assertiva sofreu, somente em última instância a base econômica determina a consciência. E o faz por meio da dinâmica social concreta, ou seja, pela luta de classes. De tal forma que, em determinadas circunstâncias, mesmo os trabalhadores não incluídos diretamente na classe operária ou que se consideram alheios a ela, dada a sua posição na reprodução econômica, podem se identificar com suas aspirações, incorporando-se ao movimento operário (MARINI, 2011, p. 195).

Neste ponto da discussão, podemos fazer algumas definições. Existe uma distinção fundante do sistema capitalista, herdada de outros modos de produção que se expressa na divisão de classes, que se dá entre aqueles que detêm a propriedade dos meios de produção – a burguesia –, e aqueles que vivem da venda de sua força de trabalho e que vivem na dependência de salários – a classe trabalhadora assalariada. A classe operária é historicamente constituída de trabalhadores diretamente envolvidos na produção do valor (produtor direto), podendo outros indivíduos da classe trabalhadora estarem em oposição política em relação a classe operária, como por exemplo, os trabalhadores que exercem funções de controle, vigilância e burocracia empresarial, que podem oscilar em termos de consciência de classe e de luta política, a depender de fatores outros que não sua posição na divisão social do trabalho. Entretanto, essa é uma definição que privilegia o critério econômico, no sentido da produção do valor e relação dos trabalhadores com os meios de produção. Não considero errônea esta definição. Entretanto, é inegável o limites conceitual, político e sociológico contida numa perspectiva de emancipação que restrinja ao operariado o potencial revolucionário na luta política e descarta, analítica e historicamente, as contradições dos demais estratos da classe trabalhadora, ou seja, seus limites e possibilidades para uma consciência política revolucionária ou ao menos contestatória, inicialmente.

Outro limitador presente nessa definição, que também é criticada por Marini – e que tem relação mais direta com os objetivos desta pesquisa – é que o desenvolvimento do capitalismo vem reduzindo o número de operários, em função da intensificação da automação, ao passo que vem aumentando o número dos demais trabalhadores assalariados, conforme já discutido nos capítulos anteriores, ao mesmo tempo em que as redes de relações de produção tomam dimensões e conexões cada vez mais mundializadas, realizando a tendência em tornar os processos de trabalho interconectados (cooperação), explicitando cada vez mais o

trabalhador coletivo. Nesse ponto, até mesmo pela intensificação da divisão social do trabalho, outras categorias de trabalhadores apresentam potencialmente forças políticas capazes de constranger radicalmente o capital.

Além do mais, Marx (1968), ao longo de toda a sua análise sobre o conjunto de relações sociais engendrados na acumulação e valorização do capital, afirma a centralidade sistêmica do operariado na produção do valor, mas não negligencia a necessidade de outras frações da classe trabalhadora na efetivação do valor (circulação do capital). Na luta de classes o conjunto da classe trabalhadora tem a desempenhar contribuições importantes, principalmente se tivermos uma compreensão que não se limita epistemologicamente a dogmas conceituais sectários. A centralidade da produção do valor no capitalismo não prescinde dos demais espaços e momentos sociais de abrangência do capital.

Assim, conforme pretendi evidenciar até este momento, o desenvolvimento capitalista no Brasil, e em Goiás em particular, se dá com o engendramento da sociedade urbano-industrial assentada na exploração do trabalho, o que faz com que o conceito de classe trabalhadora seja mais relevante do que o de classe operária (aquela envolvida diretamente na produção fabril) para a compreensão dos processos de produção e acumulação de capitais, em sua totalidade, expressos nas mudanças econômicas, políticas e sociais trazidas pelo desenvolvimento histórico da região. O trabalho urbano-industrial acontece em Goiás não apenas na produção de valor em si, mas também com a sua efetivação na circulação e consumo de capital – emergindo a relevância social de outras categorias de trabalhadores para a compreensão da luta de classes. Até porque, a produção local é cada vez mais integrada numa rede mundial de produção que compõe uma produção industrial mundializada, como por exemplo a montagem de automóveis, a exportação de matérias-primas minerais e agrícolas, importação de insumos com alto teor tecnológico para a produção de medicamentos, etc.

Apesar do ceticismo (as vezes dogmático e sectário, reafirmamos) de algumas correntes do marxismo em concordar com essa argumentação, podemos ancorá-la na discussão trazido por Marx (1968), quando discute a conceituação de trabalho produtivo – operário, produtor de mais-valor – e trabalho improdutivo – realizado pelos demais trabalhadores – na produção social da mercadoria, especialmente a partir do desenvolvimento da maquinaria, em que critica o limite da questão econômico, verdadeiramente envolvida na questão, ampliando o significado social do conceito:

[...] O produto deixa de ser o resultado imediato da atividade do produtor individual para tornar-se produto social, comum, de um trabalhador coletivo, isto é, de uma combinação de trabalhadores, podendo ser direta ou indireta a participação de cada um deles na manipulação do objeto sobre que incide o trabalho. A conceituação do trabalho produtivo e de seu executor, o trabalhador produtivo, amplia-se em virtude desse caráter cooperativo do processo de trabalho. Para trabalhar produtivamente não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação do objeto de trabalho; basta ser órgão do trabalhador coletivo, exercendo qualquer uma das suas funções fracionárias. A conceituação anterior de trabalho produtivo, derivada da natureza da produção material, continua válida para o trabalhador coletivo, considerado em conjunto. Mas não se aplica mais a cada um de seus membros, individualmente considerado. Ademais, restringe-se o conceito de trabalho produtivo. A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais valia para o capitalista, servindo assim à autoexpansão do capital. Utilizando um exemplo fora da esfera da produção material: um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este inverta seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa de fazer salsicha, em nada modifica a situação. O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais valor. Ser trabalhador produtivo não é nenhuma felicidade, mas azar (MARX, 1968, p. 584).

Desse modo, podemos dizer que o trabalho urbano-industrial é aquele trabalho em grande escala que é realizado na cidade em função da industrialização; aquele que está conectado a um processo de produção complexo e com divisão do trabalho. O qualificador “industrial”, assim como em Marx (1968), é um qualificador de escala e de subdivisão de tarefas, por meio da especialização, que está conectado com outros processos de produção fabris. Não se trata de relativizar o conceito de indústria para caber a produção econômica realizada em Goiás, mas partir de uma concepção ampliada do conceito de indústria para fora da fábrica clássica, tradicional, uma vez que tanto o processo de produção quanto de circulação que realizam o valor do capital, extrapola os limites da fábrica. O conceito de trabalho urbano-industrial contém o trabalho operário, mas não se limita a ele, compreendendo várias formas de trabalho relacionadas à indústria que ocorrem na cidade, ou decorrentes do processo de industrialização que engendra setores de serviços como, por exemplo, os trabalhadores do transporte e logística, os comerciários e prestadores de serviços urbanos. Também não pretende dar primazia social à cidade em relação ao campo, mas apenas realizar uma demarcação conceitual e sociológica de trabalho. Nesse sentido, não pretendo subsumir o conceito de “classe trabalhadora” em um novo conceito de “classe trabalhadora

urbano-industrial”. Pelo contrário: o conceito de “classe trabalhadora urbano-industrial” é um recorte, um olhar específico a partir de uma totalidade que o contém.

Assim, não é difícil encontrarmos em algumas pesquisas a demarcação de que as relações assalariadas “tipicamente capitalistas” se inserem em Goiás no período da construção de Goiânia (ESTEVAM, 1997). Entretanto, permito-me discordar, ao evidenciar que as primeiras relações de assalariamento urbano-industrial em Goiás se deram antes, com os ferroviários, como veremos a seguir.

#### 4.2.1 – Os Ferroviários em Goiás

O início das obras da Estrada de Ferro Goiás data de 1909. Os primeiros trechos foram inaugurados nos municípios de Anhanguera (1911), Roncador (1913) e Ipameri (1913), ainda com a sede da ferrovia em Araguari (MG). Aliás, a primeira vila operária de ferroviários em Goiás data de 1914, na cidade de Roncador. Em Goiânia, a Estrada de Ferro Goiás é inaugurada em 1950, para onde foi transferida sua sede administrativa em 1954, encerrando-se os transportes de passageiros para a capital em 1970. A partir de então, manteve-se apenas a entrega de insumos para indústrias da capital, estabelecidas às margens da ferrovia. Sua desativação completa na capital data de 1987 (MENDONÇA FILHO, 2015; CASTILHO, 2014; BRANDÃO, 2017).

No início migraram para Goiás ferroviários naturais de outros estados já com alguma tradição na construção e funcionamento da estrada de ferro, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A maior parte desses ferroviários veio de Minas Gerais, uma vez que a Estrada de Ferro Goiás era uma continuação dos trilhos que partiam de Araguari. Vieram também alguns engenheiros portugueses e espanhóis que compunham a força de trabalho mais qualificada. Posteriormente, com o avançar dos trilhos, passou-se a recrutar também moradores de regiões próximas às obras tanto para o trabalho direto na construção, manutenção e funcionamento da ferrovia quanto para o fornecimento de madeira para lenha e dormentes. As condições técnicas e a organização do processo de trabalho eram estruturadas de forma hierárquica com relativas possibilidades de mobilidade interna.

De acordo com Castilho (2014):

[...] Em uma estação, por exemplo, o comando das atividades era feito pelo agente. Logo abaixo vinham o chefe e os maquinistas, que comandavam os foguistas,

guarda-chaves e guarda-freios. Por último vinha a grande maioria de trabalhadores, constituída por operários braçais, pedreiros, faxineiros, carregadores etc., os quais eram comandados pelos chefes imediatos ou empreiteiros. Lima (2009) afirma que os trabalhadores eram separados em grupos, com uma rígida divisão entre trabalhadores manuais e intelectuais. As estradas de ferro também foram responsáveis pelo surgimento de outros profissionais, como maquinistas, telegrafistas, mecânicos, torneiros, fundidores etc. (CASTILHO, 2014, p. 80).

A administração da Estrada de Ferro Goiás não gozava de boa reputação. Não era pra menos, pois pequenos trechos de obras demoravam muitos anos para serem concluídos; os serviços de transporte de cargas eram considerados ineficientes, com graves perdas em função de sucessivos atrasos; falta de vagões e máquinas acumuladas nas estações a espera de reparos; falta de recursos para investimentos e deficit constantes; falta de pessoal com qualificação; péssimas condições de trabalho e moradias insalubres; além de atrasos nos pagamentos (algumas vezes recebendo-se de 3 em 3 meses). Outro fator a ser considerado é a iniciação de crianças nos trabalhos da ferrovia na forma de estágio não remunerado (BRANDÃO, 2017).

Das pesquisas realizadas sobre os ferroviários em Goiás destaca-se o de Valdirene Maria de Araújo Gomes (2011), filha, neta e sobrinha-neta de ferroviários, que apresenta relatos fundamentais para a compreensão tanto do processo de trabalho quanto do modo de vida desses trabalhadores. Sobre a precariedade e intensidade do trabalho a autora relata:

[...] Naquela época [1950], a linha férrea já havia chegado à região de Leopoldo de Bulhões e estava sendo expandida em direção a Goiânia e Brasília. O trabalho de construí-la era pesado, pois os trabalhadores não tinham equipamentos adequados: as ferramentas disponíveis limitava-se, em sua maioria, a objetos simples, tais como pás, picaretas, marretas, serras, soquetes, e todo o trabalho era feito manualmente. Como muitas coisas ainda estavam no começo, esses trabalhadores tinham que derrubar árvores, abrir morros e nivelar o terreno. A abertura de morros pequenos era feita removendo-se a terra com picaretas, carregando-a com pás e colocando-a no que era chamado de “carroção”. Os carroções eram puxados por burros e a terra era levada para um aterro. O trabalho animal era comum nessa época – alguns animais tinham inclusive número de matrícula. Em um acidente provocado pela explosão malsucedida de um morro, faleceram seis trabalhadores e um burro. Os apontamentos contabilizaram a morte de sete trabalhadores, porque o burro também possuía registro (GOMES, 2011, p. 54).

Em condições precárias e intensas de trabalho era comum tanto acidentes quanto aposentadoria por invalidez com poucos anos de trabalho prestado à ferrovia. As condições de moradia e alimentação eram outro fator de precariedade. Sem tempo suficiente para retornar em casa para almoçar, havia trabalhadores específicos ou filhos de trabalhadores que

recolhiam, pela manhã, marmitas nas casas dos ferroviários e entregava na hora do almoço nos trechos de construção e estações. Surge aí os primeiros boias-frias em Goiás. Essas condições de trabalho precário e insalubre não se restringem apenas ao início da ferrovia, conforme a autora:

Meu tio, irmão de minha mãe, ingressou na ferrovia no início da década de 1970. apesar de muito tempo ter se passado desde a saída de meus avôs, as condições de trabalho continuavam precárias. Nessa época, meu tio ficava alojado no acampamento Santa Marta, próximo a Goiânia. O acampamento consistia em uma casa velha sem energia elétrica, camas ou instalações sanitárias. A iluminação restringia-se à luz de lamparina, e as camas eram feitas de dormentes velhos colocados lado a lado, forrados com capim-jaraguá e um saco de linhagem, e cobertos com um lençol. Os trabalhadores tinham que levar seus alimentos e, diante da impossibilidade de conservar alimentos perecíveis, alimentavam-se apenas de arroz e feijão na maior parte do tempo. Cozinham em um fogão improvisado, que utilizava a queima de dormentes velhos. Nesse fogão também aqueciam a água para o banho. Meu tio recorda-se bem de um dia em que conseguiu alguns chuchus para o jantar e os trabalhadores foram para o trecho, animados com a ideia de comer algo diferente. Por infelicidade da turma, o cozinheiro demorou um pouco mais no banho e o prato principal queimou. No dia seguinte, foi colocado no trabalho da via como punição pelo descuido (GOMES, 2011, p. 55).

Como vimos no capítulo anterior, foi no governo de Mauro Borges que se inicia uma preocupação com a eficiência produtiva e uma política industrial para o estado. Partiu dele também iniciativas de se racionalizar o processo de produção da ferrovia, quando então ele assume a direção da Estrada de Ferro Goiás em 1950. Nesse sentido, sua gestão foi marcada pela disciplinarização e autoritarismo com a força de trabalho ferroviária e rigidez com os fornecedores de lenha e dormentes, na busca por tornar os trabalhos mais eficientes (CAMPOS JUNIOR, 2014; BRANDÃO, 2017).

Os fornecedores de lenhas e dormentes são trabalhadores indiretos da Estrada de Ferro Goiás e eram, geralmente, produtores rurais locais. Parte importante dos serviços de construção e manutenção da estrada de ferro e do funcionamento das locomotivas, esses fornecedores comercializavam as madeiras que retiravam das matas de suas propriedades ou de outras que eram arrendadas. O processo de trabalho de retirada da lenha também era penoso, passando-se de uma semana até meses acampados na mata desmatando e cortando a madeira para lenha e dormentes. O processo de trabalho e a entrega do material eram feitos de modo improvisado, sem muito controle de acabamento dos dormentes, o que chegava a causar desperdícios e sucessivos reparos nas vias. As madeiras eram entregues nos poucos depósitos que havia ou mesmo na beira da ferrovia.

A partir da racionalização imprimida a partir da gestão de Mauro Borges, especificações técnicas foram exigidas para o recebimento de dormentes para que se obtivesse uma melhor padronização. Segundo Campos Júnior (2014):

Em 1952, a direção da Estrada de Ferro de Goiás, representada por Mauro Borges Teixeira, publicou, por meio do Ministério de Viação e Obras Públicas, um manual com o título “Instruções para o Recebimento de Dormentes”, sendo o primeiro do gênero nas administrações da EFG. [...] De acordo com esse documento: “Os dormentes deverão ser retos, de secção transversal retangular e de quinas vivas, *isentos de cascas brancos (alburnos), fendas, tôpos rachados, nós, cariados, brocas e outros defeitos*, que possam prejudicar seu emprego e duração. Os tôpos devem ser retangulares, cortados em esquadros e as faces planas serradas ou perfeitamente lavradas” (BRASIL, 1952, p. 5) (CAMPOS JÚNIOR, 2014, p. 128).

As transformações sociais trazidas com a Estrada de Ferro Goiás se estendem do seu processo de trabalho particular ao mercado de trabalho que se formou a partir dela, passando por todo um modo de vida urbano construído: novas relações sociais, novas classes sociais e um cotidiano demarcado pelo funcionamento da ferrovia através do fluxo de passageiros, pelos sons que demarcavam o espaço e tempo, pela burocracia imposta pelo serviço de transporte de passageiros e mercadorias. A presença de muitos estrangeiros nas cidades e estações representava, conjuntamente ao imaginário da modernidade e progresso contido na técnica ferroviária, a conexão com o mundo, a ampliação dos contextos cotidianos vividos e representados pelos habitantes das cidades. A esse respeito, Castilho (2014) comenta:

Não obstante, além dos diversos impactos diretos e indiretos, a ferrovia não só colocou algumas regiões goianas em contato com outras regiões e países onde a lógica de mercado já havia se estabelecido, não só trouxe manifestações culturais de outras partes do mundo, mas também promoveu o estabelecimento de uma dinâmica específica nos lugares. As novas relações de trabalho não foram sentidas somente nas linhas férreas, mas também nos espaços por onde a ferrovia foi deixando suas influências. Novas classes sociais emergiram, como a dos comerciantes, e os serviços urbanos foram sendo criados. Também é importante ressaltar que, em resposta às situações de trabalho na construção das ferrovias, muitos operários se organizaram, fizeram greves, fundaram sindicatos e partidos – tal como apregoa Lima (2009) e, apesar das forças silenciadoras, lutaram por melhores condições de vida e por um lugar na história dos trilhos. Além destes, surgiram também os trabalhadores urbanos. E, à medida que a urbanização acompanhou o processo de modernização que adentrou Goiás pela política e pelos trilhos, uma nova mentalidade também passou a influenciar novos comportamentos, conflitos e manifestações culturais (CASTILHO, 2014, p. 82).

A despeito das novas relações de classes criadas, é representativo dos significados trazidos pela ferrovia a divisão de classes sociais dentro dos vagões, que eram divididos em 3 classes de passageiros, além dos ferroviários presentes na condução. De acordo com Brandão (2005):

O trem de passageiros também trazia aspectos de exclusão, formados por vagões denominados de primeira classe e de segunda classe. Para os vagões de primeira classe os bilhetes eram vendidos mais caros. Um detalhe significativo é que para viajar nos vagões de primeira classe os passageiros deveriam trajar roupa social, sendo que os homens deveria usar terno e gravata, por isso viajam nesses vagões os de situação privilegiada. Eram formados por “poltronas” e eram mais limpos. Já os vagões de segunda classe tinham os bancos de madeira e as pessoas que viajavam eram de menor poder aquisitivo, denominados de “forasteiros”, por levarem sua refeição ou “matula”, dispensando por razões financeiras as refeições feitas no restaurante. Além disso, havia os vagões superior de 1ª classe. Os assentos eram mais amplos e confortáveis com menos passageiros. No caso de trens noturnos os vagões possuíam inclusive dormitórios. Estes carros eram destinados aos engenheiros, administradores da ferrovia e familiares. Além dos vagões apresentados, é necessário ressaltar ainda aqueles destinados ao transporte de animais e mercadorias (BRANDÃO, 2005, p. 101).

As transformações sociais trazidas pela ferrovia impactaram as relações sociais e econômicas, além das relações políticas. Contribuiu para redesenhar as alianças políticas, favorecendo eleitoralmente os “ludoviquistas” - que passaram a representar o progresso, a possibilidade de contato com novas relações econômicas, intelectuais e políticas (atrelados ao Estado Novo de Vargas e novos agentes econômicos nacionais e internacionais) – em relação aos “caiadistas” - forte defensores das tradicionais relações econômicas e políticas do estado que sentiam seu *status quo* ameaçado pela onda de mudanças que avizinhava de Goiás. Enquanto os segundos vinculavam-se à antiga capital onde, notadamente, a estrada de ferro não avançou, os primeiros vinculavam-se à nova capital do Estado, sendo considerados ideologicamente os “construtores” de Goiânia.

#### 4.2.2 – Os Operários da Construção de Goiânia

Entretanto, preferimos denominar como “construtores” os operários das obras e demais trabalhadores que ajudaram a formar o tecido urbano da nova capital, sobre os quais pesaram as precariedades do trabalho e da vida, a violência institucional (oficial ou extraoficial) e o esquecimento que, pelo menos até os anos 1980, os tornavam invisíveis

socialmente. Digo isso porque, pelo menos até os anos 1980, quase nenhuma menção era feita ao modo de vida dos operários da construção de Goiânia. Na academia, reconhece-se que o trabalho de Bernardes (1989) sobre o cotidiano desses trabalhadores fora o pioneiro sobre o tema, sendo de fato muito importante. Aproveito esta tese para fazer uma justiça histórica e intelectual. O trabalho de fato pioneiro cabe à equipe do Centro de Estudos da Cultura Popular – CECUP, vinculado ao então Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG, no ano de 1986, composto pelos pesquisadores Clyce Louise Wiederhecker, Elza Guedes Chaves, Luís Araújo Pereira e Sidney Valadares Pimentel. O CECUP realizou, entre outros trabalhos, uma pesquisa intitulada “Memória Social de Trabalhadores da Construção de Goiânia” com algo entorno de 10 entrevistas (algumas com a participação de casais) que visavam a apreender dos próprios trabalhadores suas memórias sobre o período da construção de Goiânia. Participaram dessas entrevistas: servente, pedreiros, carpinteiros, mestre de obras, engenheiros, maquinista, barbeiro, hoteleira, alfaiate, sindicalista e comerciante. A grande maioria das entrevistas com operários contidas no trabalho de Bernardes (1989) origina-se das entrevistas realizada pelo CECUP. E mais: outros autores utilizaram dessas entrevistas em seus trabalhos sem citar a fonte, uma vez que encontram-se cópias delas em alguns acervos e publicações (algumas institucionais) sem a referida menção. Entretanto, quando do encerramento dos trabalhos do CECUP, todo o seu acervo de fotos, publicações, entrevistas e relatórios foram cedidos ao Museu Antropológico da UFG (lugar em que se encontra até o presente), onde obtive acesso aos áudios originais e pude constatar tal injustiça histórica e intelectual<sup>31</sup>. Algumas dessas entrevistas encontra-se inéditas, o que torna importante abordá-las neste trabalho.

Houve no período da construção de Goiânia propagandas feitas pelo Estado de Goiás e pelas empresas encarregadas pelas obras uma ampla divulgação em jornais e cartazes espalhados nos centros mais urbanizados do país para a atração de operários, mestre de obras e engenheiros, além da oferta de lotes. Com as entrevistas podemos evidenciar duas formas de contratação: uma destinada aos cargos de maior qualificação, com contratos assinados nos escritórios da empresa em São Paulo e Rio de Janeiro, tendo inclusive passagens de trem de

---

31 Fica aqui meu reconhecimento ao CECUP por uma das mais importantes contribuições sobre a construção de Goiânia e da formação da classe trabalhadora urbano-industrial de Goiás e, por isso, as citações que aqui farei de trechos dessas entrevistas terá como fonte os áudios do CECUP disponíveis no Museu Antropológico da UFG. De antemão, peço desculpas ao caro leitor se as transcrições parecerem demasiadas longas, mas justifico-as pela relevância histórica e política tanto do conteúdo quando da representatividade dos entrevistados.

ida e de volta pagas pela empresa; e outra forma destinada aos operários que, muitas vezes, era realizado quando chegavam aos locais das obras à procura de oportunidades.

O sr. José Fernandes foi um português contratado como carpinteiro e recebeu um *status* diferenciado por duas razões: uma, por ser especialista (coisa rara na época); e outra, por ser estrangeiro, o que o dava um certo prestígio, face à direção das obras. Ele relata aos entrevistadores como foi sua contratação:

Pergunta: Como eles localizaram esse pessoal lá em São Paulo? Que tipo de contato eles fizeram?

José Fernandes: Isso agora eu não sei dizer porque foi publicado pelo jornal. [*Havia*] a pessoa que fazia os tratos lá e pagava a gente aqui.

P: Então o senhor viu esse anúncio no jornal e foi lá em São Paulo no escritório fazer esse contrato lá?

JF: É... tinha esse anúncio lá e num hotel lá em São Paulo... estávamos ali e vimos o contrato e depois vieram nos falar... fomos conversar com o diretor daqui que estava lá... de lá viemos com tudo pago, as passagens até aqui... tudo pago.

P: E nesse contrato tinha carteira de trabalho nessa época?

JF: Não, não. Era um contrato assinado e depois da gente estar aqui, um ano e pouco, quando o Getúlio [*Vargas*] criou aquela lei que nós retirávamos a carteira (CECUP, Fita 6).

As propagandas vendiam uma imagem de oportunidades enormes para os que viessem para Goiânia. Entretanto, muitos voltavam para suas cidades de origem desenganados. O Sr. Adolfo Boari, filho de italiano e natural de Minas Gerais, que veio para Goiânia em 1940 e atuou como servente, pedreiro e chegou a mestre de obras, relata o desencanto de muitos com as condições de vida em Goiânia:

Eu tinha informação que era muito ruim aqui, de gente lá de Minas que veio para Goiânia, e voltou renegado daqui. Veio porque o Dr. Jerônimo Coimbra Bueno espalhou cartazes de propaganda de Goiânia. Eram cartazes enormes. Eles diziam: “Goiânia, um mundo de possibilidades”. Convidando o povo para ir. Mas, eles vieram e não se deram bem. Aqui tinha um empreiteiro de obras do Estado, um pretão, chamado Antônio César. Ele andava vestido com roupa de papel de saco de cimento, porque não tinha roupa. Eu mesmo não vi isso. Quando eu cheguei aqui ele já estava até bem de vida. Terno de casimira... mas, ele fazia isso porque não saía o pagamento do Estado de jeito nenhum. Para se alimentar, ele saía à noite como um saco para roubar mandioca na vizinhança aí. Por isto é que os que voltavam para lá chamavam Goiânia de “terra maldita” (CECUP, Fita 11).

Alguns estudos realizados a partir da ótica do Estado e das empresas encarregadas pelas obras tendem a apontar a origem dos trabalhadores que vieram para Goiânia como sendo de São Paulo e Rio de Janeiro, uma vez que essas empresas mantinham escritórios nessas cidades e por serem os maiores centros urbano-industriais do país (CHAUL, 1988; CAMPOS, 1980). Entretanto, aparece nas entrevistas com os operários uma realidade mais ampla, tendo em sua maioria vindo do nordeste, principalmente da Bahia, por conta própria, possuindo apenas sua força de trabalho para vender em troca de salário. Ademais, a perspectiva institucional e das empresas tende a criar uma imagem de racionalidade, planejamento e ordem – da qual era imbuída a propaganda oficial – que encobre a falta de cuidado e atenção com os operários e com as obras, numa evidente seletividade do tratamento institucional de acordo com a classe social das pessoas.

Em várias entrevistas encontramos relatos sobre a presença massiva de baianos mas também de outros nordestinos e também mineiros. O relato do senhor Antônio Teodoro, natural de Picos-PI que chegou a Goiânia em 1946, onde foi servente e maquinista na Usina do Jaó, retrata bem esse contexto:

Pergunta: Naquela época a maioria do pessoal que tava trabalhando vinha de onde?  
Antônio Teodoro: era da Bahia, professor. Naquele tempo, vinha mais aqui era baiano.  
P: A maioria dos trabalhadores?  
AT: É. Era tudo da Bahia. Naquele tempo era mais era baiano. Por que se trabalhava em turma aqui... era quase tudo baiano. Era difícil ver assim um nortista, lá da minha terra ou que fosse do Ceará... mais era só baiano (CECUP, Fita 1A).

Os operários, sem a ajuda do Estado ou das empresas, enfrentavam duras condições até chegarem a Goiânia, vindo muitas vezes andando por semanas, sós ou acompanhados de familiares ou companheiros, sem muita provisão de alimentos e correndo perigos de intempéries naturais, conforme registrado por Pedro Figueiredo (COSTA, 2017):

Eu vinha de saco nas costas meu fi. Daqui na minha cidade dá 1500 quilômetros. Eu vinha de pé mais três companheiros, dormindo no mato, sofrendo as consequências da vida, medo de onça. Tinha lugar que a gente pousava e a onça não deixava a gente dormir... três vezes eu vim aqui desse jeito. Aí quando era para voltar daqui pegava o avião... o campo era lá no centro. Pegava aerovia até Porto Nacional, de lá nós comprava animal e ia a cavalo (Pedro Figueiredo, 2012) (COSTA, 2017, p. 38).

As condições de moradia dos trabalhadores também variavam de acordo com a classe social e a categoria profissional em razão de suas condições financeiras. Os engenheiros, novos comerciantes, funcionários públicos e alguns trabalhadores especialistas com alguma providência conseguiam se hospedar na então cidade de Campinas, enquanto os operários se refugiavam em acampamentos próximo ao córrego Botafogo, onde futuramente se constituiu o bairro Vila Nova. Só posteriormente, já no final da década de 1940 começa-se a ser lançadas casas na Vila Operária (onde hoje é o Setor Norte Ferroviário) já próximo da construção da extensão da Estrada de Ferro Goiás.

Segundo Godinho (2013):

Bem no início do projeto, o arquiteto cometera um grande erro: não destinou uma área habitacional para os operários. Assim, eles pareciam liberados para ocupar qualquer espaço naquele descampado, de qualquer jeito. A ocupação desordenada nas margens do Botafogo ficava a menos de 100 metros dos olhos do arquiteto responsável pela cidade. Era como se toda aquela população que chegava todo dia fosse invisível. Ou pior: transparente (GODINHO, 2013, p. 85).

Nessa primeira fase, as residências dos operários eram improvisadas e sem nenhuma condição de higiene e infraestrutura, sendo também fortemente reprimidos pela ação do Estado e pelos preconceitos do restante da população. Em condições extremamente insalubres, se amontoavam a própria sorte, contando apenas com a solidariedade dos próprios vizinhos. Encontramos, nos relatos dos operários, memórias quanto à busca por alimentos na região. Contam que esperavam anoitecer para buscar clandestinamente mandiocas nas fazendas e chácaras próximas das casas para compor a alimentação diária, prática essa que fora fortemente reprimida na época.

A partir das entrevistas realizadas pelo CECUP e outras pela própria autora, Bernardes (2009) sintetiza o cotidiano desses operários da seguinte forma:

Os relatos dos moradores da margem direita do Botafogo permitem reproduzir uma radiografia do cotidiano vivenciado nos alojamentos e barracões. Descrevem um cenário pouco confortável, dadas as condições de higiene, camas feitas de forquilhas e tábuas, instaladas próximas uma das outras, favorecendo a proliferação de doenças, piolhos, pulgas, muriçocas e outros insetos, situação que os obrigava a ficar ao redor de fogueiras até que o sono chegasse de vez. As condições sanitárias eram as mais rudimentares possíveis. Não existia rede de esgoto, as águas escorriam por entre os barracões, através de reguinhos improvisados. Os sanitários consistiam em casinhas, com um simples buraco cavado no chão, facilitando a proliferação de insetos e a contaminação do solo. Os banhos, quase sempre eram realizados nas águas do Botafogo. Alimentavam-se muito mal, geralmente sua comida era

composta de arroz e verduras da época e muito raramente de carne, que ficava reservada para o fim de semana. No início da construção, a maioria deles levava marmitta pronta para o trabalho. Possivelmente, foram eles os primeiros boias-frias de Goiás<sup>32</sup> (BERNARDES, 2009, p. 43).

Na Fotografia 1, abaixo, temos uma representação das moradias dos trabalhadores. Essa imagem é de moradias que foram construídas ao lado dos depósitos de materiais de construção das obras. Percebemos o carro de boi que transportava telhas para os prédios e palácios do centro de Goiânia, retiradas dos depósitos dos materiais de construção (os pequenos galpões com telhas), contrastando com as casas improvisadas com paredes de adobe e telhados de folhas e palhas das árvores. As pessoas à direita da foto são os trabalhadores que transportavam os materiais (corpos frágeis, não se diferenciando com clareza de corpos de crianças); e à esquerda os moradores de aparência humilde.

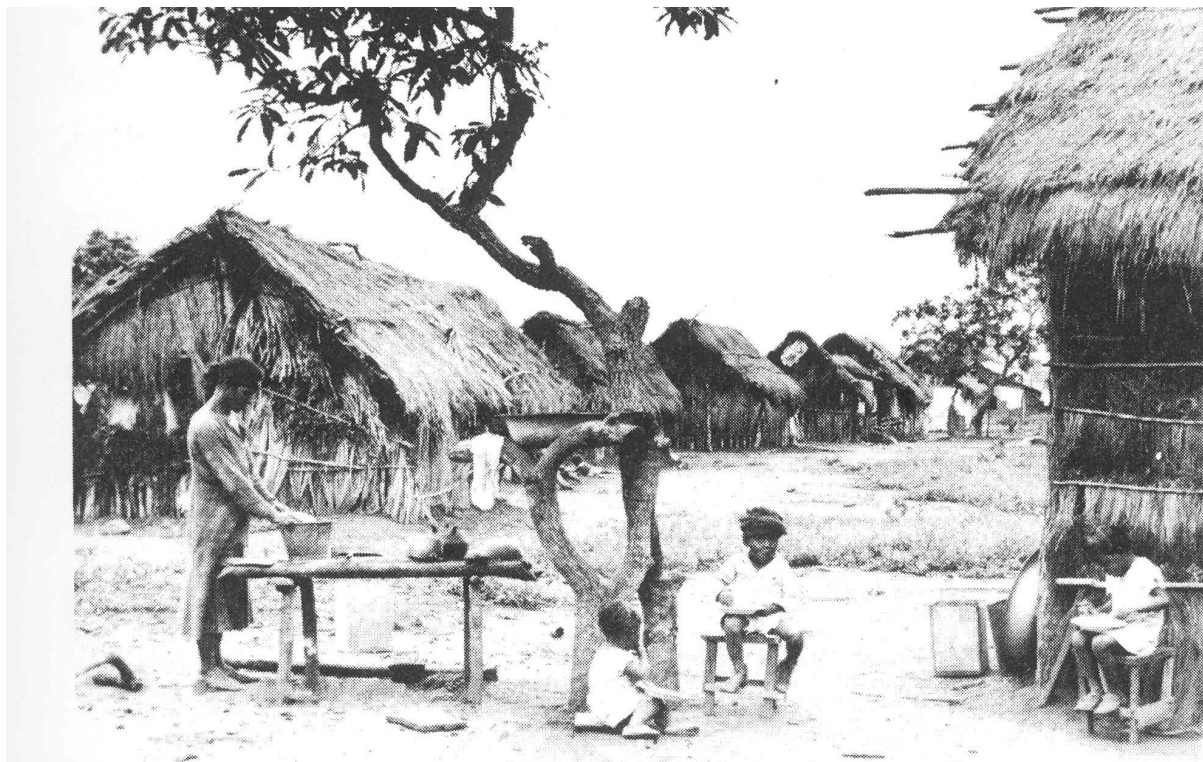
**Foto 1 – Casebres a margens do córrego Botafogo, 1936.** Autor: Alois Feichtenberger, 1936,



Fonte: Acervo Museu da Imagem e do Som de Goiás - MIS.

32 Quanto a serem os operários da construção de Goiânia os primeiros boias-frias de Goiás discordamos da autora pois esta realidade já estava presente nas obras de extensão da ferrovia no estado, como evidenciamos anteriormente. Mas essa é uma divergência de menor importância frente a brutal exploração de toda a classe trabalhadora em Goiás.

**Foto 2 – Acampamento dos Operários, 1935.**



Fonte: Acervo Museu da Imagem e do Som de Goiás – MIS.

Após alguns meses os barracões ao lado dos depósitos foram proibidos, por destoarem da arquitetura pretendida pela propaganda da modernidade oficial e pela suspeita de furtos de materiais de construção dos depósitos (CHAUL, 1988; COSTA, 2017), surgindo assim os acampamentos na outra margem do córrego Botafogo onde futuramente fez surgir o bairro Vila Nova. Esses novos casebres são ainda mais simples, de palhas e o no acampamento tudo era improvisado, conforme a Foto 2 acima.

O processo de trabalho era organizado sem muito método, segundo aparece nos relatos. A qualificação dos operários era apontado pelos relatórios dos engenheiros como sendo um empecilho ao bom andamento das obras. Entretanto, não se encontram iniciativas, por parte das empresas ou do Estado, para a qualificação no início das obras, sendo implementado algum serviço de qualificação profissional somente após a instalação de instituições específicas posteriormente. Esta era feita pelos próprios operários e mestre de obras, algumas vezes com solidariedade, outras com mais brutalidade. O sr. Vitorino de

Freitas, natural do Maranhão, chegou a Goiânia em 1939, trabalhando como carpinteiro, e sua experiência exemplifica a autoqualificação dos trabalhadores no calor das obras:

De lá de Nerópolis eu vim para Goiânia, tentar serviço. Lutei e consegui um serviço de carpinteiro. O mestre de obras perguntou: “De que você trabalha?” Eu aventurei, eu precisava ganhar, que eu não queria furtar. “Sou carpinteiro”. E ele me admitiu como carpinteiro. Trabalhei na construção da Praça Cívica, do Cine-Teatro Goiânia. Aqueles meios-fios curvos que tem ali, o mestre de obra mandou que eu fizesse as formas curvas e eu não sabia. Eu perguntei: “como é isso?” e ele me ensinou. “Você pega um prego, mede-se, põe um arame, enfia, mede seis metros e faz a forma do tamanho que você achar conveniente” (CECUP, Fita 9).

Haviam queixas quanto ao método e supervisão dos trabalhos, o que para os críticos da construção da nova capital era apontado como imprevidência, desperdício dos recursos públicos do Estado e os vindos do Governo Federal e ineficiência dos responsáveis pelas obras. A supervisão dos trabalhos por parte dos engenheiros e encarregados pode ser também questionada, ao mesmo tempo em que se evidencia cada vez mais a importância dos operários nas obras, conforme o relato do sr. Adolfo Boari sobre a construção da torre do relógio no encontro da Avenida Goiás com a Praça Cívica:

Pergunta: Mas o Sr. estava contando que a construção daquela torre não foi supervisionada por engenheiro nenhum...

Adolfo Boari: Não, engenheiro nenhum. Eu recebi a planta e entreguei tudo pronto, sem que o engenheiro fosse lá.

P: Qual a outra construção de que o Sr. Participou?

AB: Do Grande Hotel. Meu pai deu uma errada danada lá. Ele deixou a planta e fez um serviço muito mais caro. Perdeu dinheiro lá. Desmancharam o que ele fez. Ele fez uma escada de serviço que não tinha. Eu briguei com o meu pai. Saí de lá sem falar com ele. Ele atravessou uma viga que a pessoa tinha que abaixar para passar.

P: Mas, se o seu pai fazia estas modificações na planta original, não havia ninguém contra?

A: Tinha o Dr. Eurico Viana [*um dos engenheiros responsáveis*] que entregava e deixava ficar; os engenheiros trabalhavam colocando meio-fio que tinha nas ruas, na construção do Cine-Teatro Goiânia. Eu fiz um serviço também de ar... nunca mais entrei lá. Foi uma reforma muito grande, não sei se existe mais (CECUP. Fita 11).

Apesar da relativa autonomia dos operários, as obras eram um misto de ofício de especialistas (o que lhes garantia relativa autoridade quanto ao “saber fazer”) e precárias condições técnicas que, além da pressão sobre os prazos de entrega das empreitas,

intensificavam o trabalho dos operários. O relato do sr. José Fernandes evidencia o sofrimento vivido nas obras:

Pergunta: E quantas horas de trabalho por dia?

José Fernandes: Bom, quando era nas horas do concreto, que fazíamos as mais resistentes, eles pediam pra gente trabalhar dia e noite porque o cimento não podia parar. Isso era. Tinha muitos que aceitavam e outros que não aceitavam.

P: E eles pagavam hora extra?

JF: Pagava hora extra.

P: O mesmo valor ou mais?

JF: Dobrava. Quem fazia ganha 50%.

P: Dia santo, feriado, parava o serviço ou continuava do mesmo jeito.

JF: Não... Quando era em concreto eles... a gente querendo trabalhar nos domingos, ganhava dobrado. Ganhava o domingo e mais um dia... Teve um ano que eu fiz 365 dias em um ano de serviço. Trabalhava todos os dias quando estávamos fazendo as margens e colocando as portas e os portais, fazendo os tacos e as janelas no Palácio [*das Esmeralda, sede do Governo do Estado*].

P: O senhor trabalhou então no Palácio?

JF: Trabalhei no Palácio, no Grande Hotel e no Fórum.

P: Quanto tempo durou essas obras?

JF: Não sei bem não, mas sei que ficou entorno de 2 anos e meio a 3.

P: Tinha muito abandono de emprego? Operário que abandonava?

JF: Não. No meu tempo não tinha não. Nunca houve nada disso. No tempo do dr. Pedro era um tempo que... Tinha muitos que vinham, ficavam aqui 2,3,4 meses e depois não aguentavam o serviço e iam embora.

P: Era pesado, o senhor acha?

JF: Era pesado. Além de ser pesado não estavam acostumados a mexer numa massa de concreto, porque uma massa de concreto naquele tempo, pra quem não sabia, era duro. Era duro porque mais da metade do serviço de concreto era feito à mão, na pá e na enxada (CECUP, Fita 6).

Outra controvérsia contida em alguns trabalhos sobre a construção da nova capital está no valor descontado dos salários dos operários pelos agiotas. Em alguns trabalhos consta a porcentagem de 20% (CHAUL, 1988), entretanto nos relatos dos operários aparecem valores maiores, podendo chegar até a 40% do salário. Isso porque, devido a falta de recursos e de planejamento orçamentário, os atrasos nos pagamentos dos operários (mas também no pagamento dos fornecedores das obras) eram uma constante, chegando eles a receberem de 4 em 4 meses. Isso fazia com que os operários vendessem seus salários para esses agiotas que, mediante posse de uma procuração dos operários, fornecida pelo próprio Estado, recebiam na

Secretaria de Finanças esses valores. Os atrasos nos pagamentos e a penhora dos salários precarizava sobremaneira as condições de reprodução dessa força de trabalho.

Vejamos mais um trecho da entrevista com o sr. Adolfo Boari que retrata esse contexto de superexploração do trabalho:

Pergunta: Eu ouvi dizer que houve um período aqui, em que os operários vendiam o seu próprio salário. É verdade isto?

Alfredo Boari: Era. Consta isto de conversa de rua. Eu nunca vendi.

P: Quem comprava?

AB: Era um comerciante, um tal de... Quando a administração atrasava o pagamento eles vendiam seu salário. Ele comprava e descontava 20, 30, 40%. Mas quando ele pagava a ordem, ele recebia na hora. Fez fortuna com isto. Assim eles falavam, era conversa de operários.

P: Como é esse negócio da ordem?

AB: O operário tinha que declarar que tinha haver e vendeu. Os operários passavam procuração para quem comprava. Aí, ele descontava até 40%. Uns mais, outros menos, conforme. O sr.... Não deixava escapar não. De 20% ele pegava também. Assim diziam os outros. Na procuração tinha que dar o total que ele tinha que receber. Agora ele recebia com o desconto do sr.... Ele recebia o total lá na Prefeitura; diziam os operários, porque eu nunca tirei. Se tirasse facilitava. Ele chegava lá com procuração, o dinheiro saía na hora. E dos operários não saía nunca.

P: O pagamento atrasava muito?

AB: Muito. O Antônio César era empreiteiro de obras e chegava a se vestir de papel e comer mandioca roubada. Eu vi ele contando isso. De noite, ele juntava uma turma, saía para roubar mandioca. E comia só mandioca pura (CECUP, Fita 11).

Para efeito demonstrativo da acumulação primitiva realizado sobre a força de trabalho na construção de Goiânia, além dos descontos feitos pelos agiotas, consta ainda do relato do sr. Adolfo Boari que havia um desconto sobre os salários dos trabalhadores e empreiteiros estrangeiros (alemães, italianos e japoneses), em razão de dívida de guerra:

Pergunta: De quais obras de Estado o Sr. participou?

Adolfo Boari: Do coreto, como meu pai. A altura do relógio, fui eu que peguei. Meu pai era italiano e não podia trabalhar mais, construir, por causa do tempo da guerra. Ele podia ter ganho algum dinheiro do Estado, mas ficou preso [*impedido de ser contratado*] no Estado porque, disseram que tiveram que pagar os navios que os alemães afundaram. A Itália já tinha entrado na guerra. Aquele dinheiro eles disseram que depois pagavam e até hoje!

P. Como?

AB: Os estrangeiros do Eixo que tinham dinheiro para receber do governo brasileiro tinham que pagar os navios que os alemães afundaram.

P: Mas, aqui em Goiás havia isso?

AB: Era descontado em folha. Era descontado por empreitada.

P: Mas explica isto melhor...

AB: Descontavam o navio que afundou. Afundaram 5 navios de uma vez...  
Disseram que mais tarde devolveriam. Aí, que ele podia ter feito alguma vantagem, ficou preso lá. Agora, ele também não tinha cabeça, não (CECUP, Fita 11).

Com a construção de Goiânia foi erigida uma ideologia baseada na ideia de progresso, rumo a modernidade imaginada, que se travestia de uma obra coletiva. Essa ideologia teve como efeito, entre outros, encobrir conflitos de classes agudos. Vários foram as figuras públicas da época a ajudar a construir esse imaginário. Imaginário este que ficou gravado até mesmo em alguns operários e que permanece até hoje em políticos, jornalistas e intelectuais. Constava nas propagandas veiculadas em São Paulo e Rio de Janeiro pelas empresas responsáveis pelas obras e também pelo Governo do Estado dizeres como: “*Venha ficar rico em Goiânia*”. É ilustrativo dessa ideologia o artigo do primeiro prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas Borges, intitulado “*A Mentalidade Dominante de Goiânia*”, que foi publicado no jornal Goiânia, em 11 de dezembro de 1935, do qual cito apenas um trecho onde ele afirma uma suposta união e solidariedade entre as classes sociais:

[...] As castas, tão comuns ainda, instituição ridícula e quase regulamentada nas cidades do interior do Brasil, deixaram, ao penetrar o solo abençoado de Goiânia, a sua indumentaria preconcebida, para ceder lugar a essa confusão de indivíduos que comungam as mesmas ideias, que trabalham para um fim comum. Todos, como que movidos pelo instinto de conservação, procuram auxiliar-se mutuamente. Aqui é um que, ao faltar-lhe a lenha, recorre ao vizinho o qual, por sua vez, recebe, em paga, pequena quantidade de manteiga; ali, um operário, mãos calosas, tez requemada pelo sol das campinas, que pede ao engenheiro-chefe que lhe leve a correspondência ao correio. E o mais interessante é que tudo isso é feito sem quebra de dignidade, sem que ninguém se sinta diminuído por prestar, este ou aquele serviço. De sorte que, em Goiânia, podemos dizer que há uma só família. Todos se entendem e se acham unidos. Dentro dessa atmosfera é que se processa a maior de todas as obras que as administrações de Goiás já conceberam. E será nela que os vindouros haverão de admirar e pôr em relevo a memória dos que, agora, lutam pela efetivação dessa conquista importantíssima do Governo atual. É cedo ainda para qualquer julgamento. Deixemos essa tarefa às gerações que nos sucederem e elas, estamos certos, nos farão justiça (AGEPEL. Arquivo VFB. CDROM).

Esse imaginário é também personificado na figura quase mítica do então interventor federal e futuro governador, Pedro Ludovico Teixeira. Os próprios operários, almejando desesperadamente alguma melhora nas condições de vida de suas famílias, por herdarem a séculos a opressão, a penúria e, principalmente, a falta de melhores perspectivas sobre o futuro, têm nele (e muito também em sua esposa, a primeira-dama Gercina Borges) um defensor de seus interesses. Como exemplo, o Sr. Vitorino de Freitas, nos seus relatos, o

defende quanto aos atrasos nos pagamentos e demais precariedades, chamando-o de “herói” por fazer tanto pela cidade com tão pouco recurso financeiro do Estado (CECUP, Fita 9). Entretanto, esse imaginário fora forjado às custas do medo da população que vivia sob constante ameaça do desemprego e da violência institucional ou clandestina por parte dos agentes do governo. É bom lembrar que vivia-se num contexto de ditadura do Estado Novo. Nesse sentido é significativo o relato do sr. Adolfo Boari:

Pergunta: O que não se podia falar, na época da construção?

Adolfo Boari: Eu ouvia muito fuxico. A roubalheira do dinheiro do governo... Tinha um funcionário aí, chamado Daniel... e ele me disse que na construção do Cine-Teatro Goiânia foi pago tanto cimento para construção daquele prédio que, se empilhassem os sacos, dava um volume maior que o prédio. Porque é para fulano, favorecido, eles diziam: tanto de cimento para ele, na obra do Cine-Teatro Goiânia. Não é que me dizem. Ele é vivo aí e não pode negar que me contou isto... o Dr. Pedro, os que foram amigos dele fizeram a campanha com risco de vida, que, não me consta que tenha havido morte, mas creio que teve também. Ele favorecia os que eram amigos dele.

P: Quais os amigos dele que ele favorecia?

AB: Os que ajudavam na campanha, que foi dura. Teve um tiroteio, bala mesmo (CECUP, Fita 11).

Outra evidência das distâncias sociais entre as classes pode ser observado quando se analisa o lazer em Goiânia. A cidade planejada instituía lazeres para as classes políticas e comerciais e para as classes médias de servidores públicos, engenheiros e diretores das obras, com o cinema de Campinas, bailes, festas e eventos públicos; enquanto os operários contavam com a própria precariedade e criatividade nos forrós, bares (como o Céu Azul, na Vila Nova, e o Porta Aberta, no Centro) e prostíbulos. Não que as classes dominantes não frequentassem esses locais. Aliás, podemos considerá-los um dos locais com público mais democrático da época. Segundo Oliveira “*os maiores concorrentes dos bares eram as casas de tolerância (zonas) em Campinas (as principais eram as da Maria Branca, da Virgulina, da Maria Bonita e da Etelevina), frequentadas tanto pela elite política goianiense, quanto pelos operários* (Oliveira, 2002, p. 20).

As diferenças de classes no lazer podem ser evidenciadas pelo relato do sr. Adolfo Boari:

Pergunta: E as festas aqui? O Sr. Venerando conta que havia um tablado lá na rua 4, onde havia saraus, sanfoneiros. O Sr. participou desses saraus?

Adolfo Boari: Não, tinha aí um tablado para animar o carnaval, mas era tudo muito singelo. Faltava tudo mesmo. Eu nunca dancei, nunca fui nestas festas...

P: Haveria um certo tipo de pessoas que frequentavam essas festas?

AB: Eram os maiorais, os doutores, funcionários públicos de grau. Operário ficava pelas beiradas. As festas não eram pra operário. Operário é para fazer força.

P: Que tratamento se dava ao operário?

A: Era só pagar pouco e pronto. A gente fazia um serviço para uma pessoa e enquanto estava trabalhando, falava: “terminou o serviço, ninguém conversava mais”.

P: Eu li um texto, onde uma pessoa disse que Goiânia era uma cidade onde não havia muros e ninguém era diferente de ninguém. Isto é verdade?

A: Não, essa diferença sempre teve. Ficava cada um na sua classe. Nunca misturou, nem na qualidade da roupa, nem na cultura, nem em nada (CECUP, Fita 11).

Destaca-se do lazer operário os jogos de futebol nos finais de semana. Fruto desse lazer surgiram dois times pelos quais os operários tinham apreço. O primeiro foi o Atlético, surgido em Campinas e que era considerado como um time do povo, em contraste com o clube Goiânia, que era tido como um time vinculado as classes capitalistas. Foi constituído por moradores da antiga cidade (Campinas), alguns trabalhadores de Goiânia e ferroviários, com o apoio financeiro do Estado. O sr. João Tomé, natural de Uberlândia-MG, chegou a Goiânia em 1942, onde exerceu a profissão de barbeiro, relata que ele foi um dos fundadores do clube e teve apoio de dona Gercina Borges para pagar despesas do campo de futebol do clube (CECUP, Fita 4). O segundo time foi o Vila Nova, formado pelos operários da construção que morava às margens do córrego Botafogo, fundado em 1943. De acordo com Oliveira (2002):

O Vila Nova recebeu o nome do bairro em que foi criado, Vila Nova, fundado pelos trabalhadores que participaram da construção de Goiânia; portanto, era um bairro de operários migrantes, desvinculado tanto do tradicionalismo de Campinas, como do elitismo de Goiânia. Desse modo, o Vila Nova foi sempre um time de massa, o que fez com que seus torcedores passassem a ser chamados pejorativamente pelos rivais de vileiros e maloqueiros. Esse caráter popular com certeza influenciou o enorme crescimento de sua torcida, a partir dos anos 60 (OLIVEIRA, 2002, p. 27).

A relação dos operários com os engenheiros demarcam também as distinções de classes, por meio de discriminações e segregação espacial, uma vez que para os engenheiros havia moradias mais bem acabadas. Muitos engenheiros eram estrangeiros (alemães, italianos e espanhóis, em sua maioria), que vinham como *status* diferenciado em relação aos brasileiros

(Bernardes, 2009; 1989). Um demarcador central dessa relação era o preconceito e a violência com que tratavam os operários. É significativo a sinceridade do sr. José Fernandes, carpinteiro de origem portuguesa:

Pergunta: Os colegas de trabalho discriminavam o senhor?

José Fernandes: Não. Eu é que discriminava eles.

P: Mas eles achavam ruim o senhor ser estrangeiro?

JF: Não. Disso eu posso provar que tenho muito amigo que mora no [setor] Palmito, que moram aqui onde era o matadouro, que eu nunca tive uma encrenca com ninguém (CECUP, Fita 6).

Uma outra entrevista com um dos operários, esta realizada por Bernardes (1989), apresenta o mesmo conteúdo discriminatório dado pelos estrangeiros aos brasileiros:

Mas os engenheiros por sua vez, eram elementos que tinham comunicação com os mestres-de-obras. Os pedreiros e serventes tinham uma certa dificuldade em bater um papinho com os chamados mestre-de-obras porque, na maioria eram estrangeiros. E eles eram estúpidos, eram violentos, eram bravos, eram brutos. Eram espanhóis, alemães e alguns italianos. Na sua maior parte eram espanhóis. Então, não tinha boca pra gente. Não havia relacionamento bom entre nós e estes mestres-de-obras. Havia servilidade. Cheguei aqui como diz a gíria, fui pau pra toda obra. Fazia de tudo na vida. Não tinha nada que eu não fizesse. Então, esses elementos chegaram a derrubar parede em cima do operário, pegavam uma colher, raspavam a massa jogava tudo no chão e jogavam a colher distante que era para o operário pegar. Isso eram os mestres-de-obra. Então, o tratamento era dessa maneira. Depois nós tivemos outros de mestres-de-obra aqui, o Luis Rocha e o mestre Pio. Mestre Pio era um mineiro pretão alto, bom, era mesmo uma joia. Bebia demais. Eles tratavam a gente bem, esses aí eram brasileiros. Mas os estrangeiros eram estúpidos. Tinha uma coisa, o aprendiz que passasse na mão daquela gente tinha que dar oficial mesmo (BERNARDES, 1989, p. 183).

O Estado também concedia tratamento diferenciado aos estrangeiros. Nem precisavam ser especialistas. A distinção ocupacional, que era acompanhada de distinção financeira e social, era dada em função da origem: de um lado os estrangeiros, com uma suposta superioridade da cultura europeia; de outro lado os sertanejos, desprezados por herdarem a pecha de incultos e exploráveis, conforma evidencia o relato do sr. Vitorino de Freitas:

Pergunta: E operários estrangeiros, tinha?

Vitorino de Freitas: Tinha alemães. Eu trabalhei com vários alemães.

P: E eles tinha melhores salários que os brasileiros?

VF: Geralmente tinham porque os alemães já vinham, [*mesmo*] que não fosse especialista, já vinham com a pinta de especialistas. E nós brasileiros, todos leigos, quase analfabetos, vindos do sertão de várias partes do Brasil, era raro o que era especialista. E o alemão, mesmo não sendo, mas só o fato de ter sido criado na Alemanha justificava uma especialidade. E o Pedro Ludovico protegia muito os alemães (CECUP, Fita 9).

As primeiras décadas da nova capital foram marcadas também pela violência para com a população em geral, mas sobretudo com os operários que, na visão dos agentes policiais, ameaçavam a ordem e o bom andamento dos planejamentos públicos. Vários são os casos de violência policial que marcaram esse período. Em Goiânia, além da Guarda Civil do Estado, havia também agentes de vigilância, investigação e punição não oficiais. Não podemos dizer que eram clandestinos porque era de conhecimento público a existência desses agentes, sendo eles chamados de matadores, pistoleiros, capangas ou “jagunços de Pedro Ludovico”.

De acordo com Oliveira (2002):

Já em 1952, um grupo de homens armados, utilizando máscaras, executaram um preso (Sebastião Rosa Pena), na Cadeia Pública de Campinas. A repercussão desse crime decorreu do fato de que os autores da chacina eram integrantes da Guarda Civil do Estado, responsáveis também por uma série de crimes não resolvidos até então – como o de um aleijado que foi assassinado a golpes de um pequeno machado. No mesmo ano, policiais fortemente armados puseram abaixo e colocaram fogo em vários casebres de famílias que invadiram áreas particulares na Vila Operária. A repercussão desse ato foi grande na imprensa local da época (OLIVEIRA, 2002, p. 19).

Especificamente sobre a queima dos barracões dos operários o sr. Antônio Teodoro relata:

Pergunta: Como eram os barracões?

Antônio Teodoro: Era tudo de palha, feito de palha, de forquilha, de pau-a-pique, tampado de palha por cima... era desse jeito.

P: E morava uma família em cada barracão?

AT: É, uma família em cada barracão.

P: O senhor disse que morou um tempo na Vila Nova. O senhor lembra de um tempo em que eles derrubaram os barracos dos invasores lá na Vila Nova?

AT: Eu me alembro, eu me alembro do negócio. Não foi só lá na Vila Nova não. Teve queimação de barraco... puseram foi fogo lá na [*Vila*] Redenção..

P: Mas foi bem depois, né? Que ano foi isso?

AT: Isso já foi bem depois... eu não me alembro...

P: Foi no Governo do Iris?

AT: Não, foi ainda no tempo do dr. Pedro Ludovico.

P: Porque o senhor acha que eles botaram fogo?

AT: Uai, uns contam tanta história. Uns falavam que o dr. Pedro não era culpado e outros falam que foi ele que mandou por fogo, que queria tirar os invasores de lá e que eles não queriam sair.

P: E chegou a machucar alguém?

AT: Queimou, morreu gente...

P: Eles resistiram à retirada?

AT: Resistiram. Eles só saíram de lá depois que queimaram os barracos.

P: E foi que horas que eles botaram fogo?

AT: De noite.

P: Pegou muita gente dormindo, então?

AT: Pegou. Queimou mulher, queimou criança.

P: O senhor não lembra quem eram os culpados?

AT: Eu não tô lembrando quem era que eles culpou naquele tempo... Agora, derrubação de barraco naquele tempo era um tal de Luisão. Tinha o Luisão. Eles chegavam ele e os capataz dele, chegava e só fazia socar a levantar no telhado da casa, começava a balançar até jogar tudo no chão.

P: E era funcionário do Governo esse Luisão?

AT: Era.

Outros personagens violentos surgem nos relatos dos operários e moradores da região do córrego Botafogo: Paes Landin, Zé Preto. Eram todos considerados fiscais da ocupação urbana e da ordem pública. Decidiam quem podia morar, quem não podia e onde podiam ficar. Ora eles próprios faziam a retirada do pessoal, ora a Guarda Civil agia posteriormente à fiscalização deles. Em entrevista com antigos moradores da Vila Nova, Costa (2017) apresenta o relato de um deles sobre essas retiradas de moradores:

Sr. Pedro Figueiredo guarda a lembrança destes sujeitos violentos que atuavam nas primeiras décadas de Goiânia como policiais não oficiais. “Luisão, Zé Preto, o Mineiro Preto... tudo era bate pau, mas tudo era mau, era matadô mesmo... batia, matava, fazia o que queria, ninguém dava um pú com eles... era policial igual os outros só não era oficializado... era uns investigador oculto... tudo que eles via eles trazia pro comando, aí o comando manda executar aquilo... e naquele tempo, Paes Landim ninguém mandava nele, só Pedro Ludovico... não tinha jornalismo não tinha reportagem... se aquele Meia Ponte falasse tinha muita coisa pra contar, só que ele não fala (Pedro Figueiredo, 2012) (COSTA, 2017, p. 41).

Percebemos, então, como a ideologia do progresso, como obra coletiva, encobre agudos conflitos de classes e violências contra os operários da construção de Goiânia. O modo de exploração social dessa classe trabalhadora não se restringia à produção de mais valor nas obras de edificação de uma cidade que, desde o início, fora uma cidade para o capital, como podemos observar nos baixos salários, atrasos de pagamento e agiotagem legalizada pelo Estado e empresas. Mas também por meio do rebaixamento do valor e precariedade das condições de reprodução de sua força de trabalho, precárias e insuficientes condições de moradia, alimentação, descanso e lazer. Essas distinções emergiam do trabalho para toda a vida social cotidiana desses operários que eram segregados em todos os níveis sociais (espacial, econômica, cultural e politicamente). Veremos, a seguir, como o trabalho urbano-industrial em Goiás se desenvolveu a partir da experiência histórica, tanto dos ferroviários quanto dos operários da construção de Goiânia.

### **4.3 – Organização e Disciplinarização da Classe Trabalhadora Urbano-Industrial em Goiás**

A partir dos desdobramentos das técnicas de pesquisa aqui utilizadas foi selecionado um conjunto de dados em fontes primárias e secundárias que me permitiu reuni-los 4 grupos de informações que versam sobre os principais elementos que levam à organização e disciplinarização da classe trabalhadora urbano-industrial em Goiás: a) qualificação profissional, contendo os objetivos e conteúdos de toda uma mentalidade exigida pelo capital e repassada aos trabalhadores; b) perfil do mercado de trabalho, com informações sobre vínculos empregatícios, distribuição por setores de atividade econômica, escolarização, agrupamentos ocupacionais e origem demográfica; c) processos de trabalho industrial, com informações sobre os métodos de produção e as mudanças organizacionais; e d) saúde do trabalhador, com informações sobre as condições de salubridade e precariedade que resultam em acidentes e adoecimentos no trabalho.

É evidente que não seria possível uma saturação de todos os ambientes de trabalho e processos produtivos empiricamente. Além de não ser objetivo desta pesquisa, uma pretensão com essa abrangência revelar-se-ia impossível em razão da disponibilidade dos dados. Desse

modo, buscou-se o maior número de ambientes de processos de trabalho disponíveis nos bancos de dados, chegando aos seguintes ramos de produção: automobilístico, farmacêutico, mineração, sucoenergético e alimentício. Mesmo restrito ao material disponível, consideramos o universo pesquisado suficiente para os objetivos desta pesquisa, uma vez que esses ramos de produção agregam em torno de si parcela significativa do que se entende na literatura como responsáveis pela industrialização e modernização econômica recente do estado, além de ser atribuído às empresas desses setores responsabilidade por significativas mudanças na sociabilidade urbana das regiões que foram instaladas.

#### 4.3.1 – Qualificação Profissional

No campo da organização e disciplinarização do trabalho, a sociedade urbano-industrial necessita não só de certos níveis de qualificação profissional para o manuseio de ferramentas mecânicas ou automáticas, mas exige também a construção da mentalidade do industrialismo, enquanto ideologia necessária ao engajamento do trabalhador na perspectiva do capital. Para este fim, ao longo do processo histórico que forja a sociedade urbano-industrial em Goiás participam várias instituições para esse objetivo, tanto públicas quanto privadas, que buscam a instrução, qualificação e capacitação da força de trabalho em termos técnicos e outros valores sociais.

A primeira destas instituições foi a Escola de Aprendizes Artífices, inaugurada em 1910 na cidade de Goiás, então capital do Estado. Tinha como objetivo a “*disciplinarização dos pobres*” visando prepará-los para o exercício das profissões urbanas, uma vez que, segundo a ideologia dominante da época, a classe trabalhadora urbano-industrial disponível seria portadores de conduta irracional e pouco apta à racionalidade exigida nos trabalhos industriais que o governo da jovem República vislumbrava. A instituição tinha fortes características militares, desde a arquitetura de seu prédio aos métodos de ensino e controle das crianças e adolescentes que ali ingressaram, sendo traumático para muitos de seus alunos o uso da palmatória. Seguiu o modelo de escola republicana, com viés disciplinador e assistencialista, carregado de uma mentalidade de ensino dual: a formação mais intelectual

para a burguesia e classes auxiliares e formação técnica para o restante da população (PIRES, 2014).

A instituição encerra suas atividades na antiga capital do Estado no final dos anos 1930, quando fora transferida para a nova capital. A escola é transformada por lei em Liceu Industrial e, em 1942, é transformado em Escola Técnica Federal de Goiás, trazendo consigo os princípios do ensino técnico-profissional industrial para a classe trabalhadora urbano-industrial. Eram oferecidos cursos industriais básicos e ofícios em alfaiataria, sapataria, artes de couro, serralheria, marcenaria, encadernação e tipografia. É importante notar que, nesse período, o mundo pós-crise de 1929 buscava no Taylorismo as medidas de racionalização do trabalho e eficiência produtiva. Em Goiás, que buscava iniciar sua jornada na industrialização, não foi diferente:

A realização concreta do governo Ludovico para dar impulso ao ensino profissional foi a transferência do Liceu Industrial para Goiânia, sua grande realização, em 1942. Foi a partir desse ano, de acordo com Romanelli (1991), que o ensino profissional se consolidou no Brasil. O marco legal mais importante foi a Lei Orgânica. Nessa Lei, ficava claro que o objetivo do ensino secundário e do ensino normal seria o de formar as elites condutoras do país; e o objetivo do ensino profissional seria a formação adequada dos filhos dos operários, dos desvalidos da sorte e dos menos afortunados. Esse modelo de ensino, que se implantava, se voltava a dar conteúdos mínimos para as populações mais pobres, sem lhes permitir acesso ao Ensino Superior: “as exigências de novas qualificações e habilidades [...], o processo educativo usado como meio dos setores dominantes para a sua dominação política e controle social, entre outros fatores, desenvolveram as características fundamentais da educação nas sociedades modernas (RELATÓRIO, 1930-1933, p. 14-15) (PIRES, 2014, p. 101).

No mesmo período, em 1942, fora criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, vinculado a Federação Nacional das Indústrias, encarregado de subsidiar as demandas específicas das indústrias em cada estado da federação. É inaugurada em Goiás no ano de 1952, na cidade de Anápolis, oferecendo cursos de mecânica, serralheria, carpintaria e pedreiro. Em 1967 chega a Goiânia, fornecendo cursos de mecânica de automóveis, pedreiro, soldador, pintor de obras, leitura de plantas de obras, operador de postos de serviços e demais áreas da construção civil. Percebe-se, pela oferta dos cursos, a preocupação em qualificar a força de trabalho para as demandas da urbanização e industrialização nascentes. Outro fato que chama a atenção é o prédio adquirido para a instalação da sede em Goiânia, da então Fundação de Assistência a Menores Aprendizizes –

FAMA (onde hoje em dia é conhecido como bairro FAMA, próximo à Campinas), em que os alunos da antiga fundação também foram “assistidos” pelo SENAI (ASSIS; LIMA, 2012).

Além do caráter assistencialista, o SENAI apresentava também características como disciplinarização, racionalização e controle do tempo de trabalho e da vida dos alunos-aprendizes, uma vez que, por exemplo, em Anápolis, muitos alunos estudavam em regime de internato. Entretanto, a disciplina aliada às possibilidades de se melhorar as condições de vida das famílias dos alunos, por meio de um tipo de trabalho concebido como mais qualificado social e financeiramente, forjaram uma representação social sobre o industrialismo que era favorável aos métodos de racionalização e controle da força de trabalho, como podemos observar no relato de um dos primeiros professores do SENAI no internato de Anápolis:

Da casa do bispo – Dom Emanuel Gomes de Oliveira –, que depois se transformou em museu de Anápolis, o ainda jovem professor de Desenho Técnico da então Escola SENAI-GO 1, Acari dos Santos Dias, hoje com 80 anos, o escutava dizendo: “*Até que enfim estou vendo a minha escola.*” Lá do alto de sua casa ele avistava a escola e dizia: “*Põe no SENAI que vira gente.*” E era mesmo essa a esperança de tantas famílias que confiavam seus filhos aos cuidados dos mestres da recém-inaugurada escola de ensino profissionalizante. “*Os meninos chegavam de tudo quanto era canto. O internato vivia lotado, com 50, 55 adolescentes. Eles viviam aquilo ali*”, lembra Seu Acari. “*Vinham aprender uma profissão, mudar o destino de suas vidas e de suas famílias.*” (ASSIS; LIMA, 2012, p. 51).

Em cada unidade sua instalação vem sendo fruto das parcerias com prefeituras e grandes empresas instaladas na região, voltando-se para a qualificação profissional demandada especificamente pelas empresas. Atualmente, além dos cursos de qualificação e treinamentos específicos à determinadas demandas das indústrias, o SENAI possui também escolas de nível fundamental, médio e superior. Em uma pesquisa sobre a atuação do SENAI em Goiás, Pascoal (2009) pôde constatar os objetivos da educação no ensino médio fornecido pela instituição, que busca aumentar as possibilidades de empregabilidade do aluno-trabalhador. Observamos esses objetivos na fala de um dos professores da instituição:

Segundo Moura, outro entrevistado e professor do SESI Vila Canaã, os cursos articulados foram estruturados a partir desse cenário: “criamos um modelo com novos conteúdos, que aliam teoria e prática em um mesmo projeto pedagógico, noções de empreendedorismo, além de conhecimentos técnicos e tecnológicos. Essa formação mais completa irá valorizar o passe do nosso aluno no mercado” (PASCOAL, 2009, p. 117).

Sobre os cursos técnicos voltados para a indústria, destacamos o de mecânica e manutenção de máquinas industriais que visa capacitar o aluno-trabalhador para atuar em qualquer tipo de indústria. Esse curso apresenta um currículo aberto que permite ser direcionado a qualquer ramo industrial por conter diretrizes da gestão da produção, inerentes a reestruturação produtiva do capital. Segundo Ribeiro (2008):

Na Revista Futuro Profissional (n.21, 2007), são apontadas competências gerais dos egressos do curso de mecânica de manutenção de máquinas industriais – o profissional está apto a utilizar técnicas de manutenção corretiva, preventiva e preditiva – para manter as máquinas e os equipamentos em boas condições de funcionamento. Verifica-se, no currículo desse curso, uma grande quantidade de competências para esse profissional. A formação abrange uma ampla área de atuação. O profissional é denominado de “curinga” dentro da indústria, o que leva o mesmo a ser contratado por qualquer tipo de indústria, não especificamente apenas do setor farmacológico (RIBEIRO, 2008, p. 109).

E também o curso de técnico em química industrial que forma o trabalhador multifuncional e é muito exigido pelas principais indústrias instaladas no estado. Ainda segundo a autora:

Conforme os elementos curriculares, o profissional torna-se apto a planejar, coordenar, operar e controlar os processos industriais e laboratoriais. É capaz de realizar amostragens, análises químicas, físico-químicas e microbiológicas. Pode realizar vendas e assistência técnica na aplicação de equipamentos e produtos químicos, participa no desenvolvimento de produtos e validação de métodos. O trabalhador é capaz de atuar com responsabilidade ambiental em observância às normas técnicas e de segurança. São estabelecidas para o curso de técnico em química tanto habilidades como competências gerais e específicas (RIBEIRO, 2008, p. 110).

É característico também da relação entre trabalho, controle e castigo a criação do Centro de Atividades Penitenciárias e Industriais de Goiás – CEPAIGO, em 1962, no bojo da racionalização administrativa implementada pelo Governo Mauro Borges. Essa penitenciária foi criada como instrumento de ação governamental para “*estimular, disciplinar e coordenar as atividades e habilitações profissionais dos presidiários, de forma a ensinar-lhes, pela terapêutica do trabalho, plena recuperação social*” (BORGES, 2002, p. 187). Após algumas modificações institucionais ao longo do tempo, esse “presídio-escola” não logra expressivos êxitos nos seus objetivos no que diz respeito ao número de apenados participantes e de diversificação dos cursos, em razão de falta de investimentos (apenas 28% dos presos do atual

presídio atuam nas oficinas). Mesmo assim, serve força de trabalho baratíssima a algumas indústrias locais, podendo os presos receber salários que partem de  $\frac{3}{4}$  do salário-mínimo, não sendo muito superior na média entre os participantes (SOUSA, 2015).

Percebe-se, por essas observações, que a racionalização e disciplinarização da força de trabalho foram, desde sua origem, associadas a dois objetivos: 1) controle da classe trabalhadora que, associada a pobreza e marginalidade, representa para a burguesia riscos sociais como violência, vadiagem, distúrbios, agitações sociais, contestações, etc.; e 2) melhorar as condições de vida individual e familiar, através de uma desejada ascensão social pelo trabalho qualificado. A ideologia do industrialismo nutre-se dessas representações para forjar sua legitimação e com isso angariar o engajamento dos trabalhadores e da sociedade em geral para os seus objetivos produtivos, lucrativos e políticos. Somam-se a essas instituições as universidades públicas e privadas que, mais recentemente contribuem para a qualificação profissional da classe trabalhadora urbano-industrial em Goiás, atribuindo cientificidade à qualificação profissional, atendendo assim as novas exigências organizacionais e produtivas da produção industrial.

#### 4.3.2 – Perfil do Mercado de Trabalho

É interessante observarmos o desenvolvimento da sociedade urbano-industrial em Goiás também sobre o mercado de trabalho, onde podemos perceber a correspondente evolução dos setores industriais e de serviços (que ocorrem em sua maioria no meio urbano) em detrimento do setor agrícola que, conforme discutido no capítulo anterior, vem se caracterizando cada vez mais numa produção industrializada (no sentido da mecanização) e impulsionando a sociabilidade urbana para os trabalhadores. Outra característica sobre a ocupação em Goiás é o aumento da formalização dos vínculos trabalhistas com carteira assinada que, entre os anos de 2003 a 2012, aumentou em torno de 13% em detrimento da redução dos demais vínculos, conforme Tabela 17 e Gráfico 14 abaixo:

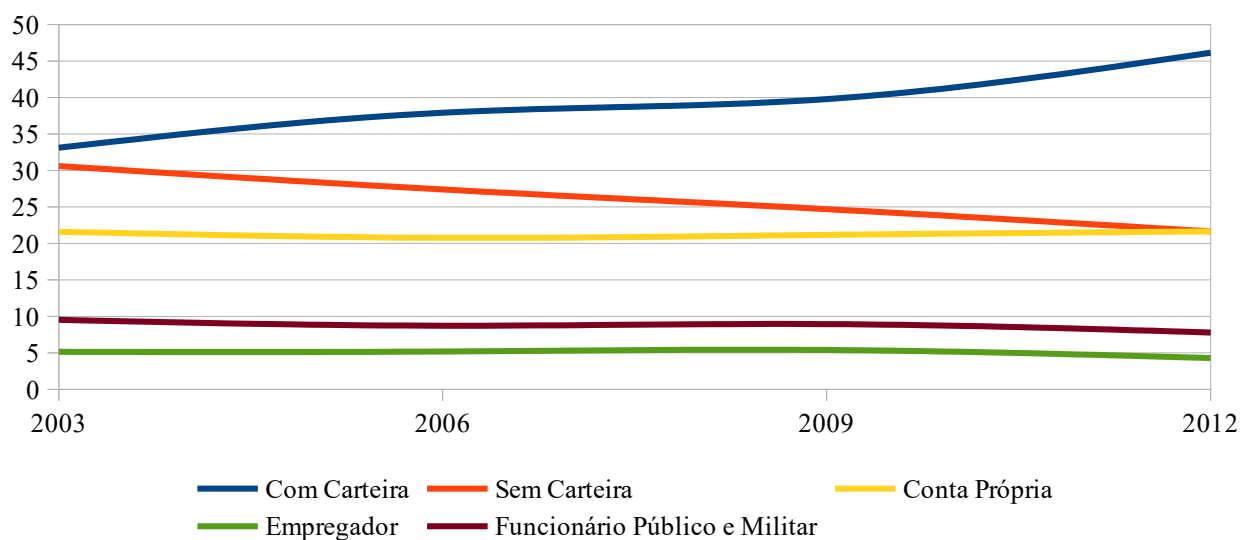
**Tabela 17 – Goiás: Distribuição Percentual dos Ocupados por Formas de Inserção**

	2003	2006	2009	2012
Com Carteira	33,12	37,92	39,79	46,15
Sem Carteira	30,60	27,40	24,70	21,64
Conta Própria	21,60	20,78	21,17	21,64
Empregador	5,14	5,18	5,39	4,29
Funcionário Público e Militar	9,53	8,72	8,94	7,79

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD, 2003, 2006, 2009 e 2012. Elaborado pelo autor.

**Gráfico 14 - Goiás: Distribuição Percentual dos Ocupados por Forma de Inserção**

2003, 2006, 2009 e 2012



Fonte: IBGE, Microdados da PNAD, 2003, 2006, 2009 e 2012. Elaborado pelo autor.

Na Tabela 18 observamos que na distribuição dos ocupados por faixa etária, entre os anos 2003 a 2012, a maior parte dos ocupados encontram-se entre 18 a 39 anos, perfazendo um total de 60,20% dos ocupados total, indicando certa jovialidade da força de trabalho em Goiás. Entretanto, essa tendência encontra-se em declínio quando se observa a diminuição do

número de ocupados entre 25 a 39 anos e o aumento dos acima de 40 anos no período. Na Tabela 19, apesar da diferença da fonte e da metodologia de análise, expressa as mesmas tendências para o ano de 2016, se comparada a Tabela 18.

**Tabela 18 - Goiás: Distribuição dos Ocupados por Faixa Etária (%)**

	<b>2003</b>	<b>2006</b>	<b>2009</b>	<b>2012</b>
18 a 24	15,6	14,2	15,3	15,5
25 a 29	15,3	15,1	14,6	14,3
30 a 34	19,8	20,1	17,3	17,0
35 a 39	14,1	13,8	12,8	13,4
40 a 44	12,6	13,1	11,7	12,9
45 a 49	9,1	9,4	10,5	10,9
50 a 54	6,3	7,2	7,9	8,3
55 a 59	4,4	4,1	5,4	4,9
60 a 70	2,9	3,0	4,5	2,9

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD, 2003, 2006, 2009 e 2012. Elaborado pelo autor.

**Tabela 19 – Goiás: Distribuição dos Ocupados por Faixa Etária em 2016**

<b>Faixa Etária</b>	<b>%</b>
10 a 14	0,01
15 a 17	0,01
18 a 24	15,37
25 a 29	15,31
30 a 39	30,63
40 a 49	21,55
50 a 64	14,93
65 ou mais	1,08

Fonte: RAIS/MTE. Elaborado pelo autor.

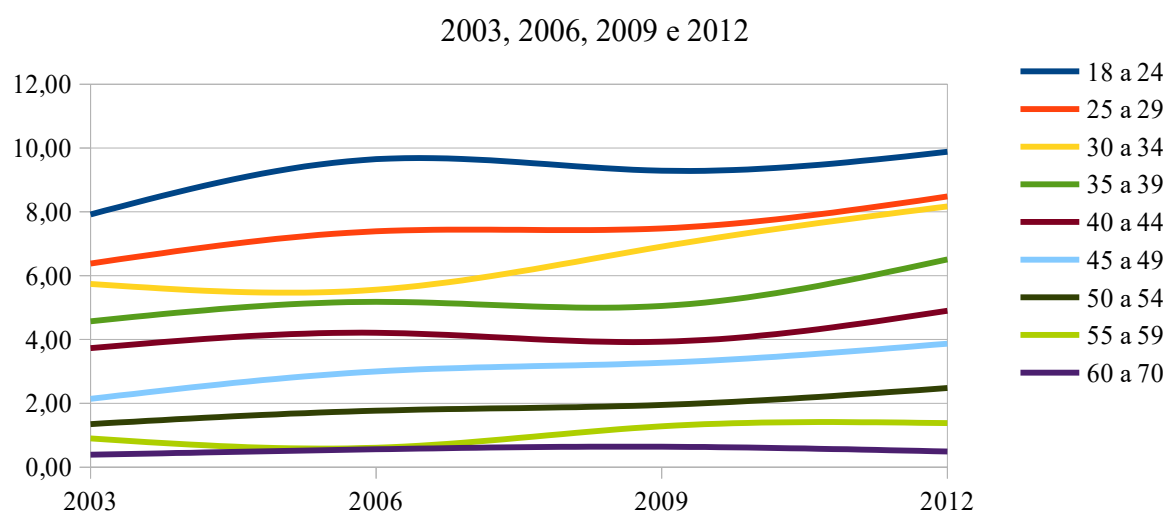
Conforme a Tabela 20 e o Gráfico 15, observamos que o número de ocupados na faixa etária entre 18 e 39 anos é ainda maior no universo dos ocupados com carteira de trabalho, perfazendo 71,59% desse universo. Observamos, ainda, que houve um aumento em todas as faixas etárias dos ocupados com carteira de trabalho, sendo o maior aumento entre na faixa etária de 30 a 34 anos:

**Tabela 20 - Goiás: Distribuição dos Ocupados com Carteira Assinada por Faixa Etária (%)**

	2003	2006	2009	2012
Total	33,12	37,92	39,79	46,15
18 a 24	7,92	9,65	9,29	9,88
25 a 29	6,38	7,39	7,48	8,48
30 a 34	5,74	5,56	6,91	8,17
35 a 39	4,57	5,18	5,05	6,51
40 a 44	3,73	4,21	3,93	4,90
45 a 49	2,14	3,00	3,27	3,87
50 a 54	1,35	1,77	1,95	2,48
55 a 59	0,90	0,61	1,28	1,38
60 a 70	0,39	0,56	0,64	0,49

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD, 2003, 2006, 2009 e 2012. Elaborado pelo autor.

**Gráfico 15 - Goiás: Distribuição dos Ocupados com Carteira Assinada por Faixa Etária (%)**



Fonte: IBGE, Microdados da PNAD, 2003, 2006, 2009 e 2012. Elaborado pelo autor.

Podemos compreender que nos últimos anos o mercado de trabalho vem buscando absorver uma força de trabalho que permanece jovem, característica que acentua-se no mercado formal com carteira de trabalho. Outra característica é o aumento dos ocupados acima dos 30 anos, fato que pode ser explicado pela exigência cada vez maior de qualificação profissional com exigência de ensino formal. A Tabela 21 e o Gráfico 16 são bem ilustrativos quanto ao universo dos ocupados nos anos de 2003 a 2012:

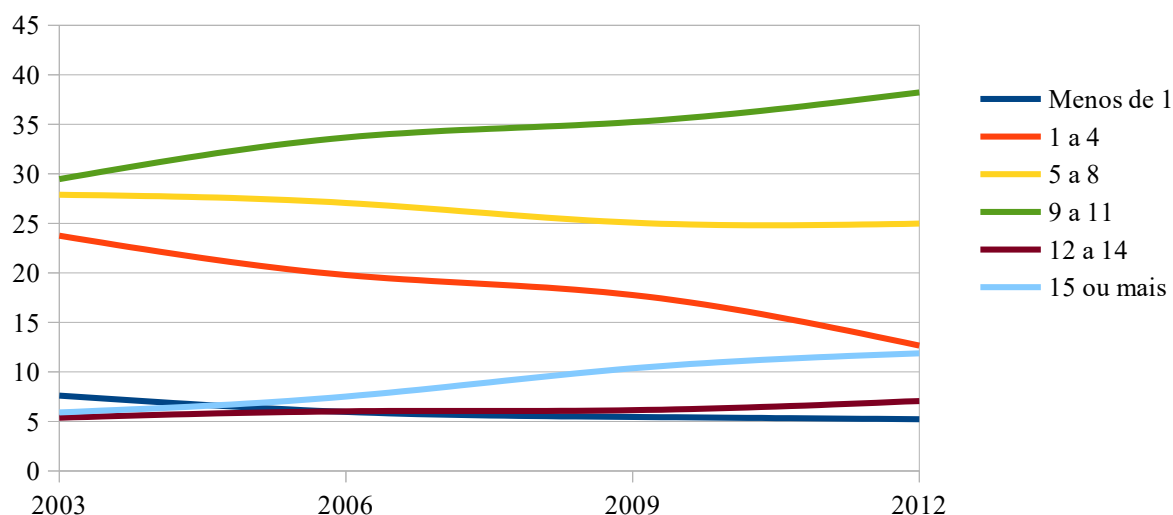
**Tabela 21 - Goiás: Distribuição dos Ocupados por Anos de Estudo (%)**

	2003	2006	2009	2012
Total	100	100	100	100
Menos de 1	7,61	5,96	5,45	5,22
1 a 4	23,75	19,78	17,76	12,66
5 a 8	27,89	27,06	25,07	24,97
9 a 11	29,47	33,67	35,23	38,22
12 a 14	5,37	6,02	6,13	7,06
15 ou mais	5,91	7,51	10,36	11,87

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD, 2003, 2006, 2009 e 2012. Elaborado pelo autor.

**Gráfico 16 - Goiás: Distribuição dos Ocupados em Anos de Estudo**

2003, 2006, 2009 e 2012



Fonte: IBGE, Microdados da PNAD, 2003, 2006, 2009 e 2012. Elaborado pelo autor.

Observamos uma diminuição considerável dos ocupados com até 8 anos de estudo (pessoal com até o ensino fundamental completo) que, em 2003, somavam 59,25% dos ocupados e, em 2012, passa para 42,85% (perdendo 16,40% do espaço no mercado de trabalho). Na contramão desse movimento está o pessoal ocupado com ensino médio (de 9 a 11 anos de estudo) que cresce consideravelmente, sendo a categoria que mais elevou sua participação no mercado de trabalho, com um aumento de 8,75%, seguida do pessoal com algum nível de iniciação no ensino superior (seja incompleto, completo e pós-graduação) que aumentaram 7,65% sua participação no período. Houve uma redução geral do universo do pessoal ocupado com carteira de trabalho, passando de 30,60% em 2003 para 21,63% em 2012, caracterizando uma redução de aproximadamente 9% do mercado formal durante o período. Entretanto, as duas únicas categorias que obtiveram aumento de sua participação foram os do pessoal com ensino médio (aumento de 0,16%) e com curso superior completo ou mais (aumento de 1,08%), enquanto o pessoal com até o ensino fundamental reduziu sua participação em 8,46%, conforme Tabela 22 e Gráfico 17:

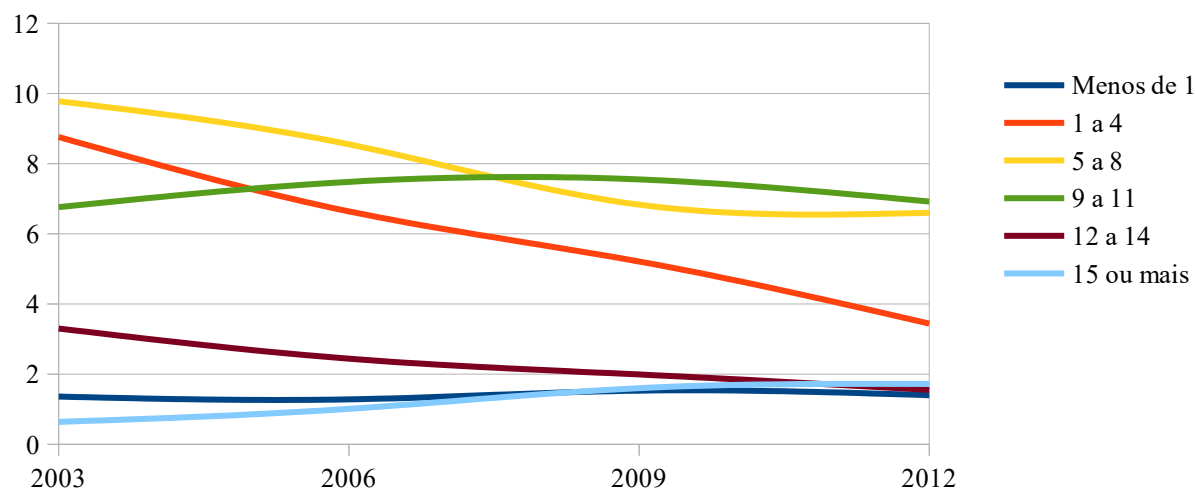
**Tabela 22 - Goiás: Distribuição dos Ocupados com Carteira por Anos de Estudo (%)**

	<b>2003</b>	<b>2006</b>	<b>2009</b>	<b>2012</b>
Total	30,60	27,40	24,71	21,63
Menos de 1	1,36	1,28	1,53	1,40
1 a 4	8,76	6,64	5,21	3,44
5 a 8	9,78	8,55	6,83	6,60
9 a 11	6,76	7,48	7,55	6,92
12 a 14	3,30	2,44	1,99	1,55
15 ou mais	0,64	1,01	1,6	1,72

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD, 2003, 2006, 2009 e 2012. Elaborado pelo autor.

### Gráfico 17 - Goiás: Distribuição dos Ocupados com Carteira Assinada por Anos de Estudo

2003, 2006, 2009 e 2012



Fonte: IBGE, Microdados da PNAD, 2003, 2006, 2009 e 2012. Elaborado pelo autor.

A Tabela 23 apresenta os números do emprego por atividade econômica em Goiás, em que observamos o crescimento expressivo, com destaque para alguns ramos industriais, acompanhando o desenvolvimento da produção industrial discutida nos capítulos anteriores. Destacamos o total de empregos em Goiás entre 1999 a 2018 que cresceu 146,88%. As 6 atividades agrupadas que mais cresceram foram, respectivamente: indústria mecânica (696,83%); indústria química, produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões, produtos similares e indústria diversas (450,33%); indústria de materiais de transporte (328,89%); indústria de materiais elétricos e de comunicação (294,01%); serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão (182,32%); e indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico (162,45%). Das 10 atividades que mais cresceram, 7 são industriais e fabris.

**Tabela 23 – Goiás: Números do Emprego por Atividade Econômica**

	1999	2003	2005	2009	2011	2015	2017	2018
Total de Empregos no Estado	610.672	827.039	944.927	1.209.310	1.385.230	1.501.397	1.515.422	1.507.648
Indústria de Transformação	-	-	-	-	224.316	238.040	229.114	225.741
Indústria Extrativa Mineral	3.902	4.276	5.348	6.811	8.508	8.811	7.347	7.683
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	6.458	7.376	8.613	10.857	14.508	13.601	10.824	10.077
Indústria Metalúrgica	5.794	6.764	8.003	10.276	12.840	12.781	11.098	11.961
Indústria Mecânica	882	1.225	1.335	4.217	6.382	7.636	6.395	7.028
Indústria de Materiais Elétricos e de Comunicação	651	584	705	772	1.334	2.891	2.018	2.565
Indústria de Materiais de Transporte	1.246	2.169	2.615	4.629	6.499	6.055	5.160	5.344
Indústria da Madeira e do Mobiliário	3.573	4.148	4.613	7.637	9.404	8.923	7.725	8.314
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	4.153	5.419	6.508	7.559	8.699	10.501	9.263	8.081
Indústria da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Produtos Similares e Indústria Diversa	3.031	5.300	5.054	5.342	7.012	7.057	7.005	7.456
Indústria Química, Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, Sabões, Velas e Matérias Plásticas	8.577	14.227	17.098	22.573	45.212	44.603	49.500	47.202
Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos	15.445	19.934	22.451	24.803	28.949	28.088	25.237	23.346
Indústria de Calçados	799	990	1.284	1.544	2.006	1.249	967	889
Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebida e Álcool Etílico	35.617	49.904	62.079	88.147	81.471	94.655	93.922	93.478
Serviços Industriais de Utilidade Pública	6.702	7.968	9.645	9.528	9.317	12.452	12.220	12.374
Construção Civil	31.773	30.126	35.626	64.895	81.848	66.594	56.955	57.074
Comércio	-	-	-	-	265.320	300.080	289.457	293.706
Serviços	-	-	-	-	382.339	451.878	463.524	477.663
Transporte e Comunicações	31.760	32.585	40.169	49.162	59.364	63.514	64.264	67.041
Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparo, Manutenção, Radiodifusão e Televisão	47.875	72.320	81.573	97.222	113.497	133.776	138.491	135.160
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca	40.745	55.442	62.357	76.847	83.887	92.934	95.745	98.228

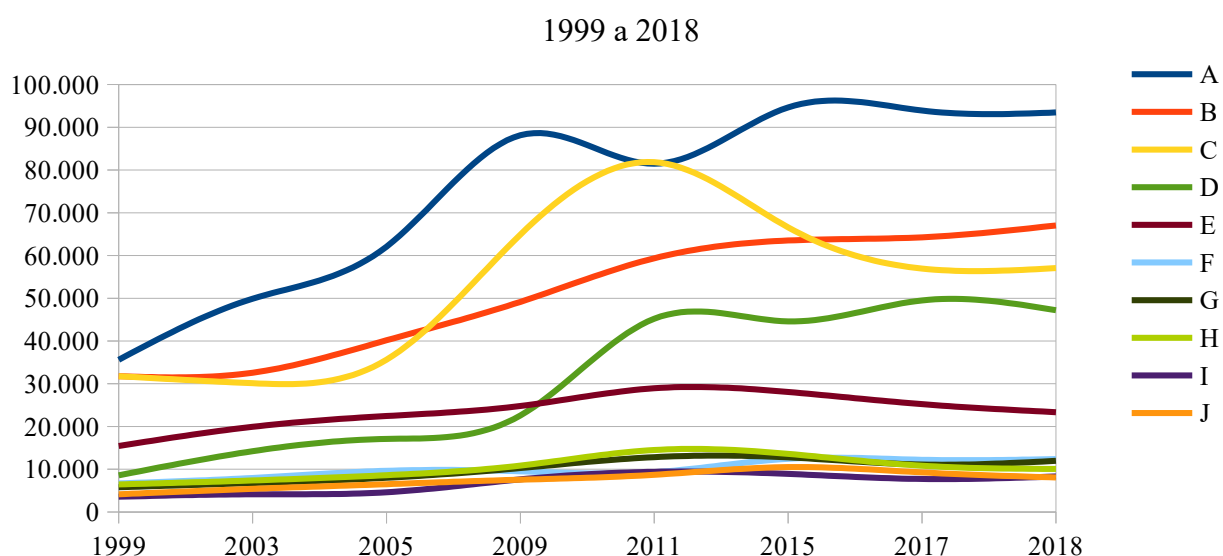
Fonte: IBGE. Disponível em IMB. Elaborado pelo autor.

Para compararmos a evolução dos setores industriais que em 2018 tiveram as maiores absorções de força de trabalho (Gráfico 18) vamos organizá-los por letras, da seguinte forma:

- A – Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebida e Álcool Etílico
- B – Transporte e Comunicações
- C – Construção Civil
- D – Indústria Química, Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, Sabões, Velas e Matérias Plásticas
- E – Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos
- F – Serviços Industriais de Utilidade Pública
- G – Indústria Metalúrgica
- H – Indústria de Produtos Minerais não Metálicos
- I – Indústria da Madeira e do Mobiliário
- J – Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica

Assim, percebemos o crescimento do número de empregos em todos os setores industriais, com destaque para o setor A, com o maior aumento; e para a oscilação decrescente do setor C, a partir de 2011, afetando o ritmo de seu crescimento que, mesmo assim, foi de 79,63% durante o período de 1999 a 2018. Outro destaque é o setor D, onde se encontra as indústrias farmacêuticas, por exemplo, com um crescimento também considerável:

**Gráfico 18 - Goiás: Números do Emprego por Setores Industriais**

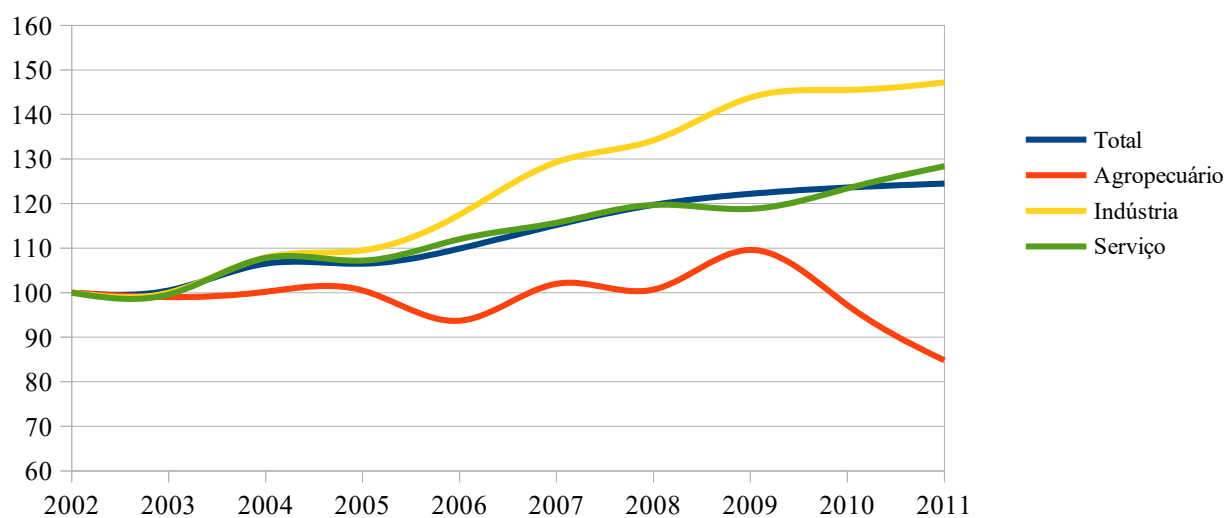


Fonte: IBGE. Disponível em IMB. Elaborado pelo autor.

Comparando a evolução dos números do emprego (assalariamento) e dos números de ocupados (conjunto de pessoas envolvidas na produção: assalariados, informais, temporários, prestadores de serviços, empregadores, etc.) entre as atividades (Gráficos 19 e 20) observamos que, em termos de ocupação, o setor de serviços absorve mais pessoal, seguido do industrial e agropecuário, respectivamente. Entretanto, quando se observa a evolução do emprego, nota-se que o setor industrial cresce mais do que os outros setores e mais até que o crescimento total.

**Gráfico 19 - Goiás: Evolução do Emprego por Atividade Econômica**

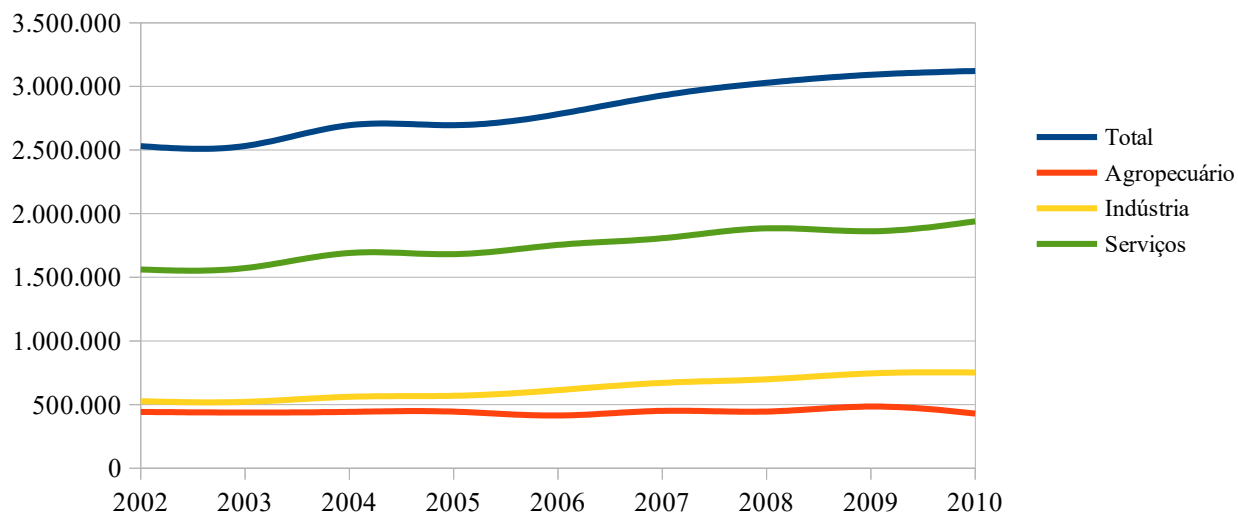
2002 a 2011



Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Disponível em IMB. Elaborado pelo autor.

**Gráfico 20 - Goiás: Pessoal Ocupado por Atividade Econômica**

2002 a 2010



Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Disponível em IMB. Elaborado pelo autor.

O aumento da força de trabalho no setor industrial, a diminuição da diferença de uso da força de trabalho entre os setores industrial e de serviços, bem como a diminuição da participação do mercado de trabalho agrícola (em razão da mecanização do campo), podem ser inferidos também quando se analisa a dinâmica do mercado de trabalho a partir dos grupos ocupacionais, conforme Tabela 24 e Gráfico 21:

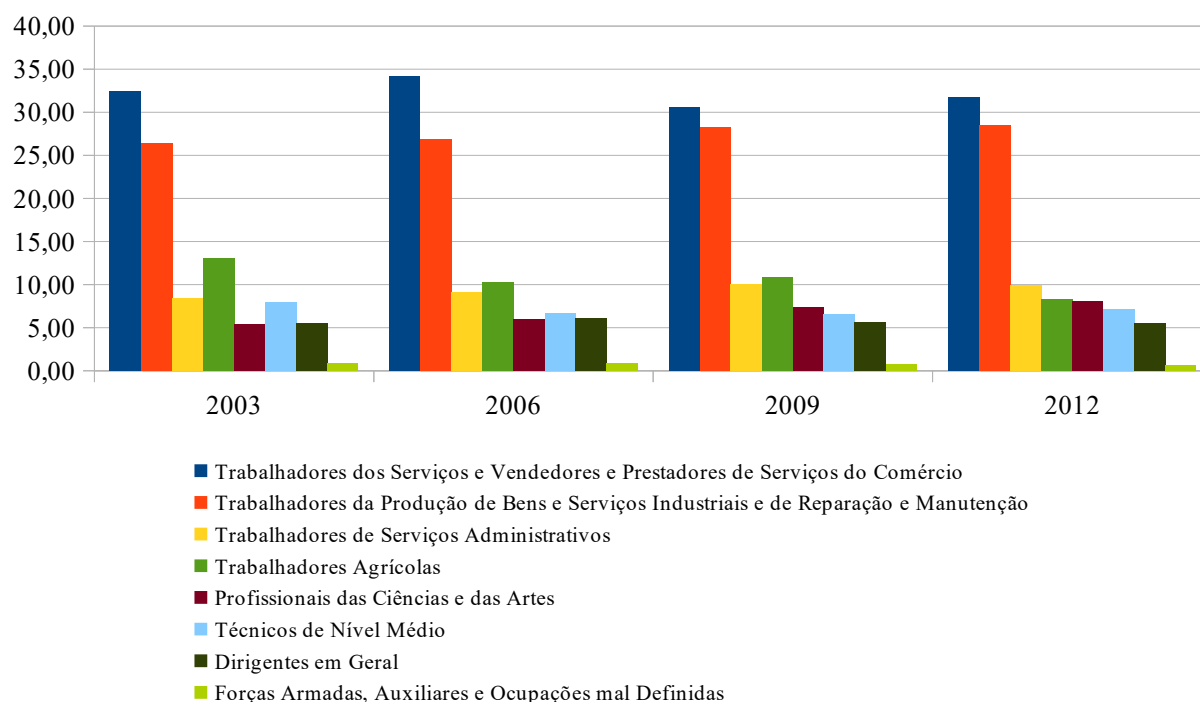
**Tabela 24 - Goiás: Distribuição dos Ocupados por Agrupamentos de Ocupações (%)**

Agrupamentos de Ocupações	2003	2006	2009	2012
Trabalhadores dos Serviços e Vendedores e Prestadores de Serviços do Comércio	32,40	34,12	30,54	31,74
Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais e de Reparação e Manutenção	26,39	26,92	28,24	28,50
Trabalhadores de Serviços Administrativos	8,43	9,11	10,08	9,97
Trabalhadores Agrícolas	13,10	10,27	10,90	8,34
Profissionais das Ciências e das Artes	5,38	6,02	7,33	8,06
Técnicos de Nível Médio	7,89	6,65	6,53	7,17
Dirigentes em Geral	5,51	6,09	5,66	5,54
Forças Armadas, Auxiliares e Ocupações mal Definidas	0,90	0,82	0,72	0,68

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD, 2003, 2006, 2009 e 2012. Disponível em IMB. Elaborado pelo autor.

**Gráfico 21 - Goiás: Distribuição dos Ocupados por Agrupamentos de Ocupações (%)**

2003, 2006, 2009 e 2012



Fonte: IBGE, Microdados da PNAD, 2003, 2006, 2009 e 2012. Disponível em IMB. Elaborado pelo autor.

Outro fator fundamental para se compreender a perspectiva histórica da classe trabalhadora urbano-industrial em Goiás, e que soma-se aos dados já apresentados acima, diz respeito à origem demográfica. Essas informações são demonstradas de forma recorrente em pesquisas de campo, onde diversos autores evidenciam que, independente do ramo de atividade industrial, existe uma diferenciação regional que se expressa na divisão de trabalho e elucida ainda mais os movimentos migratórios no estado. Uma vez existindo divisão entre processos de trabalho mais ou menos qualificado, a diferenciação regional se mostra com os trabalhadores que ocupam os cargos mais qualificados (tanto operacionais quanto gerenciais), tendo como origem os estados do Sul e Sudeste do país (essa última região sendo predominante), enquanto os trabalhadores que ocupam os cargos menos qualificados – e a quase totalidade dos trabalhos braçais e mais desgastantes – tendo como origem os estados do Norte e Nordeste, e mesmo os de origem goiana apresentam origem genealógica nessas regiões. Se no capítulo anterior deduzimos que a força de trabalho de Goiás tem origem nortista e, principalmente, nordestina, com as pesquisas qualitativas analisadas podemos confirmar essa tese. Podemos confirmar também os vínculos diretos ou indiretos com o trabalho no campo: ou o próprio trabalhador urbano-industrial migrou do trabalho no campo para o industrial ou seus pais constituíram suas famílias a partir do trabalho na lavoura ou pecuária.

Como exemplo, os cortadores de cana-de-açúcar vieram quase que em sua totalidade do Maranhão, Piauí, Pernambuco e Bahia enquanto o pessoal do controle e gestão vem de São Paulo (XAVIER, 2010; NOGUEIRA, 2013; CAMARGO, 2009).

Para Xavier (2010), as diferenciações no processo de trabalho trazem consigo preconceitos históricos arraigados na sociedade brasileira e se propagam para toda a vida cotidiana dos trabalhadores, como pôde observar em suas entrevistas:

No município de Goianésia, o trabalhador migrante, muitos deles do Maranhão, Piauí, Pernambuco, são considerados pelos antigos como “*os terra seca*”, “*cabeça chata*”, denotando o desprezo que sofrem. Geralmente, assentado em representações de seus locais de origem, como o clima do nordeste e os aspectos físicos e culturais de seus habitantes (XAVIER, 2010, p. 58).

Nas montadoras automobilísticas esse quadro também se repete. Os postos de trabalhos qualificados são ocupados, em sua maioria, por migrantes do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo, como constatados nos casos da John Deere – que tem sede no Rio

Grande do Sul – e Mitsubishi, ambas instaladas em Catalão (FERREIRA, 2018; PEREIRA, 2014).

No caso da primeira empresa, e no contexto das entrevistas de Ferreira (2018):

Cerca de 85% destes trabalhadores imigrantes entrevistados destacaram em suas respostas que, inicialmente vieram para a cidade atraídos pelas oportunidades que a mesma oferecia, como emprego e melhores condições de vida. Os outros 15% vieram ou transferidos de outras unidades para trabalhar diretamente na empresa. Este segundo grupo são, em sua maioria, trabalhadores ainda mais qualificados e para cargos específicos da unidade. A maioria possui pós-graduações, fala Inglês, têm especializações em áreas específicas etc. (FERREIRA, 2018, p. 86).

Na Mitsubishi, os cargos de direção e administrativos são ocupados por paulistas e alguns operários mais qualificados são de Minas Gerais e São Paulo. Os demais operários, assim como na John Deere, são de Catalão e das cidades vizinhas. Os trabalhadores de outros estados são comumente classificados como “*forasteiros*” pelo restante da população da cidade, por tomarem os espaços mais qualificados e auferirem melhores salários que os locais (PEREIRA, 2014).

Outra diferenciação regional na força de trabalho apresenta-se nos salários que, segundo Pereira (2014):

[...] Para se ter uma noção, cerca de 80% dos trabalhadores da MMC [*Mitsubishi*] receberam, no ano de 2002, até cinco salários-mínimos, enquanto 73% dos trabalhadores do mesmo segmento produtivo, na região metropolitana de São Bernardo do Campo (SP), receberam acima de dez salários. Esses índices se estabeleceram mesmo com o fato de Catalão apresentar nível de escolarização acima da média nacional, com 68% da força de trabalho tendo concluído o ensino médio (PEREIRA, 2014, p. 148).

No setor farmacêutico também encontramos o mesmo quadro. Em sua pesquisa, Lobo (2007) encontra operários com histórico de trabalho no campo ou a primeira geração de nascidos no meio urbano que, em ambas as situações, fogem da pobreza procurando no novo espaço (urbano-industrial) formas de melhorar suas condições de vida. No polo farmacêutico de Anápolis, deparam-se com a diferenciação regional expressa na divisão do trabalho:

A maioria dos trabalhadores da produção são migrantes que vieram das cidades próximas a Anápolis. Apesar de o polo farmacêutico ser significativo no que diz respeito à oferta de empregos, são raros os trabalhadores que foram atraídos de

outros estados. A exceção provém daqueles que ocupam cargos de direção ou ainda dos que possuem formação específica na área da produção de medicamentos. Esses são procedentes de diferentes estados do país, especialmente Minas Gerais e São Paulo (LOBO, 2007, p. 117).

Esses são apenas alguns casos que ilustram o direcionamento ocupacional da força de trabalho urbano-industrial em Goiás, mas que se repetem em várias outras pesquisas. Esse é um mercado de trabalho em forte expansão que atrai um conjunto de pessoas cada vez maior que vislumbram melhorar suas condições de vida naquilo que interpretam serem melhores oportunidades de emprego, comparativamente ao modo de vida anterior (seu ou de seus pais). Entretanto, como buscamos evidenciar, esse mercado de trabalho reproduz uma série de desigualdades regionais historicamente construídas que engendram relações sociais forjadas na dominação e exploração que resultam em discriminações sociais.

#### 4.3.3 – Processos de Trabalho Industriais e a Saúde do Trabalhador

Dando continuidade lógica à qualificação técnica e profissional dos trabalhadores, abordaremos alguns processos de trabalho industriais em Goiás, notadamente aqueles de maior destaque econômico, técnico, político e de impactos urbanos. Notamos, nas pesquisas consultadas, um padrão produtivo que mescla elementos do taylorismo, fordismo e toyotismo/ ohnoísmo, estando de acordo com o padrão global promovido pela reestruturação produtiva do capital que se apresentam mais como mesclas e aprofundamentos de elementos de um modelo com outro do que por etapas sucessivas e substituíveis, conforme discutido no Capítulo 1. Em termos de padrão tecnológico, a indústria goiana apresenta uma produção predominantemente mecânica, com a centralidade da força de trabalho para sua execução, ao passo que avançam as novas exigências da gestão da força de trabalho, manifestas na qualificação contínua, multifunções, engajamento, autocontrole e individualização das responsabilidades sobre os trabalhadores. A conjunção desses fatores culmina na intensificação e precarização do processo de trabalho com o correspondente avanço de processos de acidentes e adoecimento em decorrência do trabalho, e que contraria as expectativas dos trabalhadores no que refere a valorização financeira e social perante a

empresa, em especial na relação conflituosa com os líderes de equipe, gestores e gerentes da produção.

Primeiramente, observando a organização do processo de trabalho na indústria automobilística, temos o caso da Mitsubishi, em Catalão, onde a tecnologia da informação é utilizada para o acompanhamento do ritmo da produção com a utilização de fichas de ordem de produção (*Kanban*), desde o recebimento do pedido, passando pelas etapas de montagem com tempos preestabelecidos, até o processo de finalização na inspeção do produto final. De acordo com Pereira (2014) o processo de montagem pode ser dividido em seis etapas, onde se intercalam processos de trabalho entre a empresa-mãe (MMC) e terceirizadas. São elas: a) soldagem das partes e montagem dos componentes, com soldagem de chassi, laterais e carrocerias dos veículos, controlada por esteira mecânica com ritmos preestabelecidos; b) pintura do veículo com elevado controle de qualidade, o que exige maior experiência e qualificação dos trabalhadores envolvidos, além de maior controle e vigilância sobre eles; c) seleção dos modelos de acordo com os pedidos dos clientes; d) submontagem, em três linhas paralelas, sendo a da cabine (parte elétrica, isoladores de teto, motor, teto e portas), chassi (anexação do motor, sistemas de transmissão e suspensão, rodas e pneus) e caçamba (trancas das portas, para-lamas, adesivos, lanternas e etc); e) anexação da cabine ao chassi, realizado com o suporte de um guindaste, sendo a fase de finalização da montagem e instalação de acessórios; e f) controle de qualidade com aferição dos sistemas de aceleração, freio e transmissão, vistoria geral, teste de água para averiguar infiltrações e teste de direção e desempenho.

De acordo com o autor:

Como cada operário desempenha várias funções, o ritmo da produção faz com que um veículo seja montado em 4 minutos e 25 segundos, o que permite a produção de 14 carros por hora e de até 110 por dia. Mesmo quando os pedidos aumentam, o número de operários não varia, mas o ritmo da produção é intensificado. Para cada 20 operários fixos, há um multifuncional como supervisor, o qual lidera a equipe. E para cada grupo de 80 operários, há um supervisor geral que, com o auxílio de outros multifuncionais (líderes de grupo), vistoria os processos produtivos antes que o veículo passe pelo controle de qualidade. Esses operários multifuncionais têm por função reduzir o tempo e a frequência de idas dos trabalhadores ao banheiro; substituir os operários que faltaram ao trabalho; realizar reuniões matinais; resolver problemas na produção e mediar a relação entre os operários e o supervisor geral (Da Silva, 2010) (PEREIRA, 2014, p. 143).

Outra estratégia para o aumento da produtividade da empresa é o estímulo para que os trabalhadores criem novas metodologias de trabalho para tornar a produção mais eficiente e reduzir os acidentes de trabalho. Com isso, de um lado, a empresa reduz a necessidade de investimento em maquinários mais eficientes e, de outro lado, desarticula possíveis reivindicações com a participação dos trabalhadores nesse nível de decisão e a consequente aparência de “pertencimento” e “integração” dos trabalhadores no coletivo da empresa (MARQUES, 2015; PEREIRA, 2014).

A intensificação do processo trabalho se manifesta na gestão “flexível” (multifuncional), que exige muita atenção e desgaste psíquico associado a um maquinário que precariza as condições de trabalho, por exigir grande esforço físico, num ritmo denunciado pelos trabalhadores como extenuantes, resultando num modo de acidentar e adoecer os trabalhadores.

O relato de um trabalhador entrevistado por Marques (2015) expressa bem esse modo de exploração social:

Lá dentro, há sim uma grande pressão, e o esforço físico também tem uma grande quantidade durante o dia, o esforço físico, [...]. O desenvolvimento do trabalho também é desgastante sabe, e, mais mesmo o que atrapalha dentro da Mitsubishi é a pressão. Eles fica te pressionando o tempo todo, entendeu?! Ai não tem como ocê prestá atenção no que ocê ta fazendo, porque aquela pressão vai indo ocê vai estressando, que o ocê num consegue exercer a função no trabalho, o que o trabalho pede procê fazê, entendeu. O trabalho também, pelo período da carga horária, é muito trabalho entendeu?! É muito trabalho que eles te pede em um percentual de tempo mínimo. Que a gente entra sete e meia até as cinco e oito, o que cê tem que fazê lá dentro é corrido pelo tempo, é pouco tempo, entendeu?! Aí que acontece a pressão. Vem a pressão, por ser pouco tempo e o serviço muito. Aí vem a pressão, aí é o que estressa também as pessoas. Aí isso atrapalha muito. (Entrevista 2, 2014) (MARQUES, 2015, p. 133).

E continua:

Sim, lá dentro tem o controle sim, sobre o que tem que acontecer durante cada tempo que nós lá dentro tinha um... um tempo pra tirar uma produção, entendeu. Eu acho que o que deveria ser feito para melhorar e para diminuir esse tempo ou até aumentá, diminuir o serviço e aumenta o tempo, era ter mais pessoas qualificadas para exercer a função do trabalho [*referindo-se aos supervisores*] e as ferramentas adequadas pro cê tá desenvolvendo o trabalho com segurança, sem causá algum acidente, sem machucar alguém. Porque lá geralmente, muitas das vezes, se machuca alguém pela rapidez que cê tem que trabalhá e pelo pouco tempo, entendeu?! Aí deveria ter mais pessoas e mais espaço também. O espaço também é muito curto. Deveria ter mais espaço também. (Entrevista 2, 2014) (MARQUES, 2015, p. 157).

As montadoras de veículos em Goiás possuem linhas de montagens flexíveis, em que se pode adaptá-las rapidamente aos modelos demandados pelos clientes, sem a necessidade de grandes pausas nas linhas de produção. A Caoa, por exemplo, inaugurada em Anápolis no ano de 2007 para a montagem dos veículos da marca Hyundai, possui basicamente as mesmas etapas descritas acima, como soldagem de carroceria, pintura, montagem final, controle de qualidade e testes, divididas em 11 subetapas, com índice de nacionalização da produção superior ao da Mitsubishi. Com aproximadamente 1.300 trabalhadores, consegue montar até 25 veículos por hora dos dois modelos produzidos pela empresa. A correlação existente entre o grau de automação e trabalho manual nessas montadoras é expressa na eficiência econômica dessa relação, onde o uso da automação não visa a diminuição do desgaste da força de trabalho (apesar do discurso oficial das empresas em geral), mas ao aumento da eficiência produtiva e na medida em que não se torna mais oneroso (como nos elevados índices de adoecimento e afastamento do trabalho por processos de desgaste físicos que aumentam os gastos da empresa com novas contratações e treinamento e atrasam a produção), como evidencia-se na fala do presidente da Caoa:

“O conceito de fábricas de grandes volumes está mudando e nossa operação em Anápolis prova que podemos produzir menos com eficiência. Toda a evolução da fábrica nos últimos anos teve foco no aumento da produtividade e eliminação de desperdícios”, afirma Mauro Correia, que iniciou esse processo antes de assumir a presidência do Grupo Caoa. “Hoje produzimos em um turno de trabalho o que antes fazíamos em um turno e meio”, destaca. Correia diz que a grande quantidade de operações manuais ajuda a manter a desejada flexibilidade de produção, por isso a automação só foi implantada onde era necessária para elevar a qualidade e reduzir riscos aos trabalhadores. Como exemplo disso, ele cita a instalação do robô de aplicação de selante na carroceria e a estação de aperto eletrônico de rodas. A fábrica opera com 38 robôs, 22 deles na área de soldagem e dez na pintura, para aplicação de tinta e verniz em carrocerias e suas partes plásticas, como para-choques (KUTNEY, 2017, p. 52).

Nota-se que a manutenção do caráter manual do processo de trabalho pode representar vantagens econômicas para a empresa, ou seja, o baixo custo gasto com a força de trabalho em Goiás torna-se um incentivo para a manutenção do nível tecnológico relativamente baixo e, associado a oferta abundante de força de trabalho disponível, faz com que não seja economicamente preferível à empresa investir na automação. Inclusive porque esse tipo de investimento demandaria custos em tecnologias maiores do que os empenhados com a intensificação da força de trabalho. Denota-se, dessa estratégia, típica da reestruturação produtiva, a exigência de multifuncionalidade do trabalhador, que tem que adaptar o seu

processo de trabalho ao tipo de veículo produzido demandado pelos clientes. Por outro lado, esse processo reflete nos níveis de escolarização exigidos desses trabalhadores. Nos operários diretamente vinculados à produção a escolarização exigida não ultrapassa o ensino médio, com treinamentos complementares no SENAI (majoritariamente) e outras instituições públicas e também no cotidiano da empresa. E para uma parcela menor de trabalhadores, que ocupam os cargos de supervisão e gestão, exige-se o ensino superior (mesmo que incompleto) (PEREIRA, 2014; FERREIRA, 2018; MARQUES, 2015).

Ferreira (2018), ao pesquisar a produção de colheitadeiras na John Deere, em Catalão, observa a importância dessas qualificações para se ocupar uma vaga na empresa. Segundo ele:

Quando os trabalhadores não possuem a formação necessária para buscar uma vaga nestas indústrias catalanas, procuram a formação em unidades de formação e capacitação de trabalhadores existentes na cidade, como SENAI, CEPAC, entre outros. Há inúmeros cursos de qualificação e aperfeiçoamento profissional, oferecidos pelo Centro de Ensino Profissionalizante Estadual de Catalão (Cepac), SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE e IEL, que atraem público de diversas cidades vizinhas. Na cidade, destaca-se uma das mais importantes escolas de ensino técnico de Goiás, a unidade local do SENAI. Esta escola conta com o apoio da prefeitura e de algumas indústrias localizadas nesta região, que oferecem educação profissional nos níveis de aprendizagem (básico e técnico), qualificação e aperfeiçoamento profissional e habilitação técnica (FERREIRA, 2018, p. 93).

Com parceria com as montadoras Mitsubishi, Hyundai, John Deere e Ford (que, mesmo não tendo sede no estado, transferiu seu centro de treinamento do Rio de Janeiro para Goiânia em 2005) o SENAI é a instituição que mais qualifica a força de trabalho para o setor, com cursos nas áreas de mecânica, pintura, elétrica, eletrotécnica, manutenção industrial e segurança do trabalho.

Segundo um gerente de produção da John Deere:

A instituição qualifica profissionais de acordo com o perfil demandado pelo mercado, por isso absorvemos a maioria da mão-de-obra formada pelo Senai, investimos na capacitação de nossos recursos humanos, além de mantermos parcerias em ações de educação profissional, voltadas para qualificação de portadores de necessidades especiais e de jovens aprendizes (Mais Capacitação..., 2009, p. 15).

No setor farmacêutico, apesar do contínuo processo de automação da produção para atender ao controle de qualidade exigido pelos parâmetros legais, há também a combinação de métodos mecânicos e automatizados de produção oriundos da reestruturação produtiva. Pesquisas como as de Lobo (2007), Lousa (2008), Azzi (2009) e Ribeiro (2008) nos permitem afirmar que as indústrias farmacêuticas privadas apresentam processos mais automatizados do que a indústria estatal (IQUEGO), apesar do aumento dos investimentos dessa última nos últimos anos. Na estatal, a rigidez na estrutura de cargos e da exigência de compras das matérias-primas ser realizado por licitação impede a implantação sistemática da multifuncionalidade dos trabalhadores, por um lado, e da padronização do processo produtivo com a descontinuidade e diversidade dos fornecedores, por outro lado.

Mesmo assim, a indústria estatal apresenta certos níveis de automação, principalmente nos setores onde há maior controle de qualidade, como na manipulação e mistura dos insumos químicos. O processo de trabalho é realizado em equipe e é fortemente marcado pela monotonia e repetição, o que exige atenção e agilidade nos movimentos. O processo de trabalho também varia de acordo com o tipo de medicamento produzido, mediante a demanda dos clientes, que são basicamente os programas de saúde pública federal, estadual e municipais (AZZI, 2009; LOBO, 2007).

Analisando o controle sobre os trabalhadores que emerge a partir do controle de qualidade, Lobo (2007) destaca a exigência legal que impõe à indústria o Procedimento Operacional Padrão:

Dentro da lógica de controle de qualidade, além do controle laboratorial, existe o controle do processo de trabalho propriamente dito, que inclui o Procedimento Operacional Padrão – POP, disponibilizado para o trabalhador por escrito. O procedimento emana da legislação sanitária e é elaborado pela empresa por meio da gerência de garantia da qualidade; diz respeito aos equipamentos de proteção que o trabalhador deve usar obrigatoriamente (EPIs), aos procedimentos sanitários para realizar o seu trabalho, ao uso correto das máquinas ou quaisquer instrumentos de trabalho, bem como aos procedimentos corretos para o cumprimento de sua função. Acompanhando o POP existem formulários que o trabalhador deve preencher e que visam o controle da tarefa. Esses formulários são assinados pela pessoa que executou o trabalho. Tais procedimentos são obrigatórios e acompanhados por uma inspetoria que fiscaliza o seu cumprimento (LOBO, 2007, p. 128).

A insuficiência de proteção inerente os EPI's, associado ao ritmo intenso da produção e a dificuldade de adaptação ao uso dos EPI's, torna o ambiente de trabalho produtor de riscos à saúde dos trabalhadores. Movimentação contínua e repetitiva, posturas

desgastantes, rotações intensas de tronco, cabeça e pernas agravam os índices de acidentes e adoecimentos. De acordo com Azzi (2009, p. 140), no ambiente de trabalho, os trabalhadores estão sujeitos a *“traumatismos e cortes no manuseio de máquinas, acidentes com equipamentos elétricos, superfícies quentes, quedas de nível, incêndios e explosões, lesões cutâneas por acidentes em máquinas e por queimaduras”*. Os trabalhadores estão expostos a riscos químicos, físicos e ergonômicos que os protocolos de segurança seguidos não eliminam e servem, cotidiana e juridicamente, como escudo político para a empresa. Uma vez seguidas as insuficientes exigências legais, a empresa se exime da responsabilidade perante a fiscalização, restando a responsabilização aos trabalhadores.

Analisando os registros da empresa sobre acidentes de trabalho entre os anos 2000 a 2007, a autora constata que 62,8% dos acidentes foram causados por elementos pertencentes ao posto de trabalho. Destes, 28,3% referem-se a operação de máquinas como agente de lesão. Desse modo a autora conclui:

Presume-se, então, que a ocorrência dos acidentes no trabalho da indústria farmacêutica não pode ser analisada apenas sob a ótica da falha humana, ou seja, a causa mais frequentemente utilizada para caracterização das causas de acidentes do trabalho é a de ato inseguro praticado pelo trabalhador. Nesse ponto, concorda-se com Mendes (2003), de que este enquadramento está encobrindo, na maioria das vezes, condições inadequadas do ambiente de trabalho (AZZI, 2009, p. 147).

Já na indústria privada analisada por Lobo (2007), o processo de produção é mais automatizado, exceto na embalagem que, assim como a indústria estatal, tem mais trabalhadores envolvidos. Desse modo, onde há maior automatização menor é o número de trabalhadores. Assim como na indústria automobilística, a indústria farmacêutica investe em automação e em processos de trabalho mais tecnicamente racionalizados apenas onde é estritamente necessário e que é exigido por legislação para estabelecer padrões de controle sanitários. Resulta para os trabalhadores maior controle, vigilância e responsabilização sobre o seu processo de trabalho.

De acordo com a autora:

Nesse sentido, em torno dessas práticas existe uma rotina em que produção e controle são inseparáveis. A vigilância sobre os operários quanto ao cumprimento das normas é rígida e se faz tanto pela análise do produto nas diferentes etapas quanto pela fiscalização e treinamento dos trabalhadores. Além do mais, todo o trabalho realizado pode ter o seu responsável identificado, uma vez que a assinatura

nos protocolos de produção assegura visibilidade ímpar da atividade desenvolvida pelos trabalhadores. O controle sanitário constitui-se, assim, em forte elemento de disciplinarização da força de trabalho (LOBO, 2007, p. 148).

As empresas operacionalizam a disciplinarização da força de trabalho exigindo a internalização do controle de qualidade enquanto prática cotidiana na análise dos produtos, nas fiscalizações e treinamentos. Assim, visa a evitar perdas e gastos de recursos desnecessários pela antecipação de problemas e imputando aos trabalhadores a responsabilização individualizada dos procedimentos operacionais. É por meio das dinâmicas cotidianas, advindas com o controle de qualidade, que se implementa a flexibilização da produção e se exige a qualificação contínua dos trabalhadores, conseqüentemente.

As constantes mudanças produtivas, oriundas seja das novas tecnologias ou dos novos métodos de gestão da força de trabalho, trazidas pelos protocolos de controle de qualidade, implicam conflitos entre trabalho e capital que podem ser observados no relato do gerente de produção da indústria privada:

A segunda grande alteração para os trabalhadores é que ele sofre constantes mudanças nos procedimentos por conta das transformações tecnológicas e na legislação. Sempre que a gente tem que mudar o padrão que ele conhecia, ele sofre um choque. A resposta imediata dele é: — Eu fiz assim dez anos... eu fiz assim cinco anos... porque você está mudando agora? Dava certo antes. O nosso poder tem de ser alto para convencê-lo de que antes o nosso sistema de diagnóstico era fraco e hoje evoluiu, portanto, o padrão de qualidade mudou. O que atendia antigamente não atende mais (LOBO, 2007, p. 149).

Para o atendimento dessas exigências os trabalhadores são constrangidos ao contínuo aperfeiçoamento. No nível operacional, o SENAI e o Centro de Educação Profissional de Anápolis – CEPA são as instituições que mais qualificam, enquanto no nível de gestão, administração e engenharia de produção atuam as universidades públicas e privadas como UFG, UEG e UniEvangélica. É comum encontrarmos nessas empresas trabalhadores com idade entre 35 a 45 anos e com mais de 5 anos de vínculo empregatício como estratégia de redução de custo com treinamento e qualificação. Além disso, existe também a figura do vetor: um trabalhador que se qualifica nos cursos e treinamentos assume a responsabilidade de transmitir para os demais os conteúdos obtidos (RIBEIRO, 2008).

Além dos conhecimentos e habilidades técnicas e operacionais, as empresas exigem também dos trabalhadores valores e comportamentos como “entusiasmo” e “engajamento”.

São termos muito presentes nas falas dos gestores e operários, contidos nas pesquisas de campo. Nesse sentido, espera-se que os trabalhadores internalizem os valores e objetivos da empresa, de modo que estes produzam com qualidade, agilidade e, desse modo, têm a possibilidade de garantir a sua empregabilidade dentro da empresa (LOBO, 2007; RIBEIRO, 2008; LOUSA, 2008).

Ocorre também na indústria privada a mesma estratégia de defesa nos limites da legislação e a individualização da responsabilidade pelos acidentes de trabalho. Aí também os trabalhadores denunciam a insuficiência dos EPI's e demais protocolos para eliminar os riscos à sua saúde devido ao ambiente e intensificação do trabalho, conforme Lobo (2007):

Na verdade o equipamento nos protege em parte. A gente não deixa de absorver o produto. O tecido do macacão deixa, às vezes, passar produto para a pele. A máscara também, conforme o movimento que você faz com o maxilar, você movimentava a máscara. Às vezes ela abre, cria uma fresta e entra um monte de pó. Acontece de você aspirar. Com o decorrer do tempo, eu tive problemas como falta de ar, de cansaço, por aspirar os produtos. Acontecia de eu manipular um produto muito tempo. Eu manipulava no caso o produto X, que é um produto muito forte. E o certo era que a empresa, eu creio que tem um documento que foi passado para eles, fizesse um revezamento de pessoas que estão num setor para outro. Até para evitar a resistência ao produto. Era para ser feito de seis em seis meses. No caso, eu trabalharia seis meses na manipulação de antibióticos e seis meses na manipulação de outro produto, em outro setor. Eu fiz essa troca só uma vez em quase oito anos. Eu troquei e fiquei só três meses fora. Nunca mais fizeram esse revezamento de seis meses. Eles falavam que era feito, no papel era feito, mas na verdade não se fazia e isso era muito prejudicial. Eu cobrei várias vezes, mas eu não sei o porquê, eles não fizeram. Quem trabalha no setor de antibióticos teria que receber insalubridade, porque o contato direto com o princípio ativo é muito intenso. Para você ter uma ideia, quando eu manipulava uma sequência muito grande de produtos, eu vinha para casa e dormia com uma coberta e minha esposa tinha que dormir com outra. Porque eu suava à noite e o produto saía. Eu tomava banho de quarenta minutos e o cheiro ainda ficava no cobertor. Todos os dias minha esposa trocava o lençol. No futebol, quando eu suava, eu sentia o cheiro do produto no uniforme. Então, a informação que eles me deram foi a seguinte: quando a empresa fornece os equipamentos de segurança adequados ela não tem obrigação de pagar a insalubridade. Segundo eles, a proteção do equipamento seria cem por cento. O que na verdade não é. Os que trabalham sentem. Mas acho que deve ter uma brecha na lei que protege a empresa. E, como a gente não tem tanto conhecimento das leis, fica desse jeito (LOBO, 2007, p. 211)

Nas indústrias de mineração, o trabalho manual também é muito presente. Entretanto, em virtude do grande volume de material que é retirado do solo e transportado para as usinas, é imprescindível a utilização de aparelhagem mecânica no processo. Grandes máquinas retiram as rochas do solo que são transportadas por grandes caminhões até a usina. A utilização de processos químicos faz a separação na usina (flotação e lixiviação) dos

componentes da lama e seguem, via esteira, para os outros processos nas fábricas. Os resíduos que constantemente caem da esteira são recolocados manualmente pelos trabalhadores por meio de pás. O controle sobre as condições de produção é constante, por isso a reparação dos equipamentos exige muita agilidade e rapidez dos trabalhadores. Esse processo de reparação é predominantemente manual, principalmente naqueles que envolvem reparos de alvenaria dos fornos e silos. A produção é, em geral, diuturna, com equipes de trabalho divididas em turnos (SOUZA, 2018; DUARTE, 2018).

Nas minas de fosfato em Catalão, Souza (2018) transcreve o processo de produção na visão de um dos operários, como segue:

O minério aqui da Ultrafertil vem aqui pro terminal. É do chão. A máquina tira lá, leva pro britadô, aí lá ele moi ela, aí vem com uma água, dentro do chão, da Ultrafertil vem de dentro do chão. Copebrás vem em cima do chão, nuns de uns cano, né? Agora a Ultrafertil furô as valetas daqui até chega lá, no chão até chega lá os cano é dentro do chão. Aí vem pros secadô aqui. (...) tira do chão, vem pro britadô, lá eles moi a pedra, aí vai lá pro etomado, fazê as pilhas. Aí depois tem umas máquinas pra pegá, uma roda assim, ó, no jeito que vai pegando assim ó, vai carregando a isteira, vai caindo na usina, aí de lá vai pros munho. Lá tem os munho de barra. Aí já vira uma água né, uma lama. Aí dali cai num istersador depois que passa no munho, sabe, aí cai no istersador. Aí do istersador vem pro terminal. Esse processo do munho é lá do chapadão. Aí vem secá lá no terminal. Vem num cano, nuns 4 ou 5 canos, vem com água, senão não vem né. Aí chega, cai no esterçador. Aí tem outro processo pra ir lá pro monte de minério, né. Dali já vai pra outro monte. Aí de lá volta porque já abriu um processo. De lá volta pro filtro, pra filtrá aquilo. (...) Aí tem a parte pra granulá, né. Tipo, depois que seca, cai num silo, mas se fô granulá já cai num outro processo. Aí vai misturá o ácido, o amônio né, aí fica uns grãozinho menor que, uma coisinha... Cê já viu um adubo? É aquilo. Aquilo ali passa nos munho né. Aí já cai noutro secado né. Já não seca, mas não é mais do fogo, já é o ácido que seca aquilo. O ácido, o amônio e o cal, né. (SENHOR CATALÃO, 2017) (SOUZA, 2018, p. 47).

Esses trabalhadores relatam que desde os anos 1980 até os dias atuais pouca coisa mudou no processo de trabalho além das exigências de segurança do trabalho. Entretanto, se antigamente a exigência para contratação desse pessoal se restringia à experiência profissional, hoje em dia exige-se, além da experiência profissional, a escolarização de no mínimo o ensino médio, uma vez que as competências exigidas pelo controle de qualidade total, principalmente aquelas pré-requisitadas para a obtenção de certificações (ISO), necessitam de um conjunto cognitivo dos trabalhadores de modo que estes sejam capazes de interpretar e internalizar normas e regulamentos passados diariamente e estejam dispostos a cumprir as regras de controle, de modo que resulte na assimilação dos valores e objetivos da

empresa. Nesse sentido, a racionalização que antes era restrita ao aspecto físico maquinal, passa a contemplar atenções como organização do espaço, fiscalização do processo produtivo, atenção quanto as regras de produção e segurança do trabalho, exigindo agilidade na assimilação de conteúdos de normas e regulamentos.

E para esse fim, exige-se a qualificação profissional por meio de cursos internos e, principalmente, por cursos oferecidos pelo SENAI. Nesses cursos passa-se a perspectiva da empresa ao passo que cobra o cumprimento dos parâmetros exigidos pela certificação. A escolarização torna-se importante para que o trabalhador consiga monitorar e operar equipamentos eletrônicos que agilizam a produção e possa interagir com normas produzidas a partir da linguagem técnica e formal.

Segundo Souza (2018):

Além dos “cursos” para as famílias, existem os cursos para os funcionários, os NR’s (Normas Reguladoras que tem por finalidade capacitar os funcionários para trabalharem em determinadas áreas e/ou condições: NR 33 – espaço confinado; NR 35 – altura; NR 10 - eletricidade) que são pré-requisitos para obtenção e manutenção das Certificações ISO. Existem também as avaliações feitas por meio de questionários que devem ser respondidos pelos funcionários e que servem para avaliar o funcionário, mas que acima disso funcionam como uma forma de controle da subjetividade dos trabalhadores, pois, por meio do que é ensinado nesses cursos e pela cobrança da adequação à conduta da empresa, esse funcionário vai se moldando aos ensejos da empresa. Esses formulários são ofertados por meio eletrônico e os funcionários podem responder dentro da empresa através dos computadores por ela disponibilizados ou nos computadores pessoais em suas casas. Segundo o senhor Anhanguera [*trabalhador entrevistado*], a empresa fornece um login e uma senha para os acessos, e eles têm um tempo durante o mês para responder. Acreditamos que esses formulários tentam monitorar o que o trabalhador pensa da empresa. Apesar de não termos acesso aos questionários, o senhor Anhanguera e o Senhor Três Ranchos [*outro trabalhador entrevistado*] nos contaram que as perguntas são relacionadas aos cursos que a empresa promove e ao que é falado no Diálogo Diário de Segurança (DDS), uma espécie de conversa introdutória feita todos os dias antes de iniciar as atividades, na qual o funcionário é advertido para seguir as normas de segurança e tomar a responsabilidade da segurança da fábrica. Assim, a escolarização passa a ser um objeto para que a empresa alcance seus objetivos, sejam eles relacionados à segurança do trabalho, seja de doutrinação sobre a importância da empresa ou mesmo para a automação da empresa (SOUZA, 2018, p. 49).

A despeito das medidas de segurança do trabalho, estas são insuficientes na eliminação e combate de acidentes e adoecimentos, principalmente devido a esforços físicos repetitivos e a contaminação com os agentes químicos. Segundo pesquisas como as de Duarte (2018) e Souza (2018), a atuação das empresas restringe-se ao limite percentual exigido nas

legislações para se obter a certificações (ISO), que lhes credenciam à obtenção de licenças e inserção no mercado exportador, não promovendo efetivamente a saúde dos trabalhadores.

Sobre os acidentes de trabalho e processos de adoecimento é relevante a percepção e os relatos de experiências dos trabalhadores das mineradoras de Catalão, trazidos por Souza (2018):

Questionei ao senhor Anhanguera se achava que os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) bloqueavam os males, ele respondeu: “Não ” (SENHOR TRÊS RANCHOS, 2017). Então perguntei se ele achava que algumas vezes corria algum risco trabalhando lá: “Com certeza” (SENHOR TRÊS RANCHOS, 2017). Então quis saber que tipo de riscos: “Biológico, são vários assim... poluição do ar, muitas partículas. Lá tem poeira... e não é uma poeira comum, é uma poeira poluída. Que lá existe as fábricas de acidulação, então vem o ácido sulfúrico, ácido fosfórico, amônia, ela é acrescentada na rocha pra fazer o processo de granulação. E essas partículas fica espalhada na fábrica inteira, então, qualquer lugar que você anda tem pó, tem poeira suspensa, tem... vira e volta tem vazamento de amônia. Não é que vaze em grande produção, mas quando ela tá sendo usada lá na rede de produção vira e volta ela escapa aquele cheiro e você acaba inalando aquilo ali mesmo. Você ... que pra cada ambiente lá você tem um tipo de máscara pra você usar. Se você tá na fábrica de acidulação você tem de tá com um tipo de máscara. Você tá na 67, que é uma fábrica de granulação, você tem de estar com uma máscara anti pó. Então é o risco de você sobe muito escada, é o risco de queda, de você cair de escada. Você trabalha muito em cima de andaime, embora você tenha de estar com cinto de segurança, o andaime acima de 1,80, você tem de tá com o cinto de segurança e atracado em alguma coisa. Mas existem vários riscos, a fábrica tá cheia de risco, lá tem risco pra todo lado. Todo mundo sabe disso” (SENHOR ANHANGUERA, 2017) (SOUZA, 2018, p.63).

E mais:

Entreguei uma camisa do uniforme furada para o senhor Anhanguera e perguntei sobre o porquê de ela estar furada, ele disse: “Sim, isso aqui é... foi durante o trabalho, aqui ó, cê pode ver aqui ó, geralmente é nas costas onde cai... É cai poeira, pó, ou algum pingo de água, que lá existe muito tipo de água que passa nas tubulações, é uma água ácida. Lá geralmente a água, dificilmente você encontra uma água que seja, que não tenha nenhum tipo de ácido lá. Ácido sulfúrico, fosfórico.[...] Esse aqui foi uma, esse aqui foi um ácido sulfúrico, que caiu. Tava trabalhando lá, montando uma linha, e esse ácido caiu. Esse aí realmente encostou, chegou a queimar a minha pele. Ele passou de imediato. Logo ele já passou, furou a blusa e eu senti irritação e eu lavei imediatamente, mas ficou uma marquinha, como se tivesse alguém encostado num palito de fósforo aceso assim e queimou. Esse aqui foi realmente me recordo desse” (SENHOR ANHANGUERA, 2017) (SOUZA, 2018, p. 66).

Denota-se desses relatos que, apesar dos equipamentos de segurança do trabalho disponibilizado pela empresa estarem em conformidade com a legislação, os riscos inerentes ao tipo de produção, maquinário e forma de se organizar o espaço de trabalho, extrapolam a

capacidade de contenção dos EPI's e da própria legislação. E mais, a exigência de segurança recai sobre os trabalhadores, uma vez que a empresa defende-se atrás de licenças e cumprimentos de insuficientes exigências legais nos casos de processos judiciais e fiscalizações. A exigência de segurança recai sobre os trabalhadores, uma vez que recebem os EPI's e instruções diárias quanto a necessidade de atenção aos protocolos. Mas é presente na percepção de insegurança dos trabalhadores que os riscos à sua saúde decorrem das condições de produção, do ambiente produzido e organizado pela empresa e que os meios disponíveis para sua segurança são insuficientes.

Amaral (2019) descreve, em sua pesquisa, sobre o adoecimento e morte de trabalhadores da indústria do amianto na cidade de Minaçu, uma intrincada rede de forças políticas para o não reconhecimento das doenças asbeto-relacionadas envolvendo empresa, médicos, pesquisadores, agentes públicos e até mesmo do sindicato dos trabalhadores local. Lá se manifesta o discurso de defesa da empresa baseado no uso controlado e seguro do crisotila, seguindo o argumento padrão que o processo de produção segue as normas técnicas e a legislação pertinente.

Segundo o autor:

O poderio econômico, político e simbólico exercido pela SAMA (a “mãe de Minaçu”, como é identificada comumente pelos habitantes da cidade) revela-se nos depoimentos de meus interlocutores locais. Ele é exercido, por exemplo, através de ameaças verbais e de retaliações efetivas (em relação aos funcionários da ativa) por parte do corpo administrativo da mineradora SAMA e daquelas pessoas que a defendem “com unhas e dentes”. Dessa maneira, estes atores mantêm uma espécie de *vigilância mútua* (cf. PETRYNA, 2002) sobre e entre os demais moradores de Minaçu. Os *silêncios* públicos mantidos pelos “revoltados” – ou seja, por aqueles(as) moradores(as) cujos pais/maridos adoeceram em decorrência da exposição ocupacional às fibras de amianto, mas que jamais receberam uma indenização financeira e/ou um plano de saúde custeados pela empresa – em relação a uma crítica aberta sobre os riscos do amianto à saúde humana têm a ver, também, com a preocupação de garantir seus pertencimentos sociais à comunidade moral mais ampla (cf. MORRIS, 1997; AYOUB, 2014). Pois a denúncia e o testemunho das dores e angústias vividas por eles(as), nos caminhos percorridos na busca ineficaz de tratamentos médicos e assistências hospitalares para seus pais/maridos, colocam em xeque as suas próprias reputações pessoais (AMARAL, 2019, p. 22).

O setor sucroalcooleiro é exemplar da relação de complementariedade entre processos de trabalho mais ou menos tecnologicamente avançados num mesmo processo produtivo. O corte da cana-de-açúcar ainda utiliza o trabalho manual, mesmo naquelas empresas em que se emprega a mecanização, uma vez que o uso dessa tecnologia se restringe

aos terrenos planos. No caso goiano é mais rentável ao capital a utilização de trabalhadores em condições similares à escravidão do que o investimento em terraplanagem. Nas usinas é predominante um misto entre fordismo/taylorismo e toyotismo (XAVIER, 2010; SANTOS, 2014).

A partir de pesquisa sobre as relações de trabalho no setor, Santos (2014) atesta:

[...] a) as empresas não organizavam ortodoxamente o processo de trabalho a partir dos preceitos do toyotismo, exceto alguns aspectos (sugestão de mudança do processo de trabalho por parte dos trabalhadores – kaisen –, trabalho em equipe, captura da subjetividade do trabalhador para a empresa, terceirizações etc.); b) não está presente, pelo menos explicitamente, o conflito entre subordinados e superiores, notadamente os líderes; c) existe harmonia e ajuda mútua entre os trabalhadores de uma mesma equipe e colaboração com as demais; d) não há cobrança excessiva no cumprimento das metas, questão necessária para evitar acidentes de trabalho; e) há segurança e estabilidade no emprego, fato, na verdade, comum ao toyotismo japonês, mas nunca efetivado no Brasil (SANTOS, 2014, p. 179).

De acordo com os autores, o processo de trabalho nas indústrias do setor sucroalcooleiro é profundamente precário e intensificado, desde o corte da cana-de-açúcar até a produção de seus derivados. Manifesta-se também na organização do processo de trabalho a figura do líder de equipe, que cobra dos demais trabalhadores disciplina, ritmo e auto-vigilância, através do estabelecimento de metas por equipe. Um elemento que se destaca nas pesquisas é a utilização da terceirização como elemento de maior exploração do trabalhador. Uma vez que a relação se dá em nível empresarial, a empresa-mãe consegue sobre-explorar os trabalhadores terceirizados, inclusive na questão da segurança do trabalho, uma vez que ela vem se eximindo das responsabilidades com esses trabalhadores, relegando às empresas terceirizadas contratadas a responsabilidade para com esses trabalhadores.

Destaca-se, nesse setor, as precárias e intensas condições de trabalho, em especial dos cortadores de cana-de-açúcar. Pelas formas despóticas a que são submetidos desde a contratação e acomodação, quando são deslocados de suas cidades de origem, e associado ao fato de receberem por produção, trabalham em condições análogas a escravidão, chegando muitas vezes a exaustão e a morte. O emprego mediante contratação por prazo determinado, enquanto durar o corte da safra, os torna ainda mais vulneráveis à desproteção social e previdenciária. Quando há processos de adoecimento e o afastamento se impõe, seja pelo contato com agrotóxicos ou pelo esforço repetitivo, não lhes garantem a readmissão e, quando são readmitidos, cai a produtividade inevitavelmente, tornando-os ainda mais descartáveis

para o capital e desprotegidos econômica e socialmente (CAMARGO, 2009; NOGUEIRA, 2013).

A indústria alimentícia em Goiás (contendo o segmento agroindustrial) que emerge da especialização produtiva induzida no estado, apresenta significativos processos de automação em sua cadeia produtiva sem, contudo, prescindir da utilização e sobre-exploração do trabalho, com elevados níveis de desgastes físico e mental. É comum encontrarmos na literatura descrição de processos de trabalho em que se mesclam um padrão tecnológico “fordista” - ou seja, mais mecânico, centrado nas esteiras, e menos automáticos – com elementos de gestão toyotista como a redução de estoques, produção sobre demanda, trabalhadores multifuncionais que operam várias máquinas e de modo diversificado conforme o tipo de mercadoria produzida. Também encontramos células de produção organizadas por equipes com a presença de líder de equipe responsável pelo desempenho e cobrança quanto a uniformidade e agilidade da produção dos demais trabalhadores. Além do mais, como seus produtos encontram inserção nos mercados internacionais, necessitam atender a exigências legais de controle de qualidade, especialmente os sanitários e de segurança do trabalho, levando as empresas a ampliar a racionalização de todos os espaços produtivos (BARBOSA, 2007; NOVAIS, 2015; KUROGI, 2004; RUGUÊ, 2001).

Exemplificamos a partir da pesquisa de Barbosa (2007) o caso de uma agroindústria localizada em Goiânia, com mais de 2.200 trabalhadores. Conforme a pesquisadora, a média dos trabalhadores possuem nível escolar baixo e são distribuídos majoritariamente entre os cargos de ajudante geral (com maior incidência de esforço físico) e operadores de máquinas (com maior exigência de atenção aos equipamentos mecânicos e eletrônicos). O processo de produção é gerenciado pelas técnicas *just in time* e *kanban*, almejando o controle total da produção. Cada operário chega a operar até 5 máquinas, exigindo maior esforço físico e cognitivo. A rotina de trabalho consiste em atividades rotineiras e com monotonia de funções. Os maiores problemas ergonômicos decorrentes são produzidos nas tarefas que são realizadas manualmente por apresentarem alta repetitividade, gerando doenças de esforço repetitivo e de circulação.

A pesquisadora relata que nessa empresa fora implementado uma política de saúde e segurança ocupacional, com vistorias e propostas de resolução dos fatores de risco. Quanto ao mau planejamento da produção foram sugeridas mudanças nas linhas de produção, que a autora não relata se foram adequadas. Quanto à postura dos trabalhadores, foram realizados

treinamentos ergonômicos e sobre utilização de EPI's. Recaiu sobre o trabalhador algo que a pesquisadora denominou de “auditoria comportamental”, ou seja, a postura do trabalhador é vistoriada e, em caso de comprovada incoerência com as normas, este era advertido e passava por novo treinamento. O resultado dessa política foi a subnotificação dos acidentes e processos de adoecimento.

Segundo a autora:

Não se pode negar que uma política de saúde e segurança ocupacional em uma empresa gera, até certo ponto, medo aos trabalhadores. Há uma lembrança contínua do risco de acidente e adoecimento ao mesmo tempo em que é preciso cuidado para que isso não aconteça. Em alguns casos percebe-se a negação do funcionário em notificar um acidente, pois quando isso acontece há uma investigação criteriosa para se saber as causas, e até para poder identificar um possível “culpado”. Já nos casos de doenças do trabalho, percebe-se muitas vezes o desejo pelo adoecimento, podendo ser uma forma de se livrar do sofrimento que a atividade lhe representa. Quando é realizada uma vistoria no local de trabalho e informado ao funcionário que não há nada de errado com este posto do ponto de vista da ergonomia, percebe-se claramente a insatisfação estampada em seu rosto, bem como o descrédito dele pelo trabalho. É como se a partir daquele momento o profissional [*responsável pela segurança do trabalho*] se tornasse seu inimigo, por não entender a sua queixa, ou seja, por não atribuir a sua reclamação a atividade exercida por ele (BARBOSA, 2007, p. 80).

Pesquisado por Novais (2015), outro exemplo de processo trabalho no setor agroindustrial é o dos produtores integrados do município de Pires do Rio que – na lógica da reestruturação produtiva – mantém vínculo de terceirização como “integrados” à produção de uma grande indústria de derivados de frango (Nutriza/Friato). Estes terceirizados “integrados” participam do processo produtivo na engorda dos frangos e, sob um processo de trabalho industrializado e automatizado (integração da avicultura à produção industrial), têm sua produção submetida tecnológica e organizacionalmente à contratante. No processo de integração produtiva, tanto dos operários dos frigoríficos quanto dos produtores “integrados” são exigidos qualificação e treinamento, seja para o atendimento ao controle de qualidade, seja para a gestão comercial.

Existem, portanto, três processos de trabalhos integrados na avicultura industrial: primeiramente, a preparação dos embriões pela integradora e o repasse dos pintinhos aos “integrados”, juntamente com a ração, medicamentos, insumos e assistência técnica; segundo, o processo de engorda por parte dos “integrados” que ficam responsáveis pelos aviários e equipamentos necessários para o processo; e, terceiro, o abate nos frigoríficos e preparação de

derivados de frango. Todo o processo de transporte é também de responsabilidade da integradora.

O processo de trabalho dos “integrados” é automatizado, envolvendo um controle total quanto ao fornecimento de água, alimentação e controle de iluminação e temperatura. Novais (2015) assim o descreve:

Quanto aos comedouros instalados nos galpões avícolas, a função principal é o fornecimento de ração para as aves, facilitando o consumo, diminuindo/evitando o desperdício e deve ser eficiente do primeiro ao último dia do lote. A linha de comedouros sobe em média 5 cm durante toda vida útil do frango (média de 45 dias) e a linha de bebedouro sobe 3 cm diariamente, nesse mesmo período. A eficiência dos comedouros deve contribuir para facilitar o consumo das aves, desde a chegada dos pintinhos, pois evita o desperdício. Assim, poderá ser alterada a conversão alimentar, o que ocasionará um ganho médio diário por ave e um desempenho satisfatório do lote. Os avicultores integrados de Pires do Rio utilizam comedouros com abastecimento de recarga automática (automáticos metálicos e automáticos plásticos). A ração utilizada na alimentação das aves é armazenada nos silos, que são em média dois por galpão, o que favorece a reposição da ração pela integradora e a manutenção dos comedouros de forma ininterrupta. [...] Nas granjas climatizadas dos integrados de Pires do Rio, o manejo do galpão é realizado pelo granjeiro, que controla toda a granja através de um painel computadorizado [...], o qual apresenta o valor das variáveis dentro do galpão e tem um sistema de alarme com duas sirenes acionadas caso ocorra alguma oscilação das variáveis. Por intermédio desse sistema o granjeiro consegue realizar o controle sobre a queda de energia, funcionamento da iluminação do galpão, desarme de cortinas, bem como do *cooling*, que é o sistema de resfriamento e umidificação do ar, os exaustores, ventiladores, aquecedores, elevação da umidade e temperatura (NOVAIS, 2015, p. 104).

A atenção dada ao controle de qualidade, associado ao controle total da produção e do trabalho, pode ser explicado pelas exigências sanitárias para a exportação, além da busca por redução de desperdícios, uma vez que esta é uma das maiores exportadoras de carne de frango do mundo e, para tal, deve atender às normas reguladoras e protocolos nacionais e internacionais. Para tanto, busca suprir as necessidades de qualificação profissional e gerencial junto ao SENAI e o SEBRAE.

Por detrás do discurso de valorização da saúde do trabalhador e seu desenvolvimento pessoal, comumente propagado pelo empresariado, revela-se o interesse econômico de reduzir custos. A esse respeito um diretor da empresa expressa a importância da formação demandada pela empresa ao SENAI:

“Precisamos alertar sempre a equipe sobre os perigos embutidos em tarefas cotidianas”, lembra. Isso, segundo o diretor, além proteger a vida do trabalhador, acaba também revertendo em lucro para a empresa. “Assim a empresa pode deixar

de ser penalizada em contendas jurídicas, que muitas vezes resultam em multas ou indenizações vultosas. Com os cursos, conseguimos fazer prevenção e nos manter dentro das normas exigidas pelas legislações” (SANTOS, 2019, p. 46).

A pesquisa de Kurogi (2004) sobre a relação entre os trabalhadores do departamento de recursos humanos e os operadores de máquinas evidenciam os conflitos a respeito da saúde dos trabalhadores de uma grande e tradicional indústria de alimentos sediada em Aparecida de Goiânia. A indústria, renomada no estado, foi fundada em 1975 com produção de biscoitos, passou por processos de ampliação e diversificação nos anos 1988 e 2000. Em 2011, vendeu para uma gigante americana sua marca, centros de distribuição e a fábrica de bolachas sem, contudo, deixar de produzir, com outra marca, bolachas, farinha, sucos, balas, embalagens e demais produtos.

No que diz respeito à saúde dos trabalhadores, o setor de recursos humanos é responsável pelo controle de acidentes de trabalho, segurança, saúde, lazer e assuntos administrativos do departamento de pessoal. Essas ações apresentam um discurso de promoção da qualidade de vida dos trabalhadores com vistas ao atendimento das normas reguladoras exigidas para a certificação ISO. Em sua pesquisa, a autora apresenta os relatos dos trabalhadores quanto as condições de trabalho, revelando a falta de segurança e violência a saúde. Problemas como perda de audição devido ao excessivo barulho das máquinas e elevadas temperaturas nos galpões onde estão as fornalhas são apontados como os principais causadores de acidentes e processos de adoecimentos.

Segundo a autora:

Na área administrativa os ruídos são poucos por causa do uso de EPI. Na área operacional, no entanto, são intensos por causa do gerador que irrita e tira a atenção. Percebe-se que o ponto mais crítico é o da temperatura. Não há problema na área administrativa por ser climatizada, mas na área operacional o ambiente é quente, abafado, estressante e cansativo, sobretudo em determinadas estações do ano. As máquinas e equipamentos são considerados pelos trabalhadores da área operacional como bons e novos. Embora estejam muito melhores agora, ainda existem máquinas barulhentas na fábrica (KUROGI, 2004, p. 85).

Os trabalhadores do chão de fábrica reclamam também da falta de atendimento e cuidados médicos e descaso da empresa na promoção da saúde dos trabalhadores. A permanência dos conflitos em torno dos casos de adoecimento e a falta de confiança mútua

entre empresa e trabalhadores chegou ao ponto de se estabelecer como protocolo a investigação policial para se comprovar as causas, conforme descreve a autora:

São responsáveis pela segurança do trabalho os encarregados e peritos técnicos e todos têm acesso a estes profissionais. De acordo com os relatos, as normas precisam ser cumpridas e os responsáveis pelo setor também precisam melhorar seu trabalho oferecendo mais palestras. A atuação não tem caráter punitivo e quando são constatadas falhas do trabalhador, o mesmo é submetido a novo treinamento com palestras educativas. Os acidentes passam por uma investigação com ocorrência policial fora da organização para evitar causas forjadas (KUROGI, 2004, p. 92).

Discordando a autora, observamos pela própria descrição do protocolo estabelecido pela empresa ameaça com possível punição policial. Além do mais, os trabalhadores relatam o não reconhecimento de suas queixas e insalubridades pelos supervisores. Resulta desse clima organizacional uma série de pressões e agressões aos trabalhadores pelos supervisores, culminando num processo de intensificação do trabalho e desvalorização profissional, como podemos observar no relato de um trabalhador sobre sua avaliação quanto a segurança do trabalho:

Não, porque é igual eu to te falando ele [*supervisor*] não reconhece é de jeito nenhum o que a gente faz, eu não falo só por mim não, é por todos os cremeiros, turno A, B e C, porque, olha, se tivesse um tempinho de descer lá eu te mostrava [...] nós chega a pegar de 13 a 14 toneladas por dia, sem contar os paletes que nós puxa, sem contar a responsabilidade nossa, é recheio pra muita gente [...] a gente tá trabalhando eles vem com mais 2 ou 3 serviço para cima da gente, mas não reconhece o que a gente faz, o tanto que a gente ganha, então da minha parte eles não reconhece é nada, nada, nada (KUROGI, 2004, p. 103).

Cabe nesse momento apresentarmos os números de acidentes de trabalho e óbitos em decorrência de acidentes de trabalho em Goiás entre os anos 2006 a 2017, conforme as Tabelas 25 e 26 abaixo. Esses números nos permitem compreender a evolução dos casos no estado, levando em consideração dois aspectos importantes: primeiro, como vimos nas análises dos processos de trabalho urbano-industriais, as empresas buscam implementar medidas que aumentem a segurança do trabalho com vistas a redução de custos jurídicos e trabalhistas e em atendimento as normas regulatórias de certificação, como condição de obterem licenças para produção e comercialização nacional e internacional. O outro aspecto, que é revelado pelos pesquisadores da área, é a subnotificação dos acidentes de trabalho aos órgãos responsáveis (INSS e CEREST), seja pela insegurança dos trabalhadores em relatar

acidentes e adoecimentos, buscando assim evitar o desemprego, seja pelas insuficiências legais e promíscuas relações entre empresas e agentes de fiscalização, que buscam estabelecer outras causas para os acidentes.

**Tabela 25 – Goiás: Quantidade de Acidente de Trabalho por Atividade Econômica – 2006 a 2017**

<b>Atividade</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Total do Estado	13.179	16.200	17.715	17.123	15.736	15.526	15.967	17.262	17.263	15.495	15.395	15.221
Indústrias Extrativas	146	158	158	175	187	157	178	261	210	251	160	160
Indústria de Transformação	5.208	7.053	7.653	6.585	5.663	5.379	5.541	5.972	5.450	4.916	4.852	4.679
Fabricação de Produtos Alimentícios	2.704	3.485	3.637	3.140	2.239	2.123	2.243	2.303	2.084	2.132	2.057	2.258
Fabricação de Bebidas	155	181	185	134	154	139	140	142	129	112	98	92
Fabricação de Produtos Têxteis	81	76	40	46	36	54	39	37	32	26	31	19
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	55	123	119	159	136	181	150	201	126	110	192	124
Preparação de Couros e Fabricação Artefatos de couro	149	165	126	59	69	84	105	83	65	41	51	68
Fabricação de Coque, de Prod. Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis	787	1.495	1.742	1.517	1.438	1.086	1.070	1.164	956	721	649	678
Fabricação de Produtos Químicos	137	149	159	161	132	162	124	132	151	126	180	112
Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos	175	199	191	160	155	187	172	187	220	189	262	248
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	169	219	291	230	298	310	364	302	282	201	205	146
Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	147	236	242	130	103	85	98	207	207	177	168	106
Eletricidade e Gás	120	128	113	121	92	81	61	106	68	64	63	46
Construção	1.040	930	1.289	1.473	1.405	1.493	1.581	1.502	1.433	1.087	1.218	997

Fonte: Anuário Estatístico de Acidente do Trabalho – INSS

O número total do Estado refere-se a todas as atividades econômicas (não apenas as industriais). Dessas, houve um aumento de 15,49% ao longo do período. Dos ramos industriais apenas 3 apresentaram aumento nos casos e 10 apresentaram redução. Dos que

aumentaram os números dos casos destaca-se o ramo de Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios, que teve um aumento de 125,45%, e o ramo de Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos, que teve um aumento de 41,71%. Dos que diminuíram os números dos casos, os únicos em que houve redução considerável, são os ramos de Fabricação de Produtos Têxteis (76,54%), Eletricidade e Gás (61,67%), Fabricação de Bebidas (40,65%) e Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro (54,36%). Os demais mantiveram, nos últimos anos, números de casos de acidentes de trabalho próximos ao início do período. Portanto, apesar dos dois aspectos que levam a subnotificação levantados acima, os números de acidentes de trabalho no setor industrial são relevantes e apresentam constância considerável.

Se os casos de acidentes de trabalho apresentam dificuldades de constatação, relativamente às notificações, no caso de óbitos em decorrência deles, as averiguações são ainda mais improváveis. Mesmo assim, em Goiás apresentam-se relativamente estáveis até 2016, tendo o menor registro em 2017, conforme a Tabela 26 abaixo:

**Tabela 26 – Goiás: Quantidade de Óbitos em Decorrrência de Acidentes do Trabalho – 2006 a 2017**

<b>Período</b>	<b>Valor</b>
2006	116
2007	107
2008	100
2009	99
2010	133
2011	126
2012	128
2013	104
2014	128
2015	102
2016	114
2017	84

Para concluir este tópico, podemos dizer que a grande mudança organizacional nas empresas analisadas se dá com as exigências para a implantação da certificação ISO, por meio de Normas Regulatórias (NR), exigindo inclusive a escolarização dos trabalhadores como critério básico para entendimento e domínio das normas e padrões da produção racionalizada. Os instrumentos de controle de qualidade são implementados como estratégia e justificativa para a modernização da indústria goiana, ou seja, a adaptação dessa indústria as demandas engendradas pela reestruturação produtiva do capital. É por meio dessas formas de controle de qualidade que atualizações tecnológicas são feitas, exigindo mudanças nos processos de trabalho, em atendimento às exigências legais de padrões sanitário, ambiental e de proteção ao trabalhador. Requeridos por organismos nacionais e internacionais, essas normas convertem-se em marketing útil e necessário para colocar as empresas em melhores condições de concorrência no mercado, principalmente o exportador. Portanto, o objetivo dessas estratégias de gestão e controle do processo de produção, do processo de trabalho e, conseqüentemente, dos corpos e mentes dos trabalhadores, é diminuição de custos e aumento da lucratividade empresarial (em conformidade a tendência histórica do desenvolvimento da maquinaria, visto no capítulo 1). Qualquer discurso de proteção ao trabalhador é mero fetiche que encobre os interesses publicitários e econômicos do capital. Prova disto é, mais uma vez, que em muitos casos pesquisados as medidas de proteção ao trabalhador não ultrapassam aos exigidos pela legislação e as esparsas fiscalizações. E, em muitos casos, não chegam a atender a 100% dos itens estabelecidos pela legislação, resultando em um sem número de processos trabalhistas concluídos ou pendentes na justiça do trabalho.

De outro lado, junto com a escolarização, contida na exigência de formação (ensino médio, superior) e qualificação (cursos técnicos, treinamentos, capacitações, etc), vem também um processo educativo mais amplo da classe trabalhadora urbano-industrial. A exigência de qualificação não objetiva apenas o domínio técnico e operacional no processo de trabalho. Mas, muito além, um ideário do industrialismo, ou seja, que os trabalhadores, ávidos pela empregabilidade e em razão da baixa oferta de trabalho qualificado que enseja um certo *status* social, concorrendo numa crescente oferta de pessoas em busca de emprego, assumam a perspectiva técnica e operacional, subjetiva e política da empresa, enfraquecendo assim sua organicidade de classe. É isso que se quer dizer, nas teorias da sociologia do trabalho, quando se argumenta sobre a captura da subjetividade do trabalhador, processo que resulta no seu engajamento aos objetivos produtivos da empresa (políticos e econômicos).

A captura não se restringe a utilizar os conhecimentos e práticas da experiência do trabalhador para fins lucrativos. Vai além, na conversão da sua perspectiva individual (histórica e existencial) na perspectiva da empresa. É a essa adesão que se refere a exigência do engajamento do trabalhador na empresa. Por isso o termo “colaborador” é ideologicamente útil, posto que se o indivíduo não sente que seus interesses particulares e coletivos – e coletivo muitas vezes restringindo-se apenas a sua família e, no máximo, a comunidade próxima, o bairro ou a cidade – estão em antagonismo com os interesses da empresa; se ele acredita nisso – e esse acreditar é uma das condições de empregabilidade desde a qualificação profissional até a sua relação cotidiana dentro da empresa – ele sente que está pronto para colaborar, ou seja, para construir junto (em harmonia) com os rumos da empresa. É atribuído a ele o adjetivo de responsável, moralmente valorizado pelo grupo e pela comunidade. Ele está junto inclusive para defender a empresa que ele sente fazer parte, que ele compreende ser uma coisa só (ele(s) e a empresa), um todo orgânico. Essa extensão da empresa à vida fora do trabalho pode ser considerada uma herança do fordismo que permanece principalmente nos funcionários mais antigos, e muito fortemente realimentada nos jovens sem referências de lutas políticas.

Quando se observa o conjunto de valores transmitido pela empresa e pelas instituições de ensino (formal ou continuado) e como elas buscam (e muitas vezes alcançam) moldar as perspectivas e comportamentos operacionais, políticos e discursivos, é nítido e concreto o sentido do conceito de formação da classe trabalhadora para o capital. A corrida pela empregabilidade, a qualificação profissional e a prática laboral impõe-se aos interesses de classe de modo a não dar espaço cognitivo e político para uma consciência de classe que antagonize ao capital. Esse é o projeto do capital contido nessas práticas normativas e coercitivas, apesar de existirem manifestações de antagonismos, principalmente quando são tratados como descartáveis, quando adoecem, nos relacionamentos com o pessoal dos recursos humanos e com as chefias despóticas e que usam sua formação superior e seus cargos hierárquicos de modo soberbo contra os operários, como veremos no tópico a seguir.

#### 4.4 – Sofrimentos, Lutas e Resistências ao Modo de Exploração da Sociedade Urbano-Industrial

Para compreender as lutas e resistências ou “adesão” ao projeto urbano-industrial pelos trabalhadores é fundamental entendermos seus processos de sofrimentos e perspectivas históricas, manifestas em suas trajetórias familiares e pessoais, engendradas por dinâmicas políticas, econômicas e profissionais. Nesse sentido, é importante a contextualização do histórico das resistências ao modo de acumulação capitalista, já em suas primeiras incursões nos territórios indígenas. Temos registros de defesa do território indígena e a luta contra o povoamento dos bandeirantes e sertanistas, a partir do século XVIII, pelos Kayapó do Sul, Xavantes, Karajá, Avá-Canoeiros e Tapuios (SALLES, 1973; MORI, 2015; MAGALHÃES, 1946).

É possível afirmar com segurança ter havido um verdadeiro confronto entre projetos de sociedades e que a dominação portuguesa se deu não sem muita resistência e contra-ataques dos povos originários do solo goiano, chegando mesmo a desanimar os estrangeiros de escravizá-los, de extrair os minérios em suas terras e fixarem-se na região. Magalhães (1946) assim relata os confrontos dos exploradores com grupos dos Canoeiros (posteriormente denominados de Avá-Canoeiro) e os Kaiapós:

A tribo dos Canoeiros parece ter tido outrora alguma civilização, porque a maior parte dela entende alguma coisa da língua portuguesa, o que não se pode explicar por aprendizagem que tenha feito agora, visto que seus membros não dão absolutamente fala. Algum ódio profundo contra a raça branca parece dominar esses selvagens: perseguem-na incessantemente e não dão nunca tréguas. Usam de armas mais perfeitas do que as outras tribos; servem-se de punhais, espadas, baionetas, flechas com ponta de ferro, fazendo deste sempre ampla provisão nas povoações que assolam. [...] Falando das armas, não poderei deixar em esquecimento uma, que é das mais terríveis, isto é, o porrete: tiram-no do cerne de madeiras de lei, atam-no com uma corda e manejam-no de modo que sua pancada, se não é sempre mortal, serve pelo menos para derrubar a vítima e dar-lhe ocasião de matá-la mais comodamente (MAGALHÃES, 1946, p. 95-96).

Sobre a resistência dos Kayapó, continua:

Passo a assinalar os lugres onde se têm feito serviços de diamantes, ou onde consta que eles existem em abundância. Todo o Caiapó-grande [*região às margens do rio Araguaia*] passa por muito rico e está quase virgem, por se não poder fazer a

extração desse mineral, devido às vexações dos índios Caiapós; entretanto, os lugares mais famosos são os seguintes: a barra do mesmo Caiapó com o Barreiro, que formam daí em diante o Rio Grande, que é o mesmo Araguaia; a Lagoa Macaquinhos, Cachoeiras dos Pacus e Barra das Perdizes. Demos uma breve notícia de cada um destes serviços. O primeiro deles é atualmente explorado por uma sociedade, debaixo da direção do cidadão Benedito Ferreira da Costa, natural de Cuiabá. A sociedade compõe-se de 14 pessoas que trabalharam cerca de 25 dias, conseguindo tirar grande porção de cascalho, do qual extraíram uma e meia oitava de bons diamantes, e isto unicamente em provas, não conseguindo lavar o cascalho pelo receio de ataque dos índios Caiapós, que apareceram em número de 500 e que lhes intimaram a retirada (MAGALHÃES, 1946, p. 165).

Há na literatura sobre a exploração dos bandeirantes e sertanistas vastas evidências da resistência indígena, com destaque para as resistências dos temidos índios Kayapó do Sul, chegando a serem muitas vezes atribuídas a eles resistências de outras populações. Os Kayapó do Sul ocupavam o Sul e o Sudoeste de Goiás e parte do triângulo mineiro. Relevante sobre as estratégias de defesa do território e do seu modo de vida – o que pressupõe a luta contra a escravização e a ameaça representada pela ocupação estrangeira em seu território – é a captura, durante os contra-ataques, de mercadorias dos viajantes, como ferramentas, armas e utensílios de ferro – uma novidade que se demonstrara extremamente útil. Ademais, o foco dos contra-ataques eram os locais da produção, como o garimpo, plantações e captura de animais, como forma de conter o povoamento estrangeiro.

Mori (2015) analisa os ataques e contra-ataques dos Kayapó do Sul entre os anos 1722 a 1888, chegando ao total de 40 confrontos. A eficácia dos ataques confirma o temor dos bandeirantes em realizar incursões exploratórias na região. Segundo o autor:

Dos documentos citados em que constam ataques dos Kayapó do Sul, há alguns aspectos bastante marcantes: o primeiro deles diz respeito à constante presença de vítimas mortas, principalmente não-índios (“brancos”, escravos e mestiços) e, em menor proporção, de índios. Dos 40 ataques identificados, 29 (72,5%) contaram com o extermínio do inimigo: 27 (o que corresponde a 67,5%) com vítimas não-indígenas e 2 (o que corresponde a 5%) de vítimas indígenas. Talvez o número possa ser maior, pois algumas fontes apresentam os ataques de maneira bastante resumida. Essa porcentagem de ataque dos Kayapó do Sul aos não-índios (67,5%) é bem próxima da encontrada por Fausto (2001) nos ataques dos Kayapó Mekrãgnoti (65%) quando estes, entre os anos de 1905 e 1956, atacava os não-índios em busca de mercadorias, principalmente armas de fogo (MORI, 2015, p. 63).

Porém, a morte de pessoas (índios, escravos, mestiços e brancos) não seria suficiente para frear a busca de minérios e futuros empreendimentos com o povoamento da região pelo capital. A estratégia adotada pelos bandeirantes e sertanistas foi o aliciamento de outras

populações indígenas, por meio do aldeamento. Povoados indígenas situados nos caminhos desses exploradores foram regimentados, nascendo a figura dos “administrados” (citado anteriormente). Tapuia, Bororo, Paresí, Kurumarê, Karajá e Javaé foram utilizados para a negociação e combate a outros índios que apresentassem resistência, com métodos defendidos pelo General Couto de Magalhães.

Paradoxalmente, se outrora o aldeamento representou a desintegração dos territórios indígenas e, conseqüentemente, o seu domínio político, econômico, militar e cultural, atualmente a defesa desses territórios restritos e restritivos (aldeias e reservas) se configuram como um elemento central na resistência ao avanço do capital e a defesa de um modo de vida alternativo. Hoje encontramos em Goiás a luta dos Karajás em Aruanã, dos Avá-Canoeiros em Minaçu e Colina do Sul e dos Tapuio do Carretão em Rubiataba e Nova América (CHAVEIRO, 2011; SILVA, 2010, MORI, 2015). Cercados, espremidos, assediados, ameaçados, constrangidos e atacados por fazendas do agronegócio, por barragens de usinas hidrelétricas, pelo modo de vida urbano que os discriminam, relegando-os às margens da sociedade, esses povos encontram na luta pelo território a estratégia de defesa de sua identidade cultural e do meio ambiente, uma vez que o confronto armado representam para eles, hoje, uma desvantagem.

É importante também mencionarmos que, assim como os indígenas, os remanescentes de quilombo, em especial os Kalunga, representam resistência ao capital na defesa do território e na afirmação de um modo de vida alternativo. Subsidiados apenas pela coragem, muitos negros escravizados que fugiram das minas, das perseguições dos bandeirantes e dos fazendeiros, após o auge da mineração, encontraram refúgio nas matas e morros não ocupados. Sobrevivendo como podiam, resistiram à escravização e exploração capitalista (na mineração ou nas fazendas) refundando um modo de vida trazido de África e transmitido oralmente.

Segundo Santos (2015):

Tomando por base as condições de acesso ao Território Quilombola Kalunga mesmo na atualidade, podemos afirmar que o simples ato de buscar refúgio em local distante em relação às minas já concebia a *(Re)Existência* e a condição de trabalhadores escravizados. Já se configurava como tentativa de combinar liberdade dos patrões, terra para cultivo, água e possibilidade de formar família e reproduzirem culturalmente. Se o quilombo na acepção do termo significa *(Re)Existência*, podemos afirmar que essa não se tornava evidente apenas no momento em que os negros se rebelavam contra o trabalho escravos nas minas de ouro, mas mostrava-se ativa na corajosa decisão de viver nos sertões, longe do

alcance de seus exploradores e dos recursos necessários a reprodução de sua forma de viver (SANTOS, 2015, p. 80).

Autores como Santos (2015) e Real (2018) descrevem as dificuldades econômicas dos Kalunga atualmente em virtude dos ataques sofridos pelos fazendeiros e grileiros. Por estarem cercados por esses fazendeiros, que invadem seu território, acabam os Kalunga por ficar com os piores terrenos para a agricultura, dificultando a reprodução de seu modo de vida. Reflexo desse processo são as disputas internas nas comunidades. Real (2018) aponta para a existência de 3 grupos que disputam a direção da comunidade: um grupo de resistência, que defende a manutenção da tradição e a aversão ao moderno; um grupo de transição, que busca ressignificar a tradição e negociar com o moderno; e um grupo de adesão ao novo, que almeja capitalizar sobre a tradição, inclusive com o turismo. Ainda assim, o quilombo contém a afirmação de um modo de vida que se contrapõe ao capital, à sua lógica de mercantilização e burocratização, quando resiste às investidas econômicas no seu território e quando afirma sua memória para além da temporalidade do capital.

Ao abordarmos especificamente a classe trabalhadora urbano-industrial, que emerge da expansão da urbanização e industrialização em Goiás a partir dos anos 1930, e acentuadamente a partir dos anos 1970, ajuda-nos a compreendê-la algumas abordagens sobre a participação da classe trabalhadora nas sociedades industriais. Existe uma vasta discussão teórica – não apenas marxista – sobre a estratificação social nas sociedades urbano-industriais a partir de critérios de classe (posição econômica) e de *status* (gradação de posições na estrutura de poder – de inspiração weberiana) (PARKER, 1971; SMITH, 1971; BIRNBAUM, 1969; MARTINS, 2002; MARINI, 2011). Algumas posições e comportamentos dos trabalhadores empiricamente observáveis nas pesquisas analisadas neste trabalho podem ser melhor compreendidas a partir da discussão sobre a apologia à ideia de integração da classe trabalhadora na sociedade urbano-industrial. Salientamos que esse discurso emerge na sociedade goiana a partir do período de Pedro Ludovico, com a qualificação da força de trabalho e como justificativa para as políticas econômicas de industrialização, acompanhando o movimento político e econômico que se alastrava por todo país, a partir de São Paulo e Rio de Janeiro.

Birnbaum (1969) e Parker (1971), ao analisar o desenvolvimento industrial nos países de desenvolvimento avançado, observam uma nova dinâmica de classes a partir das mudanças técnicas e organizacionais dos meios de produção (reestruturação produtiva). O

avanço da maquinaria, a consequente eliminação das especializações profissionais e o aumento da produtividade do capital em escala mundializada, reconfiguram as relações sociais e a estrutura de poder entre as classes. Nesse novo cenário, os conflitos entre as classes se apresentam nas tensões entre as novas elites, definidas mais pela administração e controle do que pela propriedade dos meios de produção; uma classe média que ainda concentra em si algum grau de especialização, por meio do acesso privilegiado à educação (profissionais liberais fundamentalmente); e a nova classe operária que, acentuada pela redução da propriedade rural, é caracterizada pela situação de sacrifício econômico e social. A distinção social entre as classes se daria, então, na disposição dos seus membros em relação a poder, renda e prestígio social.

Resultaria dessa reconfiguração da produção a expansão da sociedade urbano-industrial, às custas da superexploração da classe trabalhadora urbano-industrial. Alterando-se a forma como se organiza a produção e a sociedade, sem alterar o conteúdo do seu modo de exploração social, a “nova” classe trabalhadora passa pelo que autores como Martins (2002) analisa como processos de exclusões cíclicas que, a partir da estrutura social escravocrata e da acumulação de capital baseado na acumulação primitiva, perpetuam as desigualdades de renda e de consumo pelo desemprego e baixos salários, mantendo a classe trabalhadora em condições precárias de vida, como elemento fundante da sua reprodução social. Analisando a sociedade brasileira, a partir do processo de substituição de trabalhadores por máquinas, o autor afirma que:

Com isso, um número crescente de trabalhadores fica desempregado e passa a ter dificuldades para entrar no mercado de trabalho. Hoje em dia, o trabalhador – tanto da indústria quanto do comércio e de serviços – é cada vez mais *um trabalhador em busca de trabalho* e cada vez mais sujeito a entradas e saídas cíclicas do mercado de trabalho. O novo perfil da classe trabalhadora é o de exclusões cíclicas cada vez mais demoradas, mas espaçadas, do mercado de trabalho (MARTINS, 2002, p. 29).

O autor analisa ainda que, após o golpe de 1964, intensificou-se a precarização das condições de vida da classe trabalhadora, evidenciado no aumentar do número de pessoas necessárias para o sustento familiar. Antes desse período, era possível que apenas um integrante da família se convertesse em trabalhador inserido no mercado de trabalho formal e que, após o golpe, esse número torna-se insuficiente. Essa necessidade de vender a força de trabalho, quase que obrigatória para a reprodução das condições de vida, é o que explicaria,

por exemplo, as formas de escravidão contemporânea. Para ele, a presença de formas servis de trabalho ou de trabalho forçado é inerente ao desenvolvimento do capitalismo como forma de ampliar e extremar a eficácia dos mecanismos de acumulação, não sendo conceitualmente correto, portanto, defini-las como um traço de um passado atrasado, mas sim constituinte do modelo contemporâneo de sociedade.

Segundo o autor:

[...] A reflexão teórica, neste caso, é necessária para ampliar a compreensão do problema e estabelecer um diagnóstico que permita ampliar, também, a eficácia da intervenção para resolvê-lo. Minha tese é a de que o núcleo explicativo da problemática da escravidão contemporânea está no que Marx definia como composição orgânica do capital. É o capital de composição orgânica alta que regula a taxa média de lucro. Com base nessa premissa, minha hipótese é a de que, nos setores periféricos das economias subdesenvolvidas, que tendem à baixa composição orgânica do capital, a acumulação primitiva do capital tende a se tornar um componente da acumulação originária constante. Isto é, no sentido de que é lenta a superação da *acumulação originária* por outras formas de acumulação de capital, não necessariamente muito mais avançada (MARTINS, 2002, p. 154).

Também para Marini (2011), a situação de precarização da classe trabalhadora urbano-industrial latino-americana é determinada pelas condições históricas da acumulação dependente. Nesse sentido, os países latino-americanos desenvolvem sua acumulação baseada na superexploração do trabalhador, seja por meio da intensificação do trabalho na produção, seja no rebaixamento do valor pago para a reprodução das condições de vida. Reflexo desse rebaixamento é evidenciado na exclusão histórica da classe trabalhadora do mercado consumidor dos produtos industrializados e mesmo de itens básicos de sobrevivência. Está se falando aqui do processo histórico de pobreza engendrado para classe trabalhadora que vem se atualizando desde o início da colonização e que a industrialização não vem dando conta de resolver, em função de seu propósito ser a acumulação e a manutenção da estrutura de classes.

Analisando as fragilidades do mercado consumidor interno, que exclui o trabalhador, e a relação entre superexploração do trabalho e a produtividade do capital, o autor afirma que:

A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda preexistente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados. No início da industrialização, a participação dos trabalhadores na criação da demanda não joga portanto um papel significativo na América Latina. Operando no marco de uma estrutura de mercado previamente dada, cujo nível de preços atuava no sentido de impedir o acesso do consumo popular, a indústria não tinha

razões para aspirar uma situação distinta. [...] Dedicada à produção de bens que não entram, ou entram muito escassamente, na composição do consumo popular, a produção industrial latino-americana é independente das condições de salário próprias dos trabalhadores; isso em dois sentidos. Em primeiro lugar, porque, ao não ser um elemento essencial do consumo individual do operário, o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho; não será, portanto, a desvalorização das manufaturas o que influirá na taxa de mais-valia. Isso dispensa o industrial de se preocupar em aumentar a produtividade do trabalho para, fazendo baixar o valor da unidade de produto, depreciar a força de trabalho, e o leva, inversamente, a buscar o aumento da mais-valia por meio da maior exploração — intensiva e extensiva — do trabalhador, assim como a redução de salários mais além de seu limite normal. Em segundo lugar, porque a relação inversa que daí se deriva para a evolução da oferta de mercadorias e do poder de compra dos operários, isto é, o fato de que a primeira cresça à custa da redução do segundo, não cria problemas para o capitalista na esfera da circulação, uma vez que, como deixamos claro, as manufaturas não são elementos essenciais no consumo individual do operário (MARINI, 2011, p. 163-164).

Com o avanço da industrialização, a oferta industrial no mercado consumidor interno tende a generalizar, resultando no incremento de novos consumidores. É a partir de então que bens supérfluo se convertem em bens de consumo popular. Entretanto, o consumo dos bens industrializados se deu primeiro entre os setores de renda média da população, na razão entre o aumento de suas rendas e o rebaixamento das rendas da classe trabalhadora. Para reverter a curva descendente da acumulação, derivada do decorrente deslocamento da acumulação de capital, buscou-se o incremento de tecnologia estrangeira como meio de elevar a capacidade produtiva do trabalho. Uma vez que o aumento da produtividade com incremento tecnológico, no capitalismo dependente, se baseia na intensificação do trabalho, reforça-se então a superexploração da classe trabalhadora, também dentro a produção. Engendra-se então dois movimentos constituintes da superexploração que constroem a classe trabalhadora urbano-industrial: no âmbito da produção e no âmbito da reprodução.

Confirmam essas afirmações a formação da classe trabalhadora urbano-industrial em Goiás que, desde sua origem até os dias atuais, está baseada na superexploração a partir da intensificação, precarização e controle do trabalho, insuficiente participação dos trabalhadores no mercado consumidor para sua reprodução e, como mediação dos decorrentes conflitos, repressão das formas de luta e organização enquanto classe. Sobressai desse quadro uma dialética entre, de um lado, os sofrimentos decorrentes da intensificação, precarização, dominação e controle do trabalho e, de outro lado, a imperiosa fuga da pobreza, reforçada pelo desemprego estrutural, que obriga a venda da força de trabalho como forma de se reverter a tendência histórica de sua perspectiva social. É nesse sentido que observamos, na

análise dos dados pesquisados, a contradição entre os sofrimentos oriundos do trabalho urbano-industrial, que desvaloriza, adoce e mata, e a esperança que os trabalhadores nutrem na busca de integração na sociedade de classes, por meio do consumo de mercadorias e do sentimento de pertencimento a uma rede de relações sociais que contraria, em algum nível, o histórico de vulnerabilidade econômica, presente em suas perspectivas de classe.

Entre os ferroviários isso é patente. Mesmo com as denúncias, por parte desses trabalhadores, da exploração do trabalho infantil não remunerado e da intensificação do trabalho precário, é revelador dessa contradição a satisfação que sentem em trabalhar na ferrovia pela proximidade com o moderno, por representar alguma possibilidade de reverter a vulnerabilidade social. O sentimento de pertencimento, identidade profissional e solidariedade de classe confronta-se com as dificuldades econômicas e desintegração social herdada da escravidão e servidão de períodos anteriores (BRANDÃO, 2005; CASTILHO, 2014; BRANDÃO, 2017; GOMES, 1999).

Segundo Brandão (2005):

Assim, o que é penoso, como o trabalho dedicado à ferrovia, ganha novos significados. O trabalho na estação rememorado é considerado um privilégio, controlar o tráfego de trens através do telégrafo “uma arte”, entender o código morse um privilégio, o que explicitado orgulhosamente pelo Sr. Mário da Paixão “toda movimentação da estação passava pelo telégrafo, do telégrafo vinha para o ouvido e do ouvido vinha para a caneta” (BRANDÃO, 2005, p. 94).

A possibilidade de melhorar as condições de vida, representada pela estabilidade empregatícia na ferrovia e o sentimento de pertencimento a uma rede de relações sociais que os conectava ao ideário de modernidade, associados à políticas assistencialistas implementadas no decorrer do funcionamento da Estrada de Ferro Goiás, contribuíram para conter os conflitos nas relações capital e trabalho.

Entre os operários da construção de Goiânia houve também contestação às precárias condições de trabalho, atraso dos baixos salários e condições de vida insalubres, violentamente impostas pelos governos estaduais e municipais e empresas contratadas. Contra as reivindicações, um conjunto de ações violentas (formais e informais) foram levadas adiante pelo Estado que, articulada a necessidade de manutenção do emprego, desencorajava muitos operários a resistir.

Várias são as notícias de interrupção dos serviços e baixa produtividade dos trabalhadores, em função dos constantes atrasos no pagamento dos salários. Chaul (1988) reproduz parte do relatório do superintendente de obras ao governador Pedro Ludovico que, em 1937, dizia que:

[...] Sempre se observou, no curso geral das obras de Goiânia, essa flutuação: quando dos raros pedidos de numerário que foram atendidos pelo Estado, não houve interrupção dos serviços e estes correram regularmente, num fluxo de atividades e de trabalho intenso. Quando, ao contrário, o Estado não atendia aos pedidos, protelando-os como sempre acontecia, ou dando exíguas verbas para atender a serviços de muito maior monta, dava-se então, o refluxo: o trabalho esmorecia, turmas de operários abandonavam os serviços; outros ganhavam sem trabalhar; enfim, era a paralisação (CHAUL, 1988, p. 113).

Sobre as circunstâncias de sofrimento que levaram os operários da construção de Goiânia a reivindicarem melhores condições de vida e aumento de salários, a fala do Sr. Adolfo Boari é elucidativa:

Pergunta: E na época que o sr. veio para cá, havia policiamento?

Adolfo Boari: Havia a Guarda Civil. Tinha soldado do exército também. Tinha o Batalhão de Polícia Militar do Estado, ali perto da Estação Ferroviária. Agora não sei o que é ali. Alguma repartição... mas era uma pobreza aqui em Goiânia... teve um prefeito, que não me lembro, não foi o Iris Rezende, não, foi antes dele, mas não sei qual é este prefeito, falava na campanha: “o povo está passando miséria. Eu, quando for eleito, garanto toucinho barato. Eu sei onde tem toucinho. Eu ponho toucinho em Goiânia...” Aí, foi ali, na Vila Nova, uma procissão daquele povo que morava nas casinhas de invasão, havia muita invasão ali na Vila Nova. Vestiam a roupa mais rasgada que tinham, tiravam aqueles cartazes e pregavam: cadê o toucinho, sr. prefeito? E fizeram até mais lá para o Palácio – reclamaram a miséria. Isto eu vi aqui em Goiânia.

P: O sr. lembra a década?

A: foi antes de 50. Dr. Pedro ainda era interventor... “estamos passando fome, não temos de comer!” Isto tudo eu escutei aqui. Este discurso... é como agora lá em São Paulo, uma miséria danada. Um milhão de desempregados (CECUP, Fita 11).

Somam-se às resistências dentro do processo de trabalho outras formas de luta, como as organizações comunitárias e sindicais. Encontramos em Bernardes (1989) o registro da formação da primeira dessas organizações, no dia 1 de maio de 1934, com a fundação da Sociedade da Classe Operária das Obras da Nova Capital do Estado de Goiás. Sua fundação objetivava o acompanhamento das obras. Em 1937, funda-se o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, que mobilizou os operários em algumas greves e resistência aos ataques

da repressão policial. Uma outra experiência de luta e resistência emerge a partir dos operários moradores dos casebres da Vila Nova, com a Liga dos Amigos da Vila Nova, em 1947, a partir de práticas de solidariedade de classe, em diversas ações de ajuda mútua como troca de alimentos, mutirões para a construção das casas e auxílios domésticos mútuos. Os moradores organizaram protestos contra as condições de trabalho, moradia e contra a repressão do Estado (oficial ou não).

Bernardes (2009) traz o relato do operário Francisco Higino sobre as dificuldades dos operários que chegavam para a construção da cidade e como essas dificuldades eram enfrentadas com a solidariedade de classes desses trabalhadores, criando laços de reciprocidade:

A vida era dura. E a gente tinha de ajudar uns aos outros. Assim que eles iam chegando, a gente entrava de sociedade, fazia o barraco pra um e pra outro [...]. O Estado não entrava com nada. O material, o pessoal tinha que conseguir por conta própria mesmo. Tudo de noitinha, pois de dia a gente tinha que dar duro nas obras. Sabe, mas era divertido, aqui não tinha diversão mesmo. Aí a gente contava causo e recordava cada um de seu lugar (BERNARDES, 2009, p. 43).

A Liga dos Amigos da Vila Nova emerge desse contexto de solidariedade, manifestando-se como um movimento social de resistência à desocupações, a violência policial e protestos contra as condições precárias dos moradores/operários. Mattos (2012) exemplifica a organização da Liga trazendo o relato de um dos seus fundadores e morador da Vila Nova, o senhor Claudomiro Ferreira de Freitas:

O Boaventura reuniu a turma todinha, mulher, criança, todo mundo que quisesse ir. Encheu a Assembleia de moradores daqui de Vila Nova para protestar contra a retirada da Vila Nova daqui. Que aqui ia ser o setor de indústrias [...] Então já era lá pela madrugada afora, as crianças chorando. O deputado protestou: “Essas crianças ficam aí perturbando o trabalho”. Então levanta um camarada da oposição e disse. “Essas crianças tá chorando por que tá na iminência de ficar sem os seus tetos. Tá chorando pra não ficar sem os seus tetos” (MATTOS, 2012, p. 66).

Trazendo para Goiânia as contradições do contexto nacional da época, em que o governo Vargas estimulava a participação sindical nas discussões políticas ao mesmo tempo em que se difundia formas autoritárias de controle e repressão da classe trabalhadora da sua ditadura, o cotidiano do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, relatado pelos operários, é marcado pela presença da oficialidade estadual e municipal em suas reuniões,

festas e comemorações, o assédio do PCB com o discurso de aspiração de cidadania para a classe trabalhadora e a repressão policial.

Sobre a relação do PCB com o sindicato, Bernardes (1989) analisa que:

Nesta composição socioeconômica, setores urbanos majoritários assumem a direção deste movimento através do PCB, com uma trajetória central que é a do aniquilamento das formas de dominação política em direção a conquistas mais amplas. O seu discurso é marcado pela ideia dos direitos e da cidadania, da participação do povo na vida pública. Não constitui nesta época um partido revolucionário proletário, porém expressa um viés de participação popular, temerosa aos setores arcaicos, tradicionais. O projeto partidário não é subversivo, propõe o desenvolvimento, a agilização da economia, o progresso estadual – a modernização da estrutura e da produção agrária e crescimento do mercado interno, o desenvolvimento do sistema de comunicação e transporte, da educação, saneamento, enfim confirma a ideologia modernizadora desenvolvimentista considerada por todos os setores “modernos” como pontos fundamentais da superação do atraso do Estado (BERNARDES, 1989, p. 118).

Somaram-se ao Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil nos protestos, greves e resistências outros sindicatos de categorias urbanas, como o dos alfaiates, dos marceneiros e trabalhadores da indústria. Arrogando para si alguma especialização e *status* profissional, no início esses sindicatos buscaram se diferenciar dos operários da construção em razão do desprestígio social que estes carregavam na época. Suas pautas extrapolavam a recreação e festas (toleradas na época pelo governo), buscando também melhorias salariais e outros benefícios, como o previdenciário, descanso semanal remunerado e abono de insalubridade. Também há relatos de assédios doutrinários do PCB e repressão policial.

O sr. Pedro Ribeiro dos Santos, natural do Piauí, chegou a Goiânia em 1942 onde exerceu a profissão de alfaiate e participou da direção do sindicato da categoria, chegando a ser fundador e presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado de Goiás e Distrito Federal e delegado da Central Geral dos Trabalhadores (uma espécie de confederação que foi extinta em 1964), assim descreve o contexto de formação dos primeiros sindicatos:

Pergunta: Além das questões salariais, o que mais o sindicato teria conquistado naquela época?

Pedro Ribeiro dos Santos: Iniciou-se as conquistas dos trabalhadores. Eu vou falar aqui sem nenhuma vaidade, porque isso eu não tenho... Naquela época eu e um grupo pequeno de trabalhadores começamos a notar, a compreender também que se nós não se organizasse terminaríamos era... eu que vinha do nordeste, que via aquela miséria, aquele povo passando necessidade... de modo que nós víamos também ter o mesmo destino daquele pessoal. Nós começamos a organizar e tivemos a ideia de fundar outros sindicatos de trabalhadores da indústria. Porque não existia

naquele tempo... existia, naquele tempo, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. Esse sindicato foi fundado... não me recordo a época, mas esse sindicato não tinha... era meio assim, paralisado, porque não fazia nenhum movimento... o único movimento que se fazia no sindicato era clube, existia era baile no sábado para os operários. Aquilo era uma espécie de diversão.

P: Só assistencialismo?

PRS: É. Foi aí que nós iniciamos, depois do Sindicato dos Alfaiates, e eu um pessoal, amigos... [...] E procuramos fundar outros sindicatos e ir estudando essa parte de sindicalismo, etc... Fundar outros sindicatos, depois fundar uma federação pra poder ter uma vida própria, porque naquele tempo não tinha condição. Só um sindicato não podia fazer nada pela classe operária do estado. Foi aí que nós iniciamos. Aliás, foi até com a ajuda, não podemos negar, com a ajuda do diretor do SESI, o dr. Gilson Alves de Sousa [*superintendente do SESI de 1953 a 1965*]. Nunca esqueço. Foi ele quem nos ajudou. Ele era diretor do SESI, mas ele nos ajudou na fundação desse sindicato. Ele nos dava papéis, porque nem isso tínhamos. Dava papéis, nos ensinavam... deu até advogado pra nos orientar como nós tínhamos que fazer. Foi aí que nós fundamos outros sindicatos. Aliás, nós arregimentamos... reuníamos, formavam associações e eles mesmo fundavam. Arregimentamos os gráficos, os sapateiros, os marceneiros... nós eramos 6... Foi aí que depois em 1950, depois de tudo fundados já com as cartas sindicais...

P: Em 1950 já estavam tudo fundado?

PRS: Não. Foi até 1952, 1953, é que terminou de fundar todos esses sindicatos. Porque isso era muito demorado. Aí nós já tínhamos outras delegações. Eu me recordo bem que em 1949 nós fizemos um acordo salarial (o Sindicato dos Alfaiates) e no acordo não incluía o repouso semanal remunerado. Depois é que nós entramos na Justiça do Trabalho e ganhamos o repouso semanal remunerado. Até os empregadores não gostaram de maneira nenhuma desse movimento (*risos*). Aí viemos nessa luta até 1954 quando nós nos organizamos pra fundar essa Federação, também com a ajuda no SESI. O SESI nunca nos deixou nesse ponto.

P: Qual é o nome da federação?

PRS: Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado de Goiás. Depois que veio Brasília nós pedimos a extensão territorial até Brasília e parece que Brasília não interessou e não fundou sua federação lá em Brasília. Mas nós também fundamos sindicatos lá em Brasília, como o Sindicato da Construção Civil. Aliás, nós arregimentamos. Nós eramos da Federação daqui, fomos lá e organizamos os trabalhadores da construção civil, fundamos o Sindicato da Construção Civil, depois o dos Metalúrgicos fundamos a associação também e hoje eles tem bastantes sindicatos lá, mas não fundaram ainda a federação. Ainda são filiados a essa federação daqui.

P: E desses 6 sindicatos que foram fundados conjuntamente tinham ação em conjunto também?

PRS: Tinha. O nosso caso era pra nos organizar... porque nós nos reuníamos todo fim de semana. Nós fazíamos assembleia todo domingo. Mas pra levar um maior número de pessoas, quando o interesse era coletivo nós organizávamos todos os sindicatos e levava para a sede dos sindicatos que eram lá na [*Avenida*] Tocantins... depois nos construímos aquele prediozinho que não terminou até hoje, tá do mesmo jeitinho que nós deixamos...

P: Onde é o Sindicato da Construção Civil?

PRS: É. Ali é a Federação, A Casa do Trabalhador! Ali foi uma outra ideia nossa, desses mesmos sindicatos, que nós reunimos e achamos que devíamos, pra ter mais unidade, que nós tínhamos que fazer um prédio que ficasse reunidos todos esses sindicatos filiados de trabalhadores na indústria. E colocamos o nome de Casa do

Trabalhador e iniciamos a construção daquele prédio em 1959 e está lá até hoje do mesmo jeitinho (CECUP, Fita 10).

Um espaço de manifestação dos trabalhadores dentro da legalidade eram as comemorações do dia 1º de Maio, organizadas pelos sindicatos. Sobre essas manifestações o sr. Pedro Ribeiro dos Santos relata:

Pergunta: Como que era as comemorações do 1º de maio?

Pedro Ribeiro dos Santos: As comemorações eram umas festas muito boa. No dia 1º de Maio nós fazíamos passeatas, nós fazíamos corrida. Isso mais pra levar o operário pra praça, né?! E depois a gente ia nos palanques... primeiro nós fazíamos corrida de bicicleta, corrida até de motocicleta nos fazemos, corrida a pé, corrida de pau-de-sebo, pra trazer atração para o pessoal vir pra festa do 1º de Maio. Depois que nós levávamos pra praça, e que tava tudo reunido, é que nós fazíamos uma espécie de... doutrinar novamente a classe operária, né?! Mostrar que o dia de comemorar não era só um dia de festa, era um dia de reivindicação do trabalhador.

P: E a comemoração era organizada por todos os sindicatos?

PRS: É. Por todos os sindicatos. Nós fazíamos uma comissão de todos os sindicatos e essa comissão levava...

P: E desde quando havia essa comemoração?

PRS: Desde de 1950. Porque antes não tinha. De 1945 pra frente nós já iniciamos, mas era pouca coisa. Não tínhamos aquele movimento que tivemos depois de 1950 até 1964.

P: E vocês conseguiam levar quantas pessoas pra rua?

PRS: Eu não me recordo muito não, mas era muita gente.

P: E era feita em quais ruas e avenidas?

PRS: Fazíamos em Goiânia, outra vez fazíamos em Campinas, outra vez saíamos lá da Praça do Trabalhador, que é a praça da Estação Ferroviária, nós fizemos um palanque uma vez. Na Avenida Anhanguera nós fazíamos passeata com faixa, com carro de alto-falante. E as corridas de bicicletas nós fazíamos também nas ruas, na Avenida Anhanguera, na Avenida Araguaia... por todo o centro mesmo de Goiânia.

P: O Governo Estadual dava ajuda?

PRS: O governo permitia, né?! Mas não ajudava com nada não. Não reprimia também não (CECUP, Fita 10).

Denotam esses relatos a intenção dos trabalhadores que se articularam em torno dos sindicatos de agirem dentro dos limites da legalidade, ou seja, mobilizavam-se politicamente, a partir das regras institucionalizadas, como forma de legitimar sua integração na sociedade de classes que se formava a partir do projeto urbano-industrial. Em torno dos sindicatos, membros do PCB, como Bernardo Elis e Alberto Xavier de Almeida, aglutinavam-se nos movimentos de protestos contra os baixos salários, atraso de pagamento e elevado custo de

vida. Participavam das manifestações e greves quase todos os operários, segundo lembra o sr. Francisco Higino (BERNARDES, 1989).

Francisco Higino relata os motivos das greves e a repressão que o movimento sofria:

Falta de pagamentos, atrasos salariais, salário pouco. Teve uma ocasião que nós saímos do sindicato e quando o derradeiro saiu a fila estava perto do Cine Teatro Goiânia. Nós subimos e quando nós chegamos lá perto, antes de chegar no correio a polícia veio encontrar nós. Quando eu tava na presidência do sindicato, eu morava no sindicato. Ai a minha patroa disse... eles chamaram ela... então eu disse: se tu quiser ir pode ir. Aí ela falou: meu veio minha natureza num tá pedindo, parece que vai haver qualquer coisa. Bom, se quiser ir pode deixar. Aí eu vim para fazer meu cabelo no Clarismundo. E o pessoal foram lá pra cima e quando entraram... o Expedito trabalhava numa obra de frente, e a polícia entrou atirou, subiram a escada e ai furaram a barriga de dona Dica (da comissão do PCB). O motivo da greve era toucinho que estava muito caro, era o custo de vida que estava muito elevado. O prefeito da época era Venerando de Freitas. [...] Era greve da construção civil, mas participavam alfaiates, pessoal da associação de bairro, naquele tempo a Liga da Vila Nova. O governo atendia a reivindicações mas com dificuldade, mas a polícia tinha raiva do partido. Tinha uma raiva danada (BERNARDES, 1989, p. 168).

No relato do senhor Pedro Ribeiro dos Santos, abaixo, podemos observar que, apesar de sua posição enquanto sindicalista, sua perspectiva de classe o permitia confrontar com as contradições que emergem dos limites da institucionalidade, seja através das formas legais de reivindicação, da repressão policial ou pela burocracia partidária (encabeçada na época pelo PCB) e sindical. Questionado sobre a organização dos trabalhadores nos sindicatos, ele relata que:

Pergunta: Nessas reuniões vocês faziam leituras sobre sindicalismo?

Pedro Ribeiro dos Santos: Fazíamos. Aqueles que se destacavam mais, que gostavam de ler, esses pediam a palavra e explicavam lá para os operários, mostrava como se devia... porquê... qual o motivo que nós devíamos nos organizar, porque nós achávamos que era o único meio legal que existia ou que existe até hoje, o único meio legal do trabalhador lutar pelos seus direitos. Apesar que, no meu ponto de vista, o sindicalismo brasileiro ainda vem de cima pra baixo. Deveria ser ao contrário, né?! Mas é o único meio legal que existe dentro da lei pra que o trabalhador possa reivindicar os seus direitos. Mas nós fazíamos reunião toda semana... semanal mesmo... nós conseguíamos com muita dificuldade, porque naquele tempo era muito difícil... mas mesmo assim nós conseguíamos muita gente nas reuniões. Naquela época nós fazíamos passeata, 1º de Maio, esse tipo de coisa pra levar o trabalhador.

P: O sr. se lembra da atuação do PCB?

PRS: Eu me recordo. O Partido Comunista, eles estavam em toda parte. No sindicalismo também eles estava. Sempre estavam dentro do sindicalismo. Por isso que o sindicalismo era sempre perseguido, porque todo pessoal do sindicato eles [*polícia*] falavam que era tudo comunista. Agora, na minha gestão, no meu mandato, no meu tempo de sindicalista eu nunca quis saber se ele era comunista ou não era

comunista ou se era de qualquer partido não. Pra mim, era um operário que tava lutando a favor da classe operária. Pra mim não interessava o partido dele.

P: Mas o Partido Comunista nessa época exercia muita influência dentro do sindicalismo?

PRS: Aqui em Goiânia eu vou lhe dizer que não era tanto não. Mas eles sempre tava ajudando.

P: Qual era a função que o senhor exercia quando foi perseguido [*pela ditadura militar*]?

PRS: Eu era presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria de Goiás e Distrito Federal e era presidente do conselho fiscal da Confederação Nacional e delegado dessa mesma confederação em Goiás e Brasília. E tinha naquela época, em que eles me acusaram, o CGT. Eles diziam que eu era o presidente do CGT, porque ele organiza tudo... sindicalismo tudo era CGT. E presidência da CGT era do Rio de Janeiro, mas eu fui acusado de ser o presidente do CGT e pronto, acabou.

P: Eles soltaram o senhor?

PRS: Soltar até que soltaram, mas o negócio é que prendiam de novo. Não deixavam a gente se organizar na vida, né. Passava uns tempos eles soltavam, prendiam de novo. Isso de me prender pra mim é o menos. O que eu nunca aceitei é porque a gente toma... é preferível sair do país do que ficar num clima assim... porque não deixa você trabalhar mais... E tem sempre umas pessoas ruins, né, que dedava... “dedo-duro”, né?! Você conseguia um emprego, voltava a trabalhar, aí vinha um e dizia: “ah, esse aí é comunista, coisa e tal...” o patrão põe pra fora. O que é ruim é isso, né?! Pra um pai de família, com 5 filhos como eu tinha... ficar preso era até bom, porque ficava descansando lá. Mas não. Eles não deixam as pessoas trabalhar. Passei muitos anos assim, com uma dificuldade de arrumar emprego.

P: Mas nem como alfaiate o senhor conseguia?

PRS: Não conseguia. É porque o sujeito fica com medo também, vivendo um clima desse. O próprio empregador fica assutado com a atenção de um sujeito comunista desses... Uma vez, eu até brincando com um deles, disse: escuta, mas porque eu sou tão perigoso assim? Eu nunca andei com uma arma na mão, nunca andei com um revólver, nunca fui um homem perigoso. Um cara magrelo... (*risos*) ou seja, uma coisa besta, um negócio esquisito (CECUP, Fita 10).

As lutas da classe trabalhadora no período como um todo eram fortemente represadas pelas forças policiais do Estado. Percebemos que mesmo as lutas espontâneas, sem vinculação institucional com partidos e sindicatos, eram fortemente contidas. Ademais, a proximidade do PCB aos movimentos sindicais acarretavam estigmas e perseguições aos trabalhadores, chegando mesmo a representar ameaças físicas, por parte da polícia, e empregatícia, por parte dos patrões, como podemos observar do relato do sr. Pedro. Associado a isso, a imperiosa necessidade de manutenção do emprego e da renda para o sustento familiar (e o respectivo pavor da pobreza e indignidade social) e o medo da repressão policial era compreendido como motivo para a não participação de alguns trabalhadores nos movimentos reivindicatórios.

Nos registros do Departamento de Ordem Política e Social de Goiás – DOPS/GO, disponível no acervo do Centro de Informação, Documentação e Arquivo da UFG – CIDARQ/UFG, podemos observar que no período da ditadura militar pós-1964, toda e qualquer movimentação da classe trabalhadora era fiscalizada e controlada de modo formal e informal. Em todo processo eleitoral dos sindicatos de trabalhadores e patronais, as instituições eram obrigadas a enviar fichas de registros dos candidatos das chapas, denominadas de “Ficha de Qualificação”, nas quais se investigava a existência de algum histórico de envolvimento em protestos ou ligações com organizações de esquerda. Em caso de haver algum membro de chapa com esses registros, o DOPS informava ao sindicato a necessidade de retirar o membro da campanha com risco de impugnação das eleições. Nos casos de assembleias, manifestações e greves há relatos de investigações com a presença de agentes infiltrados nos movimentos (até mesmo com participação efetiva como membros dos sindicatos) que coletavam informações e repassavam aos delegados responsáveis, podendo ser abertos inquéritos policiais e interrogatórios.

O exemplo do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários do Estado de Goiás é elucidativo dos procedimentos do DOPS e Polícia Militar do Estado de Goiás para evitar manifestações, piquetes e greves. O ano era o de 1981, num contexto de manifestações e confrontos entre os trabalhadores e patrões por melhores salários, com aumento da tabela de frete que se alastrava pelo país, havendo já algumas paralisações dos trabalhadores com bloqueios de rodovias. Em Goiás, após investigações sobre os membros da diretoria e de alguns participantes das assembleias, e a pedido do DOPS, a Polícia Militar, por meio da Diretriz nº 10 – 10/81-GAB-SSP/GO, estabelece normas visando a manutenção da ordem e segurança pública em caso de manifestação dos trabalhadores em uma eventual discordância com o sindicato patronal, por ações repressivas, conforme citamos abaixo:

b) Não havendo acordo: em caso de “*lock-out*” dos motoristas de caminhões, não será tolerada a formação de piquetes nos logradouros públicos. Para tanto, a Pasta lançará mão dos órgãos repressores, os quais deverão agir com a energia necessária, no sentido de desencorajar as lideranças dos piquetes. As prisões porventura efetuadas implicarão no respectivo procedimento criminal junto ao D.O.P.S., com base na legislação vigente. Em caso de tumultos isolados ou atos de vandalismo serão acionados o O.P.J., e a PMGO., sendo que os conduzidos deverão ser autuados em flagrante, na forma da lei, pelo D.O.P.S.

3. O D.O.P.S. deverá montar esquema capaz de acompanhar o desenrolar dos fatos, no caso das hipóteses supra-aventadas.

4. A PMGO deverá promover as operações capazes de anular a ação de piquetes e de tumultos, conduzindo as pessoas eventualmente detidas ao DOPS, para os fins já previstos (FUNDO DIVISÃO CENTRAL... DOSSIÊ 7048, p. 18).

Outro elemento importante na contenção dos trabalhadores na luta política era a crença de integração na sociedade de classes, por meio de direitos e espaços de cidadania, que tinha, inclusive, no mito a Pedro Ludovico e seu projeto político de cunho paternalista, a representação da esperança de consolidação dessa possibilidade. Nesse sentido, o relato do sr. Antônio Teodoro da Silva (apresentado no início deste capítulo) sobre o balanço de sua vida em Goiânia, expressa de modo cristalino a mentalidade de muitos da classe trabalhadora urbano-industrial, que se mantém até os dias de hoje: a experiência própria ou, pelo menos, a memória dos seus familiares, em relação a pobreza e um forte senso de responsabilidade familiar, coloca o sustento familiar como objetivo essencial de suas vidas:

Pergunta: Fazendo um balanço da vida do senhor aqui em Goiânia, o senhor acha que a cidade atendeu à esperança que o senhor tinha de trabalho, de melhoria de vida?

Antônio Teodoro da Silva: Eu não me aqueixo do que eu fiz aqui em Goiânia, porque a pessoa que é pobre, que nasce pobre, ele deve se conformar que é pobre, né?! Eu, graças a Deus, eu acho que fui muito feliz aqui em Goiânia, porque eu conheci uns que entrou aqui, no meu tempo, aqui em Goiânia, que eu vejo ai que eles está mais ruim do que eu, né?! E eu não posso me aqueixar, né, porque hoje eu tenho a casa pra morar, e meus filhos se eles não formaram foi porque eles não quiseram. Mas eu levei eles nos estudos até a hora que ele pode todos ter feito um curso universitário, né?! Portanto, que era 7 filhos, enfrentei dificuldades aqui em Goiânia pra criar eles... mas, graças a Deus, depois que eu vim aqui pra faculdade [*refere-se ao seu emprego*] as coisas tudo pra mim caminhou... que eu não posso me aqueixar, porque hoje tá tudo criado e tudo num nível que dá pra se virar sem ser preciso trabalhar de servente como eu trabalhei, né?! O Augustinho tá fazendo administração, já tá terminando. Eu tenho uma menina que formou o ano passado em veterinária. Eu tive outra que fazia psicologia aqui na [*Universidade*] Católica, depois casou, foi embora lá pra Mara Rosa, lá pro norte de Goiás, não terminou o curso dela. Tem o Luís mais o Francisco, eles fizeram vestibular uma vez mas não passaram e parou. Mas tudo já é homem-feito, é problema deles, eu não posso pegar eles e forçar eles a fazer... que eu tinha gosto que todos eles formasse, né?! Portanto que uma vida de um nortista, que trabalhava de carroceiro e hoje tem o que eu tô te falando, que tem uma casa pra morar e uma família toda criada, eu acho que eu tô num lugar que... que eu tô satisfeito. Tô muito satisfeito. Não posso reclamar da minha vida não (CECUP, Fita 1A).

Entre os trabalhadores urbano-industriais contemporâneos, esse contexto continua perpetuando. Nas pesquisas sobre os ramos industriais aqui utilizadas observamos relatos de sofrimentos vivenciados pelos trabalhadores em relação aos baixos salários e o elevado custo de vida; condições de trabalho precários, rigidamente controlados e processos de

intensificação com agravos à saúde; relações de trabalho hierárquicas autoritárias que produzem sentimentos de desvalorização, insegurança empregatícia e revoltas; o medo do desemprego e a facilidade com que as empresas encontram em contratar e treinar novos trabalhadores produzem a sensação de que são descartáveis, inclusive quando adoecem em razão do trabalho.

Na indústria automobilística, tendo a Mitsubishi como exemplo, temos o relato de um trabalhador sobre conflitos cotidianos no trabalho e o sentimento de desvalorização, que confronta com a necessidade do emprego para a reprodução das condições de vida:

Você chega no trabalho, todo dia o cara te fala uma coisa, te ameaçano, te ameaçano, chega certo ponto você não aguenta mais, seu saco já vai enchendo, sê começa a pensar na família, cê começa a falar assim, eu sou um cara de princípios eu sou um cara que eu preso a minha família, eu tenho que ter respeito, eu tenho que sê respeitado, eu num mereço isso, eu num preciso disso, não sei o quê, não sei o quê. Mais ai cê começa a vê que cê tem compromisso, cê tem família, cê tem filho pra cuida, cê vai cê fica naquilo ali um ano, dois ano, até que uma hora cê explode, cara sem pensar em nada já deixa, já chuta o balde em tudo, nem sabe o que vai acontecê, cê explode. Ou cê explode ou cê fica louco. O que tem de problema psíquico dentro daquela empresa, o Ministério do Trabalho fica bobo. Cê fica sabendo, muito, muito, mais muita gente mesmo, cê vê o cara dentro da empresa cê num acredita que o cara lá na rua é aquele mesmo cara que vive lá dentro da empresa. Cê chega o cara tá assim, cara rui cara bravo. Cê fala quele ueeeee, ai quando cê vê o cara na rua, ele é outra pessoa, tranquilo, calmo... então cê vê que aquilo ali é problema profissional é problema dentro da empresa, quando o cara passa pra lá ele se transforma, ele tá fazendo uma coisa que ele não quer, ele num tá gostando mais, uma coisa que tá toda hora o cara fica assim achando que tem alguém olhando ele, perseguindo ele, cê entendeu? Ali tem problema, ou o cara vai entrar em dívida ou o cara vai entrar em bebida no álcool, as vezes até nas drogas para compensar aquela fadiga aquela ansiedade que ele tá tendo ali, sabe? Essa é a realidade. (Entrevista 1, 2014) (MARQUES, 2015, p. 132).

Lobo (2007) observa o relato de um trabalhador de laboratório do setor farmacêutico que, em relação ao estranhamento produzido pela produção automatizada, o forte controle e disciplina impresso no processo de trabalho, se vê no constrangimento de se submeter em razão da dependência salarial imposta pela sociedade urbano-industrial:

Eu acho que o uso do uniforme dentro do universo da fábrica, no meu caso, foi pouco significativo. Foi só uma das ferramentas utilizadas em todo o processo para me neutralizar. Eu poderia estar com a roupa comum do dia a dia, mesmo assim o processo teria me corrompido. Se eu quisesse ganhar o salário de 151 reais no fim do mês, eu tinha que chegar de manhã, com a barba feita, sem relógio e sem aliança, desempenhar aquela função que era colocar aquelas caixinhas dentro da outra caixa, correr para cá e para lá o dia inteiro, almoçar no horário difícil, obedecer aos procedimentos estabelecidos da área. Porque, para a empresa, isso é acordo firmado.

— Está disposto? Então eu te pago no final do mês. Se não, boa viagem, amanhã eu ponho outro em seu lugar. Em uma semana ele está igualzinho a você, ou melhor. Isso é traumático, trabalhar pela necessidade do salário no final do mês. Me sujeitar a algumas coisas que por opção eu não me sujeitaria. E é isso que na maioria das vezes eu tenho feito. E aí, é o que eu mencionava, isso é uma forma de prostituição (LOBO, 2007, pp. 204).

É analiticamente interessante como as queixas em relação aos sofrimentos oriundos do processo de trabalho urbano-industrial se reproduzem, de modo similar, em todos os setores produtivos. Nas pesquisas qualitativas analisadas encontramos os mesmos tipos de queixas, acrescidas de alguma especificidade de cada tipo de produção e cultura empresarial. Correspondem a essas recorrências os conflitos e resistências cotidianas engendrados pelos trabalhadores, observados pelos pesquisadores e relatados pelos trabalhadores. Chama a atenção que os conflitos mais evidenciados se dão em duas situações: no exercício do controle da produção com a gestão do processo de trabalho, especialmente na relação dos operários com os líderes e supervisores de produção; e nas relações de troca entre capital e trabalho – tendo no pessoal de recursos humanos o contato imediato com os trabalhadores –, especialmente quanto às questões como salário, registro de horas extras e questões relacionadas a burocratização do registro e reconhecimento de adoecimentos e acidentes de trabalho.

Na supervisão da produção, manifestam-se relações sociais de antagonismo pela intensidade da produção e autoritarismo com que os líderes de equipe e demais supervisores tratam os trabalhadores ligados diretamente a produção. Essas relações sociais de antagonismo manifestam-se, evidentemente, nas hierarquias e desigualdades ocupacionais como fonte de disputas e conflitos políticos sobre o trabalho e a produção.

Na Mitsubishi podemos encontrar esses conflitos nas seguintes situações:

A maioria das queixas dos operários refere-se à forma autoritária que o líder adota ao se relacionar com os demais, após a promoção a operário multifuncional. Por parte dos trabalhadores, há um estranhamento quanto à postura arrogante e impositiva assumida pelo multifuncional, que passa a acelerar a produção ao máximo para agradar os supervisores que o coordenam, demonstrando-lhes eficiência. Alguns líderes chegam a tentar dissuadir os demais operários de ir a festas, uma vez que estas podem representar desperdícios e trabalho extra à equipe, no dia seguinte (PEREIRA, 2014, p. 161).

Na indústria farmacêutica também não é diferente. Lobo (2007) apresenta o seguinte relato de um operário da produção:

O RH só existe para cobrar, sabe? O RH não faz treinamento, não faz nada. Eles não nos procuram. Não estão nem aí. Os peões nos procuram quando dá algum problema. A chefia não faz isso não, ignora. Eu fico chateado. Você trabalha tanto tempo na empresa e muitas vezes as pessoas te humilham, por quê? Porque você trabalha na produção. E não sou só eu. Você pode conversar com 90% das pessoas. Todas pensam dessa forma. Todo problema sobra para a gente (LOBO, 2007, p. 203).

Na produção de alimentos na agroindústria encontramos em Novais (2015) a reclamação sobre subordinação e perda de autonomia dos integrados com relação de “parceria” com a contratante. Além da subordinação total do processo de trabalho, os integrados reclamam ainda que os prejuízos da produção são repassados a eles, mesmo sendo obrigados a comercialização exclusiva com a fábrica integradora:

Na relação produtor e indústria existem deveres e obrigações. Por isso, a maioria afirmou ser uma relação de parceria, mas uma minoria entende que se submetem a uma situação, em que a autonomia lhe é facultada, muitas vezes sem obter poder de decisão. A subordinação está relacionada ao fato de que o produtor avícola precisa estar atento às necessidades da atividade, dispondo-se imediatamente a seguir a lógica de modernização, a adequar-se a esse modelo produtivo do setor e às metas da agroindústria (NOVAIS, 2015, p. 87).

No setor de mineração, os conflitos entre os trabalhadores da produção e o pessoal do setor de recursos humanos são atualizados com a reestruturação produtiva pelas quais passou as empresas nas últimas décadas. Em suas entrevistas, Souza (2018) aponta que:

Atentando-me para o nível de satisfação desses funcionários, indaguei o senhor Cumari se ele acredita que os funcionários são felizes em trabalhar na Mineração: “Assim, penso alguns que não. O pessoal mais velho hoje, eles num tá como era antes, muda. O pessoal de RH hoje, num é igual era. Nóis era acostumado de uma maneira que hoje mudou muito, parece que eles não aprendeu a trabalhá. O pessoal de RH, tem muito erro na hora extra, sabe, pagamento. A maioria do pessoal hoje tá aposentando. Todo mundo que é mais velho, por exemplo, 20 anos de empresa, acha que antes era união, era mais fácil de organizar as coisas, era mais unida, as famílias. Agora é de uma maneira diferente. Um chefe ia na casa de outro, asvêis, nós num tem essa liberdade com os chefes mais, com os diretor, eles num aceita mais conversa. Nós num vê eles nas festas. Eles vai lá um pouquinho e vai embora, os outro ficava, misturava com a gente. Já na casa deles, na fazenda deles” (SENHOR CUMARI, 2012) (SOUZA, 2018, p. 37).

No setor sucroalcooleiro as empresas praticam discriminação também em relação aos terceirizados com acréscimo de precarização para esses trabalhadores. Segundo Santos (2014):

O auto de infração nº. 201.080.001 registra um problema que é citado em vários outros autos, bem como na fala dos próprios trabalhadores, que é o tratamento discriminatório que as usinas dão aos trabalhadores das terceirizadas. O fato de ser trabalhador de qualquer terceirizada, em qualquer atividade de trabalho, já é condição para se ter salário inferior, tratamento diferenciado (precarizado) por parte da usina etc. Vejamos o que diz o referido auto de infração: “No entanto, os motoristas canavieiros, mesmo quando estavam no pátio da indústria no horário de almoço/janta, não podiam usar as instalações destas para tomarem suas refeições, tendo que fazê-lo no próprio pátio bate-volta, sob as intempéries ou dentro dos próprios caminhões (...). Além de não receberem alimentação da empresa (eram “bóias-frias”) e não terem local para guardar suas marmitas, tais trabalhadores sequer podiam frequentar o refeitório da empresa, tendo que tomar suas refeições no próprio local de trabalho (MTE, 2013, p. 46) (SANTOS, 2014, p. 197).

Na indústria de alimentos, pesquisada por Kurogi (2004), os conflitos em torno das questões salariais colocam defronte os operários e o pessoal dos recursos humanos. Na citação abaixo, podemos observar a contradição entre os discursos de ambos:

Os trabalhadores do Departamento de Recursos Humanos, em seu discurso, avaliam que os funcionários possuem um bom relacionamento com sua equipe de trabalho, pois quando necessitam de auxílio vão à procura deles e somente eles têm condições de apoiá-los e ajudá-los em suas necessidades: “Com certeza, ainda mais [...], o serviço social nem se fala porque eu acho que não tem uma pessoa que as vezes não precisa de um apoio. O RH por exemplo procura trocar de cargo, seleção mesmo, as pessoas tá procurando trocar de cargo, fazer algum curso e, como eles entram, a porta da frente sou eu, o departamento social, o serviço social, acaba que o RH inteiro tá envolvido na admissão dele. Não tem outra pessoa a recorrer, só a gente mesmo” (S4 G1 [*fala de um trabalhador dos recursos humanos*]). Já os demais trabalhadores demonstram ter uma visão contrária à do Departamento de Recursos Humanos. Relatam que não possuem muito contato com o setor, que não há coleguismo e que o setor não representa um ponto de apoio e é procurado apenas quando há necessidade de resolver algum problema: “É bom, não tanto assim, não. A gente só tem quando precisa né. Quando tem alguma coisa errada. [...] o meu contato com o povo lá dentro é pouco. Eu não gosto de muito contato não” (S10 G2 [*fala de um trabalhador operador de máquinas*]) (KUROGI, 2004, p. 129).

A necessidade imperiosa da reprodução dos meios de vida da classe trabalhadora urbano-industrial não é suficiente para a entrega completa de seus corpos e mentes, manifestando diversas formas de resistência. Não encontrando vazão suficiente em lutas políticas institucionalizadas em movimentos, sindicatos e partidos, explodem na experiência cotidiana em diferentes momentos e espaços, dentro e fora do tempo de trabalho, como escape

da violência vivenciada. Além de discussões e conflitos abertos com as hierarquias ocupacionais, uma disputa constante se dá em torno da utilização dos EPIs: uma queixa constante dos trabalhadores, tanto pelo incômodo do uso quanto pela exigência rígida da empresa, que contrasta com a ineficácia da proteção à saúde do trabalhador.

Lobo (2007) observa a negação do tipo de trabalho presente na produção de medicamentos, quando os trabalhadores manifestam insatisfação com as exigentes regras impostas na circulação nos espaços da empresa, no controle de qualidade e no uso dos EPIs. De acordo com o relato de um de seus entrevistados sobre o uso dos equipamentos:

É complicado. Quem nunca usou fica ofegante. A máscara deixa sem respiração. Você vai conversar com a pessoa e ela tira a máscara. É ruim, é horrível isso. Porque se você vai conversar com outro tirando a máscara pensando que ele não te entende por causa dela, na verdade ele não está te entendendo porque está com protetor auricular. Então dá uma certa agonia. Mas é obrigatório e você acostuma. Nesse mundo a gente se acostuma com tudo. Mas tem pessoas que não conseguem se adaptar. Pessoas que dão trabalho para acostumar. Tem gente que coloca só a cordinha do protetor auricular perto da orelha para disfarçar. Você chega perto e vê que é chefe (LOBO, 2007, p. 184).

E a autora conclui, a partir de sua observação do caso particular da produção de medicamentos, o que nós podemos observar e analisar em outros ramos produtivos:

Todas essas insatisfações expressas em nível do discurso encontram sua repercussão prática: no Laboratório A, o absenteísmo extremo, excesso de licenças médicas, o não cumprimento de algumas regras sanitárias que implicam em restrições aos hábitos dos trabalhadores; no Laboratório B, relatos de “enrolação” e “corpo mole” dentro da linha de produção e alto *turnover*. As formas de negação do trabalho apresentam-se como pequenas manifestações cotidianas de insatisfação e críticas aos processos de extração de mais valia. Nesse primeiro nível de inconformidade com as regras estabelecidas encontra-se também a primeira afirmação dos trabalhadores como seres sociais, em contraposição ao capital (LOBO, 2007, p. 206).

Um elemento de enfraquecimento da luta dos trabalhadores – presente na grande maioria das pesquisas que se debruçaram sobre o tema – encontra-se na atuação dos sindicatos que, na prática, vem exercendo um papel de mediação entre os interesses dos trabalhadores e os interesses das empresas, mediação essa que resulta na contenção de conflitos. Observamos que a atuação dos sindicatos nos acordos coletivos têm sido insuficiente para a conversão do seu poder de negociação em benefícios adicionais aos

trabalhadores, restringindo-se, em muitos casos, a mediação de conflitos na perspectiva da manutenção dos empregos, na qualificação profissional e na recreação dos trabalhadores.

No caso da indústria automobilística, a atuação do sindicato da categoria é ilustrada por Pereira (2014):

Um fato evidente do fortalecimento do poder de barganha do sindicato foi a redução da jornada de trabalho, definida como cláusula do acordo de negociação. Em 2010, ficou acordada a redução de 44 horas semanais para 43 horas, e em 2011, para 42 horas. Porém, em 2012 a cláusula sobre a redução da jornada apresentou outra redação. Nela afirma-se que “a adequação da implementação da redução de 2 horas, relativas as 44 para as 42 horas semanais, serão objeto de negociação a fim de atender o melhor interesse das partes” (Sindicato..., 2011). Essa mudança de posição, presente na convenção de 2012, corrobora a tese de Amorim (2011) de que o sindicato não converteu ainda as possibilidades do poder de barganha coletivo favorável aos trabalhadores em benefícios adicionais (PEREIRA, 2014, p. 154).

Nas mineradoras, os limites da representação dos sindicatos se expressam na restrição de suas atuações na crítica aos acidentes de trabalho. A partir de Duarte (2018), podemos considerar que a atuação do sindicato buscou mais a mediação e contensão de conflitos entre trabalhadores e empresas do que na defesa dos primeiros (seus “representados”), quando não advoga pela promoção da saúde do trabalhador. A autora apresenta uma distinção entre saúde ocupacional e saúde do trabalhador, onde a primeira se limita a estabelecer condições seguras o suficiente para a produção, para a atividade laboral; enquanto a segunda vai além, preocupa-se com o bem-estar e a qualidade de vida para além das necessidades do capital, buscando melhores condições de trabalho, de modo a qualificar também a vida fora do trabalho.

Segundo a pesquisadora:

O sindicato, por sua vez, entende a saúde do trabalhador no viés da Saúde Ocupacional, no qual a saúde do trabalhador está relacionado com a aptidão para exercer a função para o qual o trabalhador foi contratado: “Não adianta só ganhar bem se o trabalhador tiver inapto para o trabalho, não tiver bem, não tiver saúde. Todo o dinheiro que ele ganhou, para prover sua família, para morar bem, para passear... de nada vai adiantar o esforço. Então a gente conversa com o trabalhador em assembleia, a importância das lutas, para manter benefícios que já tem, mesmo com a dificuldade que está esse ano. Mas melhorar e preocupar com a saúde do trabalhador. Não adianta ele não estar bem, porque assim, sem saúde ele não pode usufruir do dinheiro que ele conquistou” (Diretor do Sindicato METABASE, 2017). Não é errado o Movimento Sindical preocupar-se com a Saúde Ocupacional dos trabalhadores da Mineradora X, mas com a Saúde do Trabalhador as questões relacionadas com o trabalho e o trabalhador seriam melhor abordadas, de forma mais aprofundada, e poderiam surgir demandas que seriam mais efetivas na

promoção da saúde, prevenção de agravos e acidentes de trabalho (DUARTE, 2018, p. 89).

No caso da indústria do amianto, em Minaçu, a atuação do sindicato da categoria revela todo o seu potencial de frear as potencialidades e necessidades dos trabalhadores quando, na disputa pelo reconhecimento e indenizações sobre acidentes, adoecimentos e mortes em função do trabalho, o sindicato atua junto à empresa contra os trabalhadores. Em sua pesquisa sobre o tema, Amaral (2019) traz o relato de Renato, que é filho de um ex-trabalhador da usina falecido em decorrência do adoecimento pelo trabalho na usina, que descreve como é a relação de colaboração do sindicato dos trabalhadores com a empresa:

Arthur: Mas quando seu pai descobriu que tava doente, ele não procurou o sindicato, pra ver o que o sindicato poderia fazer por ele?

Renato: Nada! A posição do sindicato também era... Esse Edílson, que era presidente do sindicato, ele tava apoiando a empresa. Então ele tava apoiando a empresa e não queria conversa, falando que o amianto não causa nada. A posição do sindicato era a dele. Era uma posição dura. [...] Se vinha uma solicitação de exame, ele [*o sindicato*] entregava, tal. Fazia exame lá [*na sede do sindicato*]. Era feito aqui no sindicato mesmo, né. E era mais lá. Só ia lá se chamasse. Agora, se você for procurar a empresa pra buscar seus direitos, aí... A manifestação deles era isso: “Não, a empresa não mandou. A gente [*sindicato*] só faz o que a empresa mandar”.

Arthur: Já vi o pessoal falando que ao invés de ser um sindicato dos trabalhadores, ele era mais ligado a SAMA.

Renato: Só ligado à empresa. Porque o presidente dele tava apoiando a empresa. Ele não queria conversa. Sempre nas palestras dele lá, ele jogava pesado. Ele falou [*para o grupo de trabalhadores adoecidos pelo amianto*]: “O negócio de vocês é dinheiro! Vocês não têm nada!”, “Vocês têm que provar pra mim. Vai lá e faz o exame da empresa. Se quiserem, eu falo com a empresa e ela vai solicitar o exame pra vocês”, “Faz o exame e prova pra mim”. Aí só dava o laudo. “Ué, mas por que vocês não me mostram os exames?” [dizia o presidente do sindicato]. É tomografia computadorizada, né. Ninguém vê o exame. Faz lá e ficava por isso mesmo! Aí entregava o laudinho, né: “Não tem nada de exposição ao amianto”. Sempre aquela mesma coisa. Os exames deles lá não dão nada. Tem outro ali... o seu [Manoel] que fez exame o ano passado. Também a mesma coisa! Foi lá em Goiânia e fez. Chegou lá, fez exame e nada! [Manoel disse:] “Sempre a mesma coisa. Já tô até cansado disso. Não vou nem mexer com essa empresa mais, não!”. (Entrevista, 22/10/2016, Minaçu) (AMARAL, 2019, p. 187).

No setor sucroalcooleiro a representação cotidiana dos cortadores de cana sobre a atuação do sindicato é a de que prestam mais aos interesses das empresas do que à defesa dos próprios trabalhadores. A estrutura de poder local nas cidades onde as usinas estão instaladas favorece o poder do patronato sobre os sindicatos, restringindo a atuação dos sindicatos à defesa pela manutenção do emprego contra o avanço da mecanização (XAVIER, 2010). Os

sindicatos que representam os trabalhadores das fábricas de derivados da cana-de-açúcar também atuam nos limites da garantia do emprego, com negociações de gabinete. De acordo com Santos (2014):

Do que estamos apresentando até agora, podemos destacar com relação à ação sindical: a) é, em grande medida, uma ação colaborativa com as empresas; b) costuma resolver dissídios, problemas em reuniões de diretorias; c) não tem nenhuma preocupação ou ação efetiva com a intenção de criar processos de mobilização coletiva do conjunto dos trabalhadores; d) não realiza assembleias, reuniões periódicas etc. com os trabalhadores; e) divide os trabalhadores do município em diferentes categorias, ao invés de incitarem uma ação política de classe (SANTOS, 2014, p. 208).

Corroborando as representações que os trabalhadores têm a respeito dos sindicatos limitarem-se à luta pela manutenção do emprego e a manutenção de sua própria estrutura burocrática, a união entre os sindicatos de trabalhadores e sindicatos patronais no protesto contra a retirada das renúncias fiscais no mês de novembro de 2019, que foram ameaçadas de cortes pelo recém-eleito governo estadual. Mais uma vez o discurso fora a defesa do emprego. Somou-se, ainda, a defesa do progresso econômico das cidades onde as indústrias estavam instaladas. As manifestações em frente a Assembleia Legislativa e ao palácio do governo do Estado ganharam muitos destaques nas mídias, inclusive nas mídias dos próprios sindicatos, federações e centrais sindicais, que atribuíram a elas evidências de seus interesses.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Catalão celebra a união entre trabalhadores e empresários na defesa das isenções fiscais:

Novamente, empresários e trabalhadores estão reunidos, em Goiânia, para cobrar que o Governo do Estado tome providências para manter as empresas e os empregos em Goiás. Em protesto, eles seguiram em marcha da Assembleia Legislativa de Goiás até o Palácio das Esmeraldas. O Governador Caiado retirou os incentivos fiscais e o povo está perdendo os empregos! O Governador e os Deputados Estaduais estão querendo votar uma nova política de incentivos e que não vai melhorar em nada, de novo. ACORDA, CAIADO! (SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE CATALÃO, 2019).

O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Anápolis justifica a participação do sindicato da seguinte forma:

“Tudo isto tem grande importância para a geração de emprego, para a família metalúrgica e para o desenvolvimento econômico e social da cidade”, diz Márcio

José Barbosa, diretor do Sindmetana (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS, 2020).

A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Goiás defendeu a manutenção da produção das indústrias da seguinte forma, pelo seu presidente:

“Estamos todos unidos nesta mobilização, empresários e trabalhadores, para que possamos sensibilizar os deputados e deputadas estaduais sobre o risco ao futuro do nosso Estado. A questão principal é o Protege, que foi instituído em abril deste ano e valerá apenas por 12 meses, mas agora pode ser prorrogado por tempo indeterminado. Isto prejudicará tantas as empresas como os trabalhadores. Estamos também conclamando para que os prefeitos e vereadores, principalmente dos municípios mais industrializados, também façam parte deste movimento. Não podemos deixar que as empresas reduzam suas operações ou deixem Goiás, afetando os empregos de milhares de trabalhadores”, disse o presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Goiás (FTIEG), Pedro Luiz Vicznevski. (ADIAL, 2019).

A despeito do conjunto de processos de sofrimentos e conflitos, que exigem dos trabalhadores resistências cotidianas – resistências estas muitas vezes insuficientes para a melhoria de suas condições de trabalho e, menos ainda, para sua emancipação para além da divisão social de classes –, é também comum encontrarmos entre os trabalhadores uma valorização positiva do seu trabalho e emprego. Encontramos um entendimento dessa contradição quando confrontamos esses processos de sofrimento e conflitos com aquilo que denominamos acima de perspectiva histórica. Quando analisamos a perspectiva históricas desses trabalhadores compreendemos que a valorização positiva do seu trabalho e emprego corresponde a parte importante de suas aspirações sociais, no que diz respeito à estabilidade financeira e projeção social, por meio de um trabalho tido socialmente como qualificado; a saída da pobreza, representando uma ruptura com seu histórico familiar, que se expressa na aquisição de mercadorias; a possibilidade de crescimento profissional por meio dos estudos e qualificações; e um deslumbramento advindo com uma certa dignidade profissional atribuído ao trabalho urbano-industrial. É como se, por meio de sua inserção nesse mercado de trabalho, abrisse a possibilidade de integrar-se a uma rede de proteção social (salário, *status*, assistência médica e previdenciária, possibilidade de consumo, etc.) que lhe permitisse certo nível de pertencimento à sociedade urbano-industrial, tendo como referência as gerações anteriores (e muitas vezes a sua própria geração) que viveram sob o risco, a vulnerabilidade e a falta de alternativa. E ainda, a ideia de integração ao projeto político e econômico da sociedade

urbano-industrial representa a possibilidade de reconhecimento social, podendo ser realizada ou não.

Os trabalhadores da indústria automobilística, por exemplo, elencam a relativa estabilidade nas empresas (alguns com mais de 10 anos de emprego na mesma firma ou na cadeia produtiva) e a possibilidade de mobilidade ocupacional, por meio da qualificação, como elementos de motivação e engajamento no trabalho (FERREIRA, 2018; PEREIRA, 2014; MARQUES, 2015). Marques (2015), a respeito dos trabalhadores da Mitsubishi suportarem a precarização e intensificação do trabalho, conclui da seguinte forma:

Nesse contexto, nos relatos dos trabalhadores da Mitsubishi, muitos enfatizam que eles se submetem a essas condições é porque precisam cumprir compromissos financeiros assumidos, cuidar da família, isto é, a necessidade da sobrevivência. Além disso, existe ainda a falta de opção de emprego com os mesmos benefícios oferecidos. Sendo assim, muitos relatam sobre o medo que eles têm da demissão, principalmente, quando apresentam algum problema na sua saúde ocupacional (MARQUES, 2015, p. 138).

Os relatos dos trabalhadores das indústrias farmacêuticas, também apresentam as contradições da experiência cotidiana. As dificuldades econômicas da vida rural – traço comum na experiência de vida da maioria – faz com que os trabalhadores valorizem positivamente o seu ingresso no mundo do trabalho urbano-industrial, uma vez que esse mercado atribuí a eles certa dignidade profissional, mesmo este representando perda de liberdade (LOBO, 2007; LOUSA, 2008). Lobo (2007) apresenta o relato de um trabalhador que evidencia o significado do trabalho urbano-industrial na melhoria de vida dos trabalhadores:

Eu entrei nessa vida sem pensar. Vim da roça sem emprego. Para buscar um emprego. Era essa a opção. Na época só tinha uma mochila nas costas, a mulher, o filho e Deus. O trabalho da roça e da cidade são muito diferentes. Mas a experiência na lavoura, já valeu. No comércio se exige inteligência. Agora, na maioria das indústrias se exige um pouco de esforço e resistência, tem de dar conta das tarefas que nos passam. Nisso ajudou bastante ter crescido na roça, a criação que eu tive. Meus pais passaram que eu deveria ser uma pessoa de bem, ter bom caráter. Eu gosto da vida de trabalhador na indústria, mas na roça você não tinha que cumprir horário. Não é cobrado, tem mais liberdade. Na indústria, a todo o momento tem um monte de chefes e de pessoas te cobrando. Eu não gosto de ser vigiado, das pessoas estarem observando o que estou fazendo. Qualquer movimento que você faz tem câmara filmando. Você não tem privacidade, tem sempre alguém observando. Mas é melhor que na roça. Graças a Deus, não tenho nenhuma vontade de voltar. Aquilo não é vida, aquela ‘musquitaiada’ pegando na orelha. Ave Maria! (LOBO, 2007, p. 101).

Nesse sentido, a respeito da contradição presente na experiência cotidiana vivenciada no trabalho sob o controle do capital, a autora conclui:

As diferentes interpretações dadas ao espaço fabril são fruto das diferentes experiências e das trajetórias anteriores dos sujeitos pesquisados, bem como de sua forma de ingresso no trabalho industrial. Segundo Lopes (2000:218): “Ao passarem do campo para a cidade, do regime de trabalho rural para o sistema de trabalho fabril, os trabalhadores arrastam códigos, conhecimentos agregados durante essas jornadas que lhes possibilitam reelaborar suas experiências e atualizar suas identidades.” O mesmo poderíamos dizer a respeito dos diversos trajetos ocupacionais desses trabalhadores. As experiências anteriores adentram a fábrica e permitem uma interpretação do espaço fabril, construída a partir do que foi vivido e do futuro que se projeta. Assim, à percepção da novidade representada pelo trabalho na indústria seguem duas vertentes: a primeira impressão que o trabalho na indústria adquire é de positividade quando o emprego representou um anseio de longa data, uma melhoria salarial ou uma forma de ascensão profissional, [...] significando a saída de um trabalho “sujo” para um “limpo” ou de um trabalho temporário para um estável. Para quem o trabalho na indústria não representava uma grande mudança profissional e salarial ou um acréscimo expressivo de conhecimento, [...] “o novo” da indústria toma outra dimensão, o da coação. Apresenta-se desmistificado (LOBO, 2007, p. 122).

Entre os trabalhadores do setor sucroalcooleiro, tanto cortadores de cana-de-açúcar quanto operários das fábricas, o significado positivo do trabalho se manifesta na possibilidade de compra de mercadorias como signo de seu ingresso na sociedade de consumo, como demarcador de “integração” e pertencimento coletivo. A compra de mercadorias e o *status* atribuído ao trabalho fabril (no caso dos trabalhadores das fábricas de derivados da cana-de-açúcar), são índices de melhoria das condições de vida (XAVIER, 2010; SANTOS, 2014).

Santos (2014) traz o relato de um dos trabalhadores da usina de cana-de-açúcar que evidencia essa representação:

Ah, é tranquilo também, num acho que não sei se é porque a empresa que eu trabalho também, como se diz puxando o saco dela também, a empresa é boa, você vê comentário aí que é uma das melhor empresa pra trabalhar hoje. Quirinópolis hoje, pelo que você vê aí todo mundo bem. Em questão de bens se não fosse as empresas. Hoje é assim, se você não tem um serviço bom, você não tem uma renda boa, você não faz compromisso. A maioria da cidade hoje, o pessoal tem moto, tem carro, então se não fosse uma empresa boa, num teria, porque ninguém teria peito pra ir lá comprar e... (SANTOS, 2014, p. 177).

Fica evidente que, por meio do salário, o trabalhador pode fazer “compromisso”, ou seja, pode ter alguma forma de planejamento individual e familiar dentro da sociedade

capitalista. Apresenta-se, assim, alguma perspectiva de futuro, mesmo que restrito à burocratização e mercantilização das relações sociais. Garantindo as condições de reprodução, emerge também, da luta cotidiana além do espaço e do tempo de trabalho, outras formas de resistências, naquilo que autores como Pelá (2014) e Chaveiro; Pelá (s/s) classificam como táticas de liberdade, na defesa da própria existência, e tentativas de criar alternativas de prazer, na forma de lazer. Ademais, a produção desses espaços e tempos sociais diferenciados dos espaços e tempos produtivos controlados e fonte de sofrimento, são garantidos e potencializados pelas possibilidades econômicas, advindas do trabalho urbano-industrial, uma vez que representam condições de melhoria das condições de vida e possibilidade de mudança de perspectivas. Essas são as razões mais comuns pelas quais os trabalhadores urbano-industriais valorizam positivamente o trabalho e o emprego sem, contudo, deixar de manifestar seus antagonismos, sofrimentos, lutas e resistências cotidianas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procuramos percorrer um caminho interpretativo da realidade goiana, a partir das suas múltiplas determinações históricas, com o objetivo de compreender as dinâmicas sociais do trabalho contemporâneo, sobre a qual emerge a formação da classe trabalhadora urbano-industrial. Para tanto, sentimos a necessidade de encontrarmos as origens do processo de expansão do capitalismo na região, ainda no período colonial, que culminou na experiência do projeto de sociedade urbano-industrial, já no século XX. Essa necessidade se manifestou por, pelo menos, duas razões de grande importância. Primeiramente, a busca por coerência com o referencial teórico-metodológico da dialética marxista que imprime, a nosso ver, uma perspectiva analítica sobre a essência, continuidades e transformações do fenômeno social estudado. Nesse sentido, evidências e interpretações, que extrapolam o escopo temporal do objeto de pesquisa, mostraram-se imprescindíveis para a compreensão dos limites e possibilidades da realidade social enfrentada pelos trabalhadores. O que nos levou a traçar certa correspondência entre os momentos históricos de formação e transformação do modo de produção capitalista, sua origem na Europa e sua expansão pelo mundo, com a sua manifestação em Goiás. Assim, corremos o risco de tornar árdua a leitura desta Tese e percorremos caminhos aparentemente distantes do objeto de pesquisa.

A segunda razão talvez possa sensibilizar o leitor e o crítico a nos reconciliarmos nessa caminhada conjunta. Pois, ao longo da pesquisa, nos deparamos com um número significativo de relatos de vida de atores sociais inseridos nos processos históricos e análises teóricas pouco abordados na literatura acadêmica e muitas vezes inéditos, que poderiam contribuir para a compreensão crítica das recentes transformações sociais no estado e seus significados para a formação da classe trabalhadora urbano-industrial.

Assim, pudemos compreender as dinâmicas do trabalho urbano-industrial em Goiás como desdobramento particular do modo de exploração social, engendrado pelo modo de produção e acumulação capitalista, em sua totalidade, assentado na superexploração do trabalho. Evidenciamos, no caso particular de Goiás, algumas tendências essenciais da expansão do capitalismo, manifestas nos processos de acumulação e produção e no modo de vida a ele correspondente. A análise empírica e particular do caso goiano tem a relevância de evidenciar essas manifestações de modo concreto, principalmente pelas profundas transformações que a região vem sofrendo nas últimas décadas e, mais ainda, pelas vivências

de exploração, dominação, sofrimentos e resistências da classe trabalhadora urbano-industrial, que são estrategicamente silenciadas e invisibilizadas pelo capital, seus representantes e defensores, nos mais diversos espaços sociais.

Contrapõe-se a função civilizadora do capital, apontada por Marx, como tendência inerente ao desenvolvimento das forças produtivas, e estrategicamente propagandeada pelos ideólogos da “modernidade” regional, o modo de exploração social, subjacente à expansão capitalista em Goiás. Destaca-se a superexploração do trabalho e a dominação segregacionista da força de trabalho, que se mostra na seleção da origem nordestina e/ou rural para a composição da classe trabalhadora urbano-industrial em Goiás. Segregação essa que também se expressa nas diferenças ocupacionais e de renda.

Esse contexto emerge a partir das políticas industriais em Goiás, iniciadas em 1960, com a racionalização e arranjos institucionais preparatórios para a transformação econômica, ainda no governo Mauro Borges, sem, contudo, alterar a especialização produtiva da agropecuária. Em 1970, planos de desenvolvimento econômicos do estado são lançados, mas, só em 1980, são efetivamente direcionados para a diversificação produtiva, culminando na intensificação da diversificação industrial nos anos 2000. A urbanização majoritária do estado resulta dessas políticas, engendrando, além de processos produtivos urbano-industriais, também uma sociabilidade urbana no estado.

Os processos de trabalho urbano-industriais decorrentes das políticas industriais em Goiás mesclam elementos do taylorismo, fordismo e toyotismo, em consonância com as experiências da reestruturação produtiva do capital no restante do mundo. O baixo nível de investimento tecnológico na produção goiana não é suficiente para descaracterizá-la como toyotista ou pouco afetada pela reestruturação produtiva, como geralmente aparece nas pesquisas sobre o tema, uma vez que: a) poucos são os espaços e processos produtivos que empregam a cartilha toyotista em sua totalidade, sendo a automação utilizada em um número limitado de processos produtivos ao redor do mundo; b) a tecnologia é um entre vários elementos característicos do toyotismo, não sendo nem mesmo o de maior impacto na superexploração do trabalho, onde se sobressai a gestão da força de trabalho; c) o que se vê na experiência empírica mundial não é uma sucessão de modos de organização do processo de trabalho, mas um embricamento de elementos e estratégias que respondem mais ou menos ao aumento de produtividade e taxa de lucro, de acordo com realidades histórico-sociais particulares.

Ainda assim, é preciso reconhecer que o processo de trabalho urbano-industrial em Goiás é fortemente centrado na força de trabalho (mesmo nos processos mais tecnologicamente avançados). A reestruturação produtiva do capital trouxe por aqui elementos que estão presentes nas demais manifestações empíricas mundo afora, como: exigência de qualificação contínua; trabalhadores multifuncionais; autocontrole da produção pelos trabalhadores; proeminência de líderes de equipe; precarização do trabalho decorrente da intensificação, com impactos importantes nos acidentes e adoecimentos do trabalho; agravos na saúde do trabalhador pela insuficiência da legislação e dos EPIs em protegê-los; e aumento da terceirização e ameaças constantes de desemprego, repercutindo na sensação de vulnerabilidade e descartabilidade.

A propósito, destacamos duas estratégias empresariais que repercutem nos processos de trabalhos: a primeira diz respeito às medidas de racionalização da produção e proteção dos trabalhadores que foram tomadas somente no atendimento de exigências sanitárias e de certificação de controle de qualidade, com vistas ao melhor posicionamento das empresas no mercado; a segunda, consequência da primeira, é a exigência sistemática do engajamento produtivo e político do trabalhador, por meio da ideologia do industrialismo, que vende a esperança de integração dos trabalhadores na sociedade urbano-industrial por meio da sua empregabilidade.

Entretanto, a discussão sobre o caráter da produção em Goiás resulta em atualizar, nas análises sobre o trabalho, a antiga polêmica sobre o isolamento e atraso da região. A questão central que se coloca, para nós, não é tanto os níveis de desenvolvimento econômico e técnico do estado em si, mas os significados políticos dessas questões nas disputas por hegemonias nacionais. Aceitando-se os desníveis de desenvolvimento econômicos e técnicos da produção goiana em relação a outras regiões, é preciso partir daí para a análise de suas causas, razões e constrangimentos históricos (seletividade dos lugares, especialização produtiva, subdesenvolvimento dependente, etc.) e não concluir as discussões sobre os protagonismos nacionais e “graus de importância” políticos e econômicos no debate nacional e regional, ao se deparar com esses desníveis. Como destacado ao longo da pesquisa, a própria superexploração do trabalho em Goiás impede o desenvolvimento tecnológico (como expresso pelo presidente da CAO) e limita o mercado consumidor interno como fator de expansão e desenvolvimento econômico. Essas causas, razões e constrangimentos históricos, podem ser explicadas e compreendidas dentro do escopo interpretativo do projeto de

sociedade urbano-industrial realizado em Goiás, quando se compara ao conjunto nacional, e no Brasil, quando se compara com o mundo, forjado sobre as bases do subdesenvolvimento dependente, a partir da superexploração do trabalho, reproduzido também em nível nacional.

Analisando a formação da classe trabalhadora em Goiás podemos afirmar que a exploração histórica do trabalho em Goiás vem se realizando a partir da discriminação do trabalho manual, primeiramente por portugueses e espanhóis e, depois, por frações da burguesia e demais classes auxiliares do Sul e Sudeste do Brasil. Encontramos evidências disso, ao longo desta pesquisa, no caráter disciplinador e moralmente despótico da qualificação profissional, da seleção dos trabalhadores (geograficamente demarcada), do controle e intensificação do trabalho com viés autoritário, presentes até os dias de hoje.

Produto desse processo histórico de superexploração do trabalho, emerge em Goiás um modo de exploração social do trabalho alicerçado em duas dimensões: a primeira, no âmbito da produção, o capital engendra, no processo de trabalho, elementos de exploração e dominação como precarização e intensificação do trabalho, pressões e assédios sobre os trabalhadores, acidentes e adoecimentos, defasagem entre o valor pago pela força de trabalho, na forma de salário, e o valor social almejado pelo indivíduo, ao mesmo tempo que exige sua adesão e engajamento na produção sob risco de desemprego; e a segunda, no âmbito da trajetória de vida pessoal e familiar, existe toda uma dominação de classe sobre as condições de vida que, comparativamente ao histórico familiar, faz com que o trabalho urbano-industrial apareça como melhoria das condições de vida, fato que é reforçado pelo forte senso de responsabilidade familiar dos trabalhadores, as exclusões cíclicas do mercado de trabalho e a contingência da dependência salarial imposta pela sociedade do capital na forma de mercadoria.

Aflora, então, nos relatos dos trabalhadores um conjunto de aspirações sociais que lhes facultam almejar no consumo dirigido pelo capital condições evidentes de melhoria nos padrões de consumo. Com experiências históricas de risco, vulnerabilidade e sofrimentos, os frutos de seus trabalhos cotidianos representam alguma possibilidade de integração na sociedade urbano-industrial, naquilo que os autores aqui analisados apontam como direitos burgueses de cidadania, a cidade como lugar de possibilidades e veem nas migrações protestos mudos ao histórico de exploração e dominação. O desejo de consumo de mercadorias – presente desde as lutas dos Kayapós do Sul contra os bandeirantes – encontra espaço, dentre das aspirações sociais, para se consolidar em estrutura de álibis sociais.

Entretanto, no mais das vezes, essas aspirações estão contidas de contradições pela alienação e estranhamentos ontológicos do modo de produção capitalista. Estão presentes nos relatos dos trabalhadores tanto as aspirações sociais na aquisição de mercadorias e algum nível de estabilidade de emprego e renda, quanto a frustração e indignação do desprestígio social vivenciado nos espaços de trabalho e na sociabilidade urbana individualista.

Aspiram um novo modo de vida. E as possibilidades econômicas representadas pelo trabalho urbano-industrial, por mais desiguais, alienadas e estranhadas que sejam, representam uma transformação ao referencial de vida anterior. Lembremo-nos, por exemplo, da desvinculação social dos pobres e ex-escravizados; dos conflitos e massacres na luta pela terra; dos operários da construção de Goiânia que chegavam a pé até a futura nova capital do estado, por falta de condições de transporte, passando fome e adoecendo nas precárias condições de trabalho e de vida, a exemplo dos ferroviários; sem contar as exclusões cíclicas do mercado de trabalho urbano. Soma-se a esses motivos, o forte senso de responsabilidade familiar que estrutura a perspectiva de classe dos trabalhadores. Não podemos subestimar a relevância desses aspectos, pois, para quem tem como referencial histórico de vida a desproteção e a marginalização da sociedade, do estado e instituições da “sociedade civil”, a família tornar-se o principal (e as vezes o único) vínculo social do indivíduo. E quando a responsabilidade pela reprodução dos meios de vida desse grupo social pesa sobre os ombros e consciência desses indivíduos, toda sua perspectiva aponta para a continuidade mais digna possível do grupo, custe o que custar. E, se o emprego e renda, obtidos pelo trabalho urbano-industrial, garantir-lhes essa possibilidade, é compreensível a sua satisfação em atingir os objetivos e determinações imediatas que a vida lhe impõe.

Além do mais, a procura por esses empregos não se restringe ao salário, se estendendo a possibilidade de estudar concomitante ao trabalho, tendo inclusive estímulo financeiro das empresas. Isso lhes possibilita vislumbrar uma possível estabilidade empregatícia, ao mesmo tempo em que tem um projeto de vida com relativo dinamismo ocupacional, não se restringindo à perpetuação de uma única função (como seus antepassados). Essa relativa estabilidade de renda mensal, associada a alguns benefícios (plano de saúde, transporte, estudo, *status* e etc.), responde ao trabalhador individual à determinação social do modo de produção capitalista de dependência salarial para a reprodução dos seus meios de vida e de seu senso de responsabilidade familiar (presente em sua perspectiva histórica).

Em termos de luta política, a proposta por uma organização social alternativa ao capital só encontra eco nas resistências e lutas indígenas e, em certa medida, quilombola, na defesa do território para uso coletivo (em fundante contradição à lógica da propriedade privada) e na vivência de um modo de vida alheio à lógica da mercadoria. Até porque, a luta organizada dos trabalhadores urbano-industriais encontrou historicamente contenção violenta da repressão policial, desde sua origem, e amortecimento na atuação dos sindicatos, que buscam a contenção dos conflitos entre o capital e o trabalho, expressando interesse mais na legitimação de sua representação institucional do que na superação das contradições de classes.

Mesmo assim, os trabalhadores têm consciência da sua superexploração e expressam essa consciência nos conflitos e resistências cotidianas. O modo de exploração social do trabalho reflete nas representações das vivências cotidianas dos trabalhadores sobre a empresa e, conseqüentemente, nas suas perspectivas de atuação política. Percebemos que os trabalhadores que ocupam postos de supervisão e gozam de algum prestígio pelo controle exercido sobre os demais adotam mais facilmente o discurso do industrialismo patronal, enquanto outros mais próximos à produção diretamente e que vivenciarem os efeitos deletérios da superexploração nos seus corpos e mentes apresentam uma tendência a um discurso de maior radicalização, principalmente no que se refere a questões salariais e acidentes e adoecimento do trabalho.

Ou seja, não se pode afirmar que os trabalhadores não se defrontam com a empresa numa relação antagonica, principalmente na figura dos gestores, burocracia e demais classes auxiliares (recursos humanos, departamento pessoal, gerências de produção e líderes de equipe). Mas que, no cotidiano, esse antagonismo entra em contradição com a necessidade de reprodução dos seus meios de vida e não vislumbram concretamente alternativas possíveis. Isso evidencia que os trabalhadores carregam uma perspectiva mais ampla nas avaliações sobre suas relações com a empresa. Trazem uma perspectiva de que estão numa relação de poder histórica desigual, sem muitas possibilidades concretas de ruptura ou mesmo alternativa à submissão as condições impostas pela empresa, legitimada por entidades públicas (mídias, órgãos estatais, médicos do trabalho, alguns sindicatos, governos, etc.) e constrangidos pela dependência salarial, em contraponto às ameaças de desemprego e a descartabilidade. Sua força coletiva se encontra obliterada pelas condições de empregabilidade do mercado de trabalho, pelas dinâmicas econômicas e políticas sindicais e pelo histórico de repressão

violenta imposta às suas organizações coletivas pelo estado (polícia e poder judiciário: um o repreende com violência, prisão e morte e o outro o coloca na ilegalidade).

O pano de fundo da aceitação da perspectiva empresarial ou resiliência aos sofrimentos do processo de trabalho, que fazem com que os trabalhadores prefiram essas condições de trabalho intenso, riscos laborais, despotismo gerencial e administrativo ao desemprego, é a vulnerabilidade dos trabalhadores brasileiros que, antes de se inserirem no trabalho urbano-industrial, passaram agudas dificuldades econômicas e uma perspectiva social de precariedade sem muitas possibilidades de alteração. Desse modo, em um contexto histórico de dominação violenta contra a classe trabalhadora, a possibilidade de ascensão social pelo trabalho urbano-industrial (prestígio comunitário e educacional) e pelo emprego (melhores salário, casa própria, plano de saúde, enfim, condições de reproduzir dignamente a força de trabalho familiar), se apresenta como uma oportunidade histórica, que deve ser aproveitada, principalmente num contexto de desemprego estrutural e de um crescente exército urbano-industrial de reserva.

Desse modo, as considerações finais deste trabalho resultam na afirmação de que a expansão do modo de produção capitalista em Goiás se dá por meio da implementação da sociedade urbano-industrial, alicerçada no histórico e violento modo de exploração social da classe trabalhadora. E, conseqüentemente, esse modo de exploração social vem se demonstrando suficientemente forte para conter e inibir as perspectivas de ruptura com o capital por parte dos trabalhadores. Resta à classe trabalhadora, quando muito, resistir a algumas extremas violências cotidianas, posto que encontra-se exposta a extrema vulnerabilidade empregatícia e a riscos institucionais, como: direitos trabalhistas e proteção social sendo galopantemente retirados, ausência de representatividade institucional combativa e efetiva, seja em partidos políticos e sindicatos ou demais movimentos sociais espontâneos que se mobilizem de modo concretamente esperançoso a uma alternativa de luta.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ADIAL. **Trabalhadores e Empresários Protestam contra Protege**. 11/12/2019. Disponível em: <<https://www.adial.com.br/noticias/trabalhadores-e-empresarios-protestam-contra-protege/>>. Acesso em: 10/06/2020.

AGEPEL. **Revista a Informação Goiana**. Goiânia: Estado de Goiás, 2001. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. **Documentos Avulsos do Arquivo Pessoal – Venerando de Freitas Borges**. Goiânia: Estado de Goiás, 2002. CD-ROM.

ALVES, Josias Manoel. **Processo de eletrificação em Goiás e no Distrito Federal: retrospectiva e análise dos problemas políticos e sociais na era da privatização**. 188f. Tese (Doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos) – Universidade Estadual de Campinas, 2005.

AMARAL, Arthur Pires. **Com o Peito Cheio de Pó: uma etnografia sobre a negação do adoecimento de trabalhadores do amianto na cidade de Minaçu (GO)**. 271f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2019.

ARON, Raymond. **Dezoito Lições sobre a Sociedade Industrial**. Brasília: Martins Fontes/UnB, 1981.

ARRIEL, Marcos Fernando. **Perfil Produtivo e Dinâmica Espacial da Indústria Goiana (1999 – 2007)**. 2010. 101f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

ASSIS, Deire; LIMA, Dehovan. **Da Carpintaria à Automação Industrial (SENAI Goiás 60 anos)**. Goiânia: SENAI-DR, 2012.

AZZI, Sílvia Gomes Pereira de Souza. **Diagnóstico de Acidente no Trabalho Ocorridos na Indústria Química do Estado de Goiás S/A – IQUEGO**. 195f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão, Universidade Estadual de Goiás. Goiânia, 2009.

BARBOSA, Cleonice Menezes. **Ergonomia e Sustentabilidade Social: estudos aplicados na agroindústria**. 99f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado de Ecologia e Produção Sustentável, Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2007.

BERNARDES, Genilda d’Arc. **Construtores de Goiânia: o cotidiano no mundo do trabalho**. 216f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. O Cotidiano dos Trabalhadores da Construção de Goiânia: o mundo do trabalho e extratrabalho. in. **Revista UFG**, Goiânia, ano XI, v. 6, p. 37-51, 2009.

BESSA, Kelly Cristine. Reestruturação da Rede Urbana Brasileira e Cidades Médias: o exemplo de Uberlândia (MG). **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 6, n. 16, 2005.

BIRNBAUM, Norma. **A Crise da Sociedade Industrial**. São Paulo: Cultrix, 1969.

BORGES, Barsanufio Gomides. **O despertar dos dormentes: estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922**. Goiânia: UFG, 1990.

\_\_\_\_\_. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Ed. UFG, 1997.

\_\_\_\_\_. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia: UFG, 2005.

\_\_\_\_\_. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia: UFG, 2000.

BORGES, Mauro Teixeira. **Tempos Idos e Vividos: minhas experiências**. Goiânia: Ed. do Autor, 2002.

BRANDÃO, Hilma Aparecida. **Memórias de um Tempo Perdido: a Estrada de Ferro Goiás e a cidade de Ipameri (início do século XX)**. 115f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005.

BRANDÃO, Simone Buiate. **A Antiga Linha Férrea de Goiânia: de símbolo da modernidade à obsolescência**. 187f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2017.

BUENO, Edir de Paiva. Movimentos migratórios no Brasil e a sua influência na conformação socioespacial na cidade de Catalão-Go: dos anos 60 a 1996. In: **Espaço em Revista**, Catalão, v. 2, n. 2, p. 64-71, 1999.

CALDEIRA, Jorge. **História da Riqueza no Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CAMARGO, Adriana Lourenço. **A Indústria Canavieira e as Novas Relações de Trabalho no Estado de Goiás**. 76f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável, Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2009.

CAMPOS, Francisco Itami. Mudança da Capital: uma estratégia de Poder. **Cadernos do INDUR (Goiânia)**, Goiânia, v. 2, p. 29-39, 1980

\_\_\_\_\_. Goiás, formas de ocupação: "...uma população sem-terra, numa terra despovoada. **Sociedade e Cultura**. Goiânia, v. 1, n. 1, jan/jun/1998.

CAMPOS JÚNIOR, Paulo Borges. **A Locomotiva nas Fronteiras: o veículo das transformações em Goiás – 1913-1940**. 205f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos Socioambiental, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil – 1930/1970**. Tese (Doutorado). 447f. Tese (Livre Docência) – Departamento de Economia e Planejamento Econômico, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

\_\_\_\_\_. Brasil – Construção e Desconstrução do Desenvolvimento. in. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 26, n. 2(60), Ago, 2017, p. 265-302.

CASTILHO, Dênis. **Modernização Territorial e Redes Técnicas em Goiás**. 221f. Tese (Doutorado) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014.

CASTRO, Rosângela Nunes Almeida de. **A Engenharia Elétrica na Universidade Federal de Goiás: reconstrução histórica**. Goiânia: Ed. UFG, 2014.

CASTRO, Mario César Gomes. **Industrialização em Goiás: política industrial e desenvolvimento, 1970 a 2010**. 187 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CECUP, Centro de Estudos da Cultura Popular. Projeto “Memória Social de Trabalhadores da Construção de Goiânia. Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1987.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CHAIM, Marinove Mattos. **A Sociedade Colonial Goiana**. Goiânia: Oriente, 1978.

CHAUD, Antonio M. J. **Memorial do Catalão**. Goiânia: Ed. do Autor, 2000.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital**. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988.

\_\_\_\_\_. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

\_\_\_\_\_. Goiás: da decadência à modernidade. in. **Ciências Humanas em Revista História**. Goiânia, v. 6, n. 2, 1995, p. 11-26.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; SILVA, Lorraine Gomes da; LIMA, Sélvia Carneiro de. O Cerrado na Perspectiva dos Povos Indígenas de Goiás: a arte de vida do povo Tapuia do Carretão-Go. **Ciência e Cultural**. São Paulo, v. 63, n. 3, jul, 2011, p. 39-41.

\_\_\_\_\_; PELÁ, Márcia Cristina Hizim. **Práticas Espaciais na Metrópole Contemporânea: norma e vida em contraponto**. (no prelo) (s/d).

CIMBALISTA, Silmara Nery. **Adversidades no trabalho: a condição de ser trabalhador no sistema de produção flexível na indústria automobilística brasileira**. 226 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS. **Metalúrgicos Defendem Incentivos que Desenvolvem e Geram Empregos em Goiás**. 06/11/2019. Disponível em: <<http://cntm.org.br/70639-2/>>. Disponível em: 10/06/2020.

- CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso**. Rio de Janeiro: EDUFRRJ/Revan, 1994.
- COSTA, Fernando Viana. **Um Ornitorrinco no Cerrado: bairros populares e outros pioneiros na formação e expansão urbana de Goiânia**. 88f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2017.
- CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás. **A Engenharia em Goiás**. Goiânia: CREA-GO, 2012.
- CUNHA, Wânia Chagas Faria. Contexto Socioeconômico de Goiás na Década de 1970 e a Adoção da Polícia de Industrialização via Distritos Industriais. in. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 30, n. 1, jan/jun., 2010, p. 69-92.
- DA SILVA, Magda Valéria. **A indústria automobilística em Catalão/Goiás: da rede ao circuito espacial da produção da MMC Automotores do Brasil S.A.** 2010. 497f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.
- DAHRENDORF, Ralph. Sociologia Industrial. in. FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- DE ÂNGELES, Massimo. **Marx and primitive accumulation: the continuous character of capital's "enclosures"**. 2001. Disponível em <<http://www.thecommoner.org>>. Acesso em: 20/jun/2011.
- DIAS, Marcel Bordin Galvão; SABOTA, Heitor Silva. A indústria em Goiás: dinâmica atual e transformações espaciais. In: **XVI Encontro Nacional dos Geógrafos: crise, práxis e autonomia: espaços de resistências e esperanças**. Jul. 2010. Porto Alegre. Disponível em: <[www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=143](http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=143)>. Acesso em: 21/12/2010.
- DUARTE, Joseane Aparecida. **Condições de Trabalho na Mineradora X em Catalão (GO): uma análise da saúde dos trabalhadores da produção mineral em 2016 e 2017**. 124f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás. Catalão, 2018.
- ENGELS, Friedrich. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. In. ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 13-34.
- ESTEVAM, Luis Antonio. **O Tempo da Transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás**. 180f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- FERREIRA, Glaycon F. **Imigração e Trabalho na Empresa John Deere/Catalão – GO (1999-2016)**. 116f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás. Catalão, 2018.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. **Expansão da Fronteira Agrícola e Urbanização**. Rio de Janeiro: PUBIPUR/UFRJ, v. II, 1987.

FERREIRA NETO, Maria Cristina. **Política, razão e desrazão**: dimensões políticas e históricas do “insucesso” do Pólo Mineiro-Químico Industrial de Catalão/Ouvidor (1962-1992). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, 1998.

FILHO, Nestor Goulart Reis. **Contribuição ao Estudo da evolução Urbana do Brasil (1500 – 1720)**. São Paulo: Ed. USP, 1968.

FORD, Henry. **Minha vida e minha obra**. 2ª Ed. São Paulo: Freitas Bastos, 1964.

FRANK, André Gunder. Desenvolvimento do Subdesenvolvimento Latino-Americano. in. PEREIRA, Luiz (Org.). **Urbanização e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, p. 25-38.

\_\_\_\_\_. **A Acumulação Mundial: 1492 – 1789**. Lisboa: Editora Estampa, 1979.

\_\_\_\_\_. **Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

FREDERICO, Samuel. **O Novo Tempo do Cerrado**: expansão dos *fronts* agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. 2008. 273f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. Gênese e Consolidação da Rede Urbana na Região de Fronteira Agrícola Moderna. in. COSTA, Everaldo Batista; OLIVEIRA, Rafael da Silva (Orgs.). **As Cidades entre o “Real” e o Imaginário Estudos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FUNDO DIVISÃO CENTRAL DE INFORMAÇÕES DO ESTADO DE GOIÁS. Série SIN – Sindicatos. Centro de Informação, Documentação e Arquivo – CIDARQ/UFG. Goiânia. Disponível em: “<https://acervo.cidarq.ufg.br/index.php/divisao-central-de-informacoes-do-estado-de-goias>”. Acesso em: 21/03/2020.

GALHARDO, Ricardo. Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será “marolinha”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 out. 2008.

GALLI, Ubirajara. **A História da Mineração em Goiás**. Goiânia: Ed. da UCG/Contato Comunicações, 2005.

GODINHO, Iúri Rincon. **A Construção: cimento, ciúme e caos nos primeiros anos de Goiânia**. Goiânia: Contato Comunicação, 2013.

GOIÂNIA. Prefeitura Municipal. **Memória Cultural: ensaios da história de um povo**. Goiânia: Prefeitura de Goiânia, 1985.

GOMES, Valdirene Maria de Araújo. Uma Crônica da Vida sobre os Trilhos. in. **Revista UFG**, Goiânia, ano XIII, n. 11, p. 54-61, 2011.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. **No Horizonte, a Exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás**. 504 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. In: **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, p. 375-413.

HADDAD, Marcos Bittar. **Transformações Econômicas e Infraestrutura de Transportes em Goiás (1960-2014)**. 195f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2010.

IANNI, Octavio. **Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 1963.

IMB – Instituto Mauro Borges. **Análise do Censo Formentar-Produzir**. Goiânia, 2014.

\_\_\_\_\_. **Migração em Goiás entre 2005 e 2015**. Goiânia, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. SIDRA. 2010. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010Indigenas.asp>>. Acesso em: 1 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD 2009**. SIDRA. 2009. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/default.asp>>. Acesso em: 1 jan. 2020.

KUROGI, Márcia Sumire. **O Discurso dos Trabalhadores do Departamento de Recursos Humanos e de Outros Setores sobre a Qualidade de Vida no Trabalho: um estudo de caso em uma indústria alimentícia**. 179f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Psicologia, Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2004.

KUTNEY, Pedro. CAO A Amadurece aos 10 anos de Produção. **Automotive Business**, São Paulo, abr. 2017, ano 9, n. 44, p. 48-58.

LACERDA, Gabriel do Carmo; SANTOS, Caio Moraes Tinti dos. O Cerrado e a Difusão Urbano-Industrial. in. **Revista Multiface**. Belo Horizonte, v. 4, 2016, p. 2-12.

LEFEBVRE, Henry. **Sociologia de Marx**. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1968.

\_\_\_\_\_. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Lisboa: Ulisseia, 1969.

\_\_\_\_\_. **A vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOBO, Sônia Aparecida. **Trabalhadores frente à produção de medicamentos: trajetórias, trabalho e subjetividade**. 2007. 237f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

LOUSA, Aparecida Gomes dos Santos. **Estratégia de Inovação na Indústria Química do Estado de Goiás**. 157f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Goiás, Universidade Estadual de Goiás, Centro Universitário de Anápolis. Anápolis, 2008.

MAGALHÃES, General Couto de. **Viagem ao Araguaia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

MAIS CAPACITAÇÃO em Catalão. **Futuro Profissional – Revista de divulgação do Senai de Goiás**, Goiânia, ano 6, n. 29, p. 15, abr/mai, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. **Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARQUES, Gislei Lemes. **Organização e Intensificação do Trabalho no Espaço Fabril: doenças X qualidade de vida na montadora da Mitsubishi do Brasil em Catalão (GO)**. 228f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás. Catalão, 2015.

MARTINS, José de Souza. A Reprodução do Capital na Frente Pioneira e o Renascimento da Escravidão no Brasil. in. **Tempo Social**, n. 6, v. 1-2, 1994, p. 1-25.

\_\_\_\_\_. O Tempo da Fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. in. **Tempo Social**, n. 8, v. 1, 1996, p. 25-70.

\_\_\_\_\_. **A Sociedade Vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **A sociabilidade do homem simples: Cotidiano e História na modernidade anômala**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. L. 1, v. I e II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. Para a crítica da economia política. In: **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política - Livro Terceiro: o processo global da produção capitalista**. Volume VI. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991.

\_\_\_\_\_. Características Essenciais do Sistema Capitalista. In. IANNI, Octavio (org.). **Marx: sociologia**. São Paulo: Ática, 1992.

\_\_\_\_\_. Processo de Trabalho e Processo de Valorização. In. ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004a. p. 35-69.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004b.

- \_\_\_\_\_. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MATTOS, Sílvia Clímaco. **Memória e Cidade: lembranças de Vila Nova**. Goiânia, PUC Goiás, 2012.
- MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.
- MENDONÇA FILHO, Marajá João Alves. **A Geografia dos Transportes: ferrovias Mogiana e Norte Sul em Território goiano**. 182f. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, 2015.
- MORAES, Maria Lúcia. **A Segregação Planejada: Goiânia, Brasília e Palmas**. Goiânia: Ed. da UCG, 2003.
- MORAES, Silvio Ribeiro de. **Desconcentração Produtiva no Brasil: olhares sobre o período 2000-2015**. 232f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília. Brasília, 2017.
- MORAES NETO, Benedito. **Século XX e trabalho industrial: taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate**. São Paulo: Xamã, 2003.
- MOREIRA, Ruy. **A Formação Espacial Brasileira: uma contribuição crítica à geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.
- MOREYRA, Sérgio Paulo. **Relações de Trabalho no Campo: o caso da escravidão por dívidas em Goiás**. Goiânia: Editora UFG, 2015.
- MORI, Robert. **Os Aldeamentos Indígenas nos Caminhos dos Goianos: guerra e etogênese no sertão do “Gentio Cayapó” (Sertão da Farinha Podre) – séculos XVIII e XIX**. 230f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2015.
- MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e a Modernização Agrária**. São Paulo: Editora Hucitec/Editora da PUC-SP, 1989.
- NAVARRO, Vera Lúcia; PADILHA, Valquíria. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. In: **Psicologia & Sociedade**. n. 19, 2007, p. 14-20.
- NOGUEIRA, Suelen Marçal. **Perfil Socioeconômico de Cortadores de Cana-de-Açúcar que Desenvolveram Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) Rubiataba-Goiás**. 90f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Saúde, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2013.

NOVAIS, Simone Francisca de. **Avicultura Industrial e Reestruturação Produtiva: os produtores integrados no município de Pires do Rio (GO)**. 150f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás. Catalão, 2015.

OHNO, Taiichi. **O Sistema Toyota de produção** – além da produção em larga escala. Porto Alegre: Bookman, 1997.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **História Cultural de Goiânia**. Goiânia: AGEPEL/UEG, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. A Questão Regional: a hegemonia inacabada. in. **Estudos Avançados**. v. 7, n. 18, 1993, p. 43-63.

PALACÍN, Luiz. **O século do ouro em Goiás**. 2ª. ed. Goiânia/Brasília: Ed. Oriente/INL – MEC. 1979.

PARKER, Stanley Robert. A Indústria e a Estratificação Social. in. PARKER, S.R; BROWN, R.K; CHILD, J; SMITH, M.A. (Orgs.). **Sociologia da Indústria**. São Paulo: Atlas, 1981, p. 62-70.

PASCOAL, Elias. **O SENAI de Goiás no Atual Contexto da Educação Profissional e seus Desafios e Perspectiva**. 144f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2009.

PELÁ, Márcia Cristina Hizim. **Uma Nova (Des)Ordem nas Cidades: o movimento dos sujeitos não desejados na ocupação dos espaços urbanos das capitais do Cerrado**. 2014. 268f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

PEREIRA, Leonardo César. **Reestruturação Produtiva em Catalão (GO)**. Expressão Popular, Goiânia, 2014.

PEREIRA, Luiz. **Trabalho e Desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

\_\_\_\_\_. **Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1978.

PIRES, Cyntia Miguel. **Catalão (GO): uma contribuição ao estudo de cidades médias**. 2009. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

PIRES, Mauro Alves. **Imagens Institucionais da Modernidade: a educação profissional em Goiás (1910-1964)**. 152f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014.

REAL, Rosolindo. **Ser Kalunga: entre a modernidade e a tradição**. 167f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Cidade de Goiás, 2018.

RIBEIRO, Iraci A. Roque de Araújo. **O Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA: mercado de trabalho e formação profissional**. 151f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2008.

ROCHA, Hélio. **Memória da Energia em Goiás: CELG 50 anos**. Goiânia: Ed. do Autor, 2005.

RUGUÊ, Maria Bernadete Serravalle. **Qualidade das Condições de Trabalho X Produtividade Estudo de Caso: indústria de alimentação em Goiânia**. 121f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. O Trabalho Escravo em Goiás nos Séculos XVIII e XIX. in. **Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. Coleção “Trabalho Livre e Trabalho Escravo. Coleção da Revista de História, v. 1. São Paulo, 1973, p. 599-637.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE CATALÃO. **Trabalhadores e Empresários Manifestam, em Goiânia, pelo Retorno dos Incentivos Fiscais**. 11/12/2019. Disponível em: <<https://www.simecat.org.br/trabalhadores-e-empresarios-manifestam-em-goiania-pelo-retorno-dos-incentivos-fiscais,NTV,NzA1MA.html>>. Acesso em: 10/06/2020.

SMITH, M.A. Âmbito e Orientação da Sociologia Industrial. in. PARKER, S.R; BROWN, R.K; CHILD, J; SMITH, M.A. (Orgs.). **Sociologia da Indústria**. São Paulo: Atlas, 1981, p. 15-22.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1987.

SANTOS, Lucas Maia dos. **A Constituição do Meio Técnico-Científico em Goiás: relações de trabalho e luta de classes no setor sucro-energético**. 217f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos Socioambientais, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Goiânia, 2014.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Valmir Crispim dos. **Extensão Rural e Valorização dos Saberes/Fazeres da Comunicação Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás (GO)**. Dissertação (Mestrado). 206f. Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015.

SANTOS, Renata. Ação Integrada Sesi e Senai Ajuda Expansão da Friato Alimentos. **Goiás Industrial**. Goiânia, ano 67, n. 291, dez. 2019, p. 44-46.

SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo; ALVES, Josias Manoel; ARAÚJO, Rubens Milagre. Correlações entre as expansões da mineração e da agro-indústria no Planalto Central goiano – e – processo recente de eletrificação. **Congresso Brasileiro de Energia, X**. Rio de Janeiro, out. 2004.

SILVA, Eduardo Rodrigues da. **A Economia Goiana no Contexto Nacional: 1970 – 2000**. Dissertação (Mestrado). 187f. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

SILVA, Ana Lúcia da. **A Revolução de 30 em Goiás**. Goiânia: Cãnone Editoria, 2005.

SILVA, Lorrane Gomes da. **Avá-Canoeiro, a Resistência dos Bravos do Cerrado do Norte Goiano: do lugar ao território**. 146f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

SOUSA, Robson Cavalcante. **Contradições nas Teorias do Objetivo da Pena de Prisão e as Propostas para Reintegração Social Realizadas no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia**. 56f. Monografia (Especialização) – Pós-Graduação em Desenvolvimento Gerencial na Administração Pública, Fundação Armando Alvares Penteado. Goiânia, 2015.

SOUZA, Karina Rodrigues Nogueira de. **Reestruturação Produtiva, Educação, Trabalho e Trabalhadores nas Empresas Mineradoras de Catalão/GO**. 79f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás. Catalão, 2018.

TAYLOR, F.W. **Princípios da administração científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1970.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

XAVIER, Glauber Lopes. **Tempo-Espaço na Vida Cotidiana do “boia-fria”**. 142f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2010.